

A VARIAÇÃO DE TEMPO-MODO E CONEXÃO NAS
ORACÕES CONDICIONAIS EM PORTUGUÊS

por

Helena Gryner

Departamento de Lingüística e Filologia

Tese de Doutorado em lingüís-
tica apresentada à Coordena-
ção dos Cursos de Pós-Gradua-
ção da Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio
de Janeiro. Orientador: Pro-
fessor Doutor Anthony Julius
Naro.

Rio de Janeiro, 2º semestre de 1990



DEFESA DE TESE

Gryner, Helena. A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1990. 550 fls. mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA

Anthony S. Naro

Orientador: Professor Doutor Anthony Julius Naro

Ataliba Teixeira de Castilho
Professor Doutor Ataliba Teixeira de Castilho

Eduardo Roberto Guimarães
Professor Doutor Eduardo Roberto Guimarães

Célia Teresinha Guidão da Veiga Oliveira
Professora Doutora Célia Teresinha Guidão da Veiga Oliveira

Yonne de Freitas Leite
Professora Doutora Yonne de Freitas Leite

Defendida a Tese:

Conceito:

Em: / /1990

A memória de minha mãe, que
abriu meu coração para as coi-
sas do saber.

A meu pai, que dirigiu meus
olhos para as linguagens vivas
deste mundo.

A Shana, minha sobrinha, que,
com seu carinho, ensinou-me a
confiança no futuro

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a inúmeras pessoas por seu apoio a esta pesquisa.

Sou devedora, antes de tudo, ao Prof. Anthony Julius Naro pelos comentários judiciosos nas várias fases do trabalho, mas sobretudo pela paciência e compreensão ilimitadas durante a longa caminhada percorrida.

Não poderia omitir uma homenagem de gratidão à memória do Prof. Mattoso Câmara que me despertou, como a tantos outros, o gosto pelos estudos da língua no contexto sócio-cultural.

À Profª. Yonne Leite, de quem recebi apoio inestimável no início da carreira de pesquisadora, agradeço por me haver aberto à visão crítica e questionadora dos diversos enfoques da Lingüística.

A Maria Luiza Braga, pelas muitas e produtivas discussões de aspectos teóricos e descritivos da pesquisa e pela solicitude e desprendimento na leitura dos copiões. Muito, muito obrigada mesmo.

A Beth Pacheco, amiga das horas difíceis, sou grata pelas presença firme e afetuosa.

A Rachel, Samuel, Ary e Mina, meus irmãos e cunhada, agradeço por terem suportado pacientemente as "crises" que costumam acompanhar trabalhos deste tipo.

Aos companheiros da Faculdade de Letras, especialmente aos do Departamento de Lingüística e Filologia, devo as incontáveis palavras de ânimo e atos de solidariedade.

Trocando idéias, sugerindo leituras, criticando o texto ou revendo as provas finais emprestaram-me o fôlego necessário para completar a redação deste trabalho.

Não podendo nomear a todos que me ajudaram, quero agradecer-lhes através de Nelize Pires de Omena, Charlotte e Margarete Emmerich, Alzira V. Tavares de Macedo, Maria Martha Pereira Scherre, Giselle M. Oliveira, Maria Angela Botelho, Miguel B. Rosário, Maria Aparecida B. Pereira, Leda Bisol, Lucinda Brito, Carlos Tannus, Aurora Maria Neiva, Humberto P. Menezes, Cecília Mollica, Luiz Paulo da Moita Lopes, Ruth Monserrat, Edith Barreto, Vera Lúcia Paredes da Silva, Maria da Conceição Paiva, Rachel Gryner e Alberto S. Pinto.

Agradeço, também, a todos os alunos, bolsistas e auxiliares que trabalharam "duro" nas diversas fases desta pesquisa, entrevistando, transcrevendo ou codificando: Maria Helena, Leila, Prazeres, Martha, Cláudia, Sida, Leda, Juvenal, Chico, Maria Clara, Suzy, Clarissa, Josiane, Paulo, Elaine, Idalina, Bete, Luciana e Paulo.

Sou grata ao LNCC/UFRJ e ao NCE/UFRJ, especialmente, Ivone Isidoro Pinto e Maria Sonia Dias Pereira e ao José Carlos R. Moreira pela digitação e tratamento estatístico dos dados; a Helena Britto e Ana Elizabeth Dreon de Albuquerque pela ajuda na estruturação, digitação e revisão final do texto e ao Marcílio e ao Carlos Alberto, pelo trabalho de edição.

Deixo aqui, também, minhas palavras de reconhecimento a todos os que se dispuseram a participar como entrevistados

nesta pesquisa. Sem a sua cooperação o trabalho simplesmente não existiria.

Neste ponto, registro meu agradecimento a dois órgãos oficiais de incentivo à pesquisa: o CNPQ e o CEPG/UFRJ, o que remete aos credores maiores de minha gratidão: todos aqueles que com seu trabalho e sacrifício produzem os meios para a realização de pesquisas como esta, que reverterão, talvez, apenas indiretamente para a melhoria de suas condições de vida.

A eles dedico esta pesquisa, esperando ter correspondido, dentro das minhas limitações, ao que dela se possa exigir.

SINOPSE

Contextos correlacionados à escolha das formas de tempo-modo e conexão nas prótases condicionais: o futuro do subjuntivo, o presente do indicativo, o gerúndio e a justaposta. A base empírica da análise da variação ao nível semântico - pragmático. Os fatores lingüísticos. O fator social. A interação língua - discurso - prática social.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÃO.....	xiii
LISTA DE TABELAS	xiv
1 <u>INTRODUÇÃO</u>	18
2 <u>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</u>.....	28
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	29
2.2 O recorte epistemológico.....	30
2.2.1 Funcionalismo lingüístico.....	31
2.2.2 Teoria da Variação Lingüística.....	39
2.2.2.1 Labov: variantes sem significados.....	40
2.2.2.2 Lavandera: variantes com significado.....	45
2.2.2.3 Lavandera: a perspectiva semântica.....	46
2.2.3.1 A primeira proposta.....	46
2.2.3.2 A semântica sociolíngüística.....	47
2.2.4 A síntese de Labov e Lavandera.....	53
2.2.5 Pragmática.....	59
2.3 Conclusão.....	63
3 <u>ASPECTOS METODOLÓGICOS</u>.....	65
3.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	66
3.1.1 Descrição da amostra.....	66
3.1.2 Considerações sobre a seleção da amostra.....	70
3.1.3 Considerações sobre a dimensão da amostra.....	74
3.2 OBTEÇÃO DOS DADOS.....	76
3.2.1 Elaboração do questionário.....	76
3.2.2 As condições da entrevista.....	81
3.2.3 Escolha do entrevistador.....	91
3.2.4 Tratamento dos dados.....	91

3.3	CONCLUSÃO.....	94
4	<u>REVISÃO DA LITERATURA</u>	95
4.1	A PERSPECTIVA DA LÓGICA.....	96
4.1.1	O estudo das condicionais.....	96
4.1.2	As modalidades.....	102
4.2	A PERSPECTIVA GRAMATICAL.....	105
4.2.1	Os modos verbais.....	105
4.2.2	As condicionais.....	114
4.2.2.1	Epiphonio Dias.....	114
4.2.2.2	Said Ali.....	118
4.2.2.3	Cláudio Brandão.....	125
4.2.2.4	Mattoso Câmara.....	127
4.2.2.5	Celso Cunha.....	130
4.2.2.6	Mateus et alii.....	132
4.3	AS PESQUISAS ESPECÍFICAS SOBRE O MODO E A CON- DICIONAL.....	136
4.3.1	A pesquisa do modo.....	136
4.3.2	A pesquisa das condicionais: perspectiva formal	138
4.3.3	A pesquisa das condicionais: perspectiva semântico - pressuposicional	144
4.3.4	A pesquisa das condicionais: perspectiva semântico - pragmática.....	152
4.3.4.1	Wanderley Geraldi.....	152
4.3.4.2	Margarida Salomão.....	156
4.4	CONCLUSÃO.....	159
5	<u>VARIANTES ANALISADAS</u>	165
5.1	APRESENTAÇÃO.....	166
5.2	DESCRICAÇÃO DAS VARIANTES.....	167

5.2.1	Futuro do subjuntivo.....	167
5.2.2	Presente do indicativo.....	169
5.2.3	Gerúndio.....	171
5.2.4	Justaposta.....	173
5.3	CONCLUSÃO.....	175
6	<u>PARALELISMO</u>	176
6.1	INTRODUÇÃO.....	177
6.2	A DEFINIÇÃO DO PARALELISMO.....	179
6.2.1	Os estudos não variacionais.....	179
6.2.2	As pesquisas variacionais.....	180
6.3	DESCRIÇÃO DOS FATORES.....	203
6.3.1	Esclarecimentos.....	203
6.3.2	Os fatores identificadores.....	203
6.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	210
6.4.1	Futuro do subjuntivo.....	210
6.4.2	Presente do indicativo.....	213
6.4.3	Gerúndio.....	215
6.4.4	Justaposta.....	218
6.5	CONCLUSÃO.....	232
7	<u>EXPERIENCIAÇÃO</u>	233
7.1	DEFINIÇÃO DE EXPERIENCIAÇÃO.....	234
7.1.1	Próteses potenciais e próteses fatuais.....	234
7.1.2	Potenciais [+ intemporais] e [- intemporais]....	236
7.2	DESCRIÇÃO DOS FATORES.....	240
7.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	245
7.3.1	Futuro do subjuntivo.....	245
7.3.2	Presente do indicativo.....	246
7.3.3	Gerúndio.....	248
7.3.4	Justaposta.....	249

7.4	CONCLUSÃO.....	251
8	<u>LINHA DE ARGUMENTAÇÃO</u>	252
8.1	DEFINIÇÃO DE LINHA DE ARGUMENTAÇÃO.....	253
8.1.1	A perspectiva retórico-argumentativa.....	255
8.1.2	A perspectiva discursiva.....	259
8.1.3	A convergência das perspectivas discursiva e argumentativa.....	260
8.2	DESCRIÇÃO DO GRUPO DE FATORES.....	261
8.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	266
8.3.1	Futuro do subjuntivo.....	266
8.3.2	Presente do indicativo.....	270
8.3.3	Gerúndio.....	271
8.3.4	Justaposta.....	273
8.4	CONCLUSÃO.....	279
9	<u>MODO DE ARGUMENTAÇÃO</u>	280
9.1	DEFINIÇÃO DO MODO DE ARGUMENTAÇÃO.....	281
9.2	DESCRIÇÃO DO GRUPO DE FATORES.....	282
9.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	286
9.3.1	Futuro do subjuntivo.....	286
9.3.2	Gerúndio.....	287
9.3.3	Justaposta.....	288
9.4	CONCLUSÃO.....	290
10	<u>NATUREZA DO SUJEITO</u>	290
10.1	DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SUJEITO.....	291
10.2	FUTURO DO SUBJUNTIVO E JUSTAPOSTA.....	292
10.2.1	Descrição do grupo de fatores.....	292
10.2.2	Análise dos resultados.....	301
10.2.2.1	Futuro do subjuntivo.....	301
10.2.2.2	Justaposta.....	303

10.3	PRESENTE DO INDICATIVO E GERÚNDIO.....	306
10.3.1	Definição da natureza do sujeito.....	306
10.3.2	Descrição do grupo de fatores.....	307
10.3.3	Análise dos resultados.....	313
10.3.3.1	Presente do indicativo.....	313
10.3.3.2	Gerúndio.....	314
10.4	CONCLUSÃO.....	316
11	<u>VERBO DA APÓDOSE</u>	317
11.1	PRESSUPOSTOS DA <u>CONSECUTIO TEMPORUM</u>	318
11.2	DESCRÍÇÃO DOS VERBOS DA APÓDOSE.....	320
11.3	FUTURO DO SUBJUNTIVO.....	321
11.3.1	Definição dos futuros.....	321
11.3.2	Análise dos resultados.....	323
11.3.3	Interpretação dos resultados.....	324
11.3.3.1	O fator futuro.....	325
11.3.3.2	O fator modalizado.....	327
11.3.3.3	O fator presente.....	329
11.3.4	O futuro perifrástico.....	331
11.4	PRESENTE DO INDICATIVO.....	339
11.4.1	Definição dos fatores.....	339
11.4.2	Análise dos resultados.....	342
11.5	CONCLUSÃO.....	346
12	<u>ORDEM DAS PROPOSIÇÕES</u>	348
12.1	DEFINIÇÃO DE ORDEM DAS PROPOSIÇÕES.....	347
12.1.1	Os esquemas analisados.....	348
12.1.2	A entoação.....	349
12.2	DESCRÍÇÃO DOS FATORES.....	349
12.2.1	Ordem marcada e ordem não-marcada.....	351
12.2.2	Significado e função dos esquemas propostos....	354

12.2.3	Significado e/ou função da apódeose.....	359
12.2.3.1	Marcas formais.....	359
12.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	363
12.3.1	Futuro do subjuntivo.....	364
12.3.2	Justaposta.....	366
12.4	CONCLUSÃO.....	370
13	<u>ESCOLARIDADE</u>	371
13.1	DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE GRUPO SOCIAL.....	372
13.1.1	Os contextos lingüísticos.....	373
13.1.2	Os contextos sociais.....	375
13.2	DESCRIÇÃO DO GRUPO DE FATORES.....	376
13.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	376
13.3.1	Presente do indicativo.....	376
13.3.2	Justaposta.....	381
13.4	CONCLUSÃO.....	385
14	<u>CONCLUSÃO</u>	387
14.1	O SISTEMA VARIÁVEL DE TEMPO-MODO E CONEXÃO....	390
14.1.1	Futuro do subjuntivo.....	390
14.1.2	Presente do indicativo.....	391
14.1.3	Gerúndio.....	392
14.1.4	Justaposta.....	393
14.1.5	A escala epistemológica<repec=""> 395	
14.2	REVISÃO DOS POSTULADOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS..	397
14.3	IMPORTÂNCIA SOCIAL E APLICABILIDADE.....	398
15	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	400
16	<u>NOTAS</u>	427
17	<u>ANEXOS</u>	467

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÃO

Quadro (01): caracterização formal das variantes de tempo-modo e conexão nas orações condicionais potenciais.....	25
Quadro (02): tabela de verdade definindo a relação de implicação material.....	99
Quadro (03): quadrado lógico.....	103
Quadro (04): caracterização das condicionais potenciais nos autores consultados.....	168
Quadro (05): caracterização dos informantes por sexo, idade, grau de escolaridade, atividade profissional e procedência	467
Ilustração: distribuição dos falantes no município do Rio de Janeiro e arredores.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela (01): distribuição das variantes de tempo-modo e conexão nas orações condicionais potenciais.....	23
Tabela (02): correlação entre <u>paralelismo</u> e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	210
Tabela (03): correlação entre <u>paralelismo</u> e uso do presente do indicativo (PI).....	213
Tabela (04): correlação entre <u>paralelismo</u> e uso do gerúndio (GER).....	216
Tabela (05): correlação entre <u>paralelismo</u> e uso da justaposta (JUST).....	218
Tabela (06): correlação entre <u>experiencião</u> do conteúdo e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	245
Tabela (07): correlação entre <u>experiencião</u> do conteúdo e uso do presente do indicativo (PI).....	246
Tabela (08): correlação entre <u>experiencião</u> do conteúdo e uso do gerúndio (GER).....	248
Tabela (09): correlação entre <u>experiencião</u> do conteúdo e uso da justaposta (JUST).....	250

Tabela (10): correlação entre <u>linha de argumentação</u> e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	266
Tabela (11): correlação entre <u>linha de argumentação</u> e uso do presente do indicativo (PI).....	270
Tabela (12): correlação entre <u>linha de argumentação</u> e uso do gerúndio (GER).....	272
Tabela (13): correlação entre <u>linha de argumentação</u> e uso da justaposta (JUST).....	274
Tabela (14): correlação entre <u>modo de argumentação</u> e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	286
Tabela (15): correlação entre <u>modo de argumentação</u> e uso do gerúndio (GER).....	287
Tabela (16): correlação entre <u>modo de argumentação</u> e uso da justaposta (JUST).....	288
Tabela (17): correlação entre <u>natureza do sujeito</u> - I e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	301
Tabela (18): correlação entre <u>natureza do sujeito</u> - I e uso da justaposta (JUST).....	303
Tabela (19): correlação entre <u>natureza do sujeito</u> - II e uso do presente do indicativo (PI).....	313

Tabela (20): correlação entre <u>natureza do sujeito</u> - II e uso do gerúndio (GER).....	315
Tabela (21): correlação entre <u>verbo da apódeose</u> e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	324
Tabela (22): correlação entre <u>verbo da apódeose</u> e uso do presente do indicativo (PI).....	342
Tabela (23): correlação entre <u>ordem das proposições</u> e uso do futuro do subjuntivo (FS).....	364
Tabela (24): correlação entre <u>ordem das proposições</u> e uso da justaposta (JUST)	366
Tabela (25): correlação entre <u>escolaridade</u> e uso do presente do indicativo (PI).....	377
Tabela (26): correlação entre <u>escolaridade</u> e uso do presente do indicativo (PI) - <u>institucionalizados</u>	378
Tabela (27): correlação entre <u>escolaridade</u> e uso de justapos-ta (JUST) - <u>institucionalizados</u>	382
Tabela (28): correlação entre <u>escolaridade</u> e uso de justapos-ta (JUST) - <u>institucionalizados</u>	382
Tabela (29): distribuição da amostra por <u>idade</u> , <u>sexo</u> e <u>esco-laridade</u>	471

Tabela (30): distribuição da sub-amostra dos informantes institucionalizados.....	472
Tabela (31): correlação entre fatores lingüísticos e futuro do subjuntivo (FS).....	540
Tabela (32-A): correlação entre fatores lingüísticos e sociais e presente do indicativo (PI).....	541
Tabela (32-B): correlação entre fatores lingüísticos e sociais e presente do indicativo (PI) - institucionalizados	542
Tabela (33): correlação entre fatores lingüísticos e gerúndio (GER).....	543
Tabela (34-A): correlação entre fatores lingüísticos e sociais e justaposta (JUST).....	544
Tabela (34-B): correlação entre fatores lingüísticos e sociais e justapostas (JUST) - institucionalizados.....	545
Tabela (35): distribuição de dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>PARALELISMO</u> para cada variante.....	546
Tabela (36): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>EXPERIENCIAÇÃO</u> para cada variante.....	546

Tabela (37): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>LINHA DE ARGUMENTAÇÃO</u> para cada variante.....	547
Tabela (38): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>MODO DE ARGUMENTAÇÃO</u> para cada variante.....	547
Tabela (39): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>NATUREZA DO SUJEITO - I</u> para cada variante.....	548
Tabela (40): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>NATUREZA DO SUJEITO - II</u> para cada variante.....	548
Tabela (41): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>VERBO DA APÓDOSE</u> para cada variante.....	549
Tabela (42): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>ORDEM DAS PROPOSIÇÕES</u> para cada variante.....	549
Tabela (43): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo <u>ESCOLARIDADE</u> para cada variante.....	550

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais instigantes a desafiar os estudos de nossa língua é o emprego das formas gramaticais que veiculam significados subjetivos como os de tempo - modo verbais.

No português, como nas demais línguas indo-europeias, a oposição entre subjuntivo e indicativo tende a ser neutralizada.

A linguagem coloquial apresenta, freqüentemente, alternâncias do tipo (cf. Nascentes, 1953:169):

(1) Não quero que ele vá com você.

(2) Não quero que ele vai com você.

Outras vezes, no entanto, a oposição entre as flexões de subjuntivo e indicativo pode-se tornar crucial para a distinção de significados. É o que sucede nas chamadas orações condicionais.

Neste contexto ocorrem, basicamente, três formas: o presente do indicativo, o imperfeito (ou mais-que-perfeito) do subjuntivo e o futuro (simples ou composto) do subjuntivo. De acordo com o ambiente, estas formas podem expressar conteúdos proposicionais distintos.

Podemos ilustrá-lo a partir da frase pronunciada por D. Pedro no episódio conhecido como "O Fico", quando, após ouvir as razões dos estadistas que defendiam sua permanência no Brasil, o príncipe-regente resolve atendê-los, justificando sua decisão com um enunciado condicional (cf. Ribeiro, 1957:350) *:

" Se é para bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico".

Em síntese, teremos:

a) presente do indicativo:

(3) Se (= já que) é para bem de todos, fico.

(Considero que é para bem de todos, uma vez que acabei de ser informado disso).

b) imperfeito do subjuntivo : (4) Se fosse para bem de todos, ficaria.

(Considero que não é para bem de todos).

c) futuro do subjuntivo :

(5) Se for para bem de todos, ficarei.

(Considero que pode ser ou não ser para bem de todos).

No exemplo (3), o locutor assume a realidade do conteúdo referido pela proposição "ser para o bem de todos"; no exemplo (4), assume a não realidade do mesmo conteúdo e, no exemplo (5), o locutor não assume nem a realidade nem a irrealidade do conteúdo referido por "ser para o bem de todos".

Neste trabalho, limitamo-nos ao estudo dos enunciados condicionais do tipo (5), a que denominamos potenciais (prováveis ou possíveis) em oposição aos condicionais fatuais (ou reais) do tipo (3) e aos condicionais contrafatuais (impossíveis ou irreais) do tipo (4)².

A cláusula condicional é parte constituinte de uma construção, rotulada tradicionalmente como "período hipotético" (PH):

(6) Se você não quiser, ele não vai.

A construção hipotética padrão é constituída de:

a) um conectivo, tipicamente a conjunção se;

b) uma oração antecedente (denominada, pela gramática normativa, subordinada condicional ou condicionante) a que tam-

bém denominaremos, de acordo com a tradição gramatical, protase (PRO);

c) uma oração conseqüente (denominada pela gramática normativa, condicionada ou principal) a que, de acordo com a tradição gramatical, denominaremos apódoze (APO).

Podemos, portanto, representar a forma do período hipotético canônico pelo esquema:

SE + PRO + APO

Na verdade, essa fórmula corresponde a uma idealização da construção hipotética, representando apenas um dos esquemas possíveis ⁴. O estudo do uso real revela uma grande diversidade de esquemas, devendo-se considerar as possibilidades de:

a) re-ordenação das orações constituintes (APO + PRO):

(7a) Ele não vai, se você não quiser.

(7b) Ele não vai, se você não quer.

b) apagamento da apódoze:

(8a) Se você não quiser...

(8b) Se você não quer...

c) apagamento do conectivo:

(9) Você não quer, ele não vai.

Observamos, nos exemplos acima, que, embora a oração condicional potencial tenha, characteristicamente, o verbo no futuro do subjuntivo (cf. exemplos (5), (6) (7a) e (8a)), o presente do indicativo também pode ocorrer como forma alternativa ao futuro do subjuntivo (cf. em (7b), (8b) e (9)). Ou seja, a for-

ma do presente do indicativo pode, conforme o contexto, expressar conteúdos fatuais ou potenciais.

Na verdade, a condição potencial pode ser expressa por diversas formas ⁵: Neste trabalho, em que propomos uma análise sistemática do uso oral da língua, com base em dados estatísticos, limitamo-nos às formas que apresentam os índices mais altos de ocorrência.

Foram analisados quatro tipos de condicionais:

a) futuro do subjuntivo: precedido de conectivo (FS):

(10) Se correr (FS), o bicho pega; se ficar (FS), o bicho come.

b) presente do indicativo: precedido de conectivo (PI):

(11) Se corre (PI), o bicho pega; se fica (PI), o bicho come.

c) presente do indicativo: não precedido de conectivo (justaposta) (JUST):

(12) Corre (JUST), o bicho pega; fica (JUST), o bicho come.

d) gerúndio: não precedido de conectivo (GER):

(13) Correndo (GER), o bicho pega; ficando, o bicho come.

Essas quatro formas de condicional potencial se caracterizam tanto pelo morfema modo-temporal ⁶ - (futuro do subjuntivo (FS) vs. presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST)) - e número-pessoal - (gerúndio (GER) vs. futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI) e justaposta (JUST)) - quanto pela forma da conexão sintática entre as orações do período (conectivas - futuro do subjuntivo (FS) e presente do indicativo (PI) vs. não-conectivas - gerúndio (GER) e justaposta (JUST)).

Assim, podemos definir o objeto de nosso estudo como sendo a variação de tempo-modo e conexão constituída pela alternância entre futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e juxtaposta (JUST) em orações condicionais potenciais de se.

A tabela seguinte apresenta a distribuição da freqüência de cada uma destas variantes no corpus analisado:

Tabela (01): distribuição das variantes de tempo-modo e conexão nas orações condicionais potenciais.

VARIANTES	TOTAL	FREQ.(%)
Futuro do Subjuntivo	1.144	41
Presente do Indicativo	612	22
Gerúndio	654	23
Justaposta	379	14
T O T A L	2.789	100

Até aqui, visando a descrever sistematicamente as diferentes estruturas condicionais, utilizamos exemplos criados artificialmente.

Vejamos, agora, alguns enunciados potenciais da forma como ocorrem nas situações concretas de uso.

O exemplo (14) ilustra a variante mais usada, ou seja, o futuro do subjuntivo.

- (14) Eu acharia errado, no caso, deixar fumar dentro do jardim-de-infância. Isso aluno, tá? professor é outra coisa. Aí fica a critério do professor: se ele ACHAR (FS) que deve fumar, tudo bem; se ele não ACHAR (FS), ótimo também.

(62.06.2574-5) 7

Alternativamente, podemos encontrar o presente do indicativo, como no diálogo seguinte, extraído da mesma entrevista:

(15) P: Você acha que deveria haver emprego para todo mundo? crianças (...), mulheres (...), velhos (...)?

R: (...) Isso aí é uma escolha dele, do velho: se ele ACHA(PI) que deve trabalhar continuar trabalhando, ótimo, continua, tá? Agora, se ele ACHA (PI) que deve se aposentar, tudo bem.

(62:17:2222-3)

Observe-se que tanto o futuro do subjuntivo em (14) quanto o presente do indicativo em (15) ocorrem em orações introduzidas por se, distinguindo-se um do outro pela presença ou ausência do morfema modo-temporal (-r), característico do futuro do subjuntivo.

As condicionais justapostas que analisamos apresentam o verbo no indicativo, sem que haja conectivo introduzindo a pró-tase condicional.

Para ilustrá-las, reproduzimos o trecho em que uma das falantes entrevistadas discorre sobre o problema da violência urbana:

(16) (...) eu sinto falta de polícia na rua, e quando há o polícia, a gente tem medo do polícia (...): A gente VEM (JUST) de carro, VE (JUST) uma patrulhinha, a gente fica meio assustado (...). Não tá devendo nada (...), mas a gente tem medo (...) do policial.

(46:11:2008-9)

A última variante, a condicional de gerúndio, é caracterizada pela ausência tanto de morfema modo-temporal, quanto de morfema número-pessoal. Ao mesmo tempo, sendo uma forma verbal não-finita, também não apresenta conectivo.

Dado o caráter não-marcado das condicionais de gerúndio, estas orações só são identificadas como potenciais pelo contexto e/ou pela curva entoacional ascendente.

Vejamos um exemplo:

(17) P: Você sabe guardar segredo?

R: Sei sim (...). Eu DANDO (GER) a minha palavra, acabou. A pessoa pode até acabar de se dar (...), mas o segredo fica.

(68:23:1348)

Em resumo, os quatro tipos de condicionais estudados se organizam segundo três parâmetros formais: a) presença ou ausência de conectivo; b) presença ou ausência de flexão modo-temporal; c) presença ou ausência de flexão número-pessoal (cf. Quadro (01), a seguir):

Quadro (01): caracterização formal das variantes de tempo-modo e conexão nas orações condicionais potenciais.

VARIANTES		FS		PI		JUST		GER	
1 - Conectivo		+		+		-		-	
2 - pessoa/número		+		+		+		-	
3 - tempo/modo		+		-		-		-	

Nesta introdução, procuramos definir e delimitar nosso campo de pesquisa. Segue-se a síntese dos capítulos posteriores.

A premissa básica que norteou o nosso estudo é a de que a atividade lingüística, instrumento e reflexo da atividade social, tem caráter sistemático. Conseqüentemente, a análise se

fundamenta em pressupostos teórico-metodológicos que permitem, através da análise empírica dos dados, integrar os componentes sintático-semântico-pragmáticos e os diversos níveis da língua envolvidos no fenômeno variável, correlacionando-os entre si e aos contextos sociais e discursivos do seu uso. Apresentamos essa fundamentação teórica no capítulo 2.

No capítulo 3, descrevemos a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa para atingir os objetivos propostos, especificando as diferentes técnicas empregadas:

- a) na escolha dos falantes, visando a obter uma amostra quantitativa e qualitativamente adequada;
- b) no planejamento das entrevistas, que exigiram estratégias capazes de propiciar o surgimento das formas lingüísticas esperadas;
- c) no tratamento estatístico dos dados, de modo a permitir uma análise objetiva e sistemática.

Procuramos aí relacionar as especificidades das técnicas utilizadas à natureza do fenômeno estudado.

Acompanha um mapa com a distribuição dos falantes do município do Rio de Janeiro e arredores.

Embora a pesquisa da variação dependa basicamente da análise de dados empíricos, os trabalhos que nos antecederam representam uma fonte valiosa para a delimitação do fenômeno a ser analisado e para o levantamento de hipóteses sobre o emprego das formas alternativas. No capítulo 4, apresentamos uma visão retrospectiva do tratamento dado aos temas relacionados ao modo e às condicionais. São considerados, primeiramente, os estudos mais gerais realizados sob a perspectiva da lógica e da gramática e, em seguida, as pesquisas lingüísticas mais

específicas.

No capítulo 5 apresentamos o perfil de cada variante: futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST). Descrevemos rapidamente sua origem e evolução diacrônicas, procurando sintetizar as funções sintáticas, semânticas e pragmáticas mais gerais que lhes são atribuídas.

A parte central de nossa análise concentra-se nos capítulos 6 a 13 que tratam, em separado, de cada grupo de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos caracterizados no discurso. Os capítulos 6 a 12 analisam o papel dos contextos lingüísticos pertinentes: paralelismo, experienciação, linha de argumentação, modo de argumentação, natureza do sujeito, verbo da apódose e ordem das proposições. O capítulo 13 é dedicado ao único contexto social selecionado como relevante o qual é caracterizado por parâmetros extra-lingüísticos - a escolaridade. Em cada um desses capítulos procedemos à:

a) definição dos parâmetros, b) descrição dos grupos de fatores, e c) análise seguida da interpretação dos resultados quantitativos.

Após as conclusões, seguem-se os anexos que incluem, além da identificação social dos informantes e a distribuição da amostra, um roteiro de entrevista acompanhado, a título de ilustração, de duas entrevistas. Por fim, anexamos as tabelas com os resultados estatísticos globais correspondentes a cada variante e com a distribuição dos dados segundo os grupos de fatores e as variantes analisadas.

CAPÍTULO 2
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Até aqui procuramos definir o objeto de pesquisa. Neste capítulo trataremos da teoria que embasou a análise.

É sabido que o estabelecimento de fronteiras entre a determinação do objeto, dos pressupostos teóricos e dos procedimentos de análise é um artifício imposto pela descrição. No caso das áreas interdisciplinares, como a presente, que lida com fenômenos lingüísticos e sociais, esta tarefa é ainda mais difícil. É que, além da indissociabilidade dos três aspectos apontados, temos uma dificuldade específica: a inexistência de qualquer teoria bem definida (cf. Schlieben-Lange, 1987)¹.

Alguns autores procuram minimizar o problema, sugerindo que a especificidade do objeto é critério suficiente para distinguir teorias. É esta a solução de Tannen (1987), por exemplo, quando depara com a necessidade de recorrer ao contexto extra-lingüístico para explicar o emprego de formas gramaticais no japonês.

Outros afirmam que iniciar a análise pela definição do modelo teórico-metodológico é indesejável, porque isto levaria à distorção dos resultados. Assim, Tarallo (1985) propõe que a pesquisa sociolíngüística tome como ponto de partida o objeto de estudo: "é a partir de sua existência real, com todas as suas inúmeras, infinitas e possíveis facetas, que tentaremos construir um modelo teórico" (p.18).

O próprio Labov, criador da Teoria da Variação Lingüística, reconhece explicitamente a ausência de um modelo sociolinguístico específico, mas considera esse fato irrelevante:

Não considero que necessitamos hoje de uma nova "teoria linguística"; acredito antes que temos necessidade de desenvolver um novo estilo de lingüística". (Labov, 1970:190)².

Essas posições são, até certo ponto, corretas. Na verdade, as decisões sobre o objeto, a teoria e o método estão presentes e interagem em todas as fases da pesquisa. No entanto, embora imbricados, cada um destes aspectos deve ser considerado em separado.

Como vimos anteriormente, o objeto de nosso trabalho são enunciados condicionais potenciais que apresentam o verbo e a construção da frase em formas alternantes (futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e justaposta).

São sentenças usadas em circunstâncias específicas, em situação particular de entrevista sobre assuntos polêmicos e com interlocutores de diferentes formações sociais.

Este recorte foi responsável, em grande parte, pelas decisões quanto ao modelo teórico-metodológico a ser adotado.

As escolhas metodológicas desta pesquisa serão tratadas detalhadamente no capítulo 3, adiante.

Passemos, portanto, aos pressupostos teóricos.

2.2 O RECORTE EPISTEMOLÓGICO

Se observarmos mais de perto o objeto de nossa pesquisa,

verificaremos que ele não se enquadra nos arcabouços teóricos correntes da lingüística descritiva ou da teoria gerativo-transformacional. Com efeito, por se tratar de fenômeno variável, ele é freqüentemente considerado variação "livre", isto é, irreductível a qualquer sistematização. Além disso, por envolver conceitos como "atitude", "pressuposição" e "intenção do falante", o assunto parece fugir às possibilidades de análise objetiva.

No entanto, sabemos que mesmo a ausência de um quadro teórico definido para a análise dos fenômenos, ditos da "parale" ou do "desempenho", não impediu o desenvolvimento de pesquisas nesta área, o que faz supor a existência (não necessariamente explícita) de um conjunto de pressupostos teóricos mais ou menos sistemáticos.

Cabe, portanto:

a) descrever as principais linhas teóricas que se revelaram pertinentes à análise do fenômeno e à interpretação dos seus resultados;

b) estabelecer quais de seus pressupostos se ajustam aos objetivos deste trabalho;

c) integrar esses pressupostos, originados de fontes diversas, num sistema teórico coerente.

Comecemos pela descrição das perspectivas teóricas e dos pressupostos que nortearam esta pesquisa.

2.2.1 Funcionalismo lingüístico

A orientação teórica que fundamenta esta pesquisa tem sua origem no funcionalismo lingüístico, desenvolvido pela Escola de Praga. (cf. Vachek, 1978)

De acordo com as teses propostas pelo Círculo Lingüístico de Praga, em 1929, a língua é um sistema funcional, ou seja, "um sistema de meios de expressão que serve a uma determinada finalidade" [grifo nosso]. (Apresjan, 1985:48)

O estruturalismo funcional desenvolveu uma metodologia de identificação e análise que tem por base os fenômenos reais da língua. A língua é vista como produto da atividade humana, cuja finalidade é exprimir e comunicar. Daí decorre a ênfase dada ao caráter social da linguagem e a preocupação com os seus aspectos não-referenciais.

A perspectiva funcionalista trouxe alguns acréscimos valiosos para a análise do uso da língua.

1º. - É aí que, pela primeira vez, se procura de forma consciente superar as dicotomias saussureanas entre língua e fala, sintagma e paradigma, sincronia e diacronia.

A oposição artificial entre língua (definida como sistemática, abstrata e, paradoxalmente, social) vs. fala (definida como assistemática, concreta e individual) representava um obstáculo à análise das regularidades do uso concreto das comunidades lingüísticas.

Os funcionalistas de Praga e seus seguidores apontam a sistematicidade das formas de uso (cf. Coseriu, 1980). Assim, embora a metodologia para a identificação das regularidades sociolingüísticas só surgisse com Labov (1966a), desde a década de 30 a sistematicidade do uso era reconhecida pela lingüística funcional.

Ao definir a língua como instrumento de comunicação com funções socialmente determinadas, a Escola de Praga anuncia, com três décadas de antecipação, as propostas

sociolinguísticas.

2º. - Um segundo aspecto relevante e que caracteriza o funcionalismo frente ao estruturalismo tradicional é o tratamento das relações entre as unidades do sistema.

No lugar da separação entre relações sintagmáticas e paradigmáticas (com a prioridade para estas últimas), constitui-se um sistema unificando sintagma e paradigma - de acordo com o modelo proposto por Trubetzkoy. Esta solução permitirá resolver problemas da análise da variação, tais como a correlação sintagmática entre uma forma alternante - selecionada de um paradigma (ex: futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e justaposta) - e outra forma ou fator selecionado de um conjunto de fatores (x,y,z) também relacionados paradigmaticamente.

3º. - Um terceiro aspecto, mais específico, diz respeito à quebra da barreira entre sintaxe e semântica.

Uma das propostas do funcionalismo lingüístico relevante para nossa pesquisa é a de estender a metodologia de Trubetzkoy, desenvolvida originalmente para a fonologia, a níveis mais altos, como o morfológico e o lexical.

Neste trabalho, estendemos a abrangência dos conceitos funcionalistas como os de "oposição", "sistematicidade" e "neutralização" (cf. Coseriu, 1980:60) de forma a aplicá-lo no processo de descoberta das unidades sociolinguísticas.

Nos meados da década de 70, diante dos impasses teóricos não resolvidos pelas aproximações estritamente formais (cf. Nichols, 1984:104), surgem nos Estados Unidos inúmeras propostas funcionalistas. Como traço comum, todas elas buscam explicar os fatos lingüísticos a partir de seu propósito ou função na

comunicação.

Em sua revisão das diversas tendências funcionalistas, Nichols afirma que este novo funcionalismo tem origem autônoma em relação à Escola de Praga. Segundo a mesma autora, porém, as linhas mestras das propostas atuais já se encontram formuladas na escola original. As inovações correspondem à incorporação de avanços teóricos da sociolinguística, da etnografia da comunicação e da gramática formal (p.104).

Este "novo" funcionalismo não apresenta fronteiras muito nítidas, confundindo-se muitas vezes com a pragmática e com a sociolinguística (que descreveremos adiante), com as quais compartilha seu objeto: a atividade lingüística.

Por outro lado, nem sempre é fácil definir as diversas faces deste "funcionalismo", pois os trabalhos na área assumem formas muito diversificadas.

Nichols, no trabalho acima mencionado, propôs alguns parâmetros básicos para distingui-las:

- 1) a conceituação de "função";
- 2) o grau do que denominou "interpretação teleológica";
- 3) a relação forma-função.

Vejamos como se caracteriza cada um deles:

1- O conceito de função é muito amplo, envolvendo elementos de natureza distinta; muitas vezes, co-ocorrentes. Nichols destaca:

a) a função/propósito - é o emprego mais generalizado do termo. O funcionalismo, que interpreta a função como propósito, relaciona as formas linguísticas ao objetivo da comunicação. Analisam-se os diferentes atos de fala e propósitos discursivos (elementos muitas vezes denominados "pragmáticos").

b) a função/contexto - nas pesquisas em que a função é relacionada ao contexto, vê-se a língua como reflexo do contexto em que ocorre o ato de fala. Pode-se analisar o contexto de duas formas:

i - como evento da fala: estuda-se o papel e o "status" social de cada um dos interlocutores e as relações sociais entre eles (também estes são denominados "pragmáticos");

ii - como texto: analisam-se aspectos da organização do discurso: a orientação argumentativa, a relação figura/ fundo, a coesão e a coerência textuais (são elementos denominados "discursivos").

c) a função/interdependência entre os elementos lingüísticos - associada ao conceito matemático de "função", onde se relacionam variáveis dependentes a variáveis independentes.

d) a função/relação - os estudos funcionais que conceituam função como relação procuram associar os elementos estruturais às unidades estruturais de nível mais alto.

e) a função/significado - diz respeito à natureza semântica das formas lingüísticas, principalmente quando envolvem aspectos pragmáticos: função propósito e função evento (elementos "semânticos").

Neste trabalho estarão presentes os diversos enfoques funcionalistas. Assim, utilizaremos explicações relacionadas a:

a) propósito discursivo - ao nos referirmos, por exemplo, à função argumentativa das condicionais;

b) i - contexto - como evento de fala - ao nos referirmos aos atos de fala envolvidos nos discursos ilustrativos, à presumida contestação do interlocutor na escolha da linha argumentativa do discurso ou, ainda, às relações sociais entre

entrevistador e entrevistado;

ii - contexto - como texto - ao correlacionar o contexto lingüístico e as formas co-ocorrentes como elementos de um discurso harmônico vs. a quebra desta harmonia como função de um contraste entre figura/fundo ou uma mudança de foco;

c) interdependência - ao correlacionar estatisticamente cada uma das formas alternantes variáveis dependentes de fatores lingüísticos e extralingüísticos (variáveis independentes);

d) relação - ao correlacionar o uso variável das flexões verbais (nível morfológico) e das conexões (nível sintático) a fatores de diversos níveis como, por exemplo, a natureza do sujeito (ao nível da oração), o verbo da apódeose (ao nível do período) é a linha da argumentação (a nível do trecho do discurso), estabelecemos as relações entre os diversos níveis situando todos os elementos em relação ao sistema;

e) significado - ao distinguir entre conteúdos [+/- experienciados] ou entre sujeitos [+/- referenciais], [+/- genéricos] e [+/- imprecisos], estabelecemos os significados funcionais das variantes analisadas, como a "atitude" do locutor em relação à mensagem ([certeza ou incerteza] ou [comprometimento ou não-comprometimento] ²).

2 - o segundo parâmetro diz respeito ao grau de assunção das propostas funcionalistas (interpretação teleológica). Nichols distingue três posturas (p.102-3):

a) conservadores - que incorporam algumas das propostas do funcionalismo, sem alterar a natureza basicamente formal dos pressupostos assumidos;

b) extremistas - que recusam qualquer referência formal;

c) moderados - que procuram correlacionar forma e função.

Essas posições se alternam entre os diversos autores, entre as obras do mesmo autor ou até dentro de uma mesma obra, o que reflete a fragilidade das convicções funcionalistas entre esses pesquisadores.

Observemos que a postura extremista é circular, porque as funções postuladas, em algum momento, foram expressas pelas mesmas formas que, posteriormente, são identificadas como preenchedoras das funções. A postura conservadora, por sua vez, encara as funções como elementos periféricos, o que leva a uma visão basicamente reduzida da linguagem.

Neste trabalho assumimos a posição moderada, de acordo com a perspectiva do funcionalismo de Praga, segundo a qual forma e função são elementos unificados dialeticamente e, portanto, inseparáveis.

3 - O último parâmetro, que distingue entre as diversas tendências funcionalistas atuais, é a perspectiva com que encaram as relações entre forma e função, ou melhor, a sua direcionalidade. Algumas pesquisas partem da forma para identificar a função, enquanto outras estabelecem, a-prioristicamente, um quadro de funções e procuram as formas que o preencham. Esta última posição é impraticável.

Como vimos anteriormente, os autores que examinaram as condicionais de uma perspectiva meramente funcional (posição extremista), tentando impor à língua classificações pré-estabelecidas, foram, freqüentemente, induzidos a erro. A tentativa de encaixá-las em uma hierarquia epistêmica pré-estabelecida - certeza, probabilidade, possibilidade (dúvida), improbabilidade e impossibilidade - levou-os a distinguir as condicionais impossíveis das improváveis (ambas no imperfeito do subjuntivo),

identificando estas últimas com a expressão de possibilidade (ao lado das expressas pelo futuro do subjuntivo). Outros associavam impressionisticamente o futuro do subjuntivo à expressão da probabilidade e o presente do indicativo à expressão da possibilidade, sem apresentar evidências que corroborassem tal interpretação.

A análise das formas (e dos contextos em que estas ocorrem) evidencia que: a) o imperfeito do subjuntivo (tanto em condicionais impossíveis quanto improváveis) expressa sempre a contra-fatualidade; b) o futuro do subjuntivo refere-se a conteúdos menos afirmativos (possíveis) do que o presente do indicativo (prováveis).

Estas oposições da língua não correspondem à hierarquia postulada pela lógica (cf. 4.1 adiante). Elas são depreendidas dos conteúdos veiculados pelo presente do indicativo (certeza e probabilidade), pelo futuro do subjuntivo (possibilidade) e pelo imperfeito do subjuntivo (improbabilidade e impossibilidade).

No entanto, o fato de partir dos elementos concretos, materiais (a forma), não significa eliminar as considerações semânticas e pragmáticas (a função). Sem elas não distinguíramos, por exemplo, entre "certeza" e "probabilidade" - como fizemos ao delimitar o campo da pesquisa às condicionais potenciais (possíveis e prováveis) - ou entre "improbabilidade e impossibilidade", distinções não gramaticalizadas, mas possíveis de serem estabelecidas no discurso.

Poder-se-ia questionar por que, apesar de utilizarmos as diversas propostas do funcionalismo mais recente, filiamos este trabalho às propostas teóricas da Escola de Praga.

Essa decisão decorre, em primeiro lugar, do fato de que as diversas tendências do novo funcionalismo não cobrem todas as funções aqui tratadas.

No funcionalismo estrutural, ao contrário, a união dialética das dicotomias - langue/parole; sintagma/paradigma; semântica-pragmática/sintaxe; atividade lingüística/atividade social; unidade/sistema; forma/função - dá conta dos diversos aspectos funcionais envolvidos na variação que estudamos.

Em segundo lugar, decorre do fato de que propostas mais recentes não se incorporam, individualmente, num quadro teórico abrangente. Como esclarece Nichols, elas têm caráter complementar (cf. Nichols, 1984:144).

Ao associarmos o presente trabalho ao funcionalismo de Praga, pretendemos que, antes de seguir uma ou outra tendência funcionalista, de interesse específico, este trabalho se insira numa visão integrada da atividade lingüística.

2.2.2 Teoria da variação lingüística

Vimos que o objetivo desta pesquisa é descrever, sistematicamente, a variação na forma verbal das orações condicionais nas situações de uso e, portanto, contexto social. Estamos, portanto, no âmbito da sociolinguística.

Segundo Bright (1974), a tarefa da sociolinguística é:

demonstrar a covariância sistemática das variações lingüística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção" (p.11-5).

Aproximamo-nos deste recorte, na medida em que filiamos nosso trabalho àquelas propostas sociolinguísticas

centralizadas na língua enquanto fenômeno social (em oposição às que procuram explicar os usos como capacidade individual dos falantes nativos de se comunicarem nas diferentes situações sociais). Além disso, procuramos nos situar dentro de um modelo que estabelecesse, de maneira rigorosa, os contextos que interferem na variação. Esses dois objetivos se encontram reunidos na proposta de William Labov conhecida como Teoria da Variação Lingüística.

2.2.2.1 Labov: variantes sem significados

Para os seguidores da Teoria da Variação, a tarefa da sociolingüística é identificar, a partir dos dados empíricos, os parâmetros lingüísticos (elementos gramaticais ou discursivos) e sociais (grupos sócio-econômicos e situações de uso) relevantes para a escolha entre formas alternativas (variantes) de se dizer "a mesma coisa" (variável).

Dessa corrente variacionista decorrem os princípios metodológicos e as idéias centrais sobre o fenômeno variável e as suas relações com os contextos lingüísticos e extra-lingüísticos, nos quais fundamentamos o presente trabalho.

O pressuposto básico da teoria da variação é o da regularidade do uso variável, segundo o qual, o emprego aparentemente aleatório de formas variáveis (muitas vezes rotuladas indevidamente como variantes "livres" ou "facultativas") obedeceria a princípios que podem ser estabelecidos de maneira objetiva. A teoria proposta por Labov dá um passo decisivo no sentido de confirmar a sistematicidade dos usos heterogêneos da língua no contexto social.

Através de cálculos estatísticos, é possível determinar

com precisão a interferência de fatores contextuais na escolha das variantes. Trata-se, na verdade, da extensão do princípio da distribuição complementar entre variantes condicionadas da lingüística descritiva norte-americana, tanto no sentido de abranger contextos não-categóricos isto é, que "favorecem" / "desfavorecem" e não "exigem" / "impedem" a presença de determinada forma - quanto no sentido de abranger, além dos contextos lingüísticos, os de natureza extra-lingüística.

A ocorrência das variantes nos contextos é medida através de cálculos de probabilidade. Assim, pode-se correlacionar a ocorrência das variantes (variáveis dependentes) aos fatores (variáveis independentes) e, através dos índices estatísticos, determinar quais os que favorecem, quais os que desfavorecem e quais os irrelevantes para o uso da variante. Voltaremos ao método da Teoria de Variação no capítulo 3.

Um conceito decorrente do princípio de sistematicidade das variações é o de "regra variável" postulada por Sankoff (1974) e por Cedergren & Sankoff (1974). Estas "regras" se caracterizam por corresponder não às intuições dos falantes nativos, mas à interferência de certos parâmetros intra e extra-lingüísticos, dados a conhecer através da análise dos dados empíricos. Assim, a descrição estrutural da regra variável, embora siga o modelo da regra categórica encontrado na teoria transformacional, deverá incluir contextos extra-lingüísticos e informações quantitativas (cf. Dittmar, 1976:134 e sgs).

Esse tipo de regra tem sido questionado, nos últimos anos, devido a sua implicação com o gerativismo. Não cabe aqui aprofundar esta questão.

Preferimos nos referir à sistematicidade dos usos como

"regularidades", evitando a conotação idealista e o compromisso teórico associado ao conceito de "regra", mas conservando "a convicção de que a língua dispõe de alternâncias regulares e que nenhuma comunicação é possível sem mudanças "[isto é, variações]" lingüísticas e estilísticas" (idem: ibdem).

Neste trabalho adotamos basicamente os rótulos e os conceitos da Teoria da Variação tais como foram definidos por Labov (1972b). São as seguintes as definições constantes na literatura variacionista, extraídas de Tarallo (1985):

Estilo: (...) um possível fator condicionador do uso de uma regra variável. Tipos de estilo: espontâneo, entrevista, leitura, lista de palavras, pares mínimos.

Fator: elemento condicionador do uso de regras variáveis, de natureza lingüística e extra-lingüística.

Regra: representação formal de fatos lingüísticos.

Variação: Teoria da Variação; assume a heterogeneidade e o "caos" lingüístico como objeto de estudo; também denominada sociolingüística quantitativa ou dinâmica.

Variantes: várias maneiras de se dizer a mesma coisa, com o mesmo valor verdade. Conjunto de formas lingüísticas que compõem uma variável.

Variável: conjunto de variantes.

Seguem algumas observações sobre as diferenças entre o uso desses rótulos em Labov e no corpo do nosso trabalho.

1 - Na literatura sociolingüística o termo estilo é empregado de forma ambígua:

a) na primeira acepção, vista acima, define os "fatores condicionadores (ditos estilísticos ou situacionais) correspondentes aos graus de formalidade ou de atenção à fala. As

variantes estilísticas não são consideradas portadoras de significação;

b) na segunda acepção, define as diferenças de conotação relacionadas às diferentes atitudes em relação à mensagem e à situação de comunicação. Neste sentido, as variantes estilísticas são consideradas por Lavandera - mas não por Labov - como portadoras de significado (significado "estilístico") ^.

2 - O termo fator ocorre, em geral, na expressão grupo de fatores e diz respeito a um dos elementos de um grupo paradigmático. Neste trabalho grupo de fatores também é referido pelo termo "parâmetro".

3 - Os rótulos variação e variável são aplicados aqui no sentido usual definido por Labov. Consideramos o termo variação aplicável tanto à relação in absentia, entre a forma selecionada e as que o poderiam ser (relação paradigmática), quanto à relação in praesentia, entre as formas que se alternam na sequência do discurso (relação sintagmática).

O termo variável pode ser definido tanto como um conjunto de variantes, quanto "elemento lingüístico abstrato caracterizado por um conjunto de traços que serve para defini-lo; ele é representado no discurso por duas ou mais variantes (Laberge, 1977). Quando se trata de variação entre formas portadoras de significado, a variável pode ser definida pela "função discursiva" (cf. Sankoff & Thibault, 1980).

Observe-se que o termo variável é muitas vezes empregado como sinônimo de "grupo de fatores". Preferimos adotar a acepção referida anteriormente, por ser a mais difundida.

4 - Empregamos o conceito de variante, no mesmo sentido que Lavandera, isto é, de modo a incluir entre as formas que

constituem as "várias maneiras de dizer a mesma coisa" aquelas que veiculam diferentes significados estilísticos. Assim, a redefinição do termo não altera, mas expande a definição proposta por Labov.

5 - Acrescentaremos um último rótulo, essencial para a compreensão da proposta deste trabalho. Trata-se do conceito de contexto, geralmente especificado como contexto lingüístico, contexto social ou contexto situacional.

O termo contexto se refere, na literatura variacionista, ao conjunto dos fatores que favorecem ou desfavorecem a ocorrência de uma ou outra variante no discurso. Neste trabalho, utilizamos o termo "contexto" de acordo com o uso não especializado, podendo referir-se, conforme o caso, quer a um único fator, quer a um grupo de fatores recorrentes, quer ainda, conforme o uso especializado, ao conjunto de fatores co-ocorrentes no discurso.

Algumas vezes se distingue entre contexto ou determinação externa (social e situacional) e co-texto ou determinação interna (ambiente dentro do texto). Preferimos denominá-los contexto social ou situação e contexto lingüístico ou discursivo.

Voltaremos, adiante, às relações entre variantes e contextos.

Uma consequência importante da aplicação da Teoria da Variação é que, ao comprovar estatisticamente o caráter ao mesmo tempo sistemático e social das variações (cf. Encrevé, 1977), ela põe por terra tanto a oposição língua/fala quanto a oposição competência/desempenho, legitimando a análise do uso lingüístico no contexto social.

No entanto, o avanço teórico mais relevante realizado

pela Teoria da Variação foi, a nosso ver, a superação do conceito de covarição entre estruturas sociais e lingüísticas estanques, através da inclusão dos contextos sociais no interior de um sistema (sócio-)lingüístico integrado (cf. Labov 1970).

2.2.2.2 Lavandera: variantes com significado

A segunda perspectiva sociolingüística, originada na Teoria da Variação, e que influenciou diretamente a realização deste trabalho, foi aquela desenvolvida por Beatriz Lavandera ao longo de mais de uma década, para a análise da variação entre formas portadoras de significado.

No seu primeiro trabalho - sobre a variação de tempo nas cláusulas condicionais não-fatuais de se, em Buenos Aires, posteriormente apresentado em forma de tese (1985) - Lavandera (1975) realiza "uma análise semântica e uma análise correlativa" nos moldes da Teoria da Variação padrão.

Verifica, então, que as formas alternantes (imperfeito do subjuntivo, presente do indicativo e futuro do pretérito), associadas à mesma variável pelo significado referencial comum (não-fatual), apresentavam-se nitidamente correlacionadas a fatores externos (idade, sexo e escolaridade). Este fato pareceu-lhe paradoxal, uma vez que em outros contextos estas mesmas formas se apresentavam em oposição (isto é, veiculavam significados distintos, respectivamente, contrafactual, potencial e factual).

Nos trabalhos subsequentes, Lavandera aprofunda a questão da diferença de significado entre variantes que apresentam o mesmo conteúdo referencial e sua relação com os contextos sociais e situacionais, afastando-se gradualmente das propostas

de Labov.

2.2.3 Lavandera: a perspectiva semântica

2.2.3.1 A primeira proposta

Em 1978, Lavandera propõe uma metodologia para o estudo da variação semântica onde pretende analisar tanto as relações paradigmáticas entre subjuntivo e indicativo quanto as suas substituições na seqüência sintagmática. Na verdade, a sua proposta visa, prioritariamente, às relações entre as variantes na seqüência do discurso, limitando-se o estudo paradigmático (isto é, a análise das freqüências de ocorrência nos contextos) aos fatores sociais e situacionais (graus de formalidade).

Baseando-se, ao mesmo tempo, nas teorias transformacional e da análise do discurso, Lavandera postula três níveis semânticos para a análise das variantes não-fonológicas (1978:10):

a) o nível dos significados básicos ou de sentença (significados referenciais relacionados às condições de verdade) que corresponderiam à estrutura profunda;

b) o nível dos significados de enunciado, que corresponderiam à estrutura superficial; e

c) o nível dos significados correspondentes às estratégias discursivas.

A partir desta formulação podemos concluir que:

1º· A distinção entre os significados básicos daria conta das oposições entre, por exemplo, afirmar, negar ou manter questionada a ocorrência da ação;

2º· Estes significados seriam superficializados no segundo nível sob as diferentes formas gramaticais de modo (indicativo - afirmativo ou negativo - e subjuntivo), que agregariam

as noções do tipo certo/duvidoso, real/irreal, conhecido/desconhecido.

3º. Finalmente, os significados resultantes se combinariam com os significados dos contextos lingüísticos e extralingüísticos, de modo a produzir efeitos estilísticos convencionais, de acordo com propósitos comunicativos definidos.

Lavandera identifica, nas mudanças de modo no discurso, um propósito argumentativo: a) a passagem para o subjuntivo indicaria que o argumento do interlocutor é irrelevante para o que se está dizendo; b) o indicativo seria utilizado para descrever fatos (nos enunciados fatuais) e condições (nos enunciados não-fatuais) que justificam a posição do falante com relação ao que este apresenta como temas não controvertidos e nos quais afirma basear suas conclusões (p.21).

Estas estratégias discursivas seriam sistemáticas e, provavelmente, seu uso estaria condicionado social e situacionalmente.

2.2.3.2 A semântica sociolingüística

Em 1979, Lavandera retorna à questão do lugar das significações nos estudos variacionistas. Abandona o referencial transformacional e estabelece como quadro teórico para a análise da variação entre subjuntivo e indicativo o que denominou a semântica sociolingüística. Por "semântica" entende-se "aquela parte da teoria lingüística que explica a relação que existe entre a comunicação e a forma lingüística" (p.1). Dentro desta versão abrangente de semântica (que inclui os significados e as relações pragmáticas), Lavandera reformula a classificação das significações sugerindo três novos níveis:

1º· o nível do sentido ou significado sentencial, isto é, dos significados que afetam as condições de verdade, ou conteúdos referenciais, e que são tradicionalmente associados ao conceito de denotação (análogos aos significados básicos da proposta anterior);

2º· o nível dos significados estilísticos, isto é, daqueles que não afetam as condições de verdade, o que engloba entre outros aspectos, as atitudes em relação à pessoa com quem falamos e a confiança que sentimos em relação à nossa mensagem, isto é, significados associados tradicionalmente ao conceito de conotação; e

3º· o nível das significações sociais e estilísticas (ou seja, relacionadas a fatores sociais e situacionais).

Nesta proposta, o terceiro nível diz respeito apenas às variantes relacionadas aos contextos extra-lingüísticos que, ao contrário das variantes relacionadas ao segundo nível, são analisados de acordo com o modelo de Labov.

Em síntese, passa-se a distinguir entre significações - formas desprovidas de significado e determinadas por fatores extra-lingüísticos e significados. Os significados do segundo nível (estilísticos) - aqueles que distinguem entre futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e justaposta, em português - não estariam agora correlacionados apenas aos contextos sociais e situacionais, mas também aos contextos discursivos. Voltaremos a eles adiante.

Comparemos os princípios defendidos por Lavandera com os de Labov.

Labov restringe o emprego da Teoria da Variação (isto é, o cálculo das probabilidades de ocorrência das variantes de

acordo com contextos) às alternantes que tenham o mesmo significado, não distinguindo entre as que têm ou não têm a mesma conotação (ou, nos termos de Lavandera, entre as que apresentam significado estilístico diverso e as que apresentam o mesmo significado estilístico). Em suma, as diferenças semânticas não interessariam à Teoria da Variação. (Assim, por exemplo, a análise da variação entre voz ativa e voz passiva realizada por Weiner & Labov (1983) não considera os aspectos semântico-pragmáticos).

Lavandera concorda em geral com Labov em que a variação se restringe a variantes que têm o mesmo conteúdo proposicional (ou, nos seus termos, o mesmo "significado referencial ou sentido"). No entanto, ao contrário de Labov, admite que, entre estas, há variantes que se opõem quanto ao significado estilístico. Nestes casos, segundo Lavandera, embora haja variação entre formas dotadas do mesmo significado referencial, a escolha da variante não é ditada pelo contexto, mas é um ato de decisão do locutor. São eles os "atores que escolhem o que farão", isto é, escolhem uma forma ou outra como estratégia discursiva para atingir os propósitos por eles mesmos estabelecidos. No caso do uso do modo verbal, esta escolha serve a propósitos argumentativos.

Para Lavandera, o cálculo das probabilidades, central no enfoque paradigmático, seria inadequado para dar conta dos fenômenos semântico-sociolinguísticos, ou seja, para estabelecer as relações semânticas entre as formas presentes no discurso.

Em seu lugar, Lavandera propõe que se analise a função das formas alternantes na seqüência do discurso ⁵, ou seja, que se adote uma perspectiva sintagmática ⁶.

As posições de Labov e Lavandera nos parecem ambas igualmente corretas, mas incompletas: a proposta de Labov fornece um instrumental valioso, o cálculo para determinação matemática da relevância dos fatores - mas, ao defender a autonomia da sintaxe⁷, deixa de considerar os componentes semântico⁸ e pragmático; a posição de Lavandera, por sua vez, permite considerar estes componentes, ao admitir variantes estilísticas de uma mesma variável, mas prescinde de uma metodologia rigorosa para fazê-lo. E sem um processo objetivo de identificação de contextos, o experimento passa a depender de forma quase absoluta da intuição e criatividade individual do pesquisador, reduzindo a possibilidade de validá-lo.

O problema que se coloca é: - como empregar os cálculos estatísticos sem abrir mão do significado?

Paradoxalmente, a resposta parece estar implícita no próprio foco da crítica, ou seja, no conceito de contexto.

Já em 1978, Lavandera afirmava - e com razão - que os contextos lingüísticos são, eles mesmos, veículo de significados correlacionados ao significado das variantes:

Só a combinação de um significado mais ou menos assertivo de um modo gramatical "[isto é, de uma variante]" com um tipo particular de contexto é que constitui uma fala mais ou menos assertiva, ou resulta em falar com mais ou menos certeza ou apresentar os acontecimentos como mais ou menos prováveis [grifos nossos] (Lavandera, 1978:6).

Em 1979, esta posição é confirmada.

É impossível afirmar que as diferenças de significado mais não estavam presentes no contexto da variação, uma vez que cada uma das formas "[isto é, imperfeito do subjuntivo, presente do indicativo e futuro do pretérito]"

estava em correlação nitidamente diferente com o significado modal geral dos contextos lingüísticos que também poderiam ser classificados como [IRREAL], [POSSÍVEL] e [FATUAL] [grifos nossos] (Lavandera, p.7).

Conseqüentemente, deduz-se que a escolha da variante não é "determinada" (muito menos "unilateralmente") pelo contexto.

Na verdade, o próprio "contexto" só é determinado pelo discurso.

(...) Os contextos são parte do que o falante constrói, quer dizer, são parte da escolha. Portanto a escolha entre o modo subjuntivo e o indicativo não se realiza só a nível do contexto reduzido onde se escolhe o subjuntivo ou o indicativo, mas se realiza a níveis mais altos, nos quais é possível eleger entre contextos que aceitam o subjuntivo ou o indicativo. No fundo continuam sendo cassos de escolha" [grifo nosso] (Lavandera 1984:128) *.

Até aqui concordamos com a autora. No entanto, Lavandera também conclui destes fatos que o emprego das variantes nos contextos não pode ser quantificado, posição com a qual não concordamos.

Não vemos nenhum impedimento a que, estabelecidos objetivamente os contextos possivelmente relevantes, utilizemos os resultados de testes estatísticos estabelecendo, assim, a covariância entre contextos e variantes.

Ao contrário, os resultados empíricos comprovam que, além de permitir a identificação dos contextos semântico-pragmáticos relevantes, o processamento eletrônico permite controlar o efeito de cada parâmetro, o que é vital quando se trata - como acreditamos se tratar - de fatores interrelacionados.

Um último ponto levantado por Lavandera diz respeito à correlação entre variantes com significado estilístico e contextos sociais e situacionais (isto é, com "significação social

e estilística").

Em princípio, o tratamento que Lavandera dá a estes grupos de fatores é o mesmo de Labov, uma vez que admite a quantificação das variantes a eles associadas. Agora, porém, devem assumir o significado destas variantes.

A diferença entre as freqüências de formas portadoras de significados (fatural vs. não-fatural) de acordo com os grupos sociais (nível de escolaridade, idade ou sexo), parece à primeira vista algo ideologicamente perigoso, algo que poderia ser interpretado como afirmação de "superioridade" ou déficit intelectual de determinados grupos sociais em relação a outros.

Posteriormente, porém, analisando os efeitos dos fatores sociais à luz dos significados e funções das variantes no discurso, Lavandera encontra a explicação para aquela distribuição, dentro do que denominou o "princípio de reinterpretação".

Segundo este princípio:

Para duas ou mais formas alternantes que têm o mesmo sentido, mas que diferem por seu significado estilístico, o significado estilístico pode ser interpretado como sendo um sinal de significação social e estilística" (Lavandera 1979:3)¹⁴.

Assim, numa comunidade em que, por exemplo, o significado modal [fatural] veiculado pelo presente do indicativo pode ser reinterpretado como um sinal de expressão "assertiva", os índices mais altos desta forma entre falantes do sexo masculino deverão ser interpretados não diretamente como um sinal de que os homens preferem formas fatuais, ou de que a forma de presente do indicativo converteu-se numa marca da fala masculina, mas sim como um sinal de que os homens tendem a preferir expressões

semanticamente assertivas (cf. Lavandera 1979:15).

O princípio de reinterpretação coloca as relações entre os contextos sociais e os significados veiculados pelas variantes em termos histórico-sociais: a escolha de uma forma portadora de significado não é nem "geneticamente" imposta a um grupo específico (como poderia parecer, ao observador inadvertido), nem imotivada (o que pareceria menos tendencioso). A escolha da forma é determinada cultural e historicamente.

Como veremos no capítulo 13, correspondente à análise dos fatores sociais, o princípio de reinterpretação revelou-se um conceito crucial para a explanação das correlações entre o uso do presente do indicativo e o contexto social/situacional em português.

2.2.4 A síntese de Labov e Lavandera

Procuramos, no item anterior, caracterizar as principais tendências teóricas que fundamentaram a presente pesquisa.

Conhecidos os pontos de convergência e de divergência entre elas, cabe expor como as diversas propostas foram conciliadas no âmbito deste trabalho.

Como vimos, o funcionalismo lingüístico forneceu os princípios teóricos tanto no que se refere às relações estruturais entre os elementos lingüísticos, quanto à perspectiva dialética com que procuramos relacionar os fatos da língua aos fatos sociais.

No entanto, as Teses da Lingüística de Praga não se fundamentam em análises da língua nas situações reais de uso coloquial, nem tampouco se fizeram acompanhar de uma metodologia rigorosa para a análise da correlação entre os usos lingüísti-

cos e os contextos sociais.

Neste sentido, a presente pesquisa propôs-se não só a retomar os pressupostos do funcionalismo à luz do pensamento atual, como a analisá-los com os novos instrumentos fornecidos pela sociolinguística quantitativa.

Entretanto, a tarefa não é simples. Como vimos, a aplicação da análise da variação a variantes não-fonológicas apresenta problemas específicos cuja solução ainda desafia o pesquisador variacionalista. Este é o caso do fenômeno que analisamos¹¹.

A decisão sobre a aplicabilidade da Teoria da Variação aos nossos dados foi um ponto crucial que marcou a realização de toda a pesquisa, uma vez que, se, por um lado, desejávamos analisar as diferenças de significado e função, por outro, desejávamos manter a precisão de análise alcançada pela metodologia da Teoria da Variação. Diante do impasse, procuramos uma terceira via de solução.

Assim, optamos por fundamentar o trabalho na perspectiva variacionista, sem nos submeter às restrições impostas por Labov (1972b). Ao contrário, procuramos introduzir, no quadro da Teoria da Variação, tanto o significado das variantes, quanto as relações sintagmáticas entre as formas e os contextos, postulados por Lavandera.

- Como conciliar as duas posições teóricas contraditórias?

Antes de responder a esta questão, procuremos justificar a aplicação da metodologia variacionista. Esta opção se baseou na constatação de que, apesar daquelas restrições, ela tem apresentado resultados valiosos na análise de variantes porta-

doras de significado.

Com efeito, há inúmeros exemplos cobrindo uma ampla gama de fenômenos em diversas línguas. Para citar apenas alguns, temos, no francês: os trabalhos de Sankoff (1983), Sankoff & Thibault (1980), Thibault (1982), Laberge (1977); no inglês: o de Weiner & Labov (1983). No português, podemos mencionar as pesquisas de Molica (1977), Braga & Oliveira e Silva (1984), Lira (1984), Naro & Votre (1986), Omena (1986) e Paredes Silva (1988) entre muitos outros.

Sobre o emprego dos tempos e modos nas cláusulas condicionais, há os primeiros trabalhos de Lavandera (1974, 1975) com base no espanhol de Buenos Aires.

No entanto, é justamente Lavandera quem questiona, nos trabalhos seguintes, a aplicabilidade da Teoria da Variação a formas alternantes que veiculam significado.

Segundo Lavandera, esta decisão metodológica é problemática porque implicaria abandonar as diferenças semânticas existentes a fim de ajustá-las ao requisito do "mesmo" - condição exigida por Labov para a aplicação da Teoria da Variação. Em nosso caso, por exemplo, a opção pelo método estatístico implicaria abandonar as diferenças de significado entre, por exemplo, o futuro do subjuntivo e o presente do indicativo.

É evidente que não se pode aceitar tal condição, uma vez que há contextos em que estas formas se opõem, isto é, onde a alternância provoca mudança de significado. Assim, nos exemplos:

(1)R: Eles não bota uma pessoa de cor fazendo a propaganda, não bota um garoto de cor, por exemplo: Se TEM (PI) (já que tem) mulato, preto, louro e... quatro cores, que eles dizem, por que que não bota uma criança de cor?

(47:08:2050)

(2)R: Se (* já que) TIVER (FS) mulato, preto, louro e... quatro cores, que eles dizem, por que que não vão poder botar uma criança de cor? (exemplo fabricado)

O abandono destas distinções certamente representaria uma perda irrecuperável: a oposição entre (18) fatuais e (19) potenciais.

Diante disso, Lavandera conclui que a análise quantitativa da variação entre formas que envolvem significado estilístico seria impraticável.

Não compartilhamos desta opinião. Na verdade, partimos de hipótese oposta: a de que, embora tenham natureza diferente das variações fonológicas, as variações em níveis mais altos podem ser controladas por processos estatísticos, sem que se perca a dimensão semântico-pragmática.

Defendemos essa posição baseados na distinção (apontada por Lavandera), entre os diversos níveis de significado. Assim, formas que são "diferentes" (isto é, estão em oposição) em determinado nível podem, em um nível mais alto, ser consideradas como variantes que "dizem o mesmo". É aí que se aplica a análise variacional.

Vejamos um exemplo.

A observação informal revela que existem contextos em que há oposição entre as formas de presente do indicativo e de futuro do subjuntivo (cujo conteúdo corresponde respectivamente às diferenças entre [factual] e [potencial] (ex: chame aquele

que sabe falar inglês vs. chame aquele que souber falar inglês).

Embora possam variar em outros contextos¹⁸, discordamos da posição de Labov de que nesses casos as formas veiculam o "mesmo" significado. Como afirma Lavandera, acima do nível fonológico, as diferenças de forma sempre correspondem a alguma diferença de significado.

Nos casos acima, o mesmo traço distintivo que opõe "chame aquele que sabe falar inglês"/"chame aquele que souber falar inglês" (qualquer que seja sua definição: [+/- fatual], [+/- conhecido], [+/- afirmado] ou outra) estará presente como traço redundante e relativizado [mais/ menos conhecido, mais/menos provável, ou outro] nos exemplos [potenciais]: "se ele sabe inglês será chamado"/"se ele souber inglês será chamado".

Este significado (estilístico) não deveria ser ignorado na análise quantitativa dos usos variáveis. E, na verdade, não o será, se conduzirmos a pesquisa em direção oposta ao que se tem feito no estudo variacional de formas não-fonológicas. Se partirmos do princípio de que elas veiculam significados, a determinação das probabilidades de ocorrência das variantes em contextos semânticos e pragmáticos correlatos poderá ser um instrumento útil para a identificação do seu significado estilístico.

A hipótese, que apresentamos, de que o significado da variante estilística pode ser identificado pelo contexto, está implícita na semântica sociolinguística¹⁹.

Assim, Lavandera (1984) verifica que os contextos em que ocorrem os modos fatual (presente do indicativo), potencial

(futuro do pretérito) e irreal (imperfeito do indicativo) são, eles próprios, selecionados de forma compatível com o modo aí presente (p.134-5) segundo o objetivo argumentativo do locutor (p.143).

Poder-se-ia argumentar ainda, como o faz Lavandera, que, neste caso, a compartmentalização dos contextos - e, portanto, a própria conceituação de fator - ocultaria as verdadeiras motivações para a escolhida variante, as quais só seriam acessíveis através da análise das alternâncias das formas na seqüência do discurso:

Os resultados desta pesquisa parecem indicar o contrário.

Nossa posição é a de que a análise (paradigmática) das variantes no contexto é uma etapa indispensável para eventuais análises (sintagmáticas) de sua variação no desenrolar do discurso. É necessário comprovar primeiro - através dos contextos - que as formas no indicativo têm significado "fatual" (ou, em nossos termos, "experienciado"), para que se possa depois relacioná-las, como o faz Lavandera, aos propósitos de "justificação" no discurso argumentativo.

Observe-se que, assumindo esta posição, não afirmamos que a análise quantitativa da variação - que praticamos - opõe-se à análise do discurso, mas, sim, que a identificação das estratégias discursivas depende da identificação dos fatores semântico-pragmáticos correlacionados às variantes no discurso.

Outro argumento, mencionado por Lavandera contra a análise da variante estilística no contexto, é a dificuldade de se identificar com precisão os diferentes fatores contextuais.

Podemos refutá-la lembrando as palavras de Hymes a propósito da alegada dificuldade de se estudar o discurso no

contexto comunicativo:

(...) considerar o discurso como situado não significa referi-lo a uma infinidade de fatores contextuais possíveis. (...) Do ponto de vista da etnografia da fala, existe dentro da comunidade um sistema de atos de fala, um conhecimento estruturado acessível aos membros da comunidade, e, portanto, em grande parte, à ciência". (Hymes, 1974:102).

Confirmando essas palavras, acrescentamos que no estudo que realizamos, os fatores semântico-pragmáticos propostos (reflexo dos "conhecimentos estruturados da comunidade") estão formalmente codificados no discurso. Caberia investigar, portanto, até que ponto é válida, para outros casos, a hipótese de que as correlações semânticas e pragmáticas podem ser identificadas através de marcas discursivas.

2.2.5 Pragmática

No curso desta pesquisa - à medida que fomos sendo coloados, por um lado, frente ao problema da integração entre os diversos grupos de fatores lingüísticos e entre estes e as variantes; e, por outro, entre o discurso e os fatores sociais - vimos que se impunha estabelecer um quadro de referência que atendesse a duas exigências:

- a) dar conta das relações lingüísticas estabelecidas dentro do discurso;
- b) dar conta da atividade lingüística no contexto da interação comunicativa.

Descrevemos até aqui os pressupostos teóricos através dos quais tentamos responder à primeira exigência. Discutiremos a seguir as fontes a que recorremos para atender à segunda

exigência: as diversas perspectivas da pragmática lingüística ou pragmalingüística (cf. Schleiben-Lange, 1987: 67 e sgs).

Nesse sentido, concordamos com Esteva (1983), o qual, inspirado em Leontiev, afirma:

a teoria da atividade lingüística, ou da comunicação lingüística, deve abarcar não somente o estudo do "componente" gramatical nos processos da produção e percepção da linguagem (...), mas também um amplo estudo dos "componentes" semântico e pragmático (p.144).

Nesse contexto, a tarefa específica da pragmalingüística

é

investigar os processos verbais levando em conta o conteúdo, os fins e a influência das manifestações lingüísticas dos homens produzidas e interpretadas sempre no âmbito das situações comunicativas concretas por pessoas que se encontram em determinadas relações sociais e comunicativas igualmente concretas¹⁴ (ibid).

Embora as fronteiras entre a sociolingüística e a linguística pragmática não estejam ainda bem delineadas, quando se compararam os objetivos da análise da variação e os da pragmática (por mais imprecisa que seja a definição de pragmática) percebe-se claramente a sua complementariedade. Segundo Schleiben-Lange, a pragmática substitui a sociolingüística na resolução de inúmeros problemas:

A meu ver as diferenças decisivas entre falantes de diferentes camadas residem no plano pragmático. Os objetos a estudar sistematicamente seriam, por exemplo (...) emprego dos atos de fala, argumentações, justificações, etc." (Schleiben-Lange, 1987:159).

Schleiben-Lange critica especialmente a análise

quantitativa dos "fenômenos sintáticos e seus correlatos cognitivos", que considera inadequada para responder a certas indagações pragmáticas, tais como: " - De que ações lingüísticas e de que formas de interação são capazes os componentes de diferentes grupos? (...) - Que indicadores lingüísticos disso podemos identificar?" (*ibid.*).

Entretanto, como afirmamos anteriormente, é justamente a sociolingüística quantitativa (através da identificação dos fatores pragmáticos) que pode dar uma resposta objetiva a essas questões.

Por outro lado, há um aspecto levantado por Schlieben-Lange para o qual a Teoria da Variação – como de resto as várias escolas sociolingüísticas ocidentais – não tem dirigido a sua atenção: a análise das relações dialéticas estabelecidas entre a atividade lingüística e a situação social.

No entanto, nada impede que tal aproximação se realize. Em um determinado aspecto a sociolingüística e a pragmática lingüística podem, de fato, coincidir: se a sociolingüística não se conceber como pesquisa da variação de dois sistemas separados, mas se for pensada como a construção de uma sociolingüística dialética, que pesquisaria como se constituem na interação social os significados e as formas de ação, que, por sua vez, pré-formam outras interações (Schlieben-Lange, 1987).

Acreditamos, também, que este seja o caminho para a identificação da convergência entre as significações semânticas, pragmáticas e sociais correlacionadas ao uso das formas variáveis¹⁵.

A linguagem está, desde o início (filogenéticamente e ontogeneticamente) vinculada, de forma indissociável, ao pensamento e

à sociedade. A rede de interações que se estabelece entre estes três aspectos não permite supor uma "ordem de sucessão" ou um "ordenamento causal linear (unidirecional) mecânico" entre eles (cf. Esteva, 1983:172). Assim, não se pode antepor o pensamento à linguagem, ou vice-versa, nem tampouco a linguagem à sociedade. Estes conceitos são interligados como o foram na origem da humanidade (cf. Thao, 1974).

De acordo com a perspectiva marxista, a linguagem, o pensamento e a sociedade não são obra do acaso, mas sim o produto da práxis social. Ou seja, eles são determinados pela atividade global dos indivíduos e do corpo social (Esteva, 1983:172).

Lê-se em A Ideologia Alemã:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência - a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens (Marx & Engels, 1972:43).

Além da pragmática de base dialética, postulada por Schlieben-Lange, há outras propostas que procuram a explanação dos fenômenos do uso lingüístico no arcabouço teórico do materialismo dialético. Citaremos apenas a proposta de Bakhtin (1979) que se relaciona de perto às questões aqui tratadas, na medida em que analisa as interações entre os interlocutores.

Bakhtin propõe um enfoque dialógico dos usos da linguagem, isto é, parte das tensões entre emissor e receptor no contexto do diálogo.

Através do materialismo dialético, a análise da atividade lingüística (na qual se insere o estudo dos usos variáveis)

recupera a dimensão social no seu sentido mais amplo, enquanto identifica a língua como instrumento e reflexo da história dos grupos sociais da humanidade.

2.3 CONCLUSÃO

Em síntese: as propostas teóricas que serviram de base a este trabalho representam a convergência de quatro perspectivas complementares quanto à natureza do fato lingüístico:

1- a que propõe a análise das formas concretas de uso da língua (especificamente, de uso coloquial);

2- a que propõe a análise:

a)dos níveis mais altos do que o da frase (o trecho do discurso, os turnos conversacionais), além dos níveis da frase ou inferiores;

b)dos componentes semântico e pragmático, além do sintático; e

c)das relações extra-lingüísticas, além das relações dentro do sistema da língua.

3- a que propõe uma metodologia explícita e consistente para os fenômenos de natureza sintática e/ou semântica e/ou pragmática;

4- a que apresenta um sistema coerente de postulados teórico-filosóficos, capazes de explicar, de forma integrada, a rede complexa de aspectos envolvidos.

Procurou-se, assim, romper as barreiras que impedem uma compreensão mais abrangente do fenômeno lingüístico. A nosso ver:

a) a barreira que separa a descrição da atividade lin-

gúistica de sua formalização;

b) a barreira que separa os diversos níveis e componentes, dentro da língua, e a língua do conjunto dos fenômenos sociais;

c) a barreira que separa os fenômenos variáveis, aparentemente "caóticos", dos fenômenos sistematizáveis;

d) a barreira que separa o nível da descrição dos fatos da sua explanação.

Procuramos definir, neste capítulo, os postulados teóricos que embasaram nossa pesquisa. Passaremos, a seguir, à descrição dos instrumentos e processos metodológicos que viabilizaram a sua execução.

C A P I T U L O 3
A S P E C T O S M E T O D O L ó G I C O S

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Como foi dito, esta pesquisa tem por objeto o português falado no Rio de Janeiro.

Os dados foram obtidos através de 76 (setenta e seis) entrevistas realizadas entre 1980 e 1983 com informantes nascidos no Grande Rio ou que aí se radicaram antes dos cinco anos de idade.

Através de teste piloto, verificamos que as formas estudadas ocorrem em circunstâncias específicas. Constatamos a necessidade de um conhecimento mínimo entre entrevistador e entrevistado que permitisse o debate de temas polêmicos.

Para atender a esta exigência, convocamos um grupo de auxiliares de pesquisa constituído por estudantes e professores com formação em língua portuguesa.

A equipe, de origem socio-econômica, residência e atividade diversificada, selecionou os candidatos à entrevista dentro de seu próprio círculo de relações familiares, amigos, vizinhos ou colegas de estudo / trabalho.

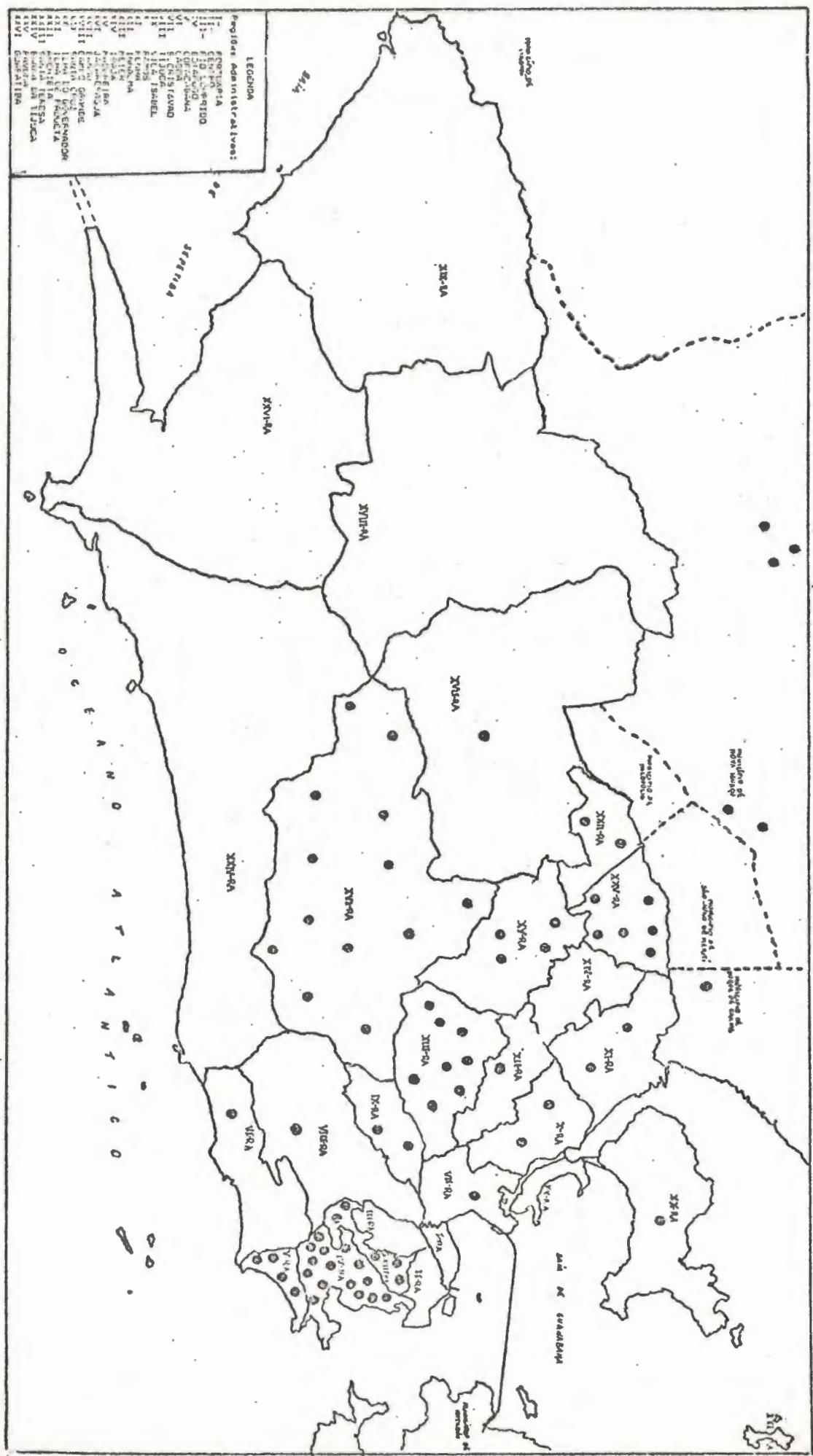
3.1.1 Descrição da amostra

A amostra de informantes assim obtida cobre um amplo espectro dos grupos sociais e econômicos do Rio de Janeiro, conforme se pode verificar pela relação dos grupos profissionais (cf. ANEXO 1)

Está, ainda, representado na amostra um número

significativo de regiões da cidade (cf. ANEXO 1). Pode-se verificar a distribuição geográfica dos falantes no mapa abaixo:

MAPA: Distribuição dos falantes no município do Rio de Janeiro e arredores.



Como se pode observar, dada a natureza da amostragem, os informantes se concentram em pontos localizados. Procurando minimizar os efeitos desta concentração, tentamos estabelecer o equilíbrio na sua distribuição social. Para tanto, delimitou-se o número de informantes que deveria preencher cada uma das células sociais resultantes do cruzamento de três parâmetros previamente definidos: idade, sexo e nível de escolaridade (cf. ANEXO 2 e 3).

Vejamos cada uma delas.

IDADE - foram estabelecidas quatro faixas etárias:

- a) jovem: 15 a 24 anos
- b) adulto: 25 a 34 anos
- c) sênior: 35 a 49 anos
- d) idoso: 50 anos ou mais.

SEXO - a amostra é constituída por falantes de ambos os sexos.

ESCOLARIDADE - foram estabelecidos oito níveis de escolaridade:

- a) primário incompleto
- b) primário completo
- c) ginásio incompleto
- d) ginásio completo
- e) colegial incompleto
- f) colegial completo
- g) universitário incompleto
- g) universitário completo

Obedecemos à classificação do antigo regime escolar por refletir melhor as diversas etapas da vida estudantil da

maioria dos entrevistados e por ainda ser reconhecida pela própria lei atual do magistério, a qual distingue entre professores da 1^a fase do primeiro grau (antigo primário reduzido de um ano) e os da segunda fase (antigo ginásio).

3.1.2 Considerações sobre a seleção da amostra

A questão da caracterização e distribuição dos informantes é um aspecto freqüentemente esquecido nos capítulos dedicados à metodologia de pesquisa. Como em todas as áreas científicas, os diferentes modelos lingüísticos propõem, implícita ou explicitamente, procedimentos metodológicos considerados adequados aos objetivos da análise. Assim, quando a Sociolíngüística se formou, pôde contar com técnicas para o estudo do uso lingüístico praticadas pela dialetologia, pelo estudo das línguas em contato e pelo estruturalismo (Dittmar, 1976:111-23).

Quanto à forma de escolha dos informantes, no entanto, os processos empregados até então nos estudos lingüísticos eram bastante deficitários. Na verdade, para quem pretende descrever a fala dos grupos sociais existentes, de pouco vale a inglória "caçada a falantes típicos", a que se viam compelidos os dialetólogos; ou a escolha inconseqüente de "qualquer" falante nativo disponível que não se opusesse a ter sua fala analisada estruturalmente. De muito menos ainda serviria o "desencarnar-se" o pesquisador tornando-se ele próprio aquele "falante-ouvinte ideal" de que nos fala Chomsky.

Conseqüentemente, a sociolíngüística teve de valer-se de outras fontes, adaptando-as ao seu objeto específico.

A exemplo do que já ocorria nas ciências naturais e na sociologia norte-americana, passou-se a trabalhar com a

quantificação de "dados". A mais importante pesquisa nesta linha, sobre a mobilidade social na cidade de Nova Iorque (Labov, 1966a), trabalhava com grandes quantidades de formas (ou "dados") variáveis manipuladas por técnicas estatísticas. Com o tempo, a análise quantitativa tornou-se mais sofisticada. Para tanto, colaborou o desenvolvimento de um novo instrumento: a informática. Observe-se que, embora os primeiros trabalhos em sintaxe (cf. Cedergren & Sankoff, 1974) contassem com número menor de dados, com o tempo foi-se confirmando a tendência a utilizar um corpus mais extenso. A pesquisa de Labov, acima citada, anuncia as bases metodológicas para a análise da variação lingüística. É ali que se propõe, pela primeira vez, uma coleta de grande número de dados. Para isso Labov recorreu a uma amostra aleatória da população de um bairro da cidade, definida previamente para uma pesquisa sociológica *.

Naquele trabalho Labov combinava três parâmetros - profissão, renda e educação - chegando a um contínuo que divide em dez estratos sócio-econômicos.

Embora apresente facilidades operacionais que permitem uma descrição objetiva de grupos distintos dentro de uma comunidade urbana, a técnica de estratificação social tem sido freqüentemente criticada por encobrir os conflitos de classe.

No entanto, ao contrário do que tem ocorrido em outras áreas de estudo, este processo não constrangeu a maioria dos sociolinguistas seguidores de Labov. As poucas restrições se limitam a apontar a imprecisão com que se emprega o termo "classe social" (cf. Milroy, 1980:14) ou o artificialismo dos grupos resultantes de sua aplicação (p. 112 e sgs).

Coube a Pierre Encrevé (1976), no prefácio à tradução

francesa do Sociolinguistics Patterns de Labov (1972b), chamar a atenção para as consequências do que denominou "a concepção de scientificidade sociológica", ou seja, a ideologia subjacente ao método e à sua aplicação.

Afirma Encrevé:

A ilusão total da neutralidade das técnicas tem por efeito (senão por função) aniquilar a estrutura da comunidade (...) Ao excluir toda representação conflitual das classes sociais e das relações sociais, a estratificação regular obtida na graduação quantificada de um contínuo sócio-econômico tem por resultado dissimular (...) o papel das relações de força e das contradições sociais na variação lingüística (p.18) ».

Em resumo, a estratificação da amostra reduz o objetivo principal da Sociolingüística, qual seja, a explicação do uso da língua como veículo e reflexo das relações sociais.

Um passo além, quanto à seleção dos informantes e à sua classificação, foi dado por Labov (1972a) na pesquisa do inglês negro cotidiano falado por adolescentes no Harlem. Propõe-se aqui a análise de um só "dialeto" - o dos oprimidos, abandonando-se a descrição da comunidade como um todo e com ela a noção de "amostra". Procura-se, agora, reconstituir o grupo natural através de situações o menos artificiais possíveis. São realizadas sessões em que a comunicação verbal se dá em condições de igualdade entre os interlocutores, sem a presença do lingüista observador e sem a imposição de tópicos.

Esta técnica visava a anular os efeitos do que Labov denominou o "paradoxo do observador":

O objetivo da pesquisa da língua no contexto social é descobrir como as pessoas falam quando não são observadas sistematicamente e o único modo de consegui-lo é observando sistematicamente (1972b:109).

Nessa pesquisa, pela primeira vez, Labov propõe uma solução que extrapola os limites da forma da entrevista. Não basta

romper as limitações da situação de entrevista através de procedimentos que desviam a atenção do discurso (op. cit.:201).

é necessário mudar as relações estabelecidas na própria situação de entrevista.

Assim, como aponta Encrevé (1976:19), embora interprete os fatos sob um prisma psicologizante, Labov incorpora, como fator fundamental na obtenção de dados espontâneos, a relação social entre entrevistador e entrevistado.

A técnica usada por Labov - fazer emergir a linguagem espontânea - não é original. Ela tem sido utilizada em outras áreas, como na Antropologia e na Educação e é conhecida como "observação participante".

Utilizando-se da pesquisa-participante, outra sociolinguista, Lesley Milroy (1980), criou uma técnica diferente para seleção e classificação dos informantes. Milroy se propunha a analisar a fala da classe operária de Belfast e encontrava dificuldade em introduzir-se nos grupos que se fechavam, devido aos constantes conflitos urbanos decorrentes da situação política do país.

Tal como Labov, procurava estabelecer vínculos de confiança com a comunidade a ser pesquisada. Dessa forma fez-se

apresentar através de um conhecido comum, pessoa muito "popular" dentro de seu grupo, ao primeiro informante. Este passou a apresentá-la aos outros membros do grupo como "amiga de um amigo" (vínculo de primeira ordem). Aqueles, por sua vez, apresentavam-na a novos amigos (vínculo de segunda ordem). Identificava-se assim o "grupo social" ou "comunidade" através de uma "rede de relações" (p.:45 e sgs), parâmetro intersubjetivo definido pelos próprios informantes (p.20).

Entrosando-se na vida local, desempenhando uma função real dentro da comunidade, a entrevistadora deixou de ser vista como um pesquisador distanciado e, tendo angariado a confiança do grupo, assumiu um status intermediário entre o estranho farrasteiro e o amigo.

Os resultados obtidos por Milroy reafirmam as conclusões de Labov: a horizontalidade das relações reduzem o efeito do paradoxo do pesquisador.

Diante dos fatos acima expostos e das pressões decorrentes da natureza particular dos enunciados condicionais, procuramos conciliar o processo de estratificação ao da observação-participante, conservando os aspectos positivos de ambas as técnicas.

3.1.3 Considerações sobre a dimensão da amostra

A decisão sobre a dimensão da amostra na análise sociolíngüística não é pacífica. Romaine (1982:110) questiona a validade de generalizações sociolíngüísticas muitas vezes baseadas em um número reduzido de informantes. Critica-se especificamente o "princípio da homogeneidade lingüística" proposto por Labov.

Segundo Labov, a extensão menor da amostra não interfere significativamente nos resultados, uma vez que

(...) o comportamento lingüístico é muito mais consistente do que a maioria das atitudes sociais ou respostas de pesquisa (1966:638).

Este princípio é particularmente relevante nos casos de variação sintática, especialmente difíceis de ocorrer em entrevistas livres (Naro, 1981).

Com efeito, na pesquisa que realizamos sobre a concordância verbal com verbos existenciais em português (Gryner, 1977) de ocorrência extremamente reduzida, pudemos obter resultados consistentes com um pouco menos de quinhentos dados, obtidos através de testes operacionais.

Os resultados obtidos por Lavandera na pesquisa das condicionais de se no espanhol de Buenos Aires (1974) também confirmam o princípio da homogeneidade lingüística.

Apesar da complexidade do sistema de alternantes modais analisado, Lavandera obteve resultados significativos (tanto lingüística quanto socialmente) a partir de cerca de mil e quinhentos dados, produzidos por cento e cinco informantes.

A variação das condicionais de se em português por nós pesquisada, apesar da proximidade com o fenômeno de Buenos Aires, cobre uma área diferente. No entanto, verificamos que um número, ainda aqui relativamente reduzido de informantes (setenta e seis) e dados (2789), foi suficiente para a análise, como se pode comprovar pela relevância estatística dos parâmetros propostos.

3.2 OBTENÇÃO DOS DADOS

3.2.1 Elaboração do questionário

Uma das primeiras dificuldades previstas na análise das orações condicionais foi dispor da quantidade de dados necessária para levarmos a termo a análise das variantes de modo dentro do modelo da Teoria da Variação.

Lavandera (1973) afirma que o "instrumento perfeito" para a produção do período hipotético é a entrevista típica. Ela define como "entrevista típica".

O espaço onde o entrevistado apresenta seus pontos de vista sobre assuntos de interesse geral e onde, portanto, certos discursos, como, por exemplo, apresentação de opinião sobre questões éticas e políticas, são naturais (op.cit:213).

Com efeito, como verificamos, esta definição também se aplica ao português. No entanto, as entrevistas típicas a que se refere Lavandera não se confundem com as entrevistas livres tradicionalmente empregadas nos estudos do uso lingüístico. Embora os períodos hipotéticos sejam correntes na língua falada, sua presença é totalmente imprevisível em entrevistas não dirigidas especificamente a obtê-las. Assim, em entrevistas realizadas para o projeto NURC-RJ (Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro) observamos que a quantidade de condicionais em entrevistas de 60 minutos variava entre cinco e cinqüenta dados.

Em suma, era preciso identificar quais fatores provocavam a produção de períodos hipotéticos para que se pudesse controlá-la em entrevistas dirigidas e, assim, obter respostas relevantes em número significativo.

Aplicamos, experimentalmente, um primeiro roteiro de

entrevista e, procedendo por tentativas e erros, conseguimos isolar alguns contextos que passaram a constar de um questionário com os tópicos das perguntas que funcionou como guia na aplicação do questionário.

Esta dinâmica - descoberta de novos fatores seguida de aperfeiçoamento do questionário, seguido, por sua vez, pela descoberta de novos fatores - prosseguiu durante todo o período de trabalho de campo.

A orientação do questionário no sentido de provocar os contextos trouxe, por um lado, um aumento considerável nos índices de orações condicionais nas formas previstas, ou seja: futuro do subjuntivo (ex.: Se CORRER (FS), o bicho pega), presente do indicativo (ex.: Se CORRE (PI), o bicho pega), e gerúndio (ex.: CORRENDO (GER), o bicho pega) e, por outro, a identificação de um novo esquema sintático para expressar a mesma relação condicional - a justaposta (ex.: CORRE (JUST), o bicho pega).

O questionário que serviu como roteiro, em sua versão final, constava de sessenta perguntas (cf. ANEXO 3) distribuídas em quatro partes de acordo com os seguintes assuntos:

1^{ma}. parte: formas de reagir diante da realidade: temperamento, personalidade, crenças e esperanças do informante:

(1)P: O sr. sabe guardar segredo?

R: (...) você me PEDINDO (GER) pra guardar um segredo é como se você não tivesse dito pra mim, porque eu guardo e esqueço (...). Só se você se lembrar, ou alguém, aí eu ainda vou me lembrar daquilo que você me contou. (Junior)

2^{ma}. parte: atividades e valores sócio-culturais: vida em

família, na vizinhança, no ambiente de trabalho; educação informal e formas de relacionamento interpessoal:

(2)P: As mulheres trabalhando, como é que elas fariam com os filhos menores, por exemplo?

R: Pois é. Aí tem uma coisa. Na Caixa Econômica, se você É (PI) mulher, funcionária da Caixa Econômica, você tem direito à creche. Se você ao contrário, você não É (PI) mulher, você É (PI) homem, e trabalha na Caixa Econômica, funcionário da Caixa Econômica, você não tem direito à creche. (Galeto)

3^{ma}. parte: aspectos sócio-políticos da vida urbana atual (em contraste com o passado e com a vida rural atual): violência, dificuldade de transporte e poluição urbana; condições de saúde e ensino, desemprego, infância abandonada; movimentos sociais, política partidária e economia nacional:

(3)P: Você consegue imaginar que reação você teria se fosse assaltado? Já pensou nisso?

R: Ah, se eu fosse assa... por exemplo: se eu IÔ (PI) com uma importância no meu bolso, se eu FDR (FS) assaltado, primeira coisa que eu digo: "- Carrega mesmo, pode levar, isso não é meu!" Entrego, lógico! Primeiro a minha vida, depois a dele. Agora se eu FDR (FS) assim... por exemplo: se eu tivesse no meio da rua com uma pessoa que eu ... é ... por exemplo, se fosse a Nilda que tivesse junto comigo, o cara fosse assaltar nós dois, lógico, eu ia defender ela, aí tem que morrer, mas brigar pra ver quem seria o vencedor, certo? Nesse caso, a minha mãe, meu pai é lógico que eu vou defender eles; agora se eu IÔ (PI) com uma pessoa que não é meu parente, pô! como é que eu vou defender aquela pessoa? (Jonas)

(4)P: Quais os piores problemas da cidade, já que você gosta de poluição (...)?

R: Vamos dizer assim, eu acho, é a intranqüilidade que você vive hoje. (...) Nós saímos daqui, vamos pra Paquetá. Eu, duas horas da manhã, saio de minha casa, vou na esquina falar no telefone, que já aconteceu. Se eu RESOLVO (PI), IÁ (PI) uma noite muito bonita, eu RESOLVO (PI)

dar uma volta de bicicleta, sozinha, vou. Sem perigo nenhum. E aqui, eu SAÍO (JUST) de minha casa, pra ir na casa do meu filho, que é ao lado da minha casa, de madrugada, sozinha, que eu já tenho medo. (Amanda)

4^{ma}. parte: atividades de lazer: carnaval, futebol, praia, televisão, cinema, atividades artísticas, viagens.

(5)P: Você acha que televisão ajuda ou prejudica o desenvolvimento das crianças?

R: Bom, se a criança VÊ (PI) televisão, sabe? praticamente o dia inteiro, vai prejudicar. Agora, se ela FOR (FS) ver a televisão, depois que ela já fez tudo aquilo que ela teria necessidade de fazer pro seu desenvolvimento, um desenho, um filmezinho pra se distrair, eu acho que não ia prejudicar. (Amanda)

Esses tópicos se justificavam como aspectos de um tema geral: a vida do habitante do Rio de Janeiro.

A função primordial do questionário era a de fornecer um eixo condutor e, ao mesmo tempo, provocador durante os sessenta minutos de entrevista. A sua aplicação, portanto, não era rígida: não se pretendia esgotar todas as perguntas nem restringi-las às questões previstas. Antes de tudo, procurávamos manter a seqüência natural do diálogo.

O entrevistador não se atinha ao roteiro, mas podia consultá-lo abertamente, sempre que isso fosse necessário.

Muitas vezes o entrevistado preferiu ler o questionário previamente, o que não foi considerado prejudicial.

O princípio subjacente à elaboração deste instrumento - e presente durante as entrevistas - é o de que a coleta de informações não é um aspecto neutro da pesquisa. O conteúdo das perguntas, sua formulação e, principalmente, o encaminhamento que

se dá durante a sua aplicação são mensagens do mundo acadêmico que serão interpretadas pelo entrevistado. Se ignorarmos a função ideológica deste discurso, se não procurarmos superá-la, limitaremos o nosso objetivo à obtenção da maior quantidade de dados e correremos o risco de tornar a entrevista um instrumento a mais de dominação (cf. Thiollent, 1980).

Em suma, pretendia-se, deliberadamente, incentivar a crítica e a argumentação, substituindo a atitude de pseudo-neutrality, própria das práticas mecanicistas, por uma relação dinâmica da qual pudesse advir alguma reflexão transformadora. Essa postura torna-se particularmente necessária no caso da presente pesquisa, uma vez que o discurso monológico, característico das relações autoritárias, bloqueia a discussão de temas polêmicos, limitando o emprego de condicionais potenciais. Observemos o exemplo abaixo em que a entrevistada, professora de "metodologia de pesquisa", critica o modelo da entrevista (usado por estudante universitária):

(6)P: Que é que você acha do bebê de proveta?

R: Não. Aí você já está me perguntando coisa, Maria Helena. Porque são perguntas soltas, no ar. Então, aí, se você está fazendo perguntas pra mim, você tem que dizer o objetivo. Te interessa, pra quê? Pra curtir a felicidade comigo? Ou melhorar o meu aborrecimento? Ou ... Qual é a finalidade? O objetivo? (Marilu)

Até aqui descrevemos o instrumento para obtenção dos dados, sem questionar a sua relação com o objeto da pesquisa, ou seja, as orações condicionais potenciais. No entanto, em se tratando de um fenômeno que envolve tanto o significado (componente semântico) quanto a atitude do falante (componente

pragmático), é de se supor que os contextos que propiciam a sua ocorrência estejam de alguma forma relacionados a ele.

Vimos, anteriormente, que a formulação de hipóteses depende, em grande parte, da relação com o interlocutor. Este fato não é aleatório: lembremos que as condicionais realizam dois atos ilocucionais (pedido e asserção) (cf. Ducrot, 1972:179) visando à persuasão e que, portanto, nelas próprias se realiza um processo interacional e dialógico.

Assim se explica a necessidade de contextos em que a interação propicie o diálogo e a argumentação.

Lavandera (1983:229) descreve a forma pela qual a oração condicional de se pode ser empregada como aceitação provisória, para fins de argumentação, de algo que foi recusado pouco antes, refletindo duas vozes antagônicas dentro do discurso. Este contexto foi por nós testado como fator interferente na escolha das variantes. Voltaremos a ele no capítulo correspondente. (cf. cap. 8)

3.2.2 As condições da entrevista

É comum afirmar-se que as descrições do uso coloquial da língua dependem da espontaneidade da situação de enunciação das formas analisadas. Conseqüentemente - da mesma forma que é necessário limitar os efeitos do "paradoxo do observador" - é preciso assegurar as condições capazes de minimizar as interferências negativas inerentes à situação artificial de entrevista.

No entanto, o contexto ideal para a produção de enunciados condicionais, como vimos, é aquele que suscita a argumentação, isto é, "pensamentos refletidos", em contextos formais. A

mesma conclusão chega Lavandera, que afirma:

(...) planos futuros, desejos não realizados, provocam o pensamento refletido e não levam à fala espontânea. A tal ponto que para os outros estudos a alta ocorrência de se poderia ser usada como um indício a mais de que o falante não está usando uma fala realmente coloquial. "(...)" Eu caracterizaria, portanto, o grau de formalidade da fala que descrevo como aquela que é empregada para conversar com amigos sobre assuntos sérios ou com estranhos coloquialmente [grifos nossos] (1975:167-8).

A contradição entre as passagens grifadas reflete a confusão estabelecida entre fala refletida ("assuntos sérios") e formalidade ("não coloquial")

Conforme pudemos constatar, os contextos de ocorrência de condicionais são, certamente, próprios do "pensamento refletido", uma vez que, no dizer de Lavandera, "expressam julgamentos", ou seja, servem à argumentação. No entanto, não parece apropriado afirmar que a reflexão ocorre apenas em contextos formais³. Desfaz-se, portanto, o falso impasse entre pensamento reflexivo e informalidade.

Assim, embora a informalidade por si só não propicie a emergência de condicionais, procurou-se mantê-la, para obter o registro mais coloquial possível. Visando a garantir a informalidade da entrevista, solicitou-se que os próprios entrevistados fixassem hora e local da entrevista (que se deu na casa do informante, no local de seu trabalho, ou, ainda, na casa do entrevistador). Também foram avisados de que as entrevistas seriam gravadas mas que se manteria o seu anonimato.

Ao ser contactado para a entrevista, o informante potencial tomava conhecimento de que o seu objetivo era "saber como são, pensam e vivem os cariocas", um tema freqüentemente

abordado pelos meios de comunicação e, portanto, aceitável como natural em entrevistas de opinião. Como as entrevistas foram realizadas por pessoas ligadas à vida acadêmica e este fato era conhecido dos entrevistados, foi dito que se tratava de uma tarefa escolar, fato que motivava as pessoas a participarem da pesquisa como forma de ajudar um parente ou amigo, mas que, certamente, interferiu nas respostas.

Há ainda um último aspecto a ser considerado.

Não se pode esquecer que, apesar das providências em sentido contrário, a própria posição de "entrevistado" situa o informante em posição de inferioridade. Afinal, como foi apontado por Lavandera (1983), é o entrevistador que detém o "poder" (isto é, o controle total da pesquisa), conhece a técnica, os objetivos últimos, dirige o diálogo e tem acesso à manipulação dos dados e interpretação dos resultados.

Embora em alguns casos a situação se reverta - como no exemplo (6) quando o entrevistador é intimidado pelo "poder" do entrevistado (simbolizado pela idade mais avançada, pela superioridade escolar ou pelo comportamento autoritário) - isto ocorre raramente.

Assim, segundo Lavandera, para se manter a simetria na interação, deve-se valorizar a participação do informante, de maneira que sinta que é necessário ao trabalho intelectual (em geral prestigiado), que suas opiniões são valiosas, que merece a atenção e o tempo do entrevistador.

Em síntese, é preciso evitar que o entrevistado se coloque como o dominado na relação com o entrevistador.

A situação da entrevista foi considerada como natural pela maioria de nossos informantes. Isto pode ser comprovado por

comentários espontâneos registrados nas gravações (do tipo: "Não conte a ninguém o que vou te contar!" ou "Isto não está censurado? Posso falar?" - seguido de comentário de natureza política que poderia ser considerado suspeito pelos órgãos de repressão, pela narração de acontecimentos da vida privada (como a iminência de estupro por parte do padrasto) ou mesmo de atividades semi-ilegais (como o uso de maconha).

Observe-se que, embora a maioria dos informantes ficasse tensa durante os primeiros minutos de entrevista, raramente se mantiveram intimidados todo o tempo.

Ocorreram casos de respostas evasivas e hesitação em responder a uma ou outra pergunta. Isto pode ser atribuído, em primeiro lugar, ao temor à censura policial decorrente da experiência recente dos anos de ditadura, como no exemplo (7).

(7) P: Você acha que as pessoas estão ganhando o suficiente para viver bem?

R: Eu acho que tem gente ganhando demais e gente ganhando muito pouco.

P: E teria alguma solução?

R: Se eu desse a solução, eu ia ser presa. (Amanda)

Outras vezes, por qualquer outro tipo de constrangimento, explicitado pelo pedido para desligar o aparelho enquanto pensava na resposta, por comentários sobre a "incapacidade" para responder, por frases lacônicas ou longos silêncios como em (8). Quando isto acontece há redução automática do número de enunciados hipotéticos.

(8) P: Você acha o voto importante? Você acha que as eleições vão ser honestas? O que você acha?

R: Bem, eu não voto, mas eu acho que ... [pausa]

P: Vai, fala alguma coisa.

R: Eu acho que o voto é importante. Eu acho que toda pessoa deve votar. (Lauro)

Na maioria das vezes, no entanto, atingiu-se uma situação de empatia e dinamicidade próprias do discurso dialógico e compatíveis com os enunciados argumentativos que pretendíamos provocar:

(9)P: O que o sr. acha do aborto?

R: Eu acho o aborto como a maioria atualmente acha: uma necessidade, muitas vezes; e um crime, muitas outras vezes. Se você VAI (PI) salvar uma senhora que, se DER (FS) à luz, ela vai morrer, com certeza, então a gente pode admitir um aborto... mas... se uma mulher SABE (PI) que não pode ter filhos e ela não TOMA (PI) os devidos cuidados e CONCEBE (PI), e depois de CONCEBER (FS), ela QUER (PI) assassinar o feto, eu acho que é crime. (Junior)

Nesse ponto consideramos importante aprofundar uma questão fundamental, qual seja, a técnica de "observação participante", da qual decorre a possibilidade de estabelecer as "relações simétricas" propiciadoras do "discurso dialógico".

Como dissemos, Milroy (1980) emprega a observação participante como estratégia para identificar as "redes de relações sociais". Estas são definidas no âmbito da teoria da troca ("exchange theory"). As redes de relações são definidas como um mecanismo que regula tanto a troca de bens e serviços quanto a imposição de obrigações e concessão de direitos aos seus membros.

Nesse contexto as mensagens verbais funcionariam como "transações" governadas pelo princípio de que o valor ganho por

um indivíduo numa transação é igual ou maior do que o custo.

De acordo com esta teoria, todos os relacionamentos interpessoais são interpretados em termos de troca. O sucesso de uma entrevista não seria resultado de que os participantes pertencem ao mesmo grupo (como sugere Labov, 1972b) mas à habilidade do entrevistador em produzir evidências de troca. O insucesso de uma entrevista em que haja relações assimétricas é atribuído à inabilidade por parte do entrevistador em fornecer evidências de troca e à ausência, por parte do entrevistado, da obrigação de fornecer serviços quando não há retorno.

Nossa perspectiva é diametralmente oposta. Não refutamos a existência das redes de relações sociais ou a validade da pesquisa-participante para se ter acesso a ela. O que criticamos naquela proposta é a visão mercantilista das redes de relações sociais e, em última instância, da comunidade lingüística. O equívoco está em definir-se as redes de relação como mecanismos dependentes de fatores fortuitos, quando na verdade elas são historicamente determinadas. Aceitamos que a comunidade lingüística é um mercado onde as mensagens verbais circulam e que as transações são reguladas pelo valor atribuído às mensagens, mas não podemos ignorar que este valor decorre do fato de que a linguagem é produto do trabalho social humano (cf. Rossi Landi, 1970:33).

Se, apesar de representar um risco para o grupo, um estranho (o entrevistador) passa a ser aceito no seu interior, se ele consegue ter uma função dentro de uma comunidade fechada, é porque, dentro das condições históricas específicas, foi considerado confiável. O intercâmbio de favores apontado por Milroy não é a causa, mas a consequência desta aceitação. As relações

estabelecidas com a entrevistadora não surgiram por acaso.

Ao distorcer a realidade, a perspectiva mercantilista trai a sua origem de classe, porque admite que "bens e serviços" e "confiança" são objetos intercambiáveis, e mais, que as condições de intercâmbio independem de condições sócio-econômicas.

No caso específico de nossa pesquisa a distinção acima é crucial. Por um lado, não há evidência de correlação entre possíveis trocas ou obrigações e sucesso nas entrevistas; por outro, foi possível identificar dentro de um grupo de informantes (alunos, professores e advogados) - possivelmente integrantes de uma rede de relações - um fator de coesão no emprego de uma das formas estudadas (presente do indicativo). Observe-se que este grupo não é constituído segundo os parâmetros utilizados por Milroy (local de residência e primeiras experiências comuns), mas por relações instituídas pela sociedade. (cf. cap. 13, adiante)

Do que foi exposto acima deduz-se que as condicionais ocorrem em situações específicas que deveriam ser recriadas durante a entrevista. Apresentamos, a seguir, os contextos pragmáticos que puderam ser controlados durante a entrevista:

a) atitude polêmica

Na formulação do questionário selecionamos como forma de provocar os períodos hipotéticos aquelas questões que exigiam uma tomada de posição.

É necessário que o tópico discursivo propicie a polêmica. Isto ocorre quando as expectativas do locutor são contestadas.

Observe-se que as entrevistas mais produtivas foram justamente aquelas que tinham maior potencial polêmico, quer por

envolver decisões ideológicas (legalização da pena de morte, do aborto, emancipação da mulher, educação sexual nas escolas, participação em greve), quer por envolver conflitos de valores (planejar vs improvisar; guardar segredo vs revelar; ajudar estranhos vs evitar aproximações).

Para problematizar estes temas o entrevistador devia refutar o entrevistado, mostrando-se cético ou apontando opiniões opostas às do locutor. Desta forma incentivava-o a defender seus pontos de vista provocando a contra-argumentação e, consequentemente, os enunciados condicionais. Ex:

(10)P: O sr. acha que a pessoa deve casar?

R: Acho... acho que deve casar e jamais trocar de cônjuge. Casou, é pra ficar com o escolhido, ou a escolhida (...). Se gostou, gostou pr'uma vez... para uma vez só (...). Eu acho que casou foi porque gostou... casou... eu acho que a indissolubilidade, insolubilidade do casamento é imprescindível, é... é... "num" é dizer que seja imprescindível, é o que eu acho que seja.

P: E quando não dá certo?

R: Aí eu tenho a impressão que... só um caso muito grave; porque "não dar certo"... é difícil é "dar certo" 100 por cento, entendeu? Se DER (FS) 99 por cento, entendeu? Se DER (FS) 99 por cento, 90 por cento, é uma felicidade, se DER (FS) 80 é muito bom, 70 já "tá ótimo", também, e a pessoa, medida que vai diminuindo essa proporção, não é tão feliz quanto aquele que tem 100 por cento, mas tem de suportar, tem de fazer por onde, aquilo ir adiante... (Junior)

b) atitude interessada

Para que possa haver a discussão do tópico, é necessário que ambos os interlocutores estejam interessados. O interesse do entrevistado poderia ser explicitado tanto pela postura física do entrevistador (projeção do olhar e do corpo do ouvinte em relação ao locutor), quanto por incentivos verbais à

argumentação. Assim, qualquer interrupção ou o simples assentimento "Hum...Hum" expresso em tom descendente e em momento inoportuno pode antecipar, inadvertidamente, o fim da discussão de um tema potencialmente produtivo.

(11)P: Mudando de assunto, agora, completamente. Você acha que essa alimentação, que tá muito em moda aí, macrobiótica, alimentação natural, você acha que ela é melhor pra gente, do que a alimentação normal?

R: Eu acho. Eu até como dela. Não que eu seja vegetariano, macrobiótico. Eu continuo comendo carne. Continuo comendo besteira na rua. Essas coisas todas. Mas eu acho melhor. Eu não digo o cara começar, por exemplo, a eliminar enlatado. Ele começa a eliminar uma série de coisas, eu acho...

P: Coca-Cola?

R: Coca-Cola. Essas coisas todas. Eu acho ela melhor. Agora, também não, não vou cair nela. Nunca me passou pela cabeça, cair nela e deixar de comer outras coisas. Deixar de beber... Nunca.

P: Hum! hum! E como é que você vê o problema de saúde, hoje em dia?

R: O problema de saúde, aqui no Brasil? I.N.P.S? (Galeano)

c. atitude emocional

O envolvimento emocional dos interlocutores em relação ao tópico discutido também pode interferir na interação, provocando maior eloquência em defendê-lo.

Perguntas do tipo "- Como você reagiria a...?", "- Você aceitaria que...", "- Você teria medo de que...?", parecem desafiar o locutor e, consequentemente, levá-lo a argumentar em favor do próprio ponto de vista:

(12)P: Assim em termos de... de... vamos imaginar que por exemplo: você vai levar seu carro agora pouco pra consertar o freio, né? Então vamos supor que não conserte, como é que você reage?

R: Ah... se não CONSERTAR (FS)... aquilo que eu, por exemplo, se você me PEDE (PI), eu CHEGO (PI) lá com meu carro, você DIZ (PI) é tanto, fulano, tá bom, aí quando eu vou pago a você, daqui a pouquinho, aquele teu serviço não é aquele valor que você me pediu, lógico que eu fico aborrecido, e... (...). (Jonas)

d. atitude criativa

Este contexto decorre do ato ilocucional de suposição solicitado ao interlocutor quando se enuncia a condicional.

O uso, por parte do entrevistador, de fórmulas que solicitam a criação mental de situações hipotéticas do tipo: "Suponha que..." "numa hipótese, assim ..." "Uma situação, por exemplo..." parece induzir o entrevistado a prosseguir com a mesma estratégia, levando-o a argumentar com situações hipotéticas:

(13)P: E acontecido senhor, por exemplo, de alguém lhe pedir para guardar um segredo, e o senhor achar que deve guardar o segredo, aí fala pra pessoa.

R: Depende muito. Depende muito, por exemplo. É o tal negócio, tem uma série de problemas. Por exemplo: um conhecido meu DIZ (JUST) assim: "poxa o meu irmão está doente, está com câncer, é evidente que eu não vou chegar perto daquela pessoa e dizer: "Olha, você tem que se tratar", se o médico que são os médicos não, não ACONSELHAM (PI) a que os membros da família falem, não sou eu que vou falar, tá entendendo? Agora se uma pessoa CHEGAR (FS) perto de mim e FALANDO (GER) assim, "poxa, eu vi a sua esposa com..." CHEGA (JUST) um amigo fala assim "poxa a esposa do fulano tava passeando com outro cara aí", eu também não vou falar que eu não sou maluco. Agora se FOR (FS) outra coisa é... que eu vejo que uma pessoa me conte que vai prejudicar você, mesmo ela PEDINDO (GER) segredo, eu vou dizer, "olha, eu não vou guardar eu vou contar a ela", aí vai prejudicar ela, então você não é

amigo, a gente não é amigo, vou chegar perto dela e falar; isso não é segredo que se peça.
(Almino)

3.2.3 Escolha do entrevistador

Em diversos momentos a habilidade do entrevistador foi crucial para a realização da pesquisa:

- a) ao localizar, dentro de suas relações familiares, de vizinhança, de estudo e de trabalho, informantes que reunissem as condições pré-estabelecidas de procedência, idade, sexo e escolaridade;
- b) ao mobilizá-los a realizar a entrevista;
- c) ao conduzir com habilidade entrevistas sobre assunto considerado "sério" em registro informal;
- d) ao manter por sessenta minutos um "bate-papo" diante do gravador, com pessoas de diferentes interesses, graus de familiaridade e temperamentos, não apenas provocando a sua loquacidade como ainda induzindo-as à argumentação.

Gracas a esse trabalho de equipe foi possível obter as diversas variantes e os contextos lingüísticos e extra-lingüísticos indispensáveis à análise dos períodos hipotéticos potenciais.

3.2.4 Tratamento dos dados

Os dados foram obtidos em entrevistas individuais de cerca de uma hora cada. Após as entrevistas, gravadas em fitas cassette de sessenta minutos, procedeu-se ao preenchimento de uma ficha com itens referentes a características sociais dos falantes (cf. ANEXO 4) e a particularidades de cada entrevista.

As gravações foram ouvidas e transcritas literalmente por

um segundo grupo de auxiliares de pesquisa (referidos no início do trabalho). Cada entrevista foi revista por, pelo menos, três pessoas.

Seguiu-se uma série de tentativas visando à: a) delimitação do campo de variação modo-temporal nas orações condicionais potenciais de se; b) identificação das respectivas variantes. Esta etapa da pesquisa caracterizou-se por um processo cíclico constando de sucessivas testagens de parâmetros postulados como relevantes para a variação, seguidas do afastamento das formas categóricas. Este procedimento não linear decorreu do fato de que não se podia estabelecer a priori o âmbito variação.

O procedimento de reconhecimento simultâneo da variável, de suas variantes e dos contextos correspondentes a seu uso foge à linha tradicionalmente proposta para a investigação de fenômenos variáveis, caracterizada como uma seqüência de etapas em que se supõe o conhecimento prévio das variantes a serem estudadas. Assim, Tarallo (1985) afirma que para o sociolíngüista atingir seu objetivo, isto é, a análise do conflito entre formas adversárias,

(...) é imprescindível que, em primeiro lugar, apresente, defina e caracterize detalhadamente cada uma dessas correntes (Tarallo, 1985:33)

Entretanto, no estudo da variação nas cláusulas condicionais de se no espanhol de Buenos Aires, Lavandera (1974:137 e sgs) utiliza o processo não linear, relacionando-o à natureza específica das variações portadoras de significado.

A partir deste procedimento delimitamos o nosso estudo à variável potencial, isto é, às variantes que expressam a

condição possível ou provável (ex.: "Se correr o bicho pega"), eliminando - por ocorrerem em contextos distintos daqueles que caracterizam estas variantes - tanto as formas de indicativo identificadas no contexto como fatuais (ex: "se é para o bem de todos"), quanto as formas de imperfeito e mais que perfeito (do indicativo ou do subjuntivo) identificadas no contexto como contrafatuais (ex.. "Se fosse para o bem de todos").

Por outro lado, aumentamos o número de variantes estudadas. Embora inicialmente prevíssemos apenas as variantes conectivas no futuro do subjuntivo e no presente do indicativo e a não-conectiva no gerúndio, através do processo de tentativas acima referido, identificamos a existência da variante não-conectiva no presente do indicativo (justaposta).

Uma vez identificadas as formas alternantes passou-se ao processamento eletrônico. Esta etapa e as subsequentes seguiram os procedimentos da análise variacionalista (cf. Gryner, 1977), tal como foi proposta por Labov (1969, 1972b) e desenvolvida por Cedergren & Sankoff (1974).

Para o cálculo das probabilidades utilizamos o programa VARBRUL-2S (Sankoff 1975).

Este programa atua em níveis iterativos: no primeiro, seleciona o grupo de fatores que se apresenta como estatisticamente mais significativo - 1º lugar - para a escolha da variante; no segundo nível, o programa compara todos os demais grupos àquele selecionado em primeiro lugar, escolhendo o grupo de fatores que ocupa o 2º lugar em relevância, e assim sucessivamente. Estabelece-se,assim, uma hierarquia quanto à influência relativa de cada grupo em relação aos demais.

Analisamos os mesmos grupos de fatores para as quatro va-

riantes, sendo confirmados como pertinentes oito grupos: sete lingüísticos e um social.

Todos os parâmetros selecionados revelaram-se relevantes (embora nem sempre com a mesma significância estatística) para mais de uma variante, podendo, em relação a elas, quer atuar no mesmo sentido, quer em sentido oposto (distribuição complementar). Constatamos também que em alguns grupos, de acordo com a variante, os fatores são subcategorizados distintamente.

3.3 CONCLUSÃO

A metodologia que descrevemos neste capítulo foi escolhida por ser a única a dar conta do uso variável e suas relações com o contexto. No entanto, de acordo com a proposta deste trabalho, as correlações estatísticas entre variantes e fatores não são um fim em si mesmas, isto é, não as utilizamos com intuito meramente descritivo (procedimento corretamente criticado por Robin (1977)). Ao contrário, pretendemos, através da identificação das tendências contraditórias (fatores favorecedores vs. inibidores do uso das variantes), superar não apenas as barreiras que separam as variantes dos contextos e as variantes e contextos lingüísticos entre si, mas, principalmente, a que se coloca entre o uso lingüístico e a estrutura social. Pretendemos, assim, atingir o nível explanatório a partir da complexidade das práticas discursivas, tal como se dão nas situações de intercâmbio comunicativo, e de sua inserção na dinâmica das relações sociais.

CAPÍTULO 4
REVISÃO DA LITERATURA

4. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo procuramos apresentar uma visão retrospectiva das diferentes análises da proposição condicional, focalizando aquelas propostas ou autores que de alguma forma influenciaram este trabalho.

Descreveremos, sucessivamente, as fontes filosóficas, os estudos gramaticais e as pesquisas específicas que versam sobre o mesmo tema, ou que dele se aproximam.

Em cada caso, centramos a atenção em duas questões:

- a) o modo verbal;
- b) as orações condicionais.

4.1 A PERSPECTIVA DA LÓGICA

4.1.1 O estudo das condicionais

O termo condição é freqüentemente tomado como sinônimo de hipótese, tanto na lógica quanto na lingüística. Vaz Leão comenta a contradição encontrada no vocabulário de Lalande ao tentar opor os dois conceitos dentro da lógica (Lalande, 1956 apud Leão, 1961).

A tradição lingüística tende a distingui-los por critérios sintáticos e/ou pelo conteúdo (relações lógicas ou psicológicas) do enunciado. Esta última tendência tem-se reafirmado nas pesquisas mais recentes, como veremos adiante.

Assim, o termo condicional aplica-se ora à construção (SE + PRO + APO) como um todo (cf. Ali, 1964a, 1964b, 1964c e Câmara, 1964), ora apenas ao primeiro membro (prótase) desta

construção (cf. Dias, 1954 e Leão, 1961). Muitas vezes, identificam-se como condicionais apenas os casos em que há implicação entre p e q (Geraldi, 1978); outras, alarga-se o seu campo de abrangência de modo a incluir as causais e as conclusivas (Matheus et alii, 1983).

O termo hipotético, por sua vez, ora se refere à construção (SE + PRO + APO) como um todo (cf. Brandão, 1963; Leão, 1961), ora apenas ao primeiro membro (PRO) da construção (cf. Ali, 1964a, 1964b e 1964c). As hipotéticas podem ser contrastadas com as condicionais por não expressarem a relação de implicação.

Uma distinção entre hipóteses e condições com base em critérios lingüísticos foi proposta por Geraldi (1978 e 1981) (cf. 4.3.4.1, adiante).

Dostie e Léard (s.d.), analisando as características semânticas e sintáticas de estruturas "condicionais" no francês de Quebec, distinguem quatro tipos:

a) hipóteses:

"Leve o guarda-chuva para o caso de chover."

b) suposições:

"Suponhamos, por exemplo, às vezes [se] eu vou estar no carro, aí eu começo a ficar preocupado."

c) condicionais:

"Se você me devolver antes de amanhã, eu entrego minhas chaves pra você."

d) implicativas:

"Se tivesse havido eleições provinciais em junho, o P.Q. teria perdido." ¹

A classificação acima se baseia em dois critérios:

1) a relação causal:

a) presença (condições e implicações);

b) ausência (hipóteses e suposições);

2) o conhecimento do valor de verdade das proposições:

a) presença (suposição e implicação); b) ausência (hipótese e condição).

Neste trabalho empregamos a terminologia mais difundida, ou seja, denominamos oração condicional o primeiro membro (PRO) da construção (SE + PRO + APO) e período hipotético a própria construção, em qualquer das formas alternantes analisadas.

Passemos aos estudos lógicos das relações condicionais.

A natureza das condicionais é um tema que vem despertando interesse há muitos séculos ⁸. Para isso colaborou a posição central que a proposição condicional sempre desempenhou no âmbito da filosofia.

Assim, a exemplo de outros domínios da gramática, o da oração condicional também ficou marcado pela herança da lógica. O resultado foi que as diferentes estruturas condicionais, próprias de línguas específicas, passaram a ser interpretadas de acordo com um único modelo formal apresentado como invariável e universal ⁹. Conseqüentemente a construção lingüística SE + PRO + APO é confundida com a construção lógica (*se p, então q ou p---> q*). O significado da relação causal entre os enunciados condicionais é identificado com o valor-verdade (verdadeiro ou falso) da implicação material, definido de acordo com o quadro abaixo.

Quadro (02): tabela de verdade definindo a relação de implicação material.

P	q	$P \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Tentaremos comparar os dois tipos de conteúdo utilizando um exemplo extraído da linguagem coloquial:

Se corre, o bicho pega; se fica, o bicho come.

O que o quadro diz é que, na primeira proposição:

1) dado que as proposições p ([a pessoa] corre) e q (o bicho pega) são verdadeiras, a implicação $p \rightarrow q$ (se corre, então o bicho pega) é logicamente verdadeira;

2) dado que a proposição p ([a pessoa] corre) é verdadeira e a proposição q (o bicho pega) é falsa, a implicação $p \rightarrow q$ (se corre, então o bicho pega) é falsa;

3) dado que a proposição p ([a pessoa] corre) é falsa e a proposição q (o bicho pega) é verdadeira, a implicação $p \rightarrow q$ (se corre, então o bicho pega) é verdadeira;

4) dado que a proposição p ([a pessoa] corre) é falsa e a proposição q (o bicho pega) é falsa, a implicação $p \rightarrow q$ (se corre, então o bicho pega) é verdadeira.

Podemos verificar que nem todas as relações lógicas acima definidas correspondem às intuições lingüísticas. A terceira relação é a que maiores dificuldades apresenta para os iniciantes em lógica. Geraldi (1978) apontou este fato, atribuindo-o à tendência das línguas naturais à inferência conversa, isto é, a inferir de "se correr, o bicho pega", "se não correr, o bicho não pega". Daí advém o sentido tragicômico quando da segunda oração: se ficar o bicho come ^.

Segundo Haiman (1979), a dificuldade de calcular F.U:V (se o antecedente é falso e o conseqüente é verdadeiro, então a condição é verdadeira), nas línguas naturais, deve-se à ausência, na implicação lógica, do elo de conexão causal existente nas orações condicionantes e condicionadas das línguas naturais ^. Esta dificuldade só é superada com o aprendizado artificial da linguagem da lógica.

Embora seja um traço característico das condicionais da línguagem comum, a inferência conversa não se revelou fator relevante para a escolha da forma de tempo-modo e conexão ^.

A medida que os estudos lingüísticos se tornam mais autônomos e que os ideais universalistas da gramática racional vão cedendo espaço a considerações de caráter empírico, toma-se consciênciia gradativamente de que os usos lingüísticos não se acomodam a parâmetros formais pré-estabelecidos. No entanto, essa circunstância ainda é, freqüentemente, ignorada^.

O segundo ponto de discordância, entre as orações condicionais (isto é, as condicionais das línguas naturais) e as proposições da implicação material, é que nem sempre as condicionais podem ser calculadas em termos de valor de verdade. Isto ocorre justamente com as orações potenciais: como elas não

são fatuais nem contrafatuais (isto é, não afirmam nem negam o conteúdo da proposição), não podem ser consideradas falsas nem verdadeiras.

Como já vimos, este fato está diretamente relacionado ao contexto (portanto, indiretamente, ao uso da flexão de tempo e modo da condicional) e nem a lógica, nem o estruturalismo descriptivista ou a gramática transformacional podem dar conta dele.

A dificuldade acima é de natureza semântica. Há outra, porém, que poderíamos atribuir ao caráter pragmático das orações condicionais.

Não há consenso sobre a relação estabelecida dentro do período hipotético, isto é, se ela corresponde ou não à implicação condicional entre os dois eventos expressos pela prótase e pela apódose. Segundo Geraldi, algumas vezes a conexão é entre o evento suposto e um ato de fala (ex.: Se tiver sede, tem cerveja na geladeira) (cf. Geraldi, 1978, 1981). Além disso, muitas vezes o segundo termo da relação não vem explicitado na frase (ex.: Se eu chegar lá...).

Diante do maior conhecimento atual sobre a realidade lingüística, vimos fechar-se o círculo: hoje é o pensamento filosófico que vai buscar, na expressão lingüística, a realidade (semântico-pragmática) das proposições da lógica. Os filósofos passam a indagar se a implicação lógica não seria o "congelamento" artificial de uma das inúmeras relações expressas pelas orações condicionais (cf. Rossi-Landi, 1970:1046).

A análise da variação de tempo-modo e conexão confirma essa suposição. Pudemos constatar a limitação da aplicabilidade de certos critérios, tais como o da "condição necessária" -

relacionada apenas à posposição da prótase (cf. adiante) (ex.: Minha mãe só sai se for comigo); e da "consequência necessária" – relacionada ao conteúdo experienciado da prótase (ex.: Se [=sempre que] corre, o bicho come (cf. adiante). Por outro lado, apesar de a tradição logicizante distinguir entre orações condicionais suficientes e necessárias e as que não o são, esse critério também se revelou irrelevante para os fins propostos neste trabalho.

Compreende-se, portanto, a afirmação de Wittgenstein, para quem o esforço de se buscar – circularmente – a explicação para as estruturas das línguas naturais na linguagem da lógica – derivada em última instância da linguagem natural – corresponderia "ao [esforço] de uma mosca, presa dentro de uma garrafa, em tentar levantá-la" (cf. Ikeda, 1988:189).

4.1.2 As modalidades

O segundo aspecto da lógica tradicional, independente do que vimos até agora, mas que igualmente influenciou a análise lingüística das condicionais, foi o estudo das modalidades.

Os antigos distinguiam dois aspectos nos enunciados: o dictum, que corresponde ao conteúdo representativo, e o modus ou modalidade, que corresponde às atitudes do locutor com relação a este enunciado (cf. Ducrot & Todorov, 1977).

Tradicionalmente, consideram-se três modalidades: aléticas, epistêmicas e deônticas.

a) aléticas (lógicas ou aristotélicas): referem-se às relações entre o locutor e o universo de referência.

De acordo com a afirmação ou negação do valor-verdade dos conteúdos – verdadeiro ou falso – e da sua extensão – geral ou

particular - teremos quatro modos lógicos (cf. quadro abaixo):

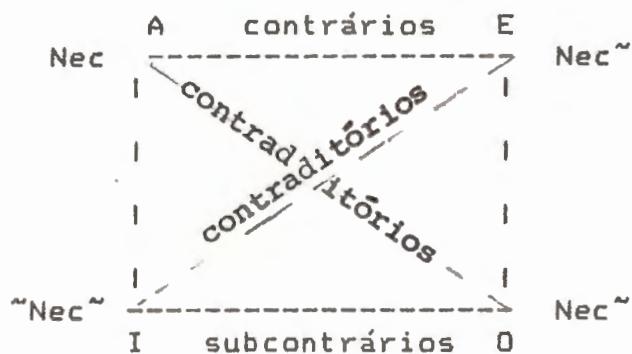
A - necessário (ex.: Os cariocas são brasileiros);

E - impossível (ex.: Os cariocas são gaúchos);

I - possível (ex.: Alguns brasileiros são cariocas) e

O - contingente (ex.: Alguns brasileiros não são gaúchos).

Quadro (03): Quadrado lógico



b) epistêmicas: referem-se ao conhecimento que o locutor tem do conteúdo das proposições, ou seja, ao "eixo da crença".

Da mesma forma que as modalidades aléticas, as modalidades epistêmicas se contrapõem segundo haja afirmação ou negação de conteúdos categóricos ou eventuais.

A - certo (ex.: Tenho certeza de que) o Rio de Janeiro fica no Brasil);

E - excluído (ex.: Tenho certeza de que Buenos Aires não fica no Brasil);

I - plausível (ex.: Talvez haja eleições no ano que vem) e

O - contestável (ex.: Talvez não haja eleições no ano que vem).

c) deônticas: referem-se ao "eixo da conduta", isto é, às normas, ao âmbito dos direitos e obrigações:

A- obrigatório

E- proibido

I- permitido

O- facultativo

Koch (1984) associa o primeiro grupo à semântica lógica; o segundo, à semântica das atitudes e o último, à semântica da ação. No entanto, esta separação entre os três tipos de modalidades é apenas um artifício classificatório. Como veremos, as flexões de modo podem veicular, ao mesmo tempo, relações lógicas, atitudes cognitivas e atos que impõem uma conduta ao interlocutor *.

O estudo do modo realizado neste trabalho se restringe às formas de expressão das modalidades não-categóricas (possíveis e prováveis) associadas às atitudes de dúvida e suposição.

Nos últimos anos as modalidades têm sido associadas aos atos de fala, fundamentalmente aos atos ilocucionais⁹ de argumentação¹⁰. Nessa perspectiva a modalidade epistêmica (das crenças e conhecimentos), assume, para alguns autores, uma posição fundamental (cf. Alexandrescu 1966, apud Koch, 1984:81 e sgs). Na medida em que os conhecimentos e as crenças desempenham um papel central na argumentação, ela é vista como "presuposto geral" para as demais modalidades.

Segundo estes autores, para se identificarem as modalidades categorizadas na língua, é preciso estabelecer a relação entre elas e os diferentes atos argumentativos, isto é, deve-se analisar as diversas formas de expressão da modalidade na atividade comunicativa.

Como nos limitamos ao estudo das condicionais potenciais, trataremos de apenas um tipo de argumentação, aquele realizado pelas modalidades possíveis e prováveis.

Pudemos comprovar a função argumentativa das condicionais desde o momento da obtenção dos dados, quando constatamos que a ausência de condições para a discussão de temas polêmicos reduziam drasticamente a taxa de enunciados potenciais (cf. capítulo 3).

Com a identificação dos contextos de ocorrência de cada uma das formas alternantes (futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e justaposta), foi possível ir mais além e determinar os diversos recursos discursivos utilizados para concretizar o ato de argumentação. Como veremos, a variação de tempo-modo e conexão dentro dos contextos argumentativos constitui uma estratégia tradicional da persuasão, que atribui à suposição um caráter de mais ou menos certeza (ou seja, de probabilidade ou possibilidade) ou "indiferença" em relação ao que está sendo enunciado .

4.2 A PERSPECTIVA GRAMATICAL

4.2.1 Os modos verbais

A modalidade se apresenta lexicalizada (ou gramaticalizada) de maneira distinta nas diversas línguas. Em português ela pode ser expressa pelas flexões verbais de modo.

Observe-se, porém, que nem sempre a classificação lingüística corresponde exatamente aos tipos nítidos da lógica, sendo necessários critérios mais flexíveis para definir a dinâmica das modalidades das línguas. Isto acontece por vários

motivos.

Primeiro, porque as oposições entre as modalidades não categóricas (entre as categorias aléticas: possível vs. contingente; entre as categorias epistêmicas: plausível vs. contestável e entre as categorias deônticas: permitido vs. facultativo) tendem a ser interpretadas nas línguas naturais como tendo o mesmo conteúdo referencial (cf. Koch, 1984). Por exemplo, os enunciados (1) e (2):

- (1) Talvez haja eleições presidenciais no ano que vem;
- (2) Talvez não haja eleições presidenciais no ano que vem.

dizem respeito ao mesmo universo referencial. Em ambos os casos a proposição (haver eleição no ano que vem) não é afirmada nem negada.

Segundo, porque há graus intermediários entre os quatro parâmetros propostos como, por exemplo, entre o provável e o improvável¹¹. Em português, estas modalidades podem ser marcadas pelas formas verbais usadas em determinados contextos.

Terceiro, porque sendo dependentes de contexto, as formas lingüísticas, ao contrário das conceituações lógicas, podem ser ambíguas (mas "desambiguizadas" pelo contexto). Assim, por exemplo, o presente do indicativo tanto pode expressar atitude de "certeza" quanto a de "probabilidade".

Para identificar as categorias lingüísticas realmente relevantes é preciso estabelecer quais as formas modais em oposição e quais as suas variações contextuais. Veremos, a seguir, como a tradição gramatical enfrentou esta tarefa.

Em geral, as nossas gramáticas concordam com a definição de modo como sendo as diferentes formas que toma o verbo para

indicar a atitude" (cf. Cunha, 1980:368). O que varia são as "atitudes" arroladas. Para Cunha, são atitudes "de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc. da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia".

Segundo Brandão (1963), os modos

mostram a maneira sob a qual se apresenta à mente o enunciado verbal, isto é, se é concebido como real, esperado, desejado, querido, ordenado, indeterminado. Há muitos matizes de ação ou estado significados pelo verbo, mas a todos não correspondem denominações próprias, distinguindo-se somente quatro grupos modais: o indicativo, o imperativo, o subjuntivo e o infinitivo (p.382).

Outra fonte de controvérsias é a distribuição dos modos. Basicamente, as formas verbais são agrupadas em três: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo.

Além dessas formas verbais chamadas "finitas" (caracterizadas pelas flexões modo-tempo-aspectual e número-pessoal), o verbo pode ocorrer também nas chamadas formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio (Cunha, 1980:368). Para alguns autores, essas formas constituem um quarto grupo modal:

o modo infinito, que compreende as chamadas formas nominais do verbo, isto é, o infinitivo, o gerúndio e os participios (Brandão 1963:382).

A ausência de um futuro no subjuntivo latino fez com que este ficasse especialmente sujeito a interpretações contraditórias. É interessante mencionar a gramática espanhola de Bello & Cuervo (1958) que descreve o futuro do subjuntivo como um modo hipotético à parte. Embora entre as línguas oficiais sobreviva hoje apenas no português, essa forma consta, em nossas gramáticas, como parte do modo subjuntivo e não como um modo

independente.

No entanto, a especificidade do futuro do subjuntivo é notada por Câmara (1964), que identifica dois subsistemas dentro do modo subjuntivo: o primeiro, constituído pelo presente e pelo pretérito; o segundo constituído pelo pretérito e pelo futuro. O futuro do subjuntivo integra este segundo subsistema quando usado

na prótase de uma estrutura frasal condicional, relacionando-se o pretérito ao futuro do pretérito na APÓDOSE [grifado no original] (exs.: iria, se pudesse - iria quem pudesse - iria quando pudesse) e o futuro ao futuro do presente na apódose (exs.: irei se puder, irá quem puder, irei quando puder) (p.326-7).

Revendo as descrições dos usos do subjuntivo e do indicativo nas gramáticas, constatamos que eles são definidos segundo dois critérios:

- 1) por seus traços semânticos (lógicos ou psicológicos);
- 2) por sua distribuição sintática.

O primeiro critério contrasta os modos verbais conforme:

a) as modalidades aléticas - relacionando as formas do indicativo a conteúdos necessários; as formas de subjuntivo a conteúdos possíveis, contingentes ou eventuais e a conteúdos impossíveis ou improváveis;

b) as modalidades epistêmicas - relacionando as formas de indicativo às atitudes de certeza e segurança diante de fatos reais ou admitidos como tais; as formas de subjuntivo às atitudes de incerteza, dúvida, suposição diante de fatos plausíveis e, ainda, às atitudes de certeza ou indecisão diante de fatos irreais ou contestáveis.

A título de ilustração, citaremos as definições encontradas em três obras de natureza diversa e lançadas em épocas distintas : o Dicionário de Filologia e Gramática, de Câmara (em 1964), a Gramática da Língua Portuguesa (em 1980), de Cunha e a Gramática da Língua Portuguesa, de Mateus et alii (em 1983) :

1) Mattoso Câmara (1964) descreve o indicativo como o "modo mais geral e básico", (...) "aquele em que indicamos ou asseguramos um fato" (p.194) (Obs: não há exemplificação).

O subjuntivo, ao contrário, é definido como o modo pelo qual "procuramos ressalvar que o processo é apenas admitido, em nosso espírito e, portanto passível de dúvida" (p.326-7). Citem-se, entre os vários exemplos:

- a) "irei, se puder".
- b) "iria, se pudesse".

2) Celso Cunha (1980) distingue os modos da seguinte forma:

Quando nos servimos do modo indicativo, consideramos o fato expresso pelo verbo como certo, real, seja no presente, seja no passado, seja no futuro (p.442).

Cita-se como exemplo: "Creio que ele vem."

Ao empregarmos o modo subjuntivo é outra a nossa atitude. Encaramos, então, a existência ou não existência do fato como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou mesmo irreal (p.442).

Cita-se como exemplo: "Duvido que ele venha."

3) Encontramos em Mateus et alii (1983) a distinção:

O modo INDICATIVO (IND) aparece fundamentalmente ligado a um estado de coisas reconhecido pelo locutor como necessário ou com um grau elevado de probabilidade (p.148)¹⁸.

E exemplifica mais adiante (p.152):

"Eu acredito que ele vem" (necessário).

O modo CONJUNTIVO (CONJ) aparece fundamentalmente ligado a um estado de coisas reconhecido pelo locutor ou como possível ou como contingente (p.149).

E exemplifica (p.152):

"Eu acredito que ele venha" (possível).

O modo CONJUNTIVO ocorre como "expressão de vários graus de condicionalidade (...)" (p.151) como no exemplo:

"Se tiver bom tempo, vamos à praia?" (p.151).

Assim, de acordo com o primeiro critério, adotado por todos os autores, parece evidente que existe oposição semântica e/ou pragmática entre o subjuntivo e o indicativo.

Por outro lado, porém, a maioria dos gramáticos também concorda com Câmara (1964:326) e Mateus et alii (1983:149) em que o indicativo é o modo "mais geral" e "menos marcado".

Assim, Epiphânio Dias (1954) afirma:

"o indicativo emprega-se em todas as orações para as quais não há regra que exija outro modo" (p.183).

E Brandão (1963):

o [indicativo] pode aparecer em todas as orações para as quais não é obrigatório o emprego de outros modos (p.383).

Esta circunstância parece sugerir que o modo indicativo não expressa atitudes ou, pelo menos, que não as expressa da mesma forma que o subjuntivo.

Segundo Mateus et alii,

o modo INDICATIVO (IND) é menos marcado quanto à expressão de atitude ou da relação que se estabelece entre locutor, alocutário e o universo de referência (p.383).

Segundo as autoras, o indicativo ocorre "normalmente em frases simples e em oração subordinante de frases completivas fatuais" (p.148): "Sinto que te vais arrepender" (p.150).

Os resultados desta pesquisa poderão estabelecer a equivalência ou não das modalidades expressas pelo subjuntivo e pelo indicativo.

O segundo critério distingue os modos conforme a estrutura sintática das frases em que são empregados:

a) o subjuntivo ocorreria characteristicamente em orações dependentes.

b) o indicativo em orações absolutas principais e independentes.

Assim, vemos em Cunha (1980) que:

Como o próprio nome indica o subjuntivo (do latim 'sub-junctivus' que serve para ligar, para subordinar) denota que uma ação ainda não realizada é concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida. Daí o seu emprego normal em oração subordinada (p.443).

Said Ali (1964c) discorda deste ponto de vista argumentando que a estrutura sintática não é bom critério de

distinção, já que tanto o indicativo quanto o conjuntivo¹³ podem ocorrer em orações dependentes (p.166).

Câmara (1979) apresenta uma outra solução segundo a qual o subjuntivo é definido como um elemento ao mesmo tempo significativo e dependente de outras formas. Ele veicularia significados, mas estes significados repetiriam, redundantemente, o significado da forma que o determinasse.

Justifica tal proposta com base na tendência diacrônica das línguas europeias a terem as funções do subjuntivo gradativamente desempenhadas pelas formas de indicativo. Assim, segundo o autor, o subjuntivo continua a expressar o significado de dúvida ou hipótese, como no latim. No entanto, embora continue a expressar os significados originais, isto ocorre apenas em certos tipos frasais, como "servidão gramatical", ou seja, como forma "dependente de outra e nela praticamente integrada". O subjuntivo seria, então, um mero "padrão formal" e, portanto, "não marcaria valores semânticos" (cf.1964:133).

Como a dependência sintática é marcada também pelo conectivo¹⁴, o subjuntivo seria, tanto semântica quanto formalmente, uma forma redundante.

Como pudemos constatar, a partir das alternantes identificadas nesta pesquisa, tanto o futuro do subjuntivo quanto o conectivo são formas redundantes, na medida em que podem ser omitidos em orações não conectivas no indicativo. A dependência sintática da prótase pode ser marcada apenas pela entoação, enquanto o significado hipotético/condicional deverá ser indicado por outras formas no contexto discursivo.

Esta solução responde ao impasse: nem autonomia de formas significativas (à qual se chega pelo critério semântico), nem

dependência de formas sem significado (à qual se chega pelo critério sintático), mas dependência veiculando significado não próprio (à qual se chega pela síntese de ambos os critérios).

Em termos estruturalistas, poder-se-ia descrever a relação entre subjuntivo e indicativo não como uma oposição, mas sim como uma variação condicionada ao contexto, do qual dependeriam não apenas os usos das formas de modo, mas também, até certo ponto, os seus significados.

A proposta de Câmara representa um avanço na análise do modo. Ela apontou um fato fundamental: a correlação entre o significado das flexões verbais de modo e os contextos em que eles ocorrem.

No entanto, há casos para os quais a solução de Câmara é insuficiente. Ela não explicaria, por exemplo, o uso de indicativo em contextos de "incerteza", como em:

(3a) Talvez eu vou; (= vá)

ou a variação entre subjuntivo e indicativo em completivas diretas, dependentes sintaticamente da mesma expressão suposicional, como nas frases (4a) e (4b) citadas por Câmara (1970: 89 § 48):

(4a) Suponho que é verdade.

(4b) Suponho que seja verdade.

ou, ainda, a variação aparentemente independente de contexto como as do tipo (5a) e (5b):

(5a) Se corre o bicho pega.

(5b) Se correr o bicho pega.

- Que fazer com subjuntivos e indicativos que ocorrem no mesmo contexto? Ou, mantendo a terminologia estruturalista, como explicar a variação entre subjuntivo e indicativo quando não

há "condicionamento" sintático que justifique um ou outro emprego?

As respostas a essas questões são cruciais para a análise das formas de modo que se alternam nas condicionais potenciais, tais como (5a) e (5b). Apesar disso, porém, nem sempre os gramáticos associam os usos do modo em isolado ao uso do modo em orações condicionais.

Veremos abaixo as diversas análises do modo e das condicionais potenciais nas gramáticas da língua portuguesa¹⁵.

4.2.2 As condicionais

4.2.2.1 Epiphonio Dias

Começaremos pelo enfoque dos filólogos tradicionais, passando, em seguida, para a visão de gramáticos e lingüistas mais recentes. limitar-nos-emos à análise dos autores mais representativos das diversas tendências no que se refere ao tratamento do tempo-modo e conexão em condicionais potenciais de se do português¹⁶.

Serão revistas as posições de Epiphonio Dias, Said Ali, Mattoso Câmara, Claudio Brandão, Celso Cunha e Mateus et alii.

Constatamos desde logo uma profusão de rótulos, definidos, na maioria das vezes, imprecisamente. A dificuldade se acentua pela ausência de contextualização dos exemplos ou mesmo pela ausência absoluta de exemplificação. Uma análise mais detida revelou que há, ainda, diferenças de enfoque, de critérios classificatórios e de abrangência dos fenômenos estudados.

Procurando tornar mais evidentes as semelhanças e divergências entre as diversas propostas, estabelecemos alguns parâmetros para a sua comparação. Assim, podemos analisar cada

obra, segundo:

- 1- a perspectiva da análise (formal vs. semântica);
- 2- o foco da classificação (a prótase vs. a prótase e a apódoze);
- 3- a taxonomia (classificação das prótases - fatuais, potenciais e contrafatuais - número de classes e sua denominação);
- 4- a abrangência das condicionais potenciais quanto ao conteúdo da prótase (e da apódoze): inclusão ou exclusão das fatuais, das intemporais, das contrafatuais;
- 5- a abrangência das condicionais potenciais quanto à forma da prótase: inclusão ou exclusão das formas de futuro do subjuntivo, de presente do indicativo, de gerúndio e de justaposta;
- 6 -a abrangência das condicionais potenciais quanto à forma da prótase; inclusão ou exclusão das formas de futuro do indicativo, de presente do indicativo, de imperativo e de outras formas. Para maior clareza, conservamos como ponto de referência a classificação e nomenclatura utilizadas neste trabalho (factual, potencial e contrafactual; prótase, apódoze).

Comecemos pela Sintaxe Histórica Portuguesa, de Epiphânio Dias (1954). Aí se descreve o período hipotético em termos das orações constituintes. Consideram-se duas categorias de períodos hipotéticos, definidas a partir de uma perspectiva semântica (isto é, através de aspectos do conteúdo das proposições):

Em uma [categoria] afirma-se simplesmente a relação entre oração condicional e a oração condicionada (...). Na outra nega-se implicitamente a realidade do enunciado condicional e do condicionado (p.195).

A primeira é denominada (impropriamente, segundo Dias) o período hipotético "do real"; a segunda, período hipotético "do irreal". Exemplifica-as com os enunciados [os grifos são nossos]:

"Se aquelle triangulo é equilátero, nenhum dos seus tres angulos internos é recto" (p.195, nota 1).

"Se um triangulo equilátero pudesse ter um angulo recto, nem sempre a somma dos tres angulos internos d'um triangulo seria igual a dois rectos" (p.195, nota 1).

Menciona Epiphanio Dias o emprego de futuro do conjuntivo (subjuntivo) "na designação de futuro" nas orações subordinadas condicionais do período hipotético do real:

"Cá se eu seu mandado não vir, trist'e coitado serei" (D. Gil Sanchez apud L. de Vasc., Tex. arch., 18)" (p.213).

Também associa o pretérito imperfeito e o mais-que-perfeito às condicionais de se do período hipotético do irreal: "Se não houvesse ingratidoens, como haveria finezas?" (Vieira, I, 317)" (p.208).

Dias exclui do grupo das reais certas formas hipotéticas iniciadas por se que considera "meramente retóricas" (p.272), como:

a) as de "argumento" (se = já que)

"Se a música de hum passarinho pode entreter aquelle monge trezentos annos com tanto gosto seu... como não basta-rá a vista de Deos... para suspender a nossa alma sem fastio nem cansasso por toda a eternidade? (Man. Bernades, Pão partido, I § 1" (p.272).

b) as de "contraposição" (*se* = embora)

"Se muito soube e teve, muito errou" (Camões, Ode X, p. 272).

Embora Dias não se refira à forma verbal destas orações, observamos que ambas ocorrem invariavelmente no indicativo.

No entanto, inclui entre as condicionais reais as de "caráter dubitativo enfatizado", introduzidas pela expressão *se é que*, cujo verbo também é invariável.

"Acabai de conhecer quem mal entendido he o vosso escrupo, e o vosso temor, se he que o tendes (Vieira, VII, 65)" (p. 272).

Por outro lado, o autor não exclui as condicionais de *se* equivalente a orações temporais "quando se fala de casos repetidos" (*se* = todas as vezes que).

"Se deixava Moysés cahir os braços, logo os seus hião de vencida (Mon. Lusitana. I, 46 cl. 1 a. Blut.)" (p. 273).

Como veremos, esta revelou-se a mais adequada caracterização das condicionais potenciais intemporais. Dias acertou, também, ao incluí-la entre as suas "reais"; como constatamos, ela não se opõe às outras cláusulas potenciais, não se devendo, portanto, tratá-la em separado (como fazem alguns gramáticos).

A separação entre reais e irreais corresponde à distinção gramatical em todos os casos, não havendo qualquer sugestão de integrar certos tipos de "irreais" (no imperfeito ou mais-perfeito do subjuntivo) à categoria oposta, como fazem outros autores.

Quanto à forma das prótases potenciais, Dias aponta o futuro do conjuntivo, o presente do indicativo e o gerúndio. Embora não mencione justapostas assertivas, como as que analisamos, refere-se a condicionais justapostas interrogativas e imperativas:

A justaposta é associada ao "discurso animado": "Chama-se [sic]? ascendo à pátria. Poupa-me? aspiro a ella" (Castilho) (p.:273);

"Deitai ao mar um vaso de barro inteiro, nada por cima da água: quebrai esse mesmo vaso, fazei-o em pedaços, e todos até o mais pequeno se vão ao fundo" (Vieira) (p.273).

Quanto às formas de apódoce, Dias cita o emprego do presente do indicativo como "futuro enfático" ou mesmo, na conversação, como simples futuro: "Se no primeiro ímpeto não puderdes salvar as barreiras, estaes perdido". (Herc., Bobo,180) (p.193).

4.2.2.2 Said Ali

Vejamos, agora, como aqueles mesmos pontos foram analisados na obra de Said Ali.

A - Em Dificuldades da Língua Portuguesa (1964a), tratando da questão do futuro do pretérito, Said Ali reúne algumas observações relevantes sobre as orações de se. O autor parte de um enfoque semântico: a correlação entre duas hipóteses:

1º. o fato concebido "como realidade atual ou vindoura", expresso pela oração principal no futuro;

2º. a condição "da qual este depende e que vem explícita pela oração subordinada" começando pela partícula condicional

se e tendo o verbo no conjuntivo (p.136 § 549).

Acrescenta o autor:

Já que são tão interdependentes as duas proposições, eu proporia se assinalasse bem essa correlação, chamando condicionante à frase da conjunção "se" e condicionada à outra [grifos nossos] (p.136 § 553).

Said Ali classifica as condicionantes em três tipos, relacionando as formas verbais ocorrentes em cada um deles à variação na "maneira de conceber a hipótese" (p.136 § 549):

i - o imperfeito do conjuntivo dá o fato por inexistente ou improvável (p.137 § 554): "se tivesse fortuna, construiria um palacete";

ii - o futuro do conjuntivo caracteriza o fato como "coisa esperada" (p.137 § 554): "se tiver fortuna, construirei um palacete";

iii - o presente (o autor cita também o imperfeito e perfeito) do indicativo expõe o fato como eventual ou provável: não afirma nem nega a possibilidade da hipótese: "se queres paz, prepara-te para a guerra" (p. 137 § 560).

Deste quadro pode-se concluir que o autor:

1º.) não inclui as condicionantes improváveis com verbo do imperfeito do subjuntivo entre as eventuais (como fazem, equivocadamente, alguns gramáticos)¹⁷.

2º.) distingue entre dois tipos de prótases potenciais os enunciados "esperados" e os enunciados "prováveis ou eventuais" sem que haja definição clara do que significam estes rótulos¹⁸.

3º.) Na medida em que os enunciados com verbo no

indicativo (eventuais) são opostos aos enunciados potenciais com o verbo no futuro do conjuntivo, pode-se inferir que o autor exclui implicitamente as prótases intemporais (se = todas as vezes que) com verbo no indicativo do conjunto das potenciais¹⁹.

Said Ali define as condicionantes no gerúndio, como aquelas que "podem dizer a mesma coisa de modo mais conciso" (p.138 § 561). No entanto, não inclui entre elas exemplos de potenciais.

Quanto às formas verbais da apódoze, o autor menciona que às condicionantes no indicativo correspondem condicionadas em tempo e modo análogo, ou ainda o imperativo (p. 137 § 555).

B - Na Gramática Histórica (1964b):

Nesta obra, Said Ali mantém a perspectiva psicológica, associando a condição que denomina "hipótese condicionante" à oração subordinada. As hipóteses condicionantes variam de acordo com a natureza do fato referido. Podem ser:

i - fatos inexistentes e cuja realização não se espera ou não parece provável, no imperfeito do subjuntivo (e ainda, na linguagem antiga e da Renascença, o mais-que-perfeito simples): "Se a guerra se declarasse, estariámos perdidos" (p.335§1616).

ii- fatos vindouros cujo cumprimento se espera ou se admite como provável no futuro do conjuntivo: "Se seguirem o conselho, serão felizes" (p.336 § 1618)

iii- atos que imaginamos existirem no momento presente, no presente [ou pretérito] do indicativo: "Se tendes fé, como não fazeis penitência?" (se = já que) (Vieira, Serm. 5, 149) (p.336 § 1619). "Se me ouve algu que esteja resoluto de nam se converter já mais, não fallo com elle" (p.336 § 1619).

Em síntese o autor propõe aqui:

i - excluir do grupo das potenciais as formas no imperfeito do subjuntivo;

ii - excluir as fatuais do grupo das potenciais²⁰.

Said Ali menciona, além do futuro do conjuntivo, (referido acima), o presente do indicativo, para expressar

os sucessos cuja realização podemos supor tanto no futuro mais ou menos remoto, como dentro do domínio do presente que se estende no sentido do porvir e com ele se confunde (p.337 § 1620).

E exemplifica:

"Se pomos a Deos aos pés do mundo, crece o mundo, e diminue Deos, se pomos o mundo aos pés de Deos, crece Deos e diminui o mundo (Vieira, Serm., 5, 546)" (p.337).

iii - o gerúndio "para se dizer abreviadamente as condicionais" (p.358 § 1696):

"Assi como a bonina sendo das mãos lascivas maltratada o cheiro traz perdido e a cor murchada" (Camões, Lus., 3, 134)" (p.359).

Quanto às formas da principal, Ali cita apenas o futuro do presente do indicativo, correspondente ao futuro do subjuntivo, não mencionando a forma da principal correspondente às condicionantes no indicativo (p. 336 § 1618).

C - Na Gramática Secundária (1964c):

Esta obra, como as anteriores, parte de uma perspectiva semântica. O foco das hipóteses e condições está na prótase.

Aqui, o autor procura distinguir entre dois tipos de prótase de se: a proposição hipotética e a oração condicionante (p.136).

1º -) proposição hipotética - dependente de uma oração principal, que exprime um "fato suposto" de cuja realização depende o fato expresso pela principal.

Há dois tipos de proposições hipotéticas:

a - a que denota "um fato real, ou tido como real". Trata-se das orações fatuais (se = já que, ou se ... é porque). Reproduzimos dois exemplos correspondentes:

"Como queres melhorar, se não tomas o remédio?" "Se os sitiados se renderam, foi porque tinham acabado as munições."

Observamos que, embora não explice a relação entre a proposição "real" e a forma do verbo (invariável no indicativo), Said Ali grifa o verbo da prótase em todos os exemplos.

b - a que denota "um fato eventual", a qual não define limitando-se a exemplificá-la:

"Se cessar a causa, cessará o efeito." "Se dois ângulos são iguais a um terceiro, são também iguais entre si."

Nesse caso, o autor sublinha não apenas o verbo da prótase como também o da apódose, marcando a correlação entre estas formas e a sua relevância para a caracterização das eventuais. De acordo com os exemplos, as hipóteses eventuais podem ter o verbo no indicativo ou no subjuntivo, isto é, são potenciais. Temos, portanto, uma distinção entre hipótese factual e potencial.

2º) oração condicionante - denota a "condição de que depende certo acontecimento. Constitui-se (...) o período condicional, sendo CONDICIONANTE a oração de se, e CONDICIONADA a sentença principal" (p.137).

Said Ali distingue três tipos de condicionantes. Reproduzimos, a seguir, os exemplos de cada um deles. É interessante observar que no original não se destacam as formas verbais da prótase nem as da apódose (p.137):

a - referente a fato "inexistente" ou "improvável": "Se eu tivesse dinheiro, compraria uma casa."

b - referente a fato "realizável": "Se eu tiver dinheiro, comprarei uma casa."

c - expressão de "eventualidade": "Se queres a paz, prepara-te para a guerra."

A distinção entre condicionais e hipotéticas não é clara. Além de compartilharem as formas de indicativo e subjuntivo, a dependência que a prótase apresenta em relação à apódose e a presença do traço "eventual", que ocorre em ambos os casos, confundem os dois grupos.

Assim, os exemplos de hipotéticas eventuais são, em nossos termos, potenciais intemporais (ex. sempre que cessar/cessa a causa, cessará o efeito; sempre que dois ângulos forem/são iguais a um terceiro, serão também iguais entre si).

No entanto, embora Said Ali as distinga das fatuais (o que equivocadamente recusam certos autores), falha ao não incluí-las entre as condicionais "eventuais" (em nossos termos potenciais intemporais).

Quanto às contrafatuais, como vimos, Ali nelas inclui explicitamente fatos inexistentes e improváveis.

Said Ali menciona como forma da prótase potencial o futuro do conjuntivo em referência a "um fato vindouro, cujo cumprimento se espera ou se admite como provável" (p.172).

Além do futuro, cita o emprego do presente do indicativo na oração condicionante referindo-se a "atos que imaginamos (proposições hipotéticas) existirem no momento presente" ou quando "o fato é realizável tanto no futuro mais ou menos remoto, como no domínio ilimitado da época presente"²¹.

Há algumas observações a fazer, mesmo desconsiderando a distinção entre condicionais e hipotéticas:

Observe-se que, em desacordo com o que afirma Said Ali, a oração no futuro do subjuntivo também pode ser intemporal, conforme o exemplo citado:

"Se cessar a causa, cessará o efeito." ("Sempre que cessar a causa, cessará o efeito").

Consta, ainda, a forma de gerúndio: "A oração condicionante explícita pode ser substituída por uma oração gerundial" (p.138): "Ficarás curado, segundo os conselhos do médico."

A condicional potencial em justaposição, tal como a que é por nós analisada (oração assertiva no indicativo) não é mencionada incluindo-se apenas as construções de imperativo (ex: Toma este remédio e ficarás curado [= Se tomares este remédio, ficarás curado]) (p.137).

Quanto à forma verbal da apódose potencial, Said Ali menciona explicitamente apenas uma forma: o futuro do indicativo:

(...) o verbo da oração condicionante vai para o futuro do conjuntivo, ao passo que o verbo da oração condicionada no futuro do indicativo denotará a ação decorrente da hipótese (p.172).

que QUELES OUTRO FATO CONCEBE DE FUTURO, OSTE P.12501 (P.514)

No modo irreal, expresso pelas formas da possibilidade, CONCEBE-SE O FATO COM NAO EXISTENCIA. SO NAO HOUVE OCASO DE CONCEBER O FATO COM POSSIVEL (P.518)

Observamos que esta é a forma que ocorre nos exemplos de gerúndio. Nos exemplos de hipóteses e condicionantes "eventuais", no entanto, apresenta-se o verbo da principal no presente do indicativo e no imperativo.

CONCEDE-SE O FATO COM POSSIVEL (P.518)

4.2.2.3 Claudio Brandão

ENQUANTO CHEGARAS, se CHUTARES, CONSTRAS (P.516)
de ENQUANTO O FATO TAMBEM NAO SERAIS daqui HOJE (P.516)
 Na década de cinqüenta, é publicada a Sintaxe Clássica, de Claudio Brandão (1963), onde encontramos um capítulo dedicado aos períodos hipotéticos (p.516 e sgs).

Trata-se de uma sistematização de base semântica das diversas classes de condicionais e a sua caracterização gramatical através dos tempos e modos verbais. Ao mesmo tempo, o autor apresenta farta exemplificação de cada caso.

Brandão descreve o período hipotético como um todo lógico constituído de uma proposição condicional - a premissa ou prótase - expressa pela oração subordinada adverbial e de uma proposição subordinante - a consequência ou apódose.

futuro Segundo Brandão o significado dos períodos hipotéticos varia de acordo com a "maneira de conceber o fato enunciado na prótase". São três as modalidades (os modos) ou "matizes semânticos" presentes nas condicionais e categorizados gramaticalmente: o modo real, o modo potencial e o modo irreal (p.516-7). Segundo o autor, os modos da prótase estão associados, em português, basicamente, às flexões modo-temporais do indicativo e do subjuntivo e à forma verbo-nominal do gerúndio.

No modo real, expresso pelas formas da realidade (indicativo), concebe-se o fato como certo: "Se não TENDES rei, para que QUEREIS outro rei? (Arte de Furtar, c.51 p.250)" (p.516).

No modo irreal, expresso pelas formas da irrealdade, concebe-se o fato como não-existente: "Se não HOUVESSE ocasião, não HAVERIA ladrão (Provérbio)" (p.518)

No modo potencial, expresso pelas formas de possibilidade, concebe-se o fato como possível:

"Se FORES a passo, CHEGARAS, se CHOUTARES, cansarás (Provérbio)" (p.516).

"Se DESENFIAS o rosário todo, não SAÍMOS daqui hoje (Castilho, Col. Aldeões, 172)" (p.517).

Entre as condicionais reais, o autor inclui enunciados ambíguos (fatuais ou potenciais) no indicativo e, inusitadamente, um enunciado tipicamente potencial, no futuro do subjuntivo, fato aparentemente injustificado.

"Se assim PENSAS (PENSAVAS, PENSASTE, PENSARES, ENGANAS-te (ENGANAVAS-te, ENGANASTE-te, ENGANAR-te- AS))" (p.517) [grifo nosso].

É interessante sublinhar que, segundo Brandão, tanto o futuro do subjuntivo quanto o presente do indicativo podem expressar fatos ocorrentes no presente, no futuro ou em qualquer tempo (isto é intemporais ou acronísticos). Admite, portanto, a variação entre futuro do subjuntivo e presente do indicativo em enunciados intemporais.

As prótases irreais incluem enunciados impossíveis e improváveis, ou seja, as formas de imperfeito do subjuntivo não são consideradas potenciais.

Quanto às formas verbais que aparecem na condicional potencial, Brandão arrola o futuro do subjuntivo, o presente do indicativo e gerúndio^{**} (p.482 e 518).

Só há referência a um tipo de condicionais potenciais justapostas: a que tem a prótase no imperativo: "TIRAI do mundo a mulher, e a ambição DESAPARECERA de todas as almas generosas (Herc.Eur., 74) (p.519).

Como formas ocorrentes na apódese, são mencionados o futuro do indicativo e o presente do indicativo. As outras formas (imperativo, optativa e interrogativa), embora sejam usadas ocasionalmente nos exemplos, não são mencionadas explicitamente.

4.2.2.4 Mattoso Câmara

A primeira tentativa de estruturação dos enunciados condicionais nos moldes da teoria lingüística partiu de Mattoso Câmara. Em seu trabalho sobre a forma verbal "-ria" (1956, 1962), Câmara defende, na esteira de Said Ali, que esta forma, ao lado da forma "-rei", é correlacionada às formas verbais das orações condicionais.

Nos trabalhos seguintes, Câmara define as orações condicionantes (prótases) como subordinadas correlatas às condicionadas (apódeses) (Câmara, 1964:96). Trata-se de uma extensão do campo da correlação proposto por Oiticica (1952) originariamente para as comparativas e consecutivas.

Câmara classifica as condicionais com base na correlação entre as formas verbais da apódeose e as da prótase. Assim, a) o presente, b) o futuro do presente e c) o futuro do pretérito do indicativo da apódeose se correlacionariam respectivamente com:

a) o presente do indicativo, b) o futuro do subjuntivo e c) o imperfeito do subjuntivo da protase. Estes padrões "formais" de correlação veiculariam conteúdos distintos, definidos "em termos 'temporais'", respectivamente, como:

- a) correlação permanente;
- b) correlação futura; e
- c) correlação pretérita.

Através destes conteúdos temporais, os padrões formais corresponderiam a conteúdos "modais", respectivamente:

- a) indicação de ocorrência:

"Pouco serve ter a botica em casa, se não nos valemos de-la" [grifo nosso].

b) possibilidade de ocorrência (ocorrência eventual ou realizável):

"Se eu tiver dinheiro, comprarei uma casa". [grifo nosso].

- c) não ocorrência (irrealizável):

"Se eu tivesse dinheiro, compraria uma casa."

"Se eu tivesse tido dinheiro, teria comprado uma casa".

[grifos nossos] (p.82 a 83).

Cada uma dessas formas verbais da protase se correlaciona a uma forma verbal específica na apódoze:

Com um futuro do indicativo, do presente, ou presente tout court na apódoze, fica relacionado o futuro do subjuntivo na protase (...): "Farei se quiseres = Se quiseres eu faco (...)" [grifos nossos] (Câmara 1979:135).

O quadro acima, proposto por Câmara (1967), não explicita a natureza semântica das condicionais no indicativo. No

entanto, cita como "prótase condicionante" as orações que servem de "razão-justificativa de asserção seguinte" (isto é, as que denominamos "fatuais"), como no exemplo (p.57, nota 2): "Se queres a paz, prepara-te para a guerra" [grifo nosso].

Quanto às intemporais, não são incluídas entre as demais potenciais, sendo também definidas como "correlações permanentes".

Já o emprego do imperfeito do subjuntivo em condicionais referentes a não-ocorrências futuras é incluído entre os modos "irrealizáveis", isto é, não está incluído entre as condicionais potenciais.

Segundo este autor, a expressão de não-ocorrência no passado (não ocorrência conhecida) estendeu-se para os casos de não ocorrência futura (convicção de não ocorrência) (1964:82).

Embora apresente o sistema condicional em termos categóricos, Câmara aponta as variações formais possíveis de ocorrem nas condicionais eventuais (isto é, potenciais não-intemporais).

Na prótase, registra a substituição do futuro do subjuntivo pelo presente do indicativo ^{**} (1979:244); na apódose, a substituição do futuro do presente pelo presente do indicativo (1964:83).

Embora se refira à natureza "em princípio, autônoma" da frase condicionante (1967:57) e, portanto, ao caráter secundário da subordinação, Câmara não faz referência à condicionais justapostas na fala atual.

Em síntese, a obra de Câmara insere o estudo das condicionais entre os temas analisados sob perspectiva basicamente formal, superando os trabalhos precedentes de tendência

idealista (logicista ou psicologizante).

Várias propostas de Câmara revelaram-se pertinentes a este trabalho. A principal foi a sistematização das condicionais com base em três padrões formais.

Esta distinção é crucial para a delimitação das condicionais potenciais, permitindo não apenas a exclusão das formas de imperfeito do subjuntivo (impossíveis e improváveis) proposta por Câmara, como também a inclusão das formas do presente do indicativo que alternam com o futuro do subjuntivo.

4.2.2.5 Celso Cunha

A gramática de Celso Cunha (1980) não descreve sistematicamente o período hipotético, apresentando referências muito reduzidas, quanto às potenciais. Consideramos necessário incluí-la nesta revisão por ser a mais divulgada nos nossos meios escolares, e, portanto, refletir o conhecimento formal mais generalizado que pessoas escolarizadas podem ter sobre o uso concreto destas formas e conteúdos.

As considerações sobre o assunto ocorrem de forma dispersa em capítulos estanques: o dos modos e formas nominais, o dos tempos, o das conjunções, o das orações adverbiais e o das orações reduzidas.

Embora oscile entre interpretações semânticas e formais de maneira circular ⁵⁴, a perspectiva adotada pelo autor é basicamente formal.

O foco das condições é a oração condicional (p.562-64) definida como hipótese ou condição necessária para que seja realizado o fato principal (p.540). Esta definição de uma oração como condicional depende da conjunção subordinativa condi-

cional que, segundo o autor, "normalmente" a introduz (p.562).

Não há uma divisão explícita entre orações fatuais, potenciais e contrafatuaís. As condicionais fatuais não são mencionadas.

As contrafatuaís, referidas como "impossíveis" e "improváveis", são definidas indiretamente pela interpretação da "condicionada" irreal como expressando fatos que "não se realizaram ou que provavelmente não se realizarão" (no imperfeito ou no mais-que-perfeito do subjuntivo): "Se o encontrasse na rua, passaria indiferente (G. Ramos, I, 172)" (p.441).

Há, no entanto, a inclusão do mais-que-perfeito do subjuntivo como "eventual" no passado, no exemplo: "Se ele tivesse escutado os conselhos do Capitão Barros, seria um homem (G. Ramos I, 107)" (p.450).

O futuro do subjuntivo é associado apenas à expressão de fatos futuros.

"Se ele voltar amanhã, sigo com ele" (p.432).

Não há menção explícita ao emprego do presente do indicativo. Registra-se, no entanto, gerúndio como exemplo de prótase sem elo subordinativo:

"Todos os sacrifícios ela os fazia, sendo necessário, para poupar-lhe um desgosto, e auxiliá-lo nos trabalhos da vida (J. Alencar, OC, III, 1.206)" (p.570).

Quanto às formas verbais da apódoze, citam-se o futuro do indicativo e o presente do indicativo - ambos associados ao futuro do subjuntivo da prótase - e o imperativo:

"Se ele voltar amanhã, sigo com ele" (p.432).

"(...) Se não vieres depressa, acharás tua mãe morta" (M. de Assis, OC, I, 444)" (p.439)

O autor comenta o emprego não automático da correlação entre as formas da prótase e da apódose (p. 448)²⁴.

4.2.2.6 Mateus et alii

Em 1983, Mateus et alii publicam a Gramática da Língua Portuguesa, onde procuram descrever os aspectos semânticos e pragmáticos dos fenômenos da língua. O enfoque dado às construções condicionais se distancia das análises precedentes no sentido de fundamentar teoricamente as explicações sobre a modalidade que regula a asserção.

Apontam-se três classes de condicionais:

- a) fatuais ou reais,
- b) hipotéticas ou não-fatuais,
- c) contrafatuais ou irreais,

caracterizadas em função das relações lógicas entre antecedente (A) e conseqüente (B). Por exemplo, causa [ou condição suficiente] - conseqüência possível, provável ou necessária.

Note-se que as formas verbais envolvidas não são consideradas como critério de classificação. Assim, há tipos de construções condicionais: fatuais, hipotéticas e contrafatuais.

1) as construções fatuais ou reais são definidas como aquelas em que "o locutor assume que o conteúdo das duas proposições se verificaram no mundo real, no intervalo de tempo relevante" (p.458).

Certas condicionais fatuais expressariam ainda a relação de implicação: "Se o narciso é uma flor, pertence ao mundo vegetal". (p.460).

Observemos que, de acordo com este critério, são incluídas entre as fatuais orações com verbo no futuro do subjuntivo: "Se a água atingir a temperatura de 100 ° C [entra/entrará] em ebulação" (p. 460) [grifo nosso].

Segundo as autoras, este enunciado é fatual por constituir "uma generalização (um princípio, uma lei) que remete para um mundo epistemicamente accessível" (p. 461), da mesma forma que o enunciado: "Se a água atinge a temperatura de 100 ° C [entra/ entrará] em ebulação" (p. 461) [grifo nosso].

2) as construções hipotéticas (equivalentes às que denominamos potenciais) são definidas como aquelas em que "o conteúdo proposicional de A" [= antecedente] "especifica o(s) mundo(s) real(is) epistemicamente não accessível(is) no intervalo de tempo da enunciação em que se verifica o conteúdo proposicional de B" [= consequente]: "Se faltar outra vez a água, queixo-me à EPAL" (p. 461).

O nexo semântico entre A e B seria o mesmo em ambos exemplos.

Acrescenta-se ainda que, de modo geral, as hipotéticas correspondem a conteúdos localizados no futuro, tempo que exprime a não-faturalidade (p. 461) que seria veiculada, quando a oração é precedida pela conjunção se, pelo futuro do subjuntivo na antecedente e pelo presente ou futuro do indicativo na consequente.

As autoras incluem entre as construções hipotéticas aquelas com antecedente no imperfeito do subjuntivo e consequente no imperfeito do indicativo ou no futuro do pretérito, conforme: "Se faltasse outra vez a água, queixava-me à EPAL."

A única distinção entre esta construção e a de futuro do subjuntivo, como a do exemplo precedente, seria "uma diferença de grau de probabilidade: o estado descrito em A é dado como uma possibilidade menos provável" (p. 463).

Referem-se as autoras ainda às "outras formas hipotéticas" arroladas por Leão (1961)²⁷. No entanto, embora mencionem o gerúndio (ex.: Concretizando-se esta hipótese, prefiro a reunião na próxima semana), não consideram justapostas com prótase declarativa, como as que analisamos neste trabalho.

3) as construções contrafatuais ou irreais são aquelas nas quais, "no intervalo de tempo relevante, o antecedente verifica-se num mundo alternativo ao mundo real e, no mesmo intervalo de tempo, a sua negação verifica-se no mundo real; o consequente verifica-se num dos mundos alternativos ao mundo real, selecionado pelo antecedente" (p. 463), como no exemplo: "Se o Sol girasse à volta da Terra, não havia/ haveria sistema solar" [grifo nosso].

O tempo do antecedente é o mais-que-perfeito quando referente ao passado e imperfeito quando referente a estados de coisas não localizados temporalmente.

Como se pode observar, as referências às relações lógico-semânticas são irrelevantes para a caracterização das diversas classes de condicionais. Além disso, embora a classificação se tenha fundamentado na distinção entre modalidades epistêmicas (fatual, hipotética, não-fatual), a omissão de qualquer referência aos tempos e modos empregados em cada caso conduz às mesmas distorções verificadas em algumas das gramáticas precedentes.

Por um lado, excluem-se do grupo das potenciais orações

do tipo intemporal. Esta distinção não é validada por nenhum critério formal. Na verdade, a correspondência na variação de tempo-modo e conexão parece indicar que se trata de uma mesma classe. Comparem-se os enunciados (6a-d) a (7a-d), inspirados nos exemplos de Mateus:

(6a) "Se a água atingir a temperatura de 100° C, entra/entrará em ebulação";

(6b) "Se a água atinge a temperatura de 100° C, entra/entrará em ebulação";

(6c) "Atingindo a temperatura de 100° C, a água entra/entrará em ebulação"; e

(6d) "A água atinge 100° C, entra em ebulação".

(7a) "Se faltar outra vez a água, queixo-me à EPAL";

(7b) "Se falta outra vez a água, queixo-me à EPAL";

(7c) "Faltando outra vez a água, queixo-me à EPAL";

(7d) "Falta outra vez a água, queixo-me à EPAL".

Por outro lado, incluem-se orações com verbo no imperfeito do subjuntivo no grupo das potenciais, o que encobre uma oposição que, se tem algo a ver com o grau de probabilidade, não se resume, ao que pudemos constatar, a escolhas estilísticas entre possibilidades mais ou menos prováveis. A alternância entre imperfeito e futuro do subjuntivo corresponde à oposição entre morfemas gramaticalmente distintos: os que expressam possibilidade (isto é, potenciais) e os que expressam improbabilidade (isto é, contrafatuais).

Vimos, até aqui, como as gramáticas analisam a condicional. Veremos, a seguir, algumas pesquisas relacionadas mais de perto ao nosso trabalho.

4.3 AS PESQUISA ESPECÍFICAS SOBRE O MODO E A CONDICIONAL

4.3.1 A pesquisa do modo

Nesta seção procedemos à revisão de pesquisas que incidem sobre os dois tópicos centrais de nosso trabalho:

- a) a variação entre formas de tempo-modo e conexão
- b) as orações condicionais de se^{**}.

São elas: a descrição formal dos períodos hipotéticos de se, realizada por Vaz Leão (1961) com base em textos literários portugueses e brasileiros; a análise semântico-gramatical dos modos indicativo e subjuntivo no português contemporâneo, de Pereira (1974); a análise semântico-pressuposicional dos períodos hipotéticos, de Pinheiro (1980) (as duas últimas com base em dados intuídos, isto é, não empíricos, do português brasileiro atual); as análises semântico-pragmáticas realizadas por Salomão (1976 e 1978) e Geraldí (1978 e 1981) sobre os períodos hipotéticos de se^{**}.

Em 1974, Pereira, analisando o emprego do indicativo e do subjuntivo em orações subordinadas introduzidas por que, retoma a discussão sobre as relações entre subjuntivo e indicativo. Constatata a autora (p.126 e sgs) que estas formas podem ocorrer:

1º.) em proposições idênticas (isto é, em oposição), onde desempenhariam uma função semântica.

2º.) em distribuição complementar, de acordo com contextos superficiais. Nesse caso opõem-se entre si, "em virtude dos seguintes fatores":

- a) significados factivos vs. significados nunca factivos;
- b) afirmação vs. negação.

Conseqüentemente os modos desempenham uma função semântico-gramatical.

Em 1º.) e 2º.) as formas seriam definidas como modos verbais.

3º.) em contextos em que "o valor de verdade da oração subordinada é irrelevante na determinação do modo verbal" (p.230). Nesse caso, o modo desempenharia uma função predominantemente gramatical, reservada ao subjuntivo, a de assinalar a subordinação.

Assim, no primeiro caso, subjuntivo e indicativo contêm significados próprios, com valores de verdade opostos; no segundo, o significado é redundante; e, por fim, no terceiro, o modo ocorre sem valor semântico específico.

Se aplicarmos estes conceitos à descrição de nossos dados, verificamos que as três situações ficam reduzidas a duas, uma vez que, ao contrário do que ocorre nas completivas, as variações de modo nas condicionais de se ocorrem independentemente da natureza do verbo da "principal".

De acordo com a proposta de Pereira, estariamos ainda diante do impasse colocado pelas gramáticas (cf. 4.2 acima):

- O que ocorre com o subjuntivo: oposição semântica ao indicativo ou ausência de valor semântico?

A resposta parece residir em um terceiro aspecto apontado por Pereira: a interferência dos "fatores culturais, sociais e estilísticos" à qual dedica todo um capítulo (p.58-65).

É curioso que, de acordo com a perspectiva sintático-semântica adotada pela autora, estes fatores se apresentem como obstáculo à sistematização dos modos:

temos de nos prevenir, preliminarmente, contra uma dificuldade que logo se manifesta quando se tenta definir o papel do subjuntivo no sistema verbal do português ³⁸ (p. 58).

O pressuposto subjacente a tal afirmação é o de que as variações semântico-pragmáticas e sociais são assistemáticas e que, portanto, interferem negativamente na análise lingüística.

Em nosso trabalho, partimos da premissa oposta, ou seja, que a variação entre as formas de modo no contexto do discurso e nas situações sociais é regular e que é justamente essa regularidade que permite categorizar o emprego dos modos. Assim, se queremos definir o papel dos modos no sistema condicional, este deve ser nosso ponto de partida.

4.3.2 A pesquisa das condicionais: perspectiva formal

Em 1961, Vaz Leão publica o primeiro trabalho sobre o uso dos períodos hipotéticos de se em português. Trata-se de um levantamento exaustivo de oito séculos de literatura portuguesa e brasileira.

A partir de cerca de 1300 dados, a autora arrola 30 esquemas condicionais, (isto é, SE + PRO + APO) quantificando o seu uso século por século.

É interessante observar que a autora assume posições diversas, conforme as épocas em questão. Ao descrever as condicionais latinas que deram origem às estruturas atuais do português, Leão parte da perspectiva semântica tradicional, classificando-as, como as gramáticas latinas, em reais, potenciais e irreais.

Ao tratar do português, porém, a autora muda de enfoque.

Segundo Leão, a perda daquelas oposições nas línguas românicas imporia uma posição formalista.

Baseando-se em Gili y Gaya, descreve as condicionais do português segundo a flexão de indicativo ou de subjuntivo do verbo da prótase e as diversas combinações possíveis com as formas verbais da apódoze.

Gaya, analisando as condicionais do espanhol, propõe:

podemos reduzir as orações condicionais aos seguintes tipos: 1º., de condição expressa com o verbo no indicativo; 2º., de condição expressa com o verbo no subjuntivo. (Gili y Gaya, 1960:293 apud Leão, 1961:880).

Além das flexões de indicativo e subjuntivo, Leão registra ainda outras formas hipotéticas, como as que ocorrem em prótases não iniciadas por se, entre as quais inclui a "forma reduzida" de gerúndio e "outros meios de exprimir a hipótese", nas quais inclui a justaposta. Estas formas seriam, porém, exteriores ao sistema condicional cuja base estaria na alternância subjuntivo vs. indicativo.

Ao contrário de Câmara, Leão admite que as formas de indicativo podem opor-se funcionalmente às de subjuntivo. No entanto, observa que esta oposição é, muitas vezes, neutralizada:

Em geral, a prótase no indicativo exprime fato bem atestado (...). A prótase no subjuntivo, ao contrário, exprime uma hipótese, uma suposição, uma intervenção arbitrária do nosso espírito nos fatos. Há pois, uma oposição significativa entre o indicativo e o subjuntivo na prótase. Apesar disso, muitos períodos hipotéticos não podem interpretar-se unicamente por essa oposição, cuja regularidade costuma ser perturbada por variações estilísticas (p.89).

A autora atribui o estudo da oposição entre hipótese e fato atestado à "estilística da língua" e o das variações, à "estilística da fala" (p.216).

Esta diferenciação é crucial e antecipa a distinção entre significados referenciais e significados estilísticos propostos por Lavandera quinze anos depois (cf. 4.3.3 abaixo).

A interpretação que a autora faz do significado das variações, a exemplo da proposta de Gili y Gaya, tem caráter "psicológico".

Leão interpreta as variações como veiculando "matizes semânticos" ou "expressivos" os quais constituiriam uma graduação na atitude psicológica, isto é, no "modo pelo qual o sujeito encara a hipótese". Desta forma, nos esquemas (a - c') (cf. p.86):

- a - Se ele vem amanhã, volto com ele.
- b - Se ele vier amanhã, voltarei com ele.
- b' - Se ele vier amanhã, volto com ele.
- c - Se ele viesse amanhã, voltaria com ele.
- c' - Se ele viesse amanhã, voltava com ele.

teríamos, na prótase, "matizes" diferentes na expressão de um mesmo fato possível (ele vir amanhã):

a) com o futuro do subjuntivo expressaríamos o fato provável;

b) com o presente do indicativo expressaríamos o fato possível;

c) com o imperfeito do subjuntivo expressaríamos o fato improvável (p.86-7):

A análise acima é compartilhada por todos os autores que mencionam a distinção entre "prováveis" e "possíveis". É

difícil estabelecer a origem de tal interpretação. Na verdade, tudo indica que o indicativo é mais apto a expressar a quase-certeza do que o subjuntivo. Isto se evidencia, por exemplo, pela definição do indicativo como "modo da certeza" e do presente do indicativo como expressão de "verdades eternas"²¹.

Conclui-se, portanto, que, por si sós, a descrição e categorização dos enunciados obtidos empiricamente, sob a perspectiva formal, não provê as informações necessárias para:

1) estabelecer a oposição entre imperfeito e futuro do subjuntivo, a qual (ao contrário do que ocorre no espanhol) é funcional em português;

2) determinar, objetivamente, o significado das formas alternativas de futuro do subjuntivo e presente do indicativo.

Com efeito, estes são problemas cuja solução depende da análise sistemática do contexto em que ocorrem as formas alternantes. Através dela pudemos constatar que:

1º.) o imperfeito do subjuntivo se opõe às formas potenciais por ocorrer categoricamente em contextos improváveis ou impossíveis, isto é, sempre expressam conteúdos implicitamente negados (contrafatuais);

2º.) o presente do indicativo, tanto quanto o futuro do subjuntivo, expressa conteúdos que não são afirmados nem negados (potenciais), mas ocorre preferencialmente em contextos prováveis, isto é, em enunciados possíveis cujo conteúdo é apresentado como já experienciado pelo locutor (ex: como ocorrências que se repetem, ou generalizações);

3º -) o futuro do subjuntivo, por sua vez, embora também expresse conteúdos possíveis, ocorre preferencialmente em enunciados cujo conteúdo é apresentado como não conhecido pelo locutor (ex: como ocorrências eventuais).

Há um ponto, no estudo dos períodos hipotéticos realizado por Leão, que se revelou extremamente relevante para a nossa pesquisa.

Vimos, acima, que a autora não insere as formas justapostas entre os esquemas modo-temporais do período hipotético. No entanto, a importância desta estrutura é destacada quando analisa as diversas teorias sobre a origem e a evolução do período hipotético indo-europeu, nas quais a justaposição é tida como a forma original:

Fenômenos volitivos e afetivos eram traduzidos por interrogações diretas, por imperativos ou pela entoação de certas declarações(...) Em dado momento, para a exata compreensão do propósito do falante, tornou-se necessária uma formulação lingüística mais objetiva. Um advérbio pronominal de valor demonstrativo representou a situação, enlaçando essas orações interrogativas ou imperativas com a declaração que delas dependia logicamente. (...) o uso da mesma partícula demonstrativa em idênticas situações vai enfraquecer-lhe o valor nocional e, ao mesmo tempo, consolidá-la no papel conectivo (p.30).

Como menciona a autora, este fato já fora apontado por Ernout & Thomas (1953), que consideraram a justaposição como uma primeira fase na ligação entre as proposições originalmente autônomas de uma frase complexa. A transformação do advérbio original sic (ou seja, si-c(e)) na partícula conectiva si^{se} marcaria a passagem da parataxe para a hipotaxe, em estágio mais recente da língua²².

Assinalam ainda que a fórmula persiste em etapas posteriores, principalmente na língua falada (p.298).

Leão cita, entre as formas de justaposição do latim, uma condicional potencial justaposta análoga à que analisamos neste trabalho:

"Uinces:gaudes, perdis: ploras" (Hoffmann:1958: 164-165 apud Leão 1961:28)

E acrescenta:

O que exprimia a relação lógica entre as proposições eram a entoação, o contexto ou a situação (...) (p.28).

Quanto à justaposição no português atual, Leão menciona várias combinações, definindo-as como formas típicas da língua familiar. Vejamos como as caracteriza:

As orações, em vez de se encadearem por partículas subordinativas, seguem-se umas às outras, como se o falante médio não fosse capaz de estabelecer as relações lógicas entre as duas séries de idéias. Na realidade, não se trata, em todos os casos, de uma incapacidade de raciocínio ou abstração. A entoação basta para deixar perceber a hipótese" (p.57) [grifos nossos] **.

Mais adiante, no entanto, a autora afirma: "É esse um dos recursos mais eficientes da língua oral, para exprimir a hipótese e sua consequência(...) (p.59).

O enunciado a que se refere tal observação é um exemplo de justaposição entre orações declarativas:

"- Seu Carlos não quer eu não caso!" (Andrade, s/d: 67 apud Leão 1961:59)".

Resta estabelecer, portanto, quem é o falante "não médio" e quais são "os casos" para os quais a justaposição refletiria incapacidade intelectual.

Em nosso estudo, pudemos verificar que, realmente, esta

estrutura é muito produtiva na linguagem coloquial (correspondendo a cerca de 25% dos dados), superada apenas pelo futuro do subjuntivo (com a taxa de 41%).

No entanto, como teremos ocasião de demonstrar, embora a justaposição tenha caráter "dinâmico" e "concreto" - e talvez por isso mesmo -, ela é empregada eficientemente por falantes adultos para falar de temas objetivos, sendo utilizada, tanto quanto as demais expressões de condição potencial, como elemento da argumentação.

O trabalho de Leão, apesar do caráter intuitivo das interpretações (fato, aliás, compreensível, dada a ausência de recursos, na época, para tratar sistematicamente os contextos de ocorrência das variantes), representou um passo importante no estudo das condicionais, tanto pela superação da perspectiva semântica quanto pelo recurso a um número extenso de dados concretos, analisados dentro de contextos reais.

O reconhecimento da funcionalidade da entoação em prôteses não - conectivas teve um papel crucial para se identificar as formas condicionais potenciais de gerúndio e justapostas, em nossa pesquisa.

4.3.3 A pesquisa das condicionais: perspectiva semântico - pressuposicional

Quase vinte anos depois da publicação do trabalho de Leão, o período hipotético português volta a ser pesquisado, agora sob um enfoque totalmente diverso. Trata-se da tese de mestrado defendida por Pinheiro (1980) cuja proposta vem explicitada no título Os Períodos Hipotéticos - Uma Análise Pressuposicional.

Analisa-se tanto períodos hipotéticos introduzidos por se, quanto por outros conectivos, embora a maior parte do trabalho seja dedicada às estruturas do primeiro tipo.

A noção de pressuposição, nesse trabalho, diz respeito às inferências que se podem fazer dos significados implícitos em um enunciado, ou seja,

uma inferência que se pode fazer tanto a partir de um enunciado como a partir da forma negativa deste enunciado. (...). [Opõe-na à] implicação, que é a inferência que não se mantém quando o enunciado de base toma forma negativa (p.14)²⁵.

Assim, a proposição condicional no enunciado: "Se João tivesse ganho na loteria, teria ido à Europa" (p.23), da qual se infere (João não ganhou na loteria), é pressuposta pelo enunciado, porque a inferência se mantém quando este é negado: "é falso que se João tivesse ganho na loteria, teria ido à Europa", (= João não ganhou na loteria).

Distinguem-se dois tipos de pressuposição: a fatual e a contrafatual:

designaremos pressuposição contrafatual a inferência negativa comum a um enunciado A e à forma negativa deste enunciado A. Denominaremos, por outro lado, pressuposição factual a inferência afirmativa comum a um enunciado A e à forma negativa deste enunciado A (p.18).

Com base neste critério, Pinheiro reconhece três tipos de períodos hipotéticos introduzidos pelo conectivo se, relacionando-os aos tempos e modos verbais: contrafatuais, não-fatuais e fatuais.

a) Nos enunciados contrafatuais "a oração subordinada,

assim como a principal, dão margem a inferências contrafatuais" (p.23).

Assim:

"Se João tivesse ganho" pressupõe "João não ganhou", e "João teria ido à Europa" pressupõe "João não foi à Europa".

Seriam inequivocamente contrafatuais, portanto, as orações condicionais com prótase no mais-que-perfeito do subjuntivo e apódose no futuro do pretérito composto.

b) Nos enunciados fatuais "inferimos a afirmativa do conteúdo da oração subordinada" (p.8).

No exemplo: "Se ele é professor, deve-o a você", temos:

Pressuposição: "ele é professor";

Implicação: "deve-o a você" (p.39).

c) Os enunciados não-fatuais "não nos permitem inferir a afirmativa nem a negativa dos conteúdos das orações neles contidas" (p.23).

No exemplo: "Se João ganhar na loteria, irá à Europa", João pode ou não ganhar na loteria, logo ele pode ou não ir à Europa (*idem, ibidem*).

O rótulo "não-fatual" refere-se ao grupo de condicionais que em nosso trabalho denominamos "potenciais"³⁴.

Lavandera (1975) emprega o termo "não-fatual" ao definir as formas alternantes que expressam o possível e o improvável nas condicionais do espanhol.

Acreditamos, porém, que no sistema do português, denominar "não-fatual" a uma classe mais restrita, oposta tanto aos enunciados fatuais quanto aos contrafatuais, prejudica a compreensão da divisão tripartite das modalidades. O problema,

aliás, não passou desapercebido de Pinheiro, tanto que indica o novo termo com reserva: "Talvez pudéssemos denominá-los" [isto é, os enunciados com verbo no futuro do subjuntivo] "não-fatuais" (p.36).

É interessante observar que a classificação resultante da análise pressuposicional (fatual, não-fatual e contra fatual) corresponde à das gramáticas latinas clássicas (real, potencial e irreal). Isto se deve ao fato de ambas derivarem de uma fonte comum: a classificação lógica.

No entanto, segundo a autora, "a contrafatualidade ou a não-fatualidade depende do jogo dos tempos e modos verbais" (p. 23).

O primeiro tipo a ser analisado são os períodos hipotéticos que têm a prótase no imperfeito do subjuntivo, os quais, além de conteúdos "irreais" e "impossíveis" expressariam, também, os conteúdos "improváveis".

A autora propõe, como critério para distingui-los, o "tempo" em que se dá a hipótese ou condição: quando referentes ao presente, seriam contrafatuais; quando ao futuro, não-fatuais. Entretanto, adverte: "nem sempre (...) aparece no enunciado, explicitamente, a marca do tempo presente ou futuro" (p. 33). Nos casos de ambigüidade o "sentido"[?] do verbo ou do complemento assinalariam a distinção entre o presente e o futuro (p.33-4).

Porém, como se depreende dos próprios exemplos citados, estes critérios são inadequadas para desfazer a ambigüidade:

"Se ele estivesse aqui" [agora ou daqui a cem anos] "eu lhe contaria tudo";

"Se ele chegasse aqui" [agora ou daqui a cem anos] "eu lhe contaria tudo".

Em ambos os casos, o tempo pode ser presente ou futuro.

A interpretação proposta decorre da perspectiva assumida quanto aos fatores estilísticos e situacionais. A análise realizada por Pinheiro utiliza o conceito lógico de "pressuposição" como estratégia para evitar que o cálculo semântico seja "complicado" pela intervenção de situações reais específicas (p.16). No entanto, ao contrário do que se afirma, a abstração do contexto pragmático-discursivo muitas vezes complica ou mesmo falsifica a explicação.

No caso das condicionais no imperfeito do indicativo, por exemplo, a análise do contexto evidencia uma regularidade não detectável de outra maneira. Como afirmamos anteriormente, os enunciados com esta forma ocorrem, na maioria dos casos, em contextos inequivocamente contrafatuais²⁷, o que nos levou a excluí-las do conjunto das condicionais potenciais.

Como a maioria dos autores, Pinheiro não se demora na análise do segundo tipo de condicionais: as não-fatuais. A descrição é feita com base nas formas do verbo da prótase, isto é, o futuro do subjuntivo em sua forma simples ou composta, como, por exemplo, em: "Se ele estudar, passará no concurso."

O verbo da apódeose viria freqüentemente no futuro do presente²⁸ como no exemplo supracitado. Registram-se, porém, os usos do presente do indicativo: "Se ele quiser, eu o acompanho" e do imperativo: "Se você o encontrar, diga-lhe que venha."

O terceiro tipo de condicionais também é definido pela forma do verbo:

É sabido que as orações introduzidas por se podem ser seguidas de verbo no modo indicativo, nos mais variados tempos e prestando-se às mais diversas combinações (p.37) [grifo nosso].

Com esta estratégia se confundem, no mesmo grupo, dois tipos de condicionais: as intemporais e as de razão.

1º. - Sobre as condicionais intemporais, aponta-se apenas que:

à idéia de condição parece sobrepor-se (...) um sentido temporal, equivalendo o se a todas as vezes que (p.38), como no exemplo:

"Se [= toda a vez que] ela o vê triste, corre a consolá-lo."

Embora não fique explicitamente estabelecido qual o "status" atribuído às orações intemporais, o fato de estarem arroladas numa seqüência de condicionais fatuais parece indicar que estão incluídas nesse grupo.

Além disso, os exemplos do tipo:

" Sempre que ela aparece o gato fica inquieto" e

" Toda as vezes que saio de casa, encontro-o à esquina" (p.19), que podem ser parafraseados, respectivamente, por:

"Se ela aparece, o gato fica inquieto" e

"Se saio de casa, encontro-o à esquina", são apontados como tendo, respectivamente, as pressuposições "ela aparece algumas vezes" e "eu saio de casa pelo menos algumas vezes", sendo-lhes atribuído caráter factual.

Como apontamos acima, a análise da variação de tempo-modo e conexão das condicionais indica que as prótases intemporais

apresentam as mesmas formas alternativas (futuro do subjuntivo, presente do indicativo²⁹, gerúndio e justaposta) e obedecem às mesmas regularidades que as potenciais, opondo-se claramente às condicionais fatuais.

Portanto, a interpretação de Pinheiro, como a de outros autores que adotam o ponto de vista de que estes enunciados são fatuais, seria inadequada.

A solução oposta, ou seja, a de que as intemporais sejam potenciais, no entanto, levanta um outro problema: - Como justificar a existência de pressuposições em orações potenciais?

Não cabe nos limites deste trabalho aprofundar a questão³⁰. Deixaremos à análise pressuposicional a tarefa de identificar a natureza da(s) implicação(ões) neste tipo de condicionais.

De qualquer forma, mesmo admitindo que haja aí algum tipo de pressuposição, os resultados empíricos não deixam margem a dúvidas sobre a natureza potencial dos enunciados intemporais.

2º. - sobre as condicionais de razão, afirma-se:

os períodos que contêm orações introduzidas por se com verbo no indicativo podem dar margem a pressuposições fatuais (p.39).

No exemplo: "Se eles não virão, não adianta ficarmos aqui esperando" (p.39), a pressuposição é: "eles não virão".

Nos casos do tipo : "Se ele diz isto, diz a verdade", em que se impõem duas interpretações: uma factual (com a pressuposição: "ele diz isto") e outra não-factual (onde não se afirma nem nega que "ele diz isso"), Pinheiro admite (contradicitoriamente) que "A ambigüidade só se pode resolver no

contexto" (p. 40).

Com efeito, a análise do contexto revela que, nestes casos, o conteúdo da condicional corresponde a uma "informação recente" (cf. 1.1 acima) que é assumida (se = já que) para fins de argumentação. Explica-se, portanto, a presença do futuro do indicativo, quando a interpretação é fatual (ex.: Se já que eles dirão isso, dirão a verdade) e o seu bloqueio, quando é não-fatural (potencial) (ex.: Se por acaso eles disserem isso, dirão a verdade).

A relevância da pesquisa de Pinheiro para os fins de nosso estudo reside na identificação, através de critérios objetivos, de um sistema de categorias semânticas associadas ao sistema modo-temporal do verbo.

Embora a classificação da autora nem sempre corresponda à que constatamos ser a mais adequada, os critérios propostos revelaram-se pertinentes. É necessário, no entanto, que as hipóteses sejam submetidas à análise objetiva de dados concretos em que as formas e significados sejam relacionados ao contexto e à situação.

Em Pinheiro, como em outros autores, reconhece-se o papel do contexto na distinção entre formas ambíguas. No entanto, como quase sempre ocorre, não há uma preocupação maior em contextualizar os exemplos, o que prejudica a compreensão dos princípios propostos. Pode-se constatar assim, a partir da própria dificuldade na interpretação dos exemplos citados, a necessidade da análise contextual¹¹.

Vemos, portanto, aqui também, que a variação de significado em dependência de contextos sociais e estilísticos – aparentemente um empecilho na descrição sistemática dos fenômenos

- constitui-se, na verdade, condição indispensável para esta sistematização.

4.3.4 A pesquisa das condicionais: perspectiva semântico-pragmática

4.3.4.1 Wanderley Geraldi

O trabalho que focalizamos a seguir analisa as condicionais sob o prisma da Semântica e da Pragmática.

A pesquisa de Geraldi (1978), Se a Semântica Fosse também Pragmática..., incide sobre um aspecto das condicionais que apontamos acima como peculiar às línguas naturais: a "inferência conversa".

O autor distingue, através de critérios lingüísticos, quais enunciados do tipo se p, q permitem e quais não permitem inferir se não-p, não-q, como em:

"Se João se apoiar na janela, ele cairá"

do qual se infere:

"Se João não se apoiar na janela, ele não cairá."

A análise abarca as diversas estruturas introduzidas pela conjunção se. Embora se baseie em dados concretos, extraídos da imprensa diária, o autor parte da interpretação intuitiva dos valores semânticos realizados no contexto e atribuídos à conjunção se.

A pesquisa de Geraldi se fundamenta na proposta de Vogt (1977) que procura eliminar a fronteira entre semântica e pragmática. De acordo com este modelo, o componente informational e o componente argumentativo, juntos, constituiriam o componente lingüístico do enunciado (cf. 1978:209-10):

1º.) O componente argumentativo daria conta das

implicações e pressuposições;

2º.) O componente argumentativo daria conta:

- a) dos atos de enunciação que constituem o enunciado (suposição, asserção, etc);
- b) dos sujeitos deste ato;
- c) da atitude do locutor diante do conteúdo informativo do enunciado [grifo nosso].

Ao mesmo tempo, o componente argumentativo dependeria da situação;

3º.) O componente retórico dos enunciados vincularia todo o componente lingüístico à situação.

O primeiro aspecto diz respeito ao grau de ligação do vínculo entre p e q:

Nossa hipótese de análise parte da distinção de três diferentes estruturas da forma "se p, q" (estabelecidas pela aplicação dos critérios de interrogação, negação, -sómente, é...que e encadeamento): coordenativa, segmentativa e subordinativa (p.205).

A partir desses critérios identifica, sob a mesma forma se p, q, duas classes de enunciados (p.206 e sgs.):

- a) os enunciados hipotéticos (EH) e
- b) os enunciados condicionais (EC).

a) os enunciados hipotéticos (EH) se caracterizam por resultarem de duas enunciações distintas (p. 206 e sgs). Dividem-se em dois subgrupos:

i) EH1 -"em que a suposição" [expressa na prótase] "incide sobre (instaura o quadro do discurso para) o conteúdo proposicional" [expresso na apódose]:

"Se a direção nacional da Arena menospreza a província, o

povo lhe dedica respeito."

ii) EH2—"em que a suposição" [expressa na prótase] "incide sobre (instaura o quadro do discurso para) a enunciação" [expressa na apódose]:

"Se você tiver sede, há cerveja na geladeira."

b) os enunciados condicionais (EC) se caracterizam por constituírem uma única enunciação (asserção condicional), cujo conteúdo asseverado não é p nem q, mas a relação condicional entre os dois fatos.

"Se Pedro vier, João virá."

O segundo aspecto pelo qual Geraldí distingue os períodos hipotéticos diz respeito à orientação argumentativa:

O operador argumentativo "se" introduziria (...) um enunciado (ou melhor um conteúdo proposicional) que se orientaria no sentido de "q", mas de modos distintos (p.213).

Analizando a orientação argumentativa, Geraldí identifica três tipos de períodos hipotéticos de se:

a) no enunciado hipotético-1 - se orienta favoravelmente p no sentido da enunciação de q;

b) no enunciado hipotético-2 - se orienta p no sentido contrário à conclusão possível a partir de q;

c) no enunciado condicional - se orientaria favoravelmente p no sentido de q.

Geraldí conclui que apenas os enunciados condicionais admitem "inferir a conversa".

A perspectiva adotada por Geraldí apresenta poucos traços em comum com nosso trabalho. Entretanto, é interessante assinalar alguns aspectos em que, queremos crer, o estudo da variação

poderia complementar a análise sucintamente descrita acima.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que no modelo proposto o papel das atitudes do locutor não fica bem definido. Esta informação se perde no momento em que o autor analisa as variações de modo apenas pelo aspecto formal das relações estruturais. Assim, parece indiferente que os enunciados analisados tenham a prótase no futuro do subjuntivo, no imperfeito do subjuntivo ou no presente do indicativo. Certamente as ligações entre *p* e *q* permanecem as mesmas e as orientações argumentativas não são alteradas. No entanto, as diferenças de conteúdo informacional e valor argumentativo veiculadas pelos tempos e modos são um aspecto central da análise semântico-pragmática e deverão ser incluídas na análise das condicionais.

Geraldi associa as modalidades de "real", "irreal" e "potencial" (que denomina "matizes semânticos"), veiculadas pelos tempos e modos verbais, apenas às orações "implicativas" (p.43 e 57):

Em segundo lugar, embora o autor assinale a importância do contexto, e da situação, estas variáveis não são identificadas objetivamente, uma vez que os testes utilizados se baseiam na intuição do analista.

Entretanto, as análises do uso variável das formas verbais em orações condicionais já disponíveis apontam os contextos discursivos e sociais como fatores relevantes para a identificação tanto do conteúdo quanto da função argumentativa destas orações (cf. Lavandera, 1984).

Acreditamos que, para eliminar a barreira entre a semântica e a pragmática - proposta defendida por Geraldi - é preciso analisar detidamente não apenas as relações estruturais como

também aquelas que decorrem do uso da língua no contexto.

4.3.4.2 Margarida Salomão

Na mesma perspectiva em que se coloca Geraldí, inserem-se os trabalhos de Salomão (1976, 1978) sobre as condicionais. No entanto, embora incidam sobre o mesmo tema e, até certo ponto, compartilhem a mesma preocupação quanto às diferenças entre as interpretações lógicas e lingüísticas - buscando ambos distinguir as duas versões através da análise semântico-pragmática - os dois autores divergem quanto ao aspecto pragmático enfatizado. Ao contrário de Geraldí, Salomão se detém especialmente nos aspectos ilocucionais das condicionais: o contexto de enunciação e a postura do locutor. O ponto defendido pela autora é o de que "atos ilocucionários"¹² podem ser formalizados e que, portanto, integram a teoria lingüística.

(...) se instituem certas relações sistemáticas entre ulteriores atitudes (lingüísticas ou não) dessa audiência e do próprio falante (Salomão, 1978:3).

Com base nas propostas de Ducrot, (1972 e 1973) para quem:

1º) a sentença condicional é constituída pela relação ilocucionária entre dois atos de fala :

a) ato de fala-1: suposição

b) ato de fala-2: enunciação (dentro do quadro suposto)

2º) a relação entre esses atos constitui uma argumentação,

a autora observa que, semanticamente,

Nos enunciados condicionais, um ato de suposição, pelo qual se acrescenta ao discurso um universo possível, vincula-se como argumento favorável à enunciação subsequente (1978:19)¹³.

Salomão defende uma análise unificada para todos os usos de enunciados de se p, q, isto é, tanto para:

a) o uso "argumentativo" ("considerado tradicionalmente expressão lingüística da implicação material" (1978:20)) - a que Geraldí denomina enunciado condicional; quanto para:

b) o uso "marginal" (opositivo, contrastivo, justificativo e se-pressuposicional) - a que Geraldí denomina enunciado hipotético.

Em ambos os casos, "a característica essencial" é que "a sentença subordinada é expressão de um ato de supor" (p.20).

Assim, quanto ao enunciado expresso pela "subordinada", o ato de suposição não seria realizado apenas pelos enunciados do tipo que Geraldí denominou hipotético (EH) mas seria realizado também por enunciados do tipo condicionais (EC).

Quanto ao enunciado expresso pela "principal":

a) no uso argumentativo há um enfraquecimento da enunciação da "principal", pois "o falante só se compromete com a relevância da enunciação da principal no caso em que a enunciação da subordinada seja relevante" (p.21).

b) nos usos "marginais" a enunciação de p em se p, q pode ser interpretada como uma justificativa para a enunciação da principal. Assim, o exemplo: "Se você tem sede, há cerveja na geladeira", poderia ser parafraseado por: "Na hipótese de se dizer que você tem sede, posso lhe dizer que há cerveja na geladeira" (p.20).

Conseqüentemente, verifica-se que tanto os usos argumentativos (em que a hipótese expressa em p funciona como um argumento favorável a q) quanto os "marginais" (em que a hipótese expressa em p legitima a enunciação de q) constituem uma res-salva. No primeiro caso, em relação à verdade do enunciado subsequente; no segundo, em relação ao próprio ato da enunciação subsequente" (p. 20-1).

A partir desta constatação estende-se a definição anterior, baseada nos atos ilocucionários, a uma definição com base na postura do locutor:

Percebe-se, portanto, que a postura do falante é defensiva, enfraquecendo deliberadamente as repercussões ilocucionárias das sentenças principais enunciadas (p.21).

Esta é uma "propriedade pragmática" da linguagem, verificável em determinadas circunstâncias extra-lingüísticas. O uso da condicional seria um dos recursos utilizados pelo locutor para "ser educado, evitar ofender" ou "quando realmente não está seguro sobre certos fatos" (p.21).

Chega-se, assim, à conceituação definitiva:

Um enunciado condicional caracteriza-se pela veiculação de uma suposição, a qual anexa ao discurso um universo provisório a uma enunciação, realizada no interior desse universo provisório e, portanto, com sua força ilocucionária diminuída (p.22).

Ao defender a inclusão de fatores pragmáticos - não apenas quando remete ao universo do discurso, mas principalmente quando remete à postura do locutor - Salomão dá um passo além da vinculação entre significado de sentença e significado de

enunciado. Ela inclui explicitamente o contexto na teoria:

Concluímos (...) que a informação contextual deve entrar em jogo para explicar o sentido global do enunciado. Para o caso concreto que abordamos, concluímos não ser válido postular uma significação independente de qualquer contexto que viesse eventualmente a ser retificada por alguma lei pragmática" (p.22).

A proposta acima delineada converge para os objetivos deste trabalho. Fica evidenciado que a derrubada das fronteiras entre os componentes semânticos e pragmáticos (e, implicitamente, entre estes componentes e o componente sintático) impõe a análise dos usos no contexto.

No entanto, cabe indagar: - Como caracterizar os contextos que integram "o sentido global do enunciado"?

Abrangendo apenas um aspecto das condicionais - porém um aspecto crucial para a interpretação da postura do locutor - pretendemos demonstrar que a sistematicidade dos contextos, relacionados aos diferentes significados e/ou usos expressos pela flexão modo-temporal, pode ser definida de forma objetiva e que, portanto, é possível identificar os contextos relevantes que deverão integrar a descrição das condicionais.

4.4 CONCLUSÃO

Procuramos, a seguir, sintetizar as diversas soluções referentes aos tópicos tratados em nosso estudo, dentro de um único quadro (cf. Quadro (04), abaixo).

Para facilitar a comparação entre elas, as diversas

	Classificação do período hipotético	Conteúdo da prótase	Forma da prótase	Forma da apódose							
				(13) Outros	(12) imperativo	(11) presente do indicativo	(10) futuro do indicativo	(9) justaposição	(8) gerúndio	(7) presente do indicativo	(6) futuro do subjuntivo
E. Dias (1917)	-	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Alí (1908)	-	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Alí (1923)	-	+	+	?	-	-	-	-	-	-	-
S. Alí (1964)	-	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Brandão (1953)	-	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-
A.V. Leão (1961)	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-
M. Câmara (1963,5), (1964) e (1967)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Cunha (1972)	+	-	-	?	-	-	-	-	-	-	-
M.E. Pinheiro (1980)	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-
Mateus et alii (1983)	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 2 - Caracterização das condicionais potenciais nos autores consultados de acordo com os parâmetros deste trabalho: (+) = concordância, (-) = discordância e (?) sem informação.

nomenclaturas originais foram substituídas pelos rótulos adotados nesta pesquisa.

Assim, no quadro:

1º) período hipotético corresponde a período condicional, correlação condicional, construção condicional;

2º) prótase/apódoze corresponde a antecedente/conseqüente; subordinada condicional/principal; condicional/condicionada; condicionante/condicionada; hipótese condicionante/principal; premissa/conseqüente;

3º) contrafatual corresponde a irreal, inexistente, improvável, irrealizável, não esperado;

4º) potencial^{**} corresponde a não-fatual, hipotética, possível, provável, realizável, eventual, contingente, esperado;

5º) intemporal corresponde a permanente (ou "qualquer época", acronístico, repetitivo).

As abordagens analisadas divergem quanto a três aspectos fundamentais:

a) a classificação do período hipotético, que varia quanto a três parâmetros (obs: a numeração usada entre colchetes [] corresponde à do Quadro (04));

[1] a perspectiva teórica adotada, que pode ser formal(+) vs. não formal (semântica e ou pragmática)(-)

[2] o(s) elemento(s) focalizado(s) na classificação, que tanto pode(m) ser a prótase (+), como o conjunto prótase-apódoze ou a relação entre prótase e apódoze (-) ;

[3] os tipos de período hipotético, que tanto podem corresponder às três classes básicas - fatual, potencial,

contrafatual: (+), quanto não corresponder (-). Esta possibilidade ocorre quando se excluem as fatuais ou quando se distinguem duas classes de períodos constituídos de prótase introduzida por se: hipotéticos e condicionais;

b) quanto aos conteúdos da oração potencial em que ocorrem as seguintes alternativas:

[4] a inclusão dos enunciados intemporais (+) vs. a sua exclusão (-) vs. ausência de identificação (?);

[5] a exclusão dos enunciados improváveis (+) vs. a sua inclusão (-);

c) quanto às formas da oração potencial consideradas, isto é, quanto à menção às formas alternantes analisadas neste trabalho:

[6] menção (+) vs. não menção (-) ao futuro do subjuntivo;

[7] menção (+) vs. não menção (-) ao presente do indicativo;

[8] menção (+) vs. não menção (-) ao gerúndio;

[9] menção (+) vs. não menção (-) à justaposta;

d) quanto às formas da apodose correlacionadas às orações potenciais:

[10] menção (+)⁴⁹ vs. não menção (-) ao futuro do indicativo;

[11] menção (+) vs. não menção (-) ao presente do indicativo;

[12] menção (+) vs. não menção (-) ao imperativo;

[13] menção (+) vs. não menção (-) a outras formas como: o optativo, ausência de apódose, etc.

Os sinais (+) e (-) indicam, respectivamente, a

concordância ou discordância em relação aos parâmetros assumidos neste trabalho.

Observemos que foram incluídas apenas as propostas consideradas mais relevantes para a definição e delimitação de nosso campo de pesquisa, ou seja, as que descrevem as prótases potenciais, caracterizando-as em relação às demais condicionais.

Através deste quadro torna-se evidente a diversidade das abordagens. Os únicos pontos de convergência dizem respeito ao emprego do futuro do subjuntivo na prótase (coluna 6) e do futuro do indicativo na apódose (coluna 10).

Identificam-se também os pontos de convergência entre as posições daqueles autores e as que tomamos como base deste trabalho.

Podemos, ainda constatar que todas as posições adotadas em nossa pesquisa já se encontravam previstas na literatura, cabendo-nos a tarefa de decidir entre propostas distintas e organizá-las num todo coerente.

Em síntese, assumimos as seguintes posições:

[1] partir de uma perspectiva formal e não semântica;

[2] focalizar as formas da prótase e não as da apódose (ou a relação entre ambas);

[3] considerar as prótases potenciais como parte de um sistema condicional tripartido, constituído por condicionais fatuais, potenciais e contrafatuais;

[4] incluir, entre os enunciados potenciais estudados, os intemporais, ou seja, aqueles que se referem a todo e qualquer tempo (se = todas as vezes que);

[5] excluir do conjunto dos enunciados potenciais estudados os improváveis (imperfeito do subjuntivo referente a fatos

futuros) e os "impossíveis" (mais-que-perfeito do subjuntivo e imperfeito do subjuntivo referentes a fatos não futuros);

Quanto às formas de expressão na prótase consideramos:

[6] o futuro do subjuntivo em conectivas introduzidas por se;

[7] o presente do indicativo em conectivas introduzidas por se,

[8] o gerúndio em prótase não-conectiva;

[9] o presente do indicativo em prótase não-conectiva: justaposta;

Quando às formas de expressão na apódoze consideramos:

[10] o futuro do presente do indicativo⁴⁵;

[11] o presente do indicativo;

[12] o imperativo;

[13] outras formas ou ausência de apódoze.

Da longa revisão bibliográfica que procedemos neste capítulo, podemos concluir que, embora os temas convergentes de tempo-modo e condicional tenham sido enfrentados por inúmeras abordagens e categorizações divergentes, as formas variáveis usadas em situações reais ainda não foram submetidas a uma análise sistemática.

Veremos nos capítulos subsequentes que o período hipotético constitui uma estrutura ao mesmo tempo complexa e regular, que sintetiza harmonicamente uma gama variada de aspectos inter-relacionados.

Constataremos que muitas interpretações aparentemente autônomas podem convergir quando remetidas a um quadro teórico mais abrangente.

CAPÍTULO 5
AS VARIANTES ANALISADAS

5. AS VARIANTES ANALISADAS

5.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo iniciamos a análise dos dados empíricos. Antes de fazê-lo, porém, é importante relembrar os pontos centrais referidos nas páginas precedentes.

Os quatro capítulos iniciais descrevem as bases da análise do fenômeno em foco. Delimitamos o objeto de estudo, restringindo-o às orações condicionais potenciais, especificamente às variantes mais freqüentes de tempo-modo e conexão, aquelas iniciadas por se: o futuro do subjuntivo (FS), o presente do indicativo (PI), o gerúndio (GER) e a juxtaposta (JUST) (cf. cap. 1).

Defendemos então (cf. cap. 2) que, em que pese o caráter semântico - pragmático das variantes (ou justamente devido a ele), a Teoria da Variação fornece o instrumental mais adequado para dar conta de complexidade dos fatores envolvidos. Procuramos levantar as primeiras hipóteses revisando as definições e análises contidas em gramáticas e descrições da língua portuguesa (cf. cap. 4) e, pudemos concluir que a escolha da forma verbal e de conexão, em última instância, depende do contexto. No entanto, a definição objetiva e sistemática da natureza destes contextos estava longe de ser atingida: a imprecisão dos conceitos e a variabilidade dos erros tornavam a tarefa um desafio.

Através da análise quantitativa, núcleo da metodologia proposta (cf. cap. 3), identificamos, dentre as várias hipóteses

testadas, os grupos de fatores estatisticamente relevantes para o uso de cada variante (cf. os próximos capítulos).

Assim, a partir da regularidade do uso variável e de acordo com os fatores especificados explicitamente, pretendemos identificar os significados e/ou funções de cada variante e, ao mesmo tempo, determinar as relações (i.e. oposições e analogias) entre eles.

5.2 DESCRIÇÃO DAS VARIANTES

Para melhor compreensão dos grupos de fatores propostos, apresentamos uma rápida descrição das características atribuídas a cada variante.

5.2.1 Futuro do subjuntivo (FS)

formais: [+conectivo] [+tempo-modo]
 [+pessoa-número]

Historicamente, surge no latim vulgar derivado da síntese do perfeito (na verdade presente perfeito) do subjuntivo e do futuro do indicativo. Ex.:

Si gladium quis apud te sana mente deposituerit [...] redere peccatum sit. (Cic. of. 3,95)

Se aconteceu que alguém de bom senso tenha te enviado uma espada [...] seria um erro devolvê-la. (Ernout & Thomas, 1953:376)

Sintaticamente é definido por Câmara (1964) como índice de subordinação ("servidão gramatical"). Em outros contextos é associado à negação e a verbos não-factivos na oração principal. Em condicionais, é correlacionado ao futuro do indicativo.

da apódose.

Quanto à função semântico-pragmático: nos trabalhos tradicionais é caracterizada como matriz semântica ou expressiva. É associada ao conteúdo não - fatual, não realizado, não conhecido, hipotético, eventual, da contingência, da possibilidade, suposição, dúvida. Mas também a conteúdos esperados, realizáveis ou de maior probabilidade. Há referência a seu uso intemporal. Como atualmente, entre as línguas nacionais, o português é a única a apresentar o futuro do subjuntivo, só raramente encontramos trabalhos sobre o assunto. Os conceitos de subjuntivo e de futuro, no entanto, são sugestivos.

Segundo Lyons (1977)

"as asserções sobre o futuro (ao menos sobre a ocorrência de eventos contingentes no futuro) não são verdadeiras nem falsas, mas indeterminadas quanto ao valor de verdade no momento da sua enunciação". (apud Gali, 1968 b) - (p. 820).

O subjuntivo é classificado como: "modo da não-factividade generalizada" (p. 816) e o futuro como tempo associado a não-distância. O modo, para Lyons, expressa uma atitude (epistêmica ou deôntica) de "compromisso subjetivo" com a verdade da proposição.

Com referência à distinção entre atitudes de não compromisso (p. ex.: perguntas), compromisso não-qualificado (p. ex.: asserções) e compromisso qualificado (p. ex.: modos e modalidades), tanto o futuro (contingente) quanto o subjuntivo expressam o não-compromisso do locutor com o valor de verdade da proposição (indeterminadamente falsa ou verdadeira).

Por outro lado, há graus de factividade: não-factivos são

menos remotos que os contrafactivos. Lyons se refere também ao uso de não-factivo em opiniões de caráter genérico.

Dentro da perspectiva sintagmática de Lavandera, a alterância entre subjuntivo e indicativo, na sequência do discurso, é uma estratégia argumentativa do locutor que consiste em contrapor argumentos pró e contra a posição defendida por ele.

5.2.2 Presente do indicativo (PI)

traços formais: [+ conectivo] [- tempo-modo]
[+ pessoa-número]

Historicamente (cf. Leão, 1961), já no latim arcaico, o indicativo é associado às condicionais reais (i.e. fatuais) em oposição às não-reais. (ex. Si vis pacem, para bellum - Se queres a paz, prepara-te para a guerra).

Posteriormente, o presente do indicativo passa a expressar tanto o real quanto o potencial e assim seguiu em todas as línguas românicas.

Sintaticamente, o indicativo é definido como o modo das orações absolutas, coordenadas e principais. Nas subordinadas é relacionado ao verbo factivo das principais. Nas condicionais, o presente do indicativo é associado ao presente do indicativo das orações principais (cf. Câmara, 1967), mas também é associado aos aspectos habitual, repetitivo, gnômico, das verdades eternas. Nas condicionais é rotulado "intemporal", "permanente", "acronístico".

Segundo Lyons (1977), o indicativo é o modo da factividade e o presente, o tempo (dêitico) da não-distância (do agora). No entanto, também aponta os usos atemporais (ou omnitemporais)

do indicativo.

Como atitude epistêmica (Lyons, 1981), o indicativo é o modo das asserções, em que o compromisso com o valor de verdade é não qualificado (i.e. absoluto, em decorrência de forte evidência). Segundo o autor, elas são raras (e não necessariamente presentes em todas as línguas).

As atitudes são definidas pelo autor como subjetivas, isto é, são auto-expressões que não podem ser analisadas pela semântica das condições de verdade.

Lyons (p. 240) define seu conceito de subjetividade da auto-expressão como sendo não-intelectual:

Não são crenças e conhecimento proposicionais vindos da observação do mundo externo. As condições de verdade não dão conta deles porque a Lógica e a Psicologia - crenças, emoções e atitudes - são indissociáveis.

Entretanto a base desta subjetividade é social.

O self de auto-expressão é "produto dos papéis sociais e interpessoais que o locutor desempenhou no passado e que se manifesta de uma forma socialmente identificável no papel que desempenha no contexto de enunciação

A autoridade epistêmica/deôntica tem base social mas é investida no indivíduo, faz parte do self expresso por ele quando usa a sentença no contexto adequado (p. 240 § 2). Isto é, ela se reflete na estrutura fonológica, gramatical e lexical.

Lyons lembra que

na Lógica temporal os tempos são definidos em referência ao presente experiencial do locutor. O presente é a condição normal não marcada.

Analogamente, ele propõe que (dentro da teoria dos mundos possíveis) para haver acessibilidade entre mundos possíveis o "falante deve necessariamente se referir ao modo que ele está descrevendo do ponto de vista do mundo em que ele está". E conclui acrescentando que "o locutor deve se referir ao mundo real ou não-real que ele está descrevendo a partir do ponto de vista do mundo que está nele" [grifos nossos].

5.2.3 Gerúndio (GER)

Traços formais: [- conectivo] [- tempo-modo]
[- pessoa-número]

O gerúndio (GER) se caracteriza em relação às demais variantes por ser uma forma não-marcada, não apenas pela ausência da conexão sintática (se) e da flexão de tempo-e-modo, mas pela própria natureza (não essencialmente verbal) do verbo. Daí que seja rotulado ora como forma nominal ou verbo-nominal, ora como parte do "modo infinito".

Historicamente a forma verbal -ndo remonta ao ablativo modal-instrumental do gerúndio latino. Como este tendia a confundir-se com o particípio presente, nas línguas românicas acabou por substituí-lo. Conseqüentemente, o "ablativo absoluto" latino no particípio presente (Deo volente) dá lugar ao chamado "gerúndio absoluto" românico (precedido ou não de em - "Em se plantando, tudo dá; Querendo Deus), com sujeito próprio, que expressa, entre outras circunstâncias, tempo, causa, concessão, condição.

Segundo Lausberg (1974), a especialização do significado adverbial do gerúndio deu origem a orações de significado

causal, temporal, concessiva, condicional, nas línguas românicas.

Para Brandão (1963), os diferentes significados do ablativo de gerúndio existem desde os primórdios do latim. Assim, Grandgent (1963) cita em caso de gerúndio condicional no latim vulgar:

"Cavendo salii erimus" (Hope: p.57)
Se tomarmos cuidado, seremos salvos.

Semanticamente, o gerúndio adverbial se caracteriza pela ambigüidade. Só no contexto e com entoação adequada, o gerúndio pode ser identificado como causal, temporal, concessiva ou condicional.

O gerúndio adverbial ocorre em condicionais "reduzidas", isto é, orações com o verbo em formal normal e ausência do substantivo. Servem para "dizer brevemente as orações condicionais".

Sintaticamente, as orações reduzidas condicionais tendem a apresentar sujeitos (cf. Ali, 1964a: 358-9)

a) impessoal (=não há pessoa determinada)

i - impessoal ou indeterminado

ii - de valor passivo.

iii - oracional

b) posposto

e a orações condicionais tendem a ser:

a) tanto antepostas quanto pospostas

b) simultâneas ou anteriores, mas nunca posteriores ao tempo da principal.

A norma gramatical menciona as orações reduzidas

condicionais como variantes estilísticas das construções conectivas que servem para "dizer abreviadamente as orações condicionais" (cf. Ali, *ibidem*).

Procura-se contornar a indeterminação sintático-semântica pelo teste de substituição, p. ex.:

Querendo Deus : se Deus quiser.

Não se explicita, porém, quais os critérios que validam a substituição.

A bibliografia lingüística sobre o uso adverbial do gerúndio é muito limitado. Nos trabalhos sobre o gerúndio enfatiza-se em geral a sua indefinição quanto a:

a) categoria sintática: -ndo pode ser flexão verbal ou nominal

b) valor semântico: pode significar: causa, concessão, modo, tempo, condição.

5.2.4 Justaposta (JUST)

Traços formais: [- conectivo] [- tempo-modo]
[+ pessoa-número]

Historicamente, a justaposta é apontada como sendo o esquema original da correlação condicional entre prótase e apódo-se (cf. Leão, 1961; Câmara, 1967)

Negat quis: nego, ait: aio (Terêncio)

Alguém nega: nego: (alguém) fala: eu falo.

(apud Leão, 1961:28)

Propõe-se a passagem diacrônica da seqüência justaposta em que ambos os membros são precedidos pelo advérbio (correlacional), como em latim:

"si haec faceres, bene faceres"

"se o fizesses, farias bem" (Câmara, 1967:57)

para a subordinação com o emprego da forma conectiva derivada se antes da primeira oração. A passagem da construção original da hipótese (condicional conectiva), a partir de parataxe (condicional justaposta), é explicada como uma sintatização através do "esvaziamento semântico" (gramaticalização) da partícula dêitica (sic), que passa a conectivo.

Semanticamente, o conteúdo condicional da justaposta (JUST) dependeria da condicionada: a) sintagmaticamente, pela seqüência icônica condicionante-condicionada; b) fonologicamente, pela entoação; c) discursivamente, pelo contexto; e d) pragmaticamente, pela situação.

A lógica formal associa à presença do se na relação se p, à manutenção de relação de implicação, o que faz da justaposta uma expressão "menos racional" das condicionais. Por isso, muitas vezes, ela é caracterizada como própria da linguagem popular, oral, familiar, expressiva ou apelativa (i. e., não-representativa). Conseqüentemente, é associada às vezes à incapacidade de raciocínio ou abstração, como se vê na caracterização do "código restrito" proposto por Bernstein, com base, entre outros traços, na ausência de subordinadas (cf. Dittmar, 1982:28), ou em Gili y Gaia (1960), que associa as justapostas à incapacidade: infantil, poetas, etc.

No caso da teoria do "déficit", a deficiência lingüística implica nas capacidades cognitivas e, esta em última instância, a deficiências sociais. Como característica lingüística central dos grupos "deficitários" (i. e., das famílias proletárias), em

Bernstein está a preferência pelo que Dittmar denomina "os enunciados solidários", isto é, "significados e expectativas comumente compartilhados (...)" caracterizando um discurso "impessoal" (no sentido do não-individual, coletivo) "que veicula significados "apenas" implicitamente e é rápido e fluente (p.22). Paradoxalmente, também, se valoriza esta dinamicidade (rapidez da ação e "efeito de certeza" (Leão, 1961)

Câmara reafirma a equivalência entre as justaposta (em sânscrito como em muitas línguas indígenas, as únicas disponíveis) e as conectivas, cujo advento atribui a interferência de língua literária (1964: 203). Dentro de uma perspectiva gerativo-transformacional, Rohrer (1978) apontou a equivalência lógica entre condicionais justapostas e subordinadas. Mais recentemente, Givón (1979) volta ao tema da "conexão frouxa", incluindo-o entre os parâmetros que caracterizam o modo pragmático (em oposição ao modo sintático) e associando-o à linguagem não-planejada. Contrasta, então, pidgin vs. creoulos; crianças vs. adultos; informal vs. formal. Nestas três situações predomina o modo pragmático, embora haja divergências [entre elas] quanto ao papel do "background" pragmático compartilhado.

5.3 CONCLUSÃO

Do que vimos acima, podemos concluir que os laços que vinculam as variantes não foram explicitados nos estudos que nos precederam.

Nos capítulos que seguem procuraremos descrever como os diferentes grupos de fatores selecionados relacionam-se a cada variante, integrando-as.

CAPÍTULO 6
O PARALELISMO

6. O PARALELISMO

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo e nos que se seguem serão analisados os contextos lingüísticos e extra-lingüísticos que se revelaram estatisticamente significativos para emprego das variantes de tempo-modo e conexão. Apresentamos separadamente cada um dos grupos de fatores contextuais em correlação com as variantes para as quais se mostraram pertinentes.

Foram selecionados como relevantes oito grupos de fatores: sete de natureza lingüística e um de natureza social. Serão apresentados em primeiro lugar os que se aplicam a maior número de variantes, na ordem em que foram selecionados. Nos casos em que há divergência, priorizamos aqueles que apresentam relevância em maior número de variantes. Assim temos:

a) grupos de fatores lingüísticos:

- 1 - o paralelismo
- 2 - a experiênciação
- 3 - a linha de argumentação
- 4 - o modo de argumentação
- 5 - a natureza do sujeito
- 6 - o verbo da apódose
- 7 - a ordem das proposições

b) grupo de fatores sociais: 1 - a escolaridade

Um dos aspectos característicos dos grupos de fatores

identificados na variação de tempo-modo e conexão em condicionais potenciais, que ora analisamos, é a sua relevância para mais de uma variante. Todos os fatores lingüísticos estão associados - favorecendo ou desfavorecendo-o - ao emprego do futuro do subjuntivo (FS) e, além desta variante, ao emprego de uma ou mais das variantes restantes presente do indicativo (PI) e/ou gerúndio (GER) e/ou justaposta (JUST)).

O contexto social é relevante para o uso de duas variantes: o presente do indicativo (PI) e a justaposta (JUST).

Lembramos que neste capítulo trataremos do efeito do fator paralelismo no uso das variantes futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST). Os capítulos subsequentes versarão sobre os demais grupos de fatores em correspondência com as variantes para as quais se revelaram relevantes, mantendo sempre esta ordem de apresentação.

Em cada capítulo, consta:

- a) definição do parâmetro analisado
- b) descrição dos grupos de fatores
- c) apresentação e interpretação dos resultados de análise estatística.

No final do trabalho, incluímos em anexo, as tabelas completas com os resultados estatísticos correspondentes ao conjunto dos grupos de fatores selecionados pelo programa VARBRUL para cada variante. Assim:

- a) as tabelas (29) a (34-B) apresentam os índices de frequência e probabilidade referentes, respectivamente a: futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST);

b) as tabelas (35) a (43) apresentam a distribuição dos dados (e percentagem) de todas as variantes para cada fator (selecionado ou não) dos grupos de fatores estudados: paralelismo, experienciarcão, linha de argumentacão, modo de argumentacão, natureza do sujeito, verbo da apódiase, ordem das proposições e escolaridade;

Iniciamos a nossa análise dos grupos de fatores pelo parâmetro que apresenta resultados mais polarizados: o paralelismo.

6.2 A DEFINIÇÃO DE PARALELISMO

6.2.1 Os estudos não variacionais

Identifica-se o paralelismo pela ocorrência de formas repetidas na seqüência do discurso. Exemplo:

(1)P: Por que você acha perigoso fumar maconha?
 R: Porque, sei lá, eu tenho o meu modo de pensar que...eu acho que...isso...a pessoa fica...fica fora de si, fica menos... Se DER (FS) pra roubar ela rouba, se DER (FS) pra matar, mata.

(32:02:1774)

A reiteração de elementos lingüísticos é encontrada comumente em refrões e ditos populares e constitui um elemento rítmico também freqüente em textos litúrgicos que remontam a épocas muito antigas. Desde a Retórica Clássica, esse recurso literário é reconhecido por seu valor argumentativo. A Poética e a Estilística, por sua vez, reconhecem o papel coesivo da repetição em textos poéticos.

Nos últimos anos, os diversos tipos de construção

repetitiva e sua função na linguagem coloquial vêm sendo objeto de estudo da análise do discurso¹ e da lingüística textual².

No âmbito da análise de textos, Koch (1984), citando Marcuschi, identifica a repetição como fator de coesão discursiva e aponta dois tipos de repetição:

- a) a de "expressões morfologicamente idênticas moduladas por algum outro aspecto textual", a que denomina recorrência; e
- b) a de estruturas sintáticas, a que denomina paralelismo (Koch, 1984:65).

Nesse trabalho utilizamos os rótulos "recorrência" e "paralelismo" indiferentemente. Quanto à sua função coesiva, teremos ocasião de reafirmá-la adiante.

6.2.2 As pesquisas variacionais

O efeito da repetição tem sido apontado com freqüência nos estudos variacionistas. Eles cobrem um universo bastante extenso, englobando não apenas uma grande diversidade de línguas como uma gama variada de fenômenos.

Em recente trabalho, Scherre (1988:378-425) procede a um levantamento criterioso e exaustivo das descrições existentes sobre o fenômeno paralelismo (entre 1977 e 1987), cobrindo línguas tão distantes como o quechua, o creoulo cabo-verdiano, o português de contato do Alto-Xingu, o francês, o inglês, o espanhol, além do português do Brasil.

Quanto aos fenômenos tratados, cita exemplos da presença da repetição tanto ao nível de:

- a) construções (paralelismo) - voz passiva, topicalização, deslocamento à esquerda, entoação ascendente, pausa, forma do sintagma nominal - como ao nível de:

b) itens lexicais (recorrência) - entre pronomes indefinidos, pessoais e a gente; presença e ausência de pronome sujeito; e

c) morfológicos (recorrência) - alternância entre presença e ausência de marcas de concordância verbal e nominal, de número ou de marcas de flexão nominal ou verbal ³.

As repetições podem ser motivadas pelo discurso do interlocutor ou pelo discurso precedente do próprio falante.

A maior parte das obras referidas abaixo foram comentadas com acuidade por Scherre, não cabendo refazer aqui os mesmos passos. Delas retomaremos, portanto, apenas aqueles aspectos relevantes para a discussão dos pontos levantados na presente análise. Embora os primeiros registros dos efeitos de repetição se encontrem em análises do português (cf. Gryner, 1977; e Emerich, 1977), começaremos nossa revisão pelo paralelismo em outras línguas, para nos determos posteriormente nos estudos em língua portuguesa.

O efeito do fator paralelismo - ou, mais genericamente, da repetição - na determinação da escolha entre formas variáveis do inglês é analisado pela primeira vez em 1977 por Weiner & Labov (1983) em seu trabalho sobre a alternância entre voz ativa e voz passiva.

Os autores constataram que é mais provável empregar a voz passiva em orações que apresentam um SN em função de objeto lógico, cujo referente já tenha ocorrido na oração anterior em SN na posição de sujeito. Por outras palavras, os falantes tendem a usar um SN objeto lógico, co-referencial a um SN sujeito de oração precedente, na mesma posição superficial de sujeito, escolhendo, para tanto, uma construção superficialmente análoga à

anterior: uma construção com o verbo na voz passiva.

Weiner & Labov consideram ser este um efeito meramente sintático e o denominam "paralelismo de estrutura superficial". Visando a refutar qualquer possível interpretação semântica no efeito da presença de SNs co-referenciais, analisaram também a interferência (que interpretam como meramente sintático) da presença de voz passiva na oração precedente no aumento de passivas subsequentes.

Os resultados positivos são apontados como evidência de que a repetição se dá a nível superficial: o paralelismo seria basicamente um fator mecânico ou de natureza estilística.

Observe-se que esta posição é coerente com a postura de Labov em relação a variantes sintáticas, isto é, com a hipótese de que a variação não veicula significado (cf. 2.2.2.1).

Esta condição permite empregar a Teoria da Variação na análise da alternância entre presença vs. ausência de voz passiva - da mesma forma que a utiliza para as variante fonológicas (Labov, 1977:38-9) - o que, segundo o autor, não ocorreria se veiculassem significados distintos.

O aspecto relevante para nossa discussão é que, a partir do trabalho de Weiner & Labov, fica registrada a relevância do fator "repetição" entre unidades sintáticas (recorrência) e entre construções (paralelismo), na escolha entre formas variáveis.

Outro trabalho de menção obrigatória quando se trata da repetição é o estudo realizado por Sankoff & Laberge (1978) sobre a distribuição dos pronomes indefinidos do francês do Canadá. Analisando três variáveis (on/nous, on/tu-vous e on/ils), as autoras verificaram a influência da seqüência discursiva na

escolha das variantes, ou seja, uma repetição seqüencial.

Sankoff & Laberge propõem quatro categorias identificadas pelo grau de pressão decorrente da maior ou menor proximidade sintagmática entre as duas ocorrências do pronome, que denominam: a) encaixe; b) seqüência; c) não-pressão e d) hesitação, a que correspondem, respectivamente:

- a) subordinação;
- b) coordenação ou justaposição;
- c) ausência de relação (de subordinação, coordenação ou justaposição) entre as formas;
- d) "hesitação", rótulo que inclui mudanças deliberadas, com função de desambiguar ou auto-corrigir-se, lapsos e hesitações (p.121).

A hipótese se resume em que:

quanto mais fraca for a relação sintagmática entre duas ocorrências ("tokens"), maior a chance de mudança de variante quando o segundo dado for enunciado (p. 121).

Os resultados obtidos indicam que há tendência à repetição sempre que se apresenta algum tipo de pressão, maior nos casos de subordinação, mas ocorrendo também nas coordenações, justaposições e hesitações.

Ao analisarem o efeito da repetição das variantes na seqüência discursiva, Sankoff & Laberge verificaram que a taxa de mudanças é mais baixa que a média em seqüências próximas ("restritas"). Embora à primeira vista esses resultados pudessem ser atribuídos ao efeito de alguma forma de "homogeneidade estilística", as autoras discordam dessa interpretação, apontando o fato de que a mesma tendência não se verifica em seqüências mais distantes ("não-restrita"), cujos índices de mudanças se aproximam das médias de mudança das variantes. Concluem,

portanto, que, ao contrário do proposto por Weiner & Labov, a repetição é

uma forma de coerência textual, embora quantitativa, operando sobre variáveis co-referenciais, em unidades sintáticas adjacentes (p.12) ⁴.

O ponto relevante a ressaltar é que, enquanto Weiner & Labov encaram a repetição como fenômeno formal, Sankoff & Laberge a interpretam como tendo uma função discursiva.

Observe-se que, embora o artigo não se detenha na questão semântica, ela está implícita na noção de coerência textual: variantes coerentes são formas portadoras de significados coerentes.

As autoras chamam a atenção, porém, para um outro aspecto, igualmente relevante e que não tem sido aprofundado em toda a sua extensão: o de que a repetição na escolha das variantes, ao contrariar o pressuposto variacionalista da independência entre os diferentes usos da variante, poderia invalidar os resultados estatísticos correspondentes aos demais contextos linguísticos e extralingüísticos. Embora tenham concluído que o baixo índice de repetição em seqüências discursivas, encontrado nas análise dos pronomes, não leva a comprometer a análise quantitativa, este é um ponto que, acreditamos, deve ser considerado em cada caso.

A divergência entre a interpretação mecanicista da repetição como fenômeno de sintaxe superficial e a interpretação semântico-pragmática não é aprofundada por Sankoff & Laberge, que se limitam a refutar a "homogeneidade estilística". Segundo Schmidt (1977), porém, não é só a identidade de referentes o

que garante a coerência textual: devemos considerar ainda a estrutura lógico-semântica das unidades do texto (isto é, a estrutura profunda do texto) e a situação sócio-comunicativa – tal como a experiência compartilhada e o espaço comum de percepção – entre os interlocutores (isto é, os aspectos relativos à pragmática do texto):

a coerência de uma porção de enunciações (que permite qualificar este agrupamento como "texto") não é explicável unicamente de forma sintática e (intencional) semântica, mas deve ser fundamentada de uma maneira pragmática (p. 38).

Na verdade, posição das autoras decorre naturalmente da perspectiva pela qual estas autoras analisam as variantes.

Ao contrário de Weiner & Labov, elas encaram os diferentes pronomes indefinidos em variação como formas portadoras de significados referenciais específicos.

O terceiro enfoque da questão do paralelismo encontra-se nos vários artigos publicados por Poplack entre 1980 e 1981 (apud Scherre 1988:382 e sgs.) sobre a variação no emprego da marca de plural no espanhol de Porto Rico.

Analizando o efeito da posição da variante e da presença (ou ausência) de marcas no contexto discursivo precedente, no emprego da concordância, a autora constatou a mesma tendência à repetição verificada no uso da passiva e do pronome indefinido acima mencionados. Poplack relaciona o fenômeno basicamente a pressões "estruturais". Admite, porém, a interferência – embora mais fraca – de uma motivação "funcional" (entendida aqui na acepção de "informacional"). Haveria, segundo a autora, uma competição entre os dois tipos de pressão. A pressão estrutural

daria conta do fato de que "marcas levam a marcas" enquanto "zero leva a zero"; a pressão funcional explicaria porque a mesma forma, enquanto marca de plural, tende a manter-se mais do que quando não tem esta função.

Observe-se que a oposição apontada por Poplack não se dá entre uma interpretação mecânico-estilística e uma interpretação discursiva em termos de coerência (como em Sankoff & Laberge), mas, como Du Bois (1984), entre uma interpretação estruturalista (ao nível do sistema) e uma interpretação funcional-informacional (ao nível do discurso).

Du Bois distingue, ao apresentar sua teoria das motivações em competição, duas propostas contraditórias:

a) a hipótese do estruturalismo autônomo - segundo a qual a organização da língua decorre de forças que atuam dentro do sistema; e

b) a hipótese do funcionalismo que denomina "transparente" - segundo a qual a organização lingüística decorre da pressão de forças externas, tais como "mecanismos de processamento de base possivelmente biológica [grifo nosso], intenções do falante, etc" (p.345-6).

Sendo ambas as hipóteses parciais, o autor defende uma síntese com a interação entre forças internas e externas, entre langue e parole. As forças motivadoras originariam de fenômenos externos e penetrariam no domínio da língua onde interagiriam com as forças internas. Neste sentido, a língua não seria um sistema de categorias fixas, mas um sistema dinâmico, adaptativo. As formas marcadas (ou não marcadas) na gramática decorreriam das formas estatisticamente marcadas (ou não marcadas) no discurso.

A proposta de Du Bois visa, portanto, à superação da contradição entre motivações internas e externas. Neste sentido foi utilizada na explanação do paralelismo: as repetições foram associadas à pressão de fatores internos e as mudanças a fatores externos. Acreditamos, porém, que para identificar a convergência das motivações internas e externas é preciso:

- a) estabelecer o vínculo - não a equivalência de funções - entre os "mecanismos mentais" e os "fatores discursivos"; e
- b) estabelecer o vínculo - não a distribuição - entre motivações internas e externas.

Voltemo-nos agora para os estudos da variação em português.

É importante ressaltar que o intenso desenvolvimento experimentado nos últimos dez anos pela análise variacional permitiu uma acumulação de novos conhecimentos capaz de refletir mais exatamente a extensão do campo de aplicação dos fatores motivadores de repetição.

Gryner em 1977, ao analisar o objeto a variação de concordância entre verbos impessoais e SN compostos (v.g. tinha/tinham; havia/haviam; existia/existiam), verifica a tendência à reprodução de formas do contexto precedente no emprego da flexão verbal.

Dada a extrema raridade com que os dados aparecem nas entrevistas livres, provocamos a sua elicitação através de testes dirigidos. Solicitamos ao falante que efetuasse operações sintáticas sobre um conjunto de orações apresentando-as oralmente.

O efeito da forma verbal apresentada no teste sobre a forma da resposta, comprovada por cálculos probabilísticos, foi

interpretado então como uma interferência negativa causada pelo "automatismo" na elição dos dados. O artificialismo da situação de teste nos levou não apenas a atribuir uma natureza mecânica à repetição, mas ainda, e justamente por isso, a abandonar os casos de repetição considerando-os como fator de distorção dos resultados: o aspecto pragmático da interação entre os interlocutores - presente mesmo em situações artificiais como a descrita acima - ficou obscurecido pelo aparente automatismo do teste.

Emmerich (1977), pesquisando o português de contato usado pelas comunidades indígenas do Alto Xingu, analisa pela primeira vez o efeito da repetição da fala de interlocutores em situação de entrevista.

A autora descreve o emprego variável do sufixo verbal de 3^ª pessoa do singular (v.g. eu sei/eu sabe) em contextos nos quais se espera a presença categórica de primeira pessoa do singular e, entre outros fatores pertinentes, verifica que o emprego de 3^ª pessoa do singular ocorre preferentemente em respostas do falante quando precedidas por forma idêntica produzida pelo entrevistador.

Para identificá-lo, Emmerich cunha um rótulo expressivo, "efeito gatilho", que mantém nos trabalhos subsequentes.

Trata-se, no dizer da autora, de um "traço propulsor" que dispararia a seqüência de formas idênticas:

(...) consiste na produção de formas verbais decalcadas da pergunta, quando esta é imediatamente precedente, iniciando a realização da forma verbal de pessoa correspondente ao contexto da resposta (1977:396-7).

O rótulo "gatilho" e, implicitamente, a hipótese a ele subjacente - isto é, de que constitui "um mecanismo de freio à autonomia lingüística do falante" (Emmerich, 1978), têm sido aplicados nos últimos anos pela maioria dos pesquisadores variacionistas que trataram da repetição.

A hipótese subjacente às noções de "gatilho" e de "traço propulsor" é de que se trata de um efeito mecânico.

Tem-se, portanto, uma posição análoga à de Weiner & Labov.

No entanto, nesse trabalho, ela é levada às últimas consequências. A noção de estímulo não vem relacionada a um paralelismo superficial ou estilo. Ao contrário, a autora lembra a ocorrência do mesmo tipo de reação no aprendizado da primeira língua, associando-a a fatores psicolingüísticos (1978/9). Assim, o que levaria à repetição "automática" da forma precedente seria uma tendência cognitiva universal, biologicamente motivada.

Tal posição nos parece problemática:

- Se se trata de um mecanismo universal, como explicar os casos em que, embora estejam presentes as condições "propulsoras", o "gatilho" não funciona sem fazer referência à oposição de funções pragmático - discursivas desempenhadas pelas tendências opostas?

Por outro lado, tampouco se explica porque aqueles falantes do Xingu conhecedores e usuários da forma aceita deixem de utilizá-la, escolhendo uma forma não-gramaticalizada na variedade da língua usada por aqueles interlocutores com os quais aprendeu o português.

Voltaremos à questão adiante.

Outra área em que ocorre o fenômeno da repetição em português é a dos pronomes pessoais, registrada pela primeira vez em entrevistas livres por Omena (1978), ao pesquisar a alterância entre presença e ausência de pronome de 3^ª pessoa em função acusativa (*ele/0 [zero]*).

Nesse trabalho a autora analisa três fatores:

- a) antecedente não explícito formalmente;
- b) antecedente explícito só ou seguido de cancelamento;
- c) antecedente explícito em seqüência de nomes e/ou pronomes.

Os resultados obtidos indicam o favorecimento à presença de pronome explícito na última situação (c), confirmando a mesma tendência observada nos trabalhos anteriores: o emprego da variante quando esta ocorre no contexto precedente. A autora explica este efeito como um "mecanismo enfático de repetição" (cf. 1978:100).

Observe-se, porém, que nesse trabalho o fenômeno não se restringe à repetição de construções ou quaisquer outros elementos que possam ser interpretados como meramente formais, mas sim da recorrência do "mesmo referente" no desenvolvimento do discurso, quer este tenha sido expresso na forma de um nome, quer de um pronome: tudo indica que se trata, portanto, de uma recorrência semântico-pragmática. Da mesma forma que ocorre na pesquisa de Sankoff & Laberge, as variantes são elementos significativos, o que torna improvável que seu uso repetido seja decorrente de uma tendência de natureza meramente formal (cf. Schmidt:38, acima citado).

Observe-se que a expressão "mecanismo enfático" empregada para traduzir um "processo mental" não deve ser visto sob uma

perspectiva formal, uma vez que a ênfase é essencialmente um recurso pragmático-discursivo. Não aprofundaremos aqui a questão. No entanto, consideramos importante sublinhar o fato de que a imprecisão terminológica tem levado freqüentemente a encobrir a natureza real do problema que vimos estudando.

Do que vimos acima, concluímos que a proposta de Sankoff & Laberge - de que a repetição relaciona-se à coerência textual - tem aqui uma evidência mais forte, pois se confirma tratar-se de uma tendência não apenas à repetição de formas pronominais ou de sua ausência, mas de seu conteúdo e emprego na comunicação.

Macedo (1981), apresenta uma análise que nos interessa especialmente por incidir sobre as alternâncias de uma das variantes que ora analisamos: o futuro do subjuntivo.

Trata-se da alternância entre formas irregulares e regularizadas, formas estas obtidas em testes - escritos e orais - e em discursos livres.

Tal como nos trabalhos anteriores, a autora constata que a forma precedente atua como propulsora da forma subsequente, tanto para manter a irregularidade, caso a forma precedente seja irregular, como para aumentar a probabilidade de emprego da forma regularizada, caso o antecedente seja um verbo regular (p. 165).

Embora tenha isolado os casos em que a variante segue a uma forma de futuro do subjuntivo irregular, por considerar que os falantes pudessesem ter sido induzidos pelo "modelo" precedente, a autora pôde constatar que a presença de verbos irregulares no perfeito do indicativo é suficiente para provocar a forma irregular, ou seja, a repetição da marca morfológica de

futuro do subjuntivo.

Macedo identifica dois parâmetros relacionados à repetição, que denomina respectivamente:

- a) interferência da forma do teste;
- b) paralelismo morfo-sintático.

O primeiro, de natureza interacional, é identificado com o efeito "gatilho" (p. 157) proposto por Emmerich, isto é, a forma precedente atuaria como propulsora.

O segundo parâmetro diz respeito ao "ajustamento" do segundo elemento ao primeiro, dentro de uma seqüência coordenada, referindo-se à análise de mesmo contexto realizada por Sankoff & Laberge.

A autora, porém, não interpreta a repetição como provocada pela "coerência textual". Ao contrário, ela ressalta que o fenômeno se dá a nível superficial da gramática, associado à função da "memória" (p.165-6). As variantes repetidas são definidas como uma forma de "eco" ou "rima" (p.129).

No entanto, ao mesmo tempo que interpreta a repetição como fenômeno mecânico, relaciona-a a fatores pragmáticos, por exemplo, quando observa que "em situação de diálogo os falantes costumam se repetir com o objetivo de dar ênfase ao discurso" (p. 132) [grifo nosso]; ou quando assinala que a repetição de formas antecedentes funciona como "fator de realimentação" do discurso. Novamente as explicações nos parecem, em certa medida, contraditórias. A identificação de uma função pragmático-discursiva e, portanto, da livre escolha do locutor não é facilmente associada à imagem de um gatilho de revólver que propulsiona automaticamente a bala. Isto porque se omite precisamente quem aciona o gatilho e por que o faz.

Na verdade, há sempre uma interdependência entre expressão e conteúdo. Mesmo nos casos aparentemente imotivados, como a rima, a forma que se repete veicula uma reiteração do significado:

A equivalência no plano fônico, projetada na seqüência como seu princípio constitutivo, implica, inevitavelmente, uma equivalência semântica (...). (Jakobson, 1960 apud Kloepfer, 1984:109).

É a possibilidade de relacionar conteúdos - convergentes ou divergentes - a partir da percepção do som, que explica o emprego da rima, não apenas na linguagem poética, como em provérbios, "palavras de ordem" e anúncios publicitários. Assim, parece confirmar-se a hipótese de que a repetição de formas é um fator de coerência textual.

Admitindo-se como correta tal interpretação, resta, ainda, um problema. Como explicar a repetição de formas explicitadas no discurso precedente pelo interlocutor?

Parece razoável supor que, sendo variável (não-categórico), também aqui a repetição tenha função pragmática - no caso, interacional. Mas, se aceitamos que o "efeito" não meramente formal seja, o que levaria o interlocutor a repetir determinada forma - ou deixar de fazê-lo? Poder-se-ia falar em "coerência textual" quando se trata de repetição a nível interacional? Discutiremos a questão adiante.

A repetição foi relacionada por Mollica (1984, 1986 e 1989) nos estudos de elementos supra-segmentais variáveis: pausa e entoação ascendente como marcadores de fronteira segmental. A autora identificou como fator relevante para o emprego dessas marcas a presença de SN, que de alguma forma, retomava

referentes enunciados previamente pelo interlocutor. Nesse caso, como em Braga, o falante "repete" o referente, topicalizando-o.

Para Mollica (1986), o tópico (...) é elicitado pelo entrevistador e o entrevistado "atende" ao comando, topicalizando enfaticamente, [grifo nosso] o referente (...) através da marca prosódica na fronteira (p.9).

Ao mesmo tempo, porém, observa que "obviamente" o "gatilho pode não funcionar": as construções de tópico, que favorecem a ocorrência das marcas prosódicas, independem dele, podendo ou não vincular-se à repetição de referentes precedentes, quer em situação de diálogo ou fora dele.

Retomando os resultados de Braga e Mollica (1986), a autora conclui que as marcas prosódicas ocorrem basicamente por motivações discursivas [grifo nosso] (como a conexão de referentes), "especialmente em situação de diálogo".

É interessante notar que se dá aí uma mudança no enfoque da repetição.

Em seu trabalho de 1984, Mollica distingue classes de interferência no emprego da pausa: as gramaticais, as psicolinguísticas (associadas ao processamento dos enunciados) e as pragmático-discursivas.

O emprego de formas motivadas pela "provocação" por parte do interlocutor é interpretado como tendo uma função de ligação ou "gancho" entre falante e ouvinte no interior do diálogo. A autora classificava-o então como um fator pragmático-discursivo, pois revelam ser a pausa um efeito resultante de mecanismos próprios à intercomunicação entrevistador-entrevistado (p.152).

Mais recentemente (1989), porém, em uma revisão comentada das pesquisas sociolingüísticas, a autora interpreta este fator como um mecanismo psicolinguístico, isto é, como um fator de natureza "psico-mecânica-articulatória" associado ao processamento informacional ⁶.

Na verdade, dados os termos em que se coloca o problema, não há aparentemente nenhuma contradição. Isto porque, tanto os fatores de natureza propriamente psicolinguística, internos (por exemplo, a distância e a extensão), quanto os dependentes de situações pragmáticas, externos (por exemplo, a ênfase e a interacionalidade), são interpretados como fatores "psicolinguísticos" relacionados ao "processamento informacional".

Mollica ressalta que o caráter controverso da definição deste fenômeno está na oposição entre ser um processo "meramente mecânico" ou um processo relacionado à "estruturação do discurso".

Colocado o problema desta maneira, é natural que a maioria dos autores seja levada a concluir, unilateralmente, que, em última análise, sempre se trata da "forma da mente humana processar o fluxo de informação".

Não se aponta a falsa natureza desta contradição, ou seja, o fato de interpretarem-se como essencialmente internos (psico-mecânicos) os reflexos internos de fenômenos de natureza externa (pragmático - discursiva).

Em Omena (1986), volta-se a registrar o efeito da repetição em uma variável pronominal. Trata-se, agora, da alternância entre quatro formas de referência de primeira pessoa do plural: nós, a gente + primeira pessoa ou nós, a gente + terceira pessoa do plural.

Propõe então um grupo de fatores que denomina "seqüência das formas no discurso", (a) conforme a variante ocorra ou não como primeira referência; e (b), no segundo caso, conforme cada uma das quatro formas ocorra após uma variante com a mesma forma ou não; ou (c) com o mesmo referente ou referente diverso.

Os resultados indicaram a tendência a repetir a forma precedente, principalmente se esta apresenta o mesmo referente. Este fato ocorre tanto no emprego de nós e a gente quanto de zero nas funções de sujeito, complemento adverbial e adjunto adverbial.

A partir da análise dos pronomes em função de sujeito, Omena conclui que: em função anafórica (3^ª pessoa), os pronomes em geral são empregados para se manter a coesão. Essa função discursiva influí na escolha das formas em estudo (1986).

Assim, a autora vê a tendência à repetição seqüencial sob o mesmo prisma de Sankoff & Laberge, como tendo uma função discursiva.

Uma outra pesquisa na área dos pronomes pessoais, a de Lira (1984), revelou a pertinência da repetição de referentes na determinação da presença ou ausência de sujeito pronominal.

De acordo com a menção do referente do pronome no contexto precedente, o sujeito é classificado em:

- (1) "novo" - não mencionado nas orações precedentes;
- (2) "velho" - já mencionado anteriormente.

Entre estes últimos distingue:

(2a) mencionado na primeira oração imediatamente precedente;

(2b) mencionado na segunda oração imediatamente precedente;

(2c) mencionado na terceira oração imediatamente precedente ou em oração anterior a essa.

Observe-se que o fator "repetição" serve de parâmetro para a caracterização novo vs. dado e vem associado ao critério distanciamento entre variantes no discurso.

Os resultados estatísticos revelaram que:

a) a menção em oração imediatamente precedente, contrariando as expectativas de apagamento do sujeito pronominal, favorece a sua explicitação.

b) os sujeitos "novos" favorecerem a ausência de pronome explícito.

Lira atribui a preferência ao zero nesse contexto à natureza generalizante dos sujeitos novos em questão.

Observe-se que, embora os fatores sejam definidos ou explicados semanticamente (referentes novos vs. velhos; sujeitos generalizantes), Lira interpreta os resultados, isto é, a tendência à repetição, como decorrentes da "concordância na superfície".

Braga (1982) menciona repetição de estruturas sintáticas ao analisar as topicalizações no crioulo caboverdeano.

No estudo das construções de tópico na fala do Rio de Janeiro, Braga (1984) constata também a interferência de fatores relacionados à repetição. Assim, a topicalização de um SN objeto (direto ou indireto) é favorecida quando representa a retomada de um constituinte ou conceito já referido no contexto precedente. É registrado o efeito da repetição tanto na seqüência do discurso do falante (no que denominou "construções de tópico reiteradoras"), quanto naquelas que reproduzem formas constituintes da pergunta do interlocutor. A exemplo de Weiner

& Labov a estrutura que se repete é considerada como constituindo um "paralelismo de estrutura superficial". Ambos os tipos foram interpretados como fator de coesão discursiva. O primeiro tipo foi associado também ao "efeito gatilho" (Braga, 1986).

A pesquisa em que se tratou da repetição com maior detenção foi a de Scherre (1988). Nesse estudo, cujo objeto é a variação de concordância de número no sintagma nominal, o fator que denominamos repetição é identificado em dois níveis:

a) na "análise atomística": como repetição (ou não) de marcas de concordância entre os elementos dos sintagmas nominais -- grupo de fatores "marcas precedentes";

b) na análise "não-atomística": como repetição (ou não) de marcas de plural em seqüência de sintagmas nominais -- grupo de fatores "pluralidade do contexto".

No entanto, é com a denominação paralelismo formal que Scherre se refere ao efeito da repetição identificado numa extensa lista de análises variacionistas, desvinculando-o, desde logo, dos aspectos semântico-pragmáticos ⁷.

Segundo a autora, a polêmica sobre a natureza da repetição de marcas se radica na defesa de dois princípios ou motivações opostas (vistas acima): a hipótese estruturalista e a hipótese funcional-informacional.

Baseada em diversos trabalhos (Poplack, 1980a; Lefebvre, 1981 e Naro, 1981b), Scherre interpreta a repetição como uma "competição entre motivações estruturais e funcionais - informacionais".

Procurando uma interpretação geral para manutenção de formas de concordância nominal, a autora propõe o "princípio do

processamento paralelo". Segundo este princípio, a repetição reflete uma "tendência geral que rege uma das formas da mente humana [grifo nosso] operar, qual seja, a de aproximar formas pela sua semelhança" (p.385): a forma de atuar da variável paralelismo formal mostra que os falantes são compelidos [grifo nosso] a usar formas semelhantes por algum princípio mental [grifo nosso] associativo, que pode estar ligado a uma das formas da mente operar (p. 420).

Embora concordemos que o "paralelismo" dito "formal" apresente, como todos os comportamentos sociais, alguma forma de representação mental - este sim um princípio universal - não o vemos como um princípio abstrato e imotivado. Parece-nos mais realista uma perspectiva que englobe as interações entre linguagem, pensamento e sociedade.

Conseqüentemente o hábito de "seguir a moda" no vestuário ou na arquitetura e, principalmente, de agrupar-se com pessoas semelhantes - citados por Scherre como evidência da "natureza psicolinguística do paralelismo" - ainda que universal, encontra sua explicação primeira não em algum princípio mental imotivado, mas na complexidade social e cognitiva da natureza humana.

Na medida em que admitimos que a tendência a agrupar-se em torno de objetivos comuns e a adoção de comportamentos ritualísticos (em que pese nesse últimos casos a interferência atual dos meios de comunicação de massa) resultam da necessidade de manutenção dos grupos sociais (cf. Thao 1974), torna-se necessário incluir na explicação a função "repetição" social do seu emprego.

Os exemplos de comportamento convencional repetitivo

constituem evidência de que a repetição tem sua origem tanto nas formas sociais de aproximação quanto no processamento mental pretensamente pré-existente" (cf. Tannen, 1987).

O fato de a repetição estar difundida em inúmeras línguas não relacionadas evidencia que se trata de um recurso psicolinguístico universal (como os processos morfo-fonológicos, a combinação e ordenação de elementos dentro de e entre orações, etc) - provavelmente relacionado aos processos de operar da mente humana, o que não significa que seu emprego específico nos enunciados reais seja desprovido de significado. Assim, embora reduza os fatores à sua expressão psicolinguística (processamento paralelo), Scherre admite que:

a influência do paralelismo não é simplesmente mecânica pois o /s/ que não tem informação de plural não acarreta outro /s/ (...).⁹

Pode-se inferir daí que não há inconveniente em tratar dois fatores de um mesmo grupo segundo dois pressupostos teóricos distintos (informal e formal). A nosso ver isso ocorre porque se omite um aspecto primordial: o de que a marca de concordância é significativa. Assim, a conciliação entre as posições de Poplack, de Weiner & Labov e de Scherre só foi possível porque ambas as motivações minimizam o aspecto semântico-pragmático, reduzindo-o a uma questão superficial de processamento informacional.

Reduzindo-se os fenômenos a seus aspectos psicológicos formais, não apenas se eliminam explicações fundamentais de natureza semântico-pragmática, como, principalmente, se transfere a explicação para um plano abstrato e, pelo menos no que

respeita às nossas hipóteses, incontrolável: "a forma da mente operar". Outro exemplo de conciliação entre fatores mecânicos e discursivos funcionais, em que a função do significado é mais patente, é o trabalho de Schiffrin (1981:52), também mencionado por Scherre, sobre a alternância entre presente histórico e passado em seqüências narrativas.

Nesse estudo a autora constata que a situação típica em narrativas é a conservação da forma verbal e que, embora as mudanças de tempo separem cenas ou episódios, a sua manutenção não tem o efeito contrário (isto é, unir os eventos)¹⁰. Schiffrin conclui, daí, que uma pressão mecânica manteria a mesma forma sempre que um fator discursivo funcional (como a mudança de cena ou episódio) não conduzisse à sua mudança.¹¹

Uma das mais recentes pesquisas do efeito da repetição em fenômenos variáveis do português do Rio de Janeiro é a de Paredes Silva (1988), em que se analisa a presença ou ausência de pronome sujeitos de primeira, segunda e terceira pessoas em língua escrita.

A autora propõe uma análise mais rigorosa do paralelismo do que a realizada por Lira, eliminando os casos em que as variantes ocorriam em funções diferentes.

Após calcular as percentagens de uso da variante de primeira pessoa tanto em ocorrência explícita, quanto em ocorrência zero, conclui, confirmando a hipótese de Polplack que:

um zero é altamente favorecedor de outro zero, e um eu, embora com menos peso, pode favorecer outro eu, ou é, no mínimo, indiferente quanto à escolha seguinte" (p.194-5).

Observe-se que, embora se reporte à análise de Sankoff &

Laberge, Paredes Silva, ao mesmo tempo que adota o rótulo de paralelismo formal e interpreta o fenômeno como decorrente de um "princípio de processamento paralelo" de acordo com a proposta de Scherre.

A seguir descreveremos o paralelismo, ou seja, a presença ou ausência de repetição das variantes na seqüência de orações condicionais potenciais. Como dissemos, este fenômeno ocorre com todas as variantes estudadas: futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST).

Consideramos como "paralelas" tanto as seqüências dentro do mesmo período hipotético (cf. ex. (4)) como, aquelas que ocorrem em períodos hipotéticos subseqüentes (cf. ex. (5)).

Ocorre ainda, em nosso corpus, um terceiro tipo de paralelismo, que poderíamos denominar "interacional" caracterizado pelo emprego de oração condicional por parte do falante como réplica a uma condicional enunciada imediatamente antes pelo interlocutor. Como, para evitar esta interferência, recomendamos aos entrevistadores que não empregassem as formas analisadas durante a entrevista, dispomos de poucos dados de paralelismo interacional, o que nos levou a afastá-los do corpus¹⁸.

Nas seções seguintes passamos à análise do efeito do paralelismo no estudo das variantes, de tempo-modo e conexão nas condicionais potenciais de se, tema deste trabalho.

6.3 DESCRIÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES

6.3.1 Esclarecimentos

Nesta seção serão descritos os fatores que integram o grupo paralelismo. A cada um destes fatores seguirão exemplos correspondentes a cada variante, segundo a ordem: futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST).

Como vimos procedendo até aqui, os exemplos são apresentados dentro de um contexto mínimo que permita sua interpretação; as variantes são identificadas pela posposição de abreviaturas (FS), (PI), (GER), (JUST); os dados foram extraídos por referências numéricas apostas ao texto (p. ex: 32:02:1774).

Em cada exemplo destacamos a variante analisada em caixa alta e sublinhada (cf. no exemplo seguinte QUISEREM); e, em caixa baixa e sublinhada(s) a(s) forma(s) que se reportam ao fato em questão (cf. apanharem, no mesmo local).

6.3.2 Os fatores identificados

O grupo de fatores paralelismo é constituído por três fatores definidos pela posição em que ocorre a condicional na relação à seqüência de condicionais. Passaremos a descrição de inicial.

a) inicial: inclui todos os casos em que não há, no contexto precedente, nenhuma condicional potencial (e, portanto, nenhuma variante) - que possa servir de referência. As variantes em posição inicial podem ocorrer:

i) numa seqüência de condicionais:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(2)R: "O fumo tanto traz prejuízo pra saúde como no bolso. Se vocês QUISEREM (FS) fumar, vocês podem fumar. Mas se vocês não apanharem (FS) o vício de fumar pra vocês é uma boa.

(15:57:139)

ii - presente do indicativo (PI)

(3)R: Nesse Rio cheio de maldade (...) a gente tem que ser medrosa, tem que desconfiar de todo mundo (...): e uma pessoa CHEGA (PI) perto de mim e diz (PI) assim: "Ah, me arranja um dinheirinho pra mim tomar um café?", eu não dou (...). É porque, às vezes, eu já estou desconfiando que (...) vai ser abrir a minha bolsa (...) e a pessoa meter a mão e sair fora.

(33:36:235)

iii - gerúndio (GER)

(4) Mas eu não confio em ninguém, de maneira alguma (...). Já tem vindo até gente "de família" aqui e quando bate, só FALANDO (GER) quem é e eu reconhecendo (GER) a voz é que eu abro. Eu desconfio.

(33:36:243)

iiii - justaposta (JUST)

(5) (...) as crianças, hoje em dia, tu vê, cê olha prum cara aí, não tem ninguém que tome conta, assim. Então, eles vão pr'aquilo que eles acha que deve, né? QUER (JUST) comer, não tem (JUST), vai assaltando, mata...

(32:05:1777)

ii) isoladamente (isto é, em posição não precedida nem seguida de outra variante):

i - futuro do subjuntivo (FS)

(6)P: As passagens de ônibus vão ...aumentar mais uma vez. Que que você acha disso?

R: Eu acho um absurdo.(...) ó, a gente já ganha pouco(...), tem que pagar as contas... Engracado, se a gente PASSAR (FS) faltando dez centavo, assim, eles reclama, né? (...) Mas tá muito cara a passage, tá um absurdo mesmo.

(10:01:723)

ii - presente do indicativo (PI)

(7) Acho que tudo assim, tem que ser de momento. A não ser em certos casos, né? Por exemplo, se é (PI) um casamento, você não pode fazer tudo na hora, né? (...) por que certas coisas há necessidade de você planejar o troco. E às vezes não dá certo mesmo.

(33:20:233)

iii - gerúndio (GER)

(8)R: Agora, uma coisa grave, assim, tem, eu guardo mesmo.

P: é difícil não contar pra alguém, né?

R: Não, SENDO (GER) um segredo assim (...), eu me seguro...

(34:01:1214)

iiii - justaposta (JUST)

(9) Quer dizer, isso aí [dizer ao filho que não pode fumar] é bobagem. É..é..é Quer (JUST) fumar, fuma. É prejuízo deles. Agora, é ruim.

(54:52:400)

b) paralelas: quando a 2^a de uma seqüência de construção condicional apresenta, dentro dela, repetição da variante. Temos, então,

i) a seqüência FS...FS :

(10)P: [O Brizola botar todo mundo na cadeia pra trabalhar você acha que resolve?]

R: Isso pra mim ainda é paliativo: se o cara... se não oferecer (FS) alguma coisa a mais, se você não TIVER (FS) alguma coisa a mais, isso vai ser medida só (...), isso inda vai ser fachada.

(70:24:442)

(11)P: Eu digo para os meus filhos:

R: O fumo tanto traz prejuízo prá saúde como no bolso(...). Se vocês quiserem (FS) fumar, vocês podem fumar, mas se vocês não APANHAR (FS) o vício de fumar, pra vocês é uma boa.

(15:57:140)

ii) a seqüência PI...PI:

(12) (...) eu acho que o fundamental mesmo para um casal é a confiança. Se você, por exemplo, tá (PI) noiva dele e vocês PRETENDEM (PI) se casar, o principal mesmo é ter confiança um no outro. Se não tiver confiança, não casa (...).

. (06:51:687)

ou no exemplo:

(13)P: Cê acha que deveria haver emprego pra todo mundo, criança, mulher, inclusive pra mulheres, velhos e crianças?

R: (...) Isso aí é uma escolha dele, do velho. Se ele acha (PI) que deve trabalhar, continuar trabalhando, ótimo, continue, tá? (...) Agora, se ele ACHA (PI) que deve se aposentar, tudo bem. Não uma aposentadoria compulsória, como tá existindo, sabe?

(49:17:2223)

iii) a seqüência GER...GER.

(14) Mas eu não confio em ninguém, de maneira alguma (...). Já tem vindo até gente "de família" aqui e quando bate, só falando (GER) quem é e eu RECONHECENDO (GER) a voz é que eu vou e abro. Eu desconfio.

(33:36:244)

(15) P: Você tem algum plano pra suas filhas?

R: [Não]. Eu quero que elas sejam felizes(...). Eu quero que elas tenham sorte, na hora de escolher o seu companheiro, a sua profissão(...). Escolhendo (GER) bem as duas coisas está fadada, realmente, a ser feliz; errando (GER) numa delas, fica cinqüenta por cento; ERRANDO (GER) nas duas, então, é difícil ser feliz (...). Mas eu não faço plano pra elas.

(64:28:429)

(16) P: Você tá sabendo daquele edifício (...) que ele [Brizola] vai fazer uma creche pro pessoal lá do morro, uma favela de lá...?

R: Não tou sabendo, não. Eu só acredito vendo (GER). Não precisa falar que ele vai fazer, não. Eu só acredito VENDO (GER). Se fizer (FS), tudo bem.

(23:32:989)

iiii) a seqüência JUST...JUST:

(17) Ele [o governo central] é que tá gerando tudo isso [aumento de assaltos, medicância etc.). O seu Delfim Neto taí falando (...) que os aumentos [de preços] vão continuar. Que que eles querem? Que o cara fique ali...? Pô: ganha (JUST) cinqüenta, não dá, ganha (JUST) cem, não dá, GANHA (JUST) duzentos, não dá, que que o cara vai fazer?

(54:22:408)

(18) Aqui, eu tou assim: eu tou (JUST) andando, tou (JUST) num ponto de ônibus, o pessoal se aproxima (JUST), fica (JUST) me olhando muito, eu já vou me retirando; uma pessoa PÁRA (JUST), começa (JUST) a me encarar, eu só sigo olhando pra trás. Eu tinha vontade de ir para um lugar pequeno (...) para ter(...) mais tranquilidade.

(33:40:257)

c) não-paralela: quando em uma seqüência de condicionais, a variante em questão é precedida de variante diversa

constituindo uma mudança em relação à forma da condicional precedente. Podemos ter, então:

i) seqüências do tipo: PI...FS; GER...FS e JUST...FS.

(19) Eu acho que o fundamental mesmo para um casal é a confiança. Se você, por exemplo, tá noiva dele e vocês pretendem (PI) se casar, o principal mesmo é ter confiança um no outro. Se não TIVER (FS) confiança, não casa.

(06:51:681)

Em (19) a condicional com a variante futuro do subjuntivo segue a uma condicional no presente do indicativo ¹⁴.

(20) P: Você tá sabendo daquele edifício (...) que ele [Brizola] vai fazer uma creche pro pessoal lá do morro, uma favela de lá...?

R: Não tou sabendo não. Eu só acredito vendo. Não precisa falar que ele vai fazer, não. Eu só acredito vendo. Se FIZER (FS), tudo bem.

(23:32:982)

No exemplo acima também não há paralelismo, uma vez que a condicional no futuro do subjuntivo segue a uma condicional no gerúndio.

ii) seqüências do tipo: FS...PI, GER...PI e JUST...PI.

(21) P: Você acha que uma pessoa possa se curar tomando chá?

R: (...) Eu acho que tem que ter um meio termo aí. Se você tá com um problema que o chá vai melhorar você, tudo bem, você toma o chá. Mas você tem que ter um médico acompanhando você, tá, te orientando. Se você for (FS) ao médico e ele PASSA (PI) um remédio pra você, tem que comprar o remédio.

(59:28:1310)

(22) É só o pessoal [= a seleção brasileira] querer(...). Então, se eles tiver (FS) a fim de ganhar [a Copa do Mundo], eles ganha, porque futebol é com a gente mesmo. Quando o pessoal quer jogar, que eles tão ofendido, eles vão lá e joga e ganha. Quer dizer: se não TÃO (PI) ofendido, eles não ganha nada.

(34:16:1231)

iii) seqüências do tipo: FS...GER, PI...GER e JUST...GER.

(23) P: O que você acha do atentado do Rio-Centro?

R: Eu tava lá (...) [dizem] que eles tavam andando com a bomba, porque eles eram do ASI (...); todo mundo que faz parte desse (...) plano aí tem que andar armado (...) porque, se alguém desco-bre (PI) que ele é aquilo, tenta matar. E ninguém vai querer ser morto primeiro, SABENDO (GER) que vai morrer. Então eles tavam andando com bomba.

(41:13:1893)

(24) P: (...) você disse que é um cara de temperamento (...). Você chegaria a (...) sair no braço?

R: (...) eu não sei. Me considero também metido (...) [Por exemplo]: eu tou (JUST) certo, vem (JUST) alguém discutir comigo, eu SA-BENDO que eu tou certo, eu vou até o final. Só discutindo.

(41:16:1897)

iiii) seqüências do tipo: FS...JUST; PI...JUST;

GER...JUST.

(25) P: A senhora acha que o método, hoje em dia, de ensinar a ler é certo?

R: Acho mais difícil (...). Antigamente era melhor (...). A gente aprendendo (GER) soletrar... tem mais facilidade de juntar as letras. A gente ENSINA (JUST) uma criança, a criança tá decorando, fala aquilo por falar, mas não..não tem certeza do que tá lendo.

(05:16:662)

(26) A mulher... o homem envolve muito a mulher, engana... e ela fica mais exposta, se ela não tiver (FS) proteção. Ela sendo (GER) mocinha, sai (JUST) de casa, ela tem menos proteção.

(66:19:2564)

6.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Vejamos os resultados estatísticos relativos aos fatores do grupo paralelismo.

6.4.1 Futuro do subjuntivo (FS)

Tabela (02): correlação entre paralelismo e uso do futuro do subjuntivo (FS).

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ (%)	PROBAB.
inicial	756 / 1805	41.9	.44
paralela	282 / 341	82.7	.81
não-paralela	106 / 643	16.5	.22

A tabela (02) confirma, em primeiro lugar, a tendência à repetição de marcas apontada anteriormente. Embora tenha sido relacionada em 2º lugar, há uma extrema polarização entre presença e ausência de paralelismo, indicando forte tendência à repetição do futuro do subjuntivo quando este ocorre em condicionais precedentes (.81); inversamente, a taxa de não-paralelismo (isto é, mudança) da variante em seqüências de condicionais é bastante restrita (.22).

Na posição inicial, contexto mais freqüente (1805 dados), o uso do futuro do subjuntivo (756 casos) revelou-se

irrelevante, com taxas próximas ao ponto neutro (.50). Podemos considerá-lo, portanto, como fator neutro.

Por outro lado, contrariando o que foi registrado no corpus de Sankoff & Laberge, o número de condicionais paralelas no subjuntivo, embora mais reduzido, é ainda bastante significativo (cerca de 1/4 do total de dados de futuro do subjuntivo) ¹⁴.

Em terceiro lugar, verifica-se que, em 106 ocorrências, apesar de haver seqüências de condicionais, não ocorrem variantes paralelas. Que fatores interferem nestes contextos, favorecendo não a repetição, mas a troca das variantes?

Aparentemente, a existência de mudança na seqüência de construções condicionais complica o quadro, exigindo explicações específicas do por que o falante não usa todas as seqüências de forma paralela. Na verdade, porém, a possibilidade de pesquisar tanto o paralelismo quanto a mudança dentro das construções repetidas vai permitir a obtenção de evidências para uma explanação com ambos os fatores que nos parece mais adequada.

Comecemos nossa análise pelos casos de mudança.

Vimos que alguns autores (como Schiffrin, 1981) atribuem a mudança a fatores pragmático-discursivos. Assim, procuramos testar a validade desta hipótese.

Em (19), o locutor está sendo entrevistado pela futura nora em presença do filho. Dirige-se aos interlocutores (primeiro à entrevistadora isoladamente e depois junto ao noivo), pessoas específicas e presentes no momento do diálogo, usando o verbo no presente do indicativo: se você tá (PI) noiva e vocês pretendem (PI) casar(...).

Passa, desta situação objetiva e definida, ao comentário,

de caráter subjetivo e generalizante, referindo-se a toda e qualquer pessoa, indiferenciadamente: se não TIVER (FS) confiança, não casa.

No exemplo (20) acima, a mudança do (GER) para o (FS) corresponde também à passagem da expressão genérica (tal como ocorre no dito popular "sou como S. Tomé: só acredito vendo"):

Eu só acredito vendo (GER)

para o fato específico a ser verificado:

Se FIZER (FS), tudo bem, se não fizer (FS), o que fazer?

Aqui também há mudança da natureza do sujeito: do específico subjetivo ("eu"), para outro também específico, mas objetivo ("ele", "Brizola").

O exemplo seguinte apresenta mudança no interior do período:

(27)P: Você consegue imaginar que reação você teria se fosse assaltado? Já pensou nisso?

R: Ah! se eu fosse assa-... Por exemplo: se eu tô (PI) com uma importância no meu bolso, se eu FOR (FS) assaltado, primeira coisa que eu digo: "carrega mesmo, pode levar, isso não é meu...". Entrego, lógico.

(47:07:2045)

Aqui, como nos exemplos precedentes, há uma mudança no foco do discurso: a primeira condicional potencial, com o verbo no indicativo, descreve o cenário em que se poderia dar o assalto, uma situação comum rotineira: se eu tô (PI) com uma importância no meu bolso(...).

A condicional seguinte, com o verbo no futuro do subjuntivo, descreve a ação imprevista imaginada dentro daquele cenário: se eu FOR (FS) assaltado (...)

A mudança para o modo subjuntivo é acompanhada também de mudança de voz ativa para passiva, refletindo a variação de perspectiva com que o locutor descreve a ação.

No exemplo seguinte, o falante argumenta em favor de sua posição quanto a ter ou não ciúmes da esposa:

- (28)P: O senhor não tem grilo dela sair com um amigo?
 R: Não, não, absolutamente. Se ela quer (PI) ir pra cinema... Quantas vezes [ela pergunta]: - Vamos ao cinema, Junior? [E eu respondo:] - Eu não quero ir, mas se você QUISER (FS) ir, tudo bem...

(06:51:680)

A passagem no comentário sobre seu relacionamento com a esposa, em discurso indireto marcado pela 3^{ma} pessoa ("ela"), para a reprodução do diálogo com a esposa, em discurso direto marcado pela 2^{ma} pessoa ("você"), também vem acompanhado de mudança do (PI) para o (PS).

6.4.2 Presente do indicativo (PI)

Seguem abaixo os índices estatísticos e probabilidades correspondentes ao emprego do presente do indicativo (PI) nas três posições acima discriminadas:

Tabela (03): correlação entre paralelismo e uso do presente indicativo (PI).

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
iniciais	397 / 1805	22.0	.49
paralelas	168 / 282	59.6	.81
não-paralelas	47 / 702	6.7	.20

O grupo de fatores paralelismo foi o primeiro selecionado pela análise estatística da variante (PI), o que permite confirmar a destacada relevância deste parâmetro. Por outro lado, da mesma forma que na variante futuro do subjuntivo (FS), verifica-se que a freqüência de condicionais paralelas no presente do indicativo (PI) não é absolutamente desprezível, correspondendo a mais de um quarto dos casos (168 em um total de 612 dados no presente do indicativo).

Os índices de probabilidade de ocorrência de presente do indicativo constantes da tabela corroboram os resultados obtidos na análise do subjuntivo. Assim: a) a posição inicial (.49) constitui um ponto neutro entre a presença e a ausência de paralelismo; b) as posições não iniciais são bastante distanciadas, apresentando, aqui também, os índices mais polarizados dentre os registrados em todos os grupos de fatores paralelas: (.81) e não paralelas: (.20).

Passamos a seguir à explicação destes resultados.

Começando pelo contexto menos polêmico, ou seja, pela mudança na seqüência discursiva, constatamos a mesma correspondência com uma mudança de foco ou perspectiva.

Assim, em (21) a passagem de "for (FS) ao médico" para "ele PASSA (PI) um remédio pra você", parece decorrer do caráter distinto com que se descrevem as duas ações.

A primeira (a pessoa procurar um médico), é vista, no caso citado, como uma escolha entre duas opções possíveis (medicina convencional vs. tratamento caseiro); a segunda (o médico receber um remédio ao doente) é vista como prática inerente à atividade médica.

A mudança FS--PI corresponde, portanto, à mudança de perspectiva do eventual para o previsível.

Analogamente, em (22) passa-se de um evento específico no futuro (a Copa do Mundo) para uma apreciação de caráter genérico, válido para qualquer época (quando tão ofendido, ganha). A mudança FS---PI, na seqüência "se tiver (FS) a fim de ganhar" - "se não TÃO (PI) ofendido", reflete esta mudança do plano específico para o genérico.

Vejamos agora os exemplos de condicionais paralelas.

Já no exemplo (12), as circunstâncias expressas pelas condicionais paralelas estão no mesmo plano. Mais ainda, a segunda - "pretender se casar" - explicita um traço semântico constitutivo da definição da primeira "estar-se noiva". O seu emprego, portanto, constitui uma "intensificação" usada como recurso argumentativo.

O exemplo (13), por sua vez, apresenta sob a forma paralela uma opção entre duas alternativas vistas como igualmente válidas: "o velho trabalhar" e "o velho não trabalhar".

Afirmamos acima que a maioria dos casos de parallelismo no futuro do subjuntivo relacionam-se quer à intensificação quer à equivalência. Verificamos, agora, que os mesmos aspectos são reencontrados nas seqüências paralelas de presente do indicativo (PI).

6.4.3 Gerúndio (GER)

Da mesma forma que ocorre com as variantes futuro do subjuntivo (FS) e presente do indicativo (PI) o grupo de fatores parallelismo é o que se mostra o mais relevante para a escolha do gerúndio (GER), sendo analisado em 1º. lugar.

A tabela (04) seguinte apresenta os resultados estatísticos correspondentes ao emprego de gerúndio (GER) nestas três situações:

Tabela (04): correlação entre paralelismo e uso do gerúndio (GER)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
inicial	260 / 1805	14.4	.35
paralela	72 / 97	74.2	.89
não-paralela	47 / 887	5.3	.19

Estes resultados são consistentes com os anteriormente apresentados nas tabelas (02) e (03) para o futuro do subjuntivo (FS) e o presente do indicativo (PI). Com efeito, verificamos a polarização entre paralelas (.89) e não-paralelas (.19) é ligeiramente mais pronunciada no caso do gerúndio (GER)¹⁷

O paralelismo foi o primeiro grupo selecionado pela análise estatística.

Afirmamos anteriormente que a manutenção ou mudança de variantes está relacionada a propósitos discursivos específicos. Assim:

a) a manutenção de variantes em seqüências de condicionais expressaria uma intensificação e/ou equivalência - isto é, a manutenção da "atitude".

b) a mudança de variantes em seqüências de condicionais expressaria uma mudança de plano ou foco - isto é, a uma mudança de "atitude".

O mesmo ocorre no uso da variante gerúndio (GER).

O paralelismo do exemplo (14) está relacionado à

intensificação. "Eu reconhecer a voz" constitui um item a mais - não basta a pessoa falar - nas condições exigidas pela falante para abrir a porta.

No exemplo (15), a intensificação se dá no sentido inverso. Ela vem explicitada de forma quantificada: o atendimento a duas, uma ou nenhuma das condições corresponderia, respectivamente, a "ser fatalmente feliz", "ficar cinqüenta por cento feliz" ou "dificilmente ser feliz".

Em (16) o paralelismo é constituído pela reprodução ipsis litteris da construção hipotética precedente: "Eu só acredito, vendo". Estes casos costumam ser relacionados à função enfática da repetição. Mas, se examinarmos mais de perto, perceberemos que se trata ainda da "intensificação".

Primeiro o locutor afirma seu ceticismo e a necessidade de comprovação empírica dos fatos ("Eu só acredito vendo") em função da sua desinformação ("não tou sabendo não"). Em seguida "reforça" a afirmação (Eu só acredito vendo), ressaltando que mesmo as informações verbais são insuficientes ("não precisa falar (...) não") para convencê-lo do que não vê.

Os casos de mudança na seqüência de condicionais (não-paralelismo) também confirmam as hipóteses explanatórias que formulamos para as variantes futuro do subjuntivo (FS) e presente do indicativo (PI).

No exemplo (23), embora não se identifiquem os sujeitos das orações condicionais (v.g. "se alguém descobre (...) [ninguém] sabendo"), encobertos pelos pronomes indefinidos, pode-se perceber que a mudança PI---GER carateriza a variação na atitude assumida pelo locutor em relação a cada uma das duas forças em duelo: ([alguém] tenta matar vs. ninguém yai querer

ser morto). Esta mudança de perspectiva é marcada, entre outras, pela alternância entre voz ativa e passiva.

Em (24) a passagem JUST---GER parece estar associada a uma mudança do plano da narração de uma situação imaginada ("[por exemplo]: eu tou certo, vem alguém discutir comigo") para o plano do comentário ("Eu sabendo que eu tou certo, eu vou até o final").

6.4.4 Justaposta (JUST)

Este grupo de fatores foi novamente o primeiro a ser selecionado na análise estatística realizada pelo programa VARBRUL.

Os resultados numéricos correspondentes aos três fatores do grupo são apresentados na tabela abaixo:

Tabela (05): correlação entre paralelismo e uso da justaposta (JUST).

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
inicial	392 / 1805	21.7	.43
paralela	218 / 264	82.6	.90
não-paralela	44 / 720	6.1	.12

Novamente, o que se destaca na tabela acima é o elevado grau de polarização entre as probabilidades de ocorrência de justaposta em contextos paralelos (.90) e não-paralelos (.12)¹⁸.

Com efeito, estes resultados revelaram-se os mais extremos, não apenas se comparados aos do mesmo fator relacionado a outras variantes, mas ainda aos de todos os fatores analisados

em relação às quatro variantes.

Outro índice consistente com aqueles obtidos pelas demais variantes é o de iniciais (.43). Aqui também ele se aproxima bastante do ponto neutro (.50).

Diante da semelhança dos resultados, procuramos confirmar se as hipóteses apresentadas acima são válidas também para a variante justaposta (JUST).

Vimos naqueles capítulos que o emprego do parallelismo corresponde à manutenção do mesmo plano discursivo.

Isto se daria tanto pelo que denominamos "intensificação", quando o acréscimo de uma nova condicional seria um "reforço" ao conteúdo da condicional precedente quanto pelo que denominamos "equivalência", quando o acréscimo de ma nova condicional representaria uma "alternativa" à hipótese proposta pela primeira condicional.

Não é necessário nos determos nos exemplos (4) e (8), de orações iniciais uma vez que sua escolha, por definição, independe do contexto anterior.

Vejamos portanto as paralelas.

O exemplo (17) apresenta de forma concreta, isto é, quantificadamente, situações hipotéticas organizadas em "crescendo" - intensificação ("ganhar cinqüenta", "ganhar cem", "ganhar duzentos").

O locutor menciona iconicamente o aumento gradativo dos índices do salário para, contrastando-o com o aumento de preços (expresso lexicalmente) promovido pelo governo, evidenciar que qualquer que seja o reajuste dos salários: estes permanecem insuficientes ("não dá"), o que provocaria assaltos, mendicância, etc.

No exemplo (18), as paralelas constituem tanto "intensificação" quanto "equivalência". Assim "uma pessoa pára" constitui uma alternativa no mesmo plano que "o pessoal se aproxima". As duas situações são descritas como "equivalentes", uma vez que levam ao mesmo resultado "a intranqüilidade". No entanto, comparando-se "uma pessoa pára" à oração que lhe segue ("fica me olhando muito"), constata-se que ela constitui o primeiro grau numa hierarquização das ações causadoras de intranqüilidade crescente:

parar - olhar muito.

Em (25) a passagem (GER) - (JUST) corresponde à mudança na perspectiva ao passar de uma para outra metodologia de alfabetização, ou seja, do método de antigamente "soletrado" visto como "melhor", para um método mais recente, visto como menos produtivo e "mais difícil".

Há a passagem de uma consideração genérica da perspectiva do alfabetizando (passivo) ("a gente aprendendo soletrar, tem mais facilidade de juntar as letras") para uma referência à ação específica da perspectiva do alfabetizador (ativo) ("a gente ensina uma criança, a criança tá decorando (...)").

O exemplo (16) permite acompanhar a mudança (GER) - (JUST) que corresponde à passagem da referência a um estado circunstancial (ela [a mulher] ser mocinha) à descrição da ação ([a mulher]) sair de casa) praticada dentro daquela circunstância.

É interessante observar que a soma destas duas condições levaria à perda de uma segurança pré-existente - vista pelo locutor como lastimável. Esta opinião é explicitada como uma verdade geral na primeira das condicionais ("fica mais exposta, se

ela não tiver proteção) que funciona como fundo para a argumentação subsequente e que contrasta com elas pelo uso do (FS).

6.5 CONCLUSÃO

A análise dos exemplos demonstra não apenas que a mudança é um fenômeno discursivo, mas ainda que possui conteúdo semântico e função pragmática.

A mudança de perspectiva - passando de afirmações genéricas, que servem de cenário ou segundo plano, para o desenrolar de uma ação específica no primeiro plano - pode ser identificada com a variação "figura-fundo", tal como a encontra Paredes Silva (1988) com base em Hopper & Thompson no estudo da presença/ausência de pronomes sujeitos.

A distinção entre dois planos discursivos foi relacionada à variação no uso dos tempos verbais no estudo dos textos literários franceses realizado por Weinrich (1968).

O autor propõe três parâmetros para a análise dos tempos verbais: o relevo, a atitude comunicativa do falante e, a perspectiva.

a) o relevo distingue entre o primeiro e o segundo plano. Por ele se distinguiria, por exemplo, o perfeito do mais-que-perfeito;

b) a atitude comunicativa distingue dois grupos de verbos conforme o tipo de texto em que são usados:

1. os tempos da narrativa (como nos romances);
2. o dos verbos do comentário (como nos ensaios e nos diálogos) ¹⁹.

c) a perspectiva, distingue a oposição entre tempos re-

etrospectivos, prospectivos e de perspectiva zero.

Weinrich distingue duas formas de transição dos tempos na seqüência do discurso, segundo dois graus de coesão entre eles:

a) transição homogênea (repetição de tempos do mesmo grupo); e

b) transição heterogênea (mudança do grupo e/ou da perspectiva).

Assim, segundo o autor, tanto as recorrências como as mudanças entre formas verbais, do tipo das variantes que ora analisamos, constituem fatores de coesão do mesmo grau. Observe-se, que, ao contrário dos trabalhos anteriormente citados, a coesão é definida aqui como "elo significativo" (tendo por função expressar a manutenção ou mudança da "atitude comunicativa"): um meio de manter a "coerência" ²⁰.

A premissa básica, portanto, é a de que as variações na forma verbal não são explicadas a nível meramente formal, mas devem ser consideradas na diversidade de seus significados e usos, expressos no discurso.

Na verdade, esta é uma condição inevitável quando se estudam fenômenos em nível acima do fonológico. A partir desta perspectiva, torna-se evidente a limitação da análise que reduz as formas portadoras de conteúdo semântico e pragmático, a seus aspectos formais justamente quando se deseja explicar seu uso recorrente. A supressão dos aspectos semântico-pragmáticos da repetição parece paradoxal ²¹.

Temos, portanto, não apenas a confirmação da função de coesão discursiva das mudanças, mas uma proposta de generalização desta hipótese, de modo a explicar, pelos mesmos parâmetros, também o paralelismo. De fato, se a mudança de formas

expressa a mudança de cenário, foco ou perspectiva, parece razoável supor que a recorrência das formas expressa a sua manutenção.

Cabe, portanto, demonstrar que princípios (da mesma natureza pragmático-discursiva) regulam tanto os casos de manutenção, quanto os de mudança das formas na seqüência do discurso (a exemplo de Paredes, 1988), o que deverá ser realizado em trabalhos futuros.

Partindo de motivação de natureza totalmente diversa, Tannen (1987) apresenta uma interpretação do fenômeno da repetição que corrobora e complementa a nossa proposta.

A autora se baseia em um estudo da repetição de movimentos corporais (cf. Sachs apud Tannen 1987) - os chamados tiques nervosos -, segundo o qual estes "automatismos" representariam "uma exacerbação da tendência humana a repetir/imitar uma experiência", a qual decorreria da "necessidade de re-experienciar uma sensação particular".

Generalizando as conclusões correspondentes à atividade motora e aos enunciados paralelos da linguagem falada, a autora propõe que o emprego de formas "pré-estruturadas" (isto é, a repetição), embora represente uma tendência universal, não constitui uma atividade compulsiva, mas sim uma forma de aprender autônoma e espontânea, que começaria com o bebê e prosseguiria durante a vida.

Um aspecto relevante dessa visão ampliada do paralelismo é que ela não se restringe a fenômenos de nível mais baixo como o fonético, o morfológico e o lexical, mas abrange as repetições de enunciados inteiros, tais como expressões convencionais, provérbios, estruturas de organização do discurso e até

mesmo a decisão de falar ou calar ²².

Embora também analise a repetição no interior do discurso de um mesmo locutor, é na interpretação do paralelismo interacional que a autora se detém mais demoradamente e apresenta as propostas mais inovadoras ²³.

Contrapondo-se à maioria dos autores que viemos analisando, Tannen defende que o caráter "pré-estruturado" dos comportamentos repetitivos não constitui perda de autonomia para os falantes, uma vez que, através da repetição, os indivíduos estabelecem relações interpessoais. Nos termos de Tannen, ao repetir comportamentos/formas lingüísticas já realizados/enunciadas, os falantes não seriam menos "eus", mas, ao contrário, tornar-se-iam "eus" interacionais.

A repetição de formas produzidas pelos interlocutores expressaria conteúdos do tipo "demonstrar atenção", "compartilhar conhecimento" ou "incorporar o enunciado do interlocutor", colaborando, assim, para o "prosseguimento da conversa".

Retomando Bakhtin (1981), Tannen afirma sua a própria posição de que a constituição do significado não pode ser trabalho isolado de um indivíduo. No texto citado, o autor descreve em linguagem que poderia dizer poética, o papel dos enunciados do diálogo enquanto produto e instrumento de interação social:

Com efeito, um discurso concreto (enunciado) já encontra o objeto ao qual ele foi dirigido como se este estivesse recoberto de qualificações, aberto a discussões, carregado de valores, pré-envolvido em uma névoa obscurecedora - ou, ao contrário, pela "luz" de uma corrente de palavras já pronunciadas acerca dele. Ele é baralhado, cruzado por pensamentos compartilhados, pontos de vista, julgamentos de valor e ênfases alhe-

ios.

O enunciado vivo não pode deixar de recordar milhares de fios de diálogos vivos, não pode deixar de tornar-se um participante ativo do diálogo social. Afinal de contas, o enunciado emerge deste diálogo como uma continuação dele ou uma resposta, o enunciado não se aproxima do objeto a partir de uma perspectiva "de fora" (apud Tannen, 1987:224).

Segundo a proposta de Tannen, ao instituirem a linguagem pré-estruturada na imaginação dos falantes (e-ouvintes) a imitação e a repetição tornam-se, ao mesmo tempo, base da "criatividade"/ "sentido do 'eu'" e fator de intercomunicação. A autora reitera esta posição, sugerindo, implicitamente, a existência de uma relação dialética entre indivíduo e sociedade:

Paradoxalmente, é a imaginação individual do falante que torna possível a compreensão compartilhada da língua. A imagem criada pela imaginação do falante pode ser recriada pela imaginação do ouvinte (...). A pré-estruturação lingüística é um meio pelo qual os falantes criam mundos que os ouvintes podem criar em sua própria imaginação, reconhecendo os contornos da pré-estruturação.

Através da pré-estruturação o indivíduo fala através do grupo e o grupo fala através do indivíduo (p. 236).

Definindo a repetição em termos de uma estrutura psico-lingüística de aprendizagem vinculada desde a origem ao intercâmbio social de conteúdos significativos, Tannen parece dar um passo no sentido de superar as contradições entre o automático e o autônomo, entre o psicológico e o interacional (o que certamente não se confunde com a mera justaposição de princípios de natureza oposta).

Diante do que expusemos até agora, podemos sintetizar

nossas conclusões em três pontos:

1)- não se pode reduzir todos os fenômenos de paralelismo e mudança de variantes na seqüência do discurso a princípios estruturais como "mecanismo superficial" ou "fenômeno estilístico" (no sentido em que Weiner & Labov empregam o termo), uma vez que a variação que analisamos diz respeito a elementos portadores de significado (cf. Lavandera, 1984),

2)- não podemos reduzir os fenômenos de paralelismo e mudança de variantes na seqüência do discurso ao seu aspecto formal, uma vez que o processamento paralelo não dá conta de fatos de natureza semântica e pragmático-discursiva expressos pela "quebra" (ou pela "manutenção") da semelhança de formas. As repetições/mudanças formais são reflexo da permanência/mudança de significado e função; e

3)- não devemos adotar critérios antagônicos (pragmático-discursivo e psicolinguístico) para explicar dois fatores de um mesmo grupo, até que todas as possibilidades de consegui-lo por um único parâmetro estejam esgotadas, uma vez que as variantes tendem a distribuir-se em contextos complementares.

Com base nestas conclusões, propomos que, no lugar das interpretações psicolinguísticas e/ou estruturais, haja um princípio pragmático-discursivo regulador único, que dê conta tanto dos casos de paralelismo, quanto dos de mudança de formas nas seqüências discursivas.

Nossa hipótese filia-se, até certo ponto, à proposta de Sankoff & Laberge, que associam a repetição à "coerência discursiva". Interpretamos, porém, a coerência (ou coesão?) num sentido mais amplo, de forma a abranger não apenas os vínculos de conexão sintática, mas ainda a manutenção/mudança de

significados e/ou estratégias discursivas.

Concordamos com Weinrich, Wolson (apud Scherre 1988) e Longo - e, portanto, nos opomos a Schiffriñ - quando defendem que a manutenção de formas iguais corresponde à manutenção do mesmo foco ou perspectiva.

Por último, adotamos a proposta de Tannen, que vê no paralelismo um fenômeno pragmático-discursivo relacionado, por um lado, ao significado das formas e, por outro, à sua função interacional.

Se estas hipóteses são corretas, poderemos explicar os resultados estatísticos sem recorrer a soluções "conciliatórias", que impedem uma visão integrada do problema.

Voltemos, portanto, aos exemplos de paralelismo acima citados. Em:

- (10) Isso pra mim ainda é paliativo. Se cara não ...
se não oferecer (FS) alguma coisa a mais, se
você não LIVER (FS) alguma coisa a mais, (...)
isso inda vai ser só fachada.

(70:24:442)

pode-se constatar que a perspectiva adotada no segundo enunciando não apresenta uma mudança em relação a do primeiro, mas sim, um "acréscimo" dentro do mesmo quadro.

Com efeito, "ter algo a mais (para oferecer)" apenas explica uma condição necessária para a realização da hipótese "oferecer algo a mais". Isto é, há uma manutenção da perspectiva.

Em (11), o locutor defende que, por princípio, não impõe sua vontade aos filhos, tendo por hábito esclarecê-los com argumentos convincentes e deixar a decisão em suas mãos.

Para confirmar a veracidade destas palavras, reproduz um diálogo que costumaria manter com eles:

- (11) O fumo tanto traz prejuízo pra saúde como no bolso... Se vocês quiserem (FS) fumar, vocês podem fumar. Mas, se vocês não APANHAR (FS) o vício de fumar, pra vocês é uma boa.

(15:57:140)

Usando a mesma forma - futuro do subjuntivo - nos dois enunciados, o locutor apresenta as duas hipóteses no mesmo plano, como igualmente admitidas - o que se depreende das duas apódozes: "podem fumar" e "é uma boa" -, confirmando, pelo paralelismo, a atitude de não-interferência na decisão dos filhos explicitada no contexto precedente.

Em (10) e (11) temos representados dois valores veiculados pelo paralelismo: respectivamente, o acréscimo e a alternativa.

Analizando informalmente uma série de novos dados, podemos perceber que a interpretação que demos aos exemplos (10) e (11) não é aleatória.

Assim, da mesma forma que o "acréscimo" em (10) representa uma especificação semântica, encontramos casos de generalização, de iteração, de aproximação, de expansão, isto é, uma variedade de formas que "intensificadoras" da argumentação. Esta função do paralelismo parece justificar a sua associação ao fenômeno da "ênfase".

Por outro lado, a "alternativa" expressa em (11) representa apenas uma forma do que denominamos "equivalência". Entre outras possíveis, encontramos, ainda, a reciprocidade e a complementariedade.

Vejamos alguns exemplos:

(1)P: Por que você acha perigoso fumar maconha?

R: Porque, sei lá, eu tenho o meu modo de pensar que...eu acho que...isso...a pessoa fica...fica fora de si, fica menos... Se der(FS) pra roubar, ela rouba, se DER(FS) pra matar, mata. A pessoa fora...fica fora de si, com...com o efeito da droga... Eu não acho bom, não.

(32:02:1774)

(29)P: E [Paulo Freire] não conseguiu [alfabetizar os brasileiros] por quê? (...)

R: Aí, eu volto de novo: devido a nossas origens. Então, se você chegar(FS) na França, se CHEGAR(FS) na Europa, na América, (...) você vai lidar com pessoas que têm origem, que têm berço, que têm base cultural.

(80:31:2479)

Como se vê nos exemplos acima, as repetições representam uma graduação na intensidade, em (28) quanto à violência das ações criminosas mencionadas, e em (29) quanto à abrangência das áreas geográficas referidas.

(30) (...) Olha que o menino estuda ali (...), tem doze, estuda, ele tá na quinta série mas, se tu fizer(FS) uma pergunta de geografia, ele não sabe (...), se MANDAR(FS) escrever o nome dele todinho, ele não sabe escrever o nome dele.

(04:32:606)

Em (30) a alternância (ou complementariedade) entre os conteúdos escolares que, segundo a entrevistada, um aluno de quinta série deveria conhecer, tem por objetivo ilustrar a indiferenciação (ou abrangência) quanto à precariedade do ensino.

Para confirmar o caráter não-mecânico (isto é, pragmático discursivo) do paralelismo apresentamos um último exemplo:

(31)P: A senhora é a favor da greve?

R: Eu acho que se não houver(FS) greve, como que o trabalhador vai ser ouvido? Eu acho que só (...) fazendo(GER) a greve(...). Como é que vão dar a ele um salário melhor, se ele não FIZER(FS) a greve?

(46:21:2759)

Em (31), acima, há uma seqüência de mudanças:
FS1---GER---FS2.

Se analisarmos o contexto de cada variante, podemos constatar que o retorno do gerúndio (GER) ao futuro do subjuntivo (FS2) constitui uma retomada da perspectiva discursiva original, assinalada pela variante (FS1).

A mudança FS1---GER corresponde à passagem da pergunta retórica, de caráter objetivo (- como [é] que o trabalhador vai ser ouvido?) para a resposta, de caráter subjetivo (- Eu acho que só [vai ser ouvido] (...)).

A mudança GER---FS2 faz o percurso inverso, voltando da opinião pessoal a outra pergunta retórica (- Como é que vão dar a ele um salário melhor?).

Apesar da intermediação da variante (GER), pode-se constatar que as variantes repetidas FS1---FS2 ocorrem em contextos que podem ser interpretados como graus crescentes em direção ao atendimento a reivindicações trabalhistas (vai ser ouvido---vão dar um salário melhor).

A possibilidade de retornar-se a variantes "abandonadas", intensificando-as, após mudança de perspectiva discursiva, é uma evidência da função argumentativa do paralelismo.

Dentro desta proposta, os índices elevados de paralelismo que constatamos em nossos dados refletiriam uma tendência geral a manter a mesma perspectiva no desenrolar do discurso (ou do diálogo). Por outro lado, a baixa probabilidade de mudança

indicaria que os paralelismo só deixa de realizar-se em situações específicas, isto é, quando há interferência de fatores pragmático-discursivos não-paralelos correlacionados à mudança de perspectiva (como na passagem de atitude geral à verificação específica, de discurso indireto a direto, de sujeito agente a paciente da ação, etc).²⁴

Esta solução também explicaria a interdependência entre as variantes. Como Scherre apontou, e tivemos ocasião de constatar informalmente²⁵, a interferência entre contexto lingüístico precedente e variante não é necessariamente unidirecional.

Foi com isso em mente que refutamos a hipótese de que os fatores estatisticamente relevantes para o emprego de uma variante portadora de significado, sejam elementos imotivados que "causem", mecanicamente, a presença ou ausência daquela variante no discurso. A preferência por certa variante em determinado contexto não deve ser interpretada como um "efeito" deste contexto "sobre" aquela variante, mas como um reflexo da "coerência" pragmático-discursiva o que denominamos , harmonia discursiva entre contextos e variantes, ambos co-ocorrendo no discurso em função de um objetivo comum²⁶.

É esta justamente a hipótese de Lavandera (1984), quando associa, por exemplo, sujeitos indefinidos (impessoais) ao modo subjuntivo - em contraste com os sujeitos definidos associados ao indicativo - atribuindo, a cada classe de sujeito/modo, estratégias argumentativas distintas. A mudança sintagmática de subjuntivo para indicativo (e vice-versa), por sua vez, serviria a propósitos argumentativos específicos.

Na verdade, como teremos ocasião de comprovar, ao

de subjuntivo para indicativo (e vice-versa), por sua vez, serviria a propósitos argumentativos específicos.

Na verdade, como teremos ocasião de comprovar, ao analisar os grupos de fatores seguintes, todos os elementos contextuais identificados como relevantes para o emprego da variante - e não apenas a forma paralela - constituem recursos para a manutenção desta "harmonia" no discurso.

O conceito de harmonia discursiva é tomado de Lavandera. Partindo da idéia de "consonância" e "dissonância" entre os significados das partes da oração, sugerida por Bolinger, Lavandera explica "redundância" dos sinais de modalidade na sequência dos enunciados como efeito de uma "harmonia discursiva".

a modalidade da emissão se expressa mediante sinais tanto gramaticais como lexicais e (...) para obter um fragmento aceitável do discurso, os distintos sinais devem harmonizar-se (p. 135).

No capítulo seguinte trataremos das relações das variantes com contexto discursivo mais abrangente.

CAPÍTULO 7
A EXPERIÊNCIAÇÃO

7. A EXPERIENCIACÃO

7.1 DEFINIÇÃO DE EXPERIENCIACÃO

Este grupo de fatores diz respeito ao papel das oposições semânticas e pragmáticas na escolha da forma de tempo-modo e conexão das condicionais potenciais. Antes de defini-la, porém, é necessário rever alguns aspectos já tratados anteriormente.

7.1.1 Prótases potenciais e prótases fatuais

Vimos nos capítulos precedentes (cf. caps. 1 e 4) que a proposição potencial de se caracteriza-se semanticamente como [- factual] e [- contrafactual], ou seja, não pressupõe a afirmação nem a negação do fato enunciado. Na prática podemos identificar as potenciais pela possibilidade de acrescentar a expressão por acaso:

- (1) (...)o pior é se por acaso eu VER (FS), né, se eu, por acaso, sair (FS), chegar (FS), dou (PI) de cara, né? aí o caso muda de figura.
(04:42:632)

Formalmente, as potenciais se caracterizam por admitirem, além das variantes presente do indicativo(PI), gerúndio(GER) e justaposta (JUST), a variante futuro do subjuntivo (FS) *.

As condicionais potenciais se opõem às proposições* fatuais. Estas últimas se caracterizam semanticamente por pressuporem a afirmação do fato enunciado, motivo pelo qual vários autores não as consideram verdadeiramente condicionais.

Na prática, as fatuais podem ser identificadas pela possibilidade de substituição do se por já que (e pela

impossibilidade de, no mesmo contexto, se fazerem acompanhar por por acaso):

(2)P: Se você não viu [assombração, disco voador...], você não vai... desmentir só porque as pessoas dizem que existe?

R: (...)mas o pessoal, eles comprovam que viram, né? Pô, se [= já que] o pessoal DIZ uma coisa, o pessoal diz que tem a convicção que viu, eu que não vi, que não passei por aquilo, eu não vou poder dizer que não é verdade, né? Não é só porque não vi que vai (...) ser mentira da pessoa.

(39:11:1819)

3a) se [por acaso] o pessoal DIZ uma coisa (...) eu não vou poder dizer que não é verdade, né?

(exemplo fabricado)

Formalmente as fatuais se caracterizam pelo fato de, mantendo-se o mesmo contexto, não poderem se apresentar no futuro do subjuntivo, ao contrário das potenciais, que podem se apresentar tanto no subjuntivo quanto no indicativo.

3b) se [=já que] o pessoal DISSE (FS) uma coisa (...) eu não vou poder dizer que não é verdade, né?

(exemplo fabricado)

Nem todos os autores levam em conta esta restrição.

Assim, Mateus et alii (1983) distinguem as condicionais de se fatuais das potenciais⁹. Mas, ao interpretarem equivocadamente as generalizações - princípios, leis essenciais ou regras (cf. exemplo (5) abaixo) - como condicionais fatuais, que "remetem para um 'mundo' epistemicamente acessível", são levadas a admitir condicionais fatuais com o verbo no futuro do subjuntivo (p.460-1), observando a oposição entre estas e as

potenciais.

Conseqüentemente, as autoras não distinguem (4) de (5) definindo ambas como fatuais:

(4) se [= já que] o narciso É (PI) uma flor, (então) pertence ao reino vegetal.

(5) se [por acaso] a água ATINGE (PI) / ATINGIR (FS) a temperatura de 100° C, entra(rá) em ebulição.

Esta oposição é crucial para o nosso trabalho pois as fatuais jamais se apresentam no futuro do subjuntivo.

7.1.2 Potenciais [+ intemporais] e [- intemporais]

A oposição entre as condicionais fatuais e potenciais, vista acima, é fundamental para a compreensão de uma segunda distinção, aquela sobre a qual se constitui o grupo de fatores ora em questão.

Uma vez separados os enunciados potenciais dos fatuais, verificamos a existência de duas classes de condicionais potenciais semanticamente distintas, a que denominamos, provisoriamente, [+ intemporais] e [- intemporais].

Pudemos identificá-las informalmente pelo fato de que, embora ambas possam ser acrescidas da expressão por acaso - o que permite englobá-las num só grupo "potencial"⁴ - , apenas em uma delas, a [+ intemporal], o se é substituível por todas as vezes que, sempre que ou quando⁵.

A existência de um sub-grupo específico de condicionais do tipo [+ intemporal] é reconhecido tradicionalmente.

A proximidade semântica entre a conjunção condicional se e a temporal quando é apontada com freqüência nos estudos sobre as condicionais em diversas línguas. Em português, ela tem

levado inúmeros autores a interpretar estas condicionais como um tipo de oração temporal.

Ao mesmo tempo, inversamente, certos tipos de temporais introduzidos por quando são freqüentemente analisados como condicionais.

O rótulo intemporal foi empregado no capítulo deste trabalho para definir o conjunto de condicionais citadas na literatura ora como "atemporais" ou "acronísticas" - quando referentes a expressões de "verdades eternas" ou "princípios gerais" (aspecto gnômico); ora como modo "repetitivo" ou aspecto "habitual".

A denominação "intemporal", portanto, não deve fazer supor que as condicionais em questão se apresentem de alguma maneira "extra-temporal". O que o termo procura descrever é que as condicionais intemporais podem ocorrer em "toda e qualquer época", isto é, em um "tempo genérico".

Nesse sentido explica-se a aplicabilidade do conceito não apenas a generalizações mais amplamente aceitas, como os princípios gerais ou verdades essenciais do tipo (5).

(5) Se a água ATINGE(PI)/ATINGIR(FS) 100° C, entra(rá) em ebullição;

mas a generalizações de qualquer extensão, quer sejam opiniões mais ou menos compartilhadas no seio da comunidade, como em (6):

(6) (...)eu acho que o fundamental mesmo para um casal é a confiança. (Se) não TIVER(FS) / TEM(PI) confiança, não casa.

(06:51:681)

quer sejam princípios restritos à esfera individual, como em (7):

(7)P: Como você fica quando não dorme bem?

R: (...) Se eu não durmo (PI), eu acordo de mau humor. Eu acho que eu fico mesmo de mau humor, se eu não DORMIR (FS)/DURMO(PI) bem.

(71:29:2276)

Formalmente verificamos, em ambos os casos, a possibilidade de ocorrer o futuro do subjuntivo (ao lado do presente do indicativo, gerúndio e justaposta), preenchendo, portanto, o critério adotado para classificá-las como potenciais. Assim, conforme o contexto, a potencial exemplificada em (5), pode ser interpretada quer como [+ intemporal] quer como [- intemporal].

i) Exemplo de contexto [+ intemporal]:

(8) As leis físicas são imutáveis: se [sempre que] [por acaso] a água ATINGIR (FS) 100° C entra(rá) em ebulição. (exemplo fabricado)

ii) Exemplo de contexto [- intemporal]:

(9) P: O que pode acontecer se esquecerem a chaleira aquecendo?

R: Será uma lástima, porque se [* sempre que] [por acaso] a água ATINGIR(FS) 100° C entra(rá) em ebulição. (exemplo fabricado)

Observe-se, porém, que a inclusão das [+ intemporais] no grupo das potenciais não é absolutamente consensual (cf. quadro (04)). E que, mesmo entre os seus defensores, não se encontra uma descrição explícita e consistente das suas especificidades formais e semânticas frente às [- intemporais].

Procurando estabelecer objetivamente as marcas formais através das quais o locutor expressa (e o interlocutor interpreta) os conteúdos até agora denominados [+ intemporais] vs. [- intemporais], analisamos as formas de expressão das noções semânticas apontadas tradicionalmente: conteúdos "habituais", "repetitivos" e "verdades eternas". Verificamos que estes critérios, além de ambíguos e imprecisos, não dão conta dos dados

obtidos do uso real.

Ao mesmo tempo, procedemos a uma análise exaustiva das relações lógico-semânticas possíveis entre prótase e apódose. Foi testada a relevância de conceitos como "implicação", "condição suficiente", "condição necessária" e "conseqüência necessária" (cf. Dijk, 1984: 126-7). Novamente os resultados foram negativos. Tanto quanto os conceitos semânticos vistos acima, os conceitos lógicos se revelaram inadequados para distinguir [+ intemporais] de [- intemporais] de modo a explicar a variação de tempo-modo e conexão.

Na impossibilidade de detectar a distinção entre [+ intemporais] vs. [- intemporais] com base na aplicação dos conceitos pré-existentes, passamos à observação direta dos dados.

Procurando determinar as marcas que caracterizam os contextos [+/- intemporais], chegamos a um parâmetro cujos traços podem ser mais facilmente detectados no discurso: o conceito de "experienciação".

Definimos por "experienciação" a "presença" vs. "ausência" de conhecimento da realidade do conteúdo expresso pela oração condicional, assumido pelo locutor e explicitado no contexto discursivo.

Uma vez que, como foi visto, a oposição entre potenciais [+ experienciadas] e [- experienciadas] traduz-se pela alternância modo-temporal, e, tendo-se constatado em ambos os contextos a presença das quatro formas analisadas - futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST) - passamos a analisar a sua interferência na seleção de cada uma destas variantes.

7.2 DESCRIÇÃO DOS FATORES

Foi proposto um grupo de fatores, constituído de dois membros, [+ experienciado] e [- experienciado], assim definidos:

a) [+ experienciado]: quando o conteúdo da proposição é apresentado pelo locutor como conhecido por já ter sido realizado alguma vez[#] e, a partir daí, generalizado como algo realizável. Ou seja, embora possa ser realizado a qualquer tempo, não se afirma nem se nega que volte a ser realizado^o. Este fator é identificado pela possibilidade de inserção das expressões sempre que, todas as vezes que, quando. É marcado formalmente por traços de generalização (como o presente do indicativo, advérbios do tipo "sempre" e expressões análogas):

i - futuro do subjuntivo (FS)

(10)P: Por que você acha [que é] perigoso fumar macona?

R: (...). Porque, sei lá, eu tenho o meu modo de pensar, que ... eu acho que isso... a pessoa fica...fica fora de si, fica menos... Se [= quando] DER (FS) pra roubar ela rouba, se der pra matar, mata. A pessoa fora, fica fora de si, com...com o efeito da droga. Eu não acho bom, não.

(32:02:1774)

O traço [+ experienciado] é identificado no discurso através de indicações de duas naturezas:

1º) as marcas de generalização do conteúdo da proposição

condicional.

No exemplo acima, o significado "generalizante" é indicado pela forma do presente (genérico) do indicativo em "a pessoa fica fora de si, ...";

2º.) as marcas da realização do conteúdo.

No exemplo (10) acima, a construção causal em "[é perigo-so] porque fica fora de si" constitui uma avaliação e, portanto, pressupõe a realização prévia do ato que gera consequências perigosas ("se der pra roubar, ela rouba")

(11) Eu sei guardar segredo (...) Não é que eu guarde segredo de tudo que falem, mas se [= quando] a pessoa DISSE (FS): - "Não conte!", eu nãouento. Pode estar crente, porque vai morrer comigo.

(58:03:736)

Em (11), o locutor discorre sobre um aspecto da própria personalidade (portanto, fato de seu conhecimento) - a sua discrição. Trata-se, consequentemente, de uma conduta sistemática e regular (fato geral).

Os dois aspectos estão marcados no discurso precedente: em "eu sei guardar segredo", o presente do indicativo marca a generalidade do fato, enquanto semanticamente "saber" remete ao significado [+ conhecido] e, portanto, realizado.

Observe-se que o caráter não-categórico potencial da generalização é expresso pela afirmação "não é que eu guarde segredo de tudo que falem". A condição "se a pessoa disser" é apenas uma das formas possíveis de se pedir segredo.

(12) Se a gente FAZ (PI) uma coisa errada, o pessoal fala. Fala por falar mesmo. Pra gente tomar juízo(...). Às vezes eu penso que eles tão certo, às vezes eu penso que eles tão errado, mas... não vai ser eu que vou dizer.

(41:25:1904)

O caráter generalizante da ação (fazer uma coisa errada) pode ser inferido da alternativa, certo, às vezes...errado, que abrange todas as vezes o pessoal fala; o caráter realizado pode ser depreendido das avaliações: "certo", "errado".

iii - gerúndio (GER)

(13) P: Hum hum... E bebida? O que ... você acha que... que faz mal?

R: Bom, a bebida não faz mal, SABENDO (GER) beber; mas não sabendo beber, faz mal.

(12:05:64)

Em (13) trata-se da opinião do locutor (você acha) em experiências prévias (conteúdo realizado) generalizadas (faz mal, não faz mal).

iiii - justaposta (JUST)

(14) P: Você acha, cê não demonstra [ciúme], por que acha que não vale à pena, que causa problema?

R: Dá muito problema, sim, muita briga, discussão demais: você TEM (JUST) ciúme de uma pessoa, essa pessoa sair, conversar, sabe? Não pode ver a pessoa conversando com outra que já fica gritada, isso dá muita discussão, dá caso até de morte, né?

(26:09:1105)

Como no exemplo (13), o traço generalizante advém do "modo de ser" habitual do locutor ("não demonstra ciúme") e o traço realizado da avaliação ("dá discussão, até morte").

b) [- experienciado]: quando o conteúdo da proposição é assumido pelo locutor como não realizado até o momento da enunciação.

Conseqüentemente não lhe é possível "generalizar" sua realização para "todas as vezes que".

A não-experienciação é identificada pela presença no contexto de expressões que indicam a não-realização do conteúdo da potencial (como algum dia, mais tarde, de repente, etc):

i - futuro do subjuntivo (FS)

(15)P: Pra muitos o casamento é coisa de antigamente.
O que você acha?

R: (...)se [= * quando] algum dia eu GOSTAR(FS) de um cara, achar (FS) que eu não devo casar e nem ele..., eu prefiro juntar, sinceramente(...). Eu não sou de acordo com casamento.

(53:11:1640)

No exemplo (15), as circunstâncias acima, "eu gostar de um cara, achar que não devo casar e nem ele" não são apresentados como algo que ocorreu (e, portanto, conhecido), sobre o qual a informante pudesse generalizar sua posição sobre o casamento, mas sim como algo ainda não ocorrido e que, portanto, não pode ser afirmado como realizável "algum dia".

ii - presente do indicativo (PI)

(16) Não seria válido o PT manipular um discurso (...). A campanha do PT não fez isso. Ninguém prometeu nada. A direção (...) não foi pra rua prometer. Se ele COMEÇA (PI) a fazer esse tipo de coisa, eu acho que ele morre. O que o mantém vivo é (...) ainda não se sujou.

(70:42:461)

Em (16), o caráter não realizado e, portanto, não generador é explícito (cf. não fez, não foi, ainda não se sujou).

iii - gerúndio (GER)

(17) P: Que tipo de mudança seria preciso, para mudar isso [a violência] ?

R: Ah, só o mundo ACABANDO (GER), morrer todo mundo, não sobrar ninguém. É menina! Porque do jeito que tá... só acabar o mundo começar um mundo direito.

(60:34:1402)

Da mesma forma que nos exemplos precedentes, em (17) o informante imagina uma situação que (ainda) não ocorreu em que se realizaria a necessária mudança

iiii - justaposta (JUST)

(18) P: E mudança de residência?

R: (...) Isto depende muito assim do lado, do emprego, né, do lado do aluguel também, né, que às vezes, vamos supor, eu ESTOU (JUST) aqui morando aqui né? o aluguel aqui tá, vamos supor, dez mil cruzeiros, ali na frente eu acho um por cinco ou seis, eu vou mudar mesmo, né?

(09:02:718)

Em (18), o locutor, porteiro de um prédio de Copacabana que mora no subúrbio, imagina um conjunto de circunstâncias hipotéticas (não realizadas no presente) que o levariam a transferir-se de bairro.

7.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Vejamos os resultados da correlação entre este grupo de fatores, e cada uma das variantes.

7.3.1 Futuro do subjuntivo (FS)

Tabela (06): correlação entre experienciação do conteúdo e uso do futuro do subjuntivo (FS)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
[+ experienciado]	479 / 1814	26.4	.35
[- experienciado]	665 / 975	68.2	.65

O contraste entre os índices de probabilidade correspondentes aos dois fatores mostra a relevância deste contexto. Com efeito, este foi o primeiro grupo de fatores a ser selecionado na análise estatística da variante futuro do subjuntivo (FS), ultrapassando mesmo a posição dos resultados do paralelismo.

Em primeiro lugar, destaca-se na tabela o número de condicionais [+ experienciadas] no futuro do subjuntivo (479 em 1144, ou seja, 41.9 % dos dados). Estes resultados não deixam de ser surpreendentes, se considerarmos que estas condicionais experienciais são confundidas muitas vezes com as condicionais de modo "real" ou "factual", que se expressam categoricamente pelo indicativo (conf. cap. 4).

No entanto, os índices estatísticos não contrariam as expectativas. É bastante nítida - (.65) vs. (.35) - a tendência

a empregar o futuro do subjuntivo nos contextos [- experiencia-
dos] *.

Os resultados da tabela (06) são confirmados pelos dados históricos. Segundo Ernout & Thomas, o "modo repetitivo" - ou seja, as condicionais [+ experienciadas] - era expresso no latim arcaico e clássico apenas pelo indicativo.

Só nos períodos republicano e imperial é que o futuro do subjuntivo começaria a ser empregado ao lado do indicativo neste contexto.

Conclui-se, portanto, que, apesar de a variação remontar a tantos séculos, o futuro do subjuntivo continua expressando, probabilisticamente, os conteúdos não-realizados.

Desta forma se confirma o futuro do subjuntivo (FS) como expressão típica da condição possível - isto é, nem certa ou provável, nem impossível ou improvável -, colocando esta variante exatamente no centro da escala epistêmica.

7.3.2 Presente do indicativo (PI)

A correlação entre a presença destes contextos e a probabilidade de ocorrência de presente do indicativo (PI) vem apresentada na tabela (07) abaixo.

Tabela (07): correlação entre experienciación do conteúdo e uso do presente do indicativo (PI)

FATORES	APLIC./ TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
[+ experienciado]	520 / 1814	28.7	.65
[- experienciado]	92 / 975	9.4	.35

Este grupo de fatores foi o 2º. selecionado pelo programa

VARBRUL. Os índices acima indicam que a experienciación é um contexto relevante para o uso da variante: o contexto [+ experienciado] favorece o uso do presente do indicativo (PI) (.65), enquanto o contexto [- experienciado] restringe a sua ocorrência.

Estes resultados não apresentam nenhuma novidade: os gramáticos costumam mesmo identificar as condicionais experienciadas (ditas "habituais" ou "repetitivas") pela presença do indicativo¹⁴.

Na verdade, nossa hipótese inicial era de que, neste contexto, somente houvesse emprego do indicativo - o que imporia o afastamento das condicionais experienciadas do corpus. Foi possível constatar, porém, que tanto as [- experienciadas] quanto as [+ experienciadas] podem ser expressas pelas quatro variantes estudadas.

A correlação entre os fatores do grupo experienciación e a variante presente do indicativo (PI) se explica tanto a nível semântico quanto a nível pragmático:

a) semanticamente: tende a ocorrer o indicativo (PI) - modo dos conteúdos concretos e reais - quando os fatos referidos (por já terem ocorrido pelo menos uma vez) são conhecidos; portanto, parecem ser sempre realizáveis, no futuro.

b) pragmaticamente: tende a ocorrer o indicativo (PI) - modo da certeza ou adesão completa ao conteúdo do enunciado - quando há adesão quase completa ao conteúdo da proposição, isto é, quando os fatos referidos parecem mais prováveis. Como na escala epistemológica os níveis de adesão passam gradativamente do certo para o provável, possível, improvável até o impossível, o provável está mais próximo do certo do que o

possível, o que se traduz lingüisticamente pela preferência pelo presente do indicativo (PI) e, portanto, sem adesão ao conteúdo do enunciado.

Inversamente, os estados, eventos, ou situações não vivenciados e, portanto, sem adesão ao conteúdo do enunciado, tendem a não ocorrer no presente do indicativo (PI). Observe-se, a propósito, a complementariedade dos resultados estatísticos acima com os correspondentes à variante futuro do subjuntivo (FS).

Como veremos, os índices, para o efeito da experienciação no emprego das demais variantes, apresentam o mesmo perfil que os resultados para presente do indicativo (PI), isto é, são favorecidos pelo fator [+ experienciado]. No entanto, os índices mais polarizados são os do presente do indicativo (PI), revelando ser este um fator crucial para o emprego d'aquele forma.

7.3.3 Gerúndio (GER)

A correlação entre a presença destes contextos e a probabilidade de ocorrência de gerúndio (GER) vem apresentada na tabela (08) abaixo.

Tabela (08): correlação entre experienciação do conteúdo e uso do gerúndio (GER)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ experienciado]	267 / 1814	14.7	.55
[- experienciado]	112 / 975	11.5	.45

A tabela acima revela que, embora tenha sido selecionado em 5º lugar como relevante, o efeito do grupo de fatores

experienciação no uso de gerúndio (GER) é pouco marcado, uma vez que a diferença entre os índices de probabilidade de ocorrência nos dois contextos (.55) e (.45) é pouco polarizada (.10 pontos).

Mesmo assim, podemos notar que a taxa de gerúndio (GER) é mais alta em contextos [+ experienciados], reduzindo-se nos [- experienciados]. Assim, condicionais de gerúndio (GER), apresentam resultados na mesma direção que os de condicionais de presente do indicativo (PI) e justaposta (JUST), e na direção inversa aos de futuro do subjuntivo (FS).

Não encontramos nenhuma explicação que nos parecesse conclusiva para estes resultados. Talvez, como hipótese explanatória, o índice pouco mais baixo de gerúndio (GER) em contextos [- experienciados] se deva à incompatibilidade entre o seu caráter não-marcado (quanto ao tempo, modo, número e pessoa) e um suposto caráter marcado dos enunciados não-realizados.

Entretanto, não se deve perder de vista que esta rejeição é pouco pronunciada. Em última instância, o uso do gerúndio (GER), em contextos experienciados ou não experienciados, é praticamente indiferente (isto é, índices em torno de .50): o que é compatível com o seu caráter não marcado.

7.3.4 Justaposta (JUST)

A correlação entre a presença dos contextos acima e a probabilidade de ocorrência de justaposta (JUST) vem apresentada na tabela (09) adiante.

Tabela (09): correlação entre experienciación do conteúdo e uso da justaposta (JUST)

I FATORES	I APLIC./TOTAL I	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ experienciado]	548 / 1814	30.2	.58
[- experienciado]	106 / 975	10.9	.42

A tabela (09) revela que a experienciación, é um parâmetro relevante, embora só tenha sido selecionado em 5º lugar pelo programa VARBRUL. De qualquer forma, as taxas mais elevadas relativas ao fator [+ experienciado] indicam que este contexto favorece o emprego de justaposta (JUST), ao contrário do [- experienciado].

É interessante notar que, ainda que de forma menos polarizada, estes resultados correspondem ponto a ponto àqueles obtidos na análise da variante presente do indicativo (PI) (cf. 7.3.2).

É natural que a análise do mesmo grupo de fatores tenha apresentado resultados semelhantes¹², já que ambas as variantes apresentam a mesma forma verbal, distinguindo-se apenas pela forma de conexão (+/- conectiva).

Conseqüentemente, as explanações que apresentamos aqui para a variante presente do indicativo (PI) são válidas também para a variante justaposta (JUST). A correspondência entre [+/- experienciación] e a tendência maior ou menor ao uso de justaposta (JUST) também se explica pela convergência de significados e funções entre os fatores analisados e o modo indicativo.

O indicativo - independentemente da presença (ou ausência) de conectivo - é o modo do real e da atitude de certeza. Explica-se, portanto, que a variante que o contém, no caso a justaposta (JUST), ocorra preferentemente em contextos conhecidos e generalizados e seja desfavorecida nos contextos opostos.

Por outro lado, é interessante notar que a variante justaposta (JUST) - ao contrário da variante presente do indicativo (PI) - é favorecida por outros fatores com traço generalizado (v.g.: [+ exemplo], [sujeito genérico]), o que confirma a relação entre os contextos cujo conteúdo é de conhecimento generalizado (identificados pelo fator [+ experienciado] e a preferência pela justaposta (JUST)).

7.4 CONCLUSÃO

Estes resultados podem ser atribuídos à natureza basicamente não fatual do subjuntivo e fatual do indicativo, o que explica ser o futuro do subjuntivo (FS) a melhor expressão dos conteúdos possíveis e o presente do indicativo (PI) a dos conteúdos prováveis. Os resultados menos polarizados de justaposta (JUST) devem ser atribuídos ao caráter individual das generalizações na experimentação. Quanto ao gerúndio (GER), a tendência à neutralização se deve ao seu caráter não marcado.

No capítulo que segue analisaremos a correlação entre as variantes e uma das formas possíveis de argumentação.

CAPÍTULO 8
LINHA DE ARGUMENTAÇÃO

8. LINHA DE ARGUMENTAÇÃO

8.1 DEFINIÇÃO DE LINHA DE ARGUMENTAÇÃO

O contexto que analisamos nesta seção diz respeito à arquitetura do discurso argumentativo em que ocorre o período hipotético.

A análise da função argumentativa da linguagem se encontra na convergência de duas vertentes complementares:

- a) a retórica - que descreve os meios para atingir os objetivos persuasivos do locutor; e
- b) a análise do discurso - que estuda as formas de estruturação da seqüência discursiva.

Com base nas descrições e explanações de ambas as fontes, pudemos propor a correlação entre as formas de desenvolvimento da argumentação como contextos relevantes para o emprego das variantes futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST).

Comentamos, nos capítulos iniciais deste trabalho (cf. cap. 3), que as entrevistas das quais extraímos nossos dados foram dirigidas no sentido de provocar a discussão de temas polêmicos. Afirmamos então que o desejo de persuadir o interlocutor era fator crucial para a produção das condicionais potenciais¹.

Com efeito, diversos enfoques lingüísticos apontam o caráter argumentativo das condicionais (cf. cap. 4)². Ducrot (1977) define o conectivo se, em se p, q, como operador argumentativo (cf. Geraldi, 1978: 213), isto é, como um elemento formal que introduz o enunciado p, orientando-o no sentido de

g. Conseqüentemente os enunciados condicionais podem ser interpretados como "argumento favorável à enunciação subsequente" [grifo nosso] (cf. Salomão, 1978:19).

Quanto ao emprego dos tempos e modos verbais, Lavandera (1984:143) menciona a função argumentativa das alternâncias indicativo e subjuntivo na seqüência do discurso.

Observe-se que todos fatores contextuais identificados como relevantes para o emprego das variantes - e não apenas a linha de argumentação - desempenham também função argumentativa. O que há de específico neste grupo de fatores é que aqui se trata do efeito da própria forma de desenvolver o discurso argumentativo na escolha da forma variante de tempo-modo e conexão.

Defendemos que as eventuais correspondências entre estas formas decorrem do objetivo argumentativo visado pelo locutor ao escolher ambas as formas: a do discurso e a sintático-morfológica.

Este fato pode ser interpretado como uma evidência da generalidade da função argumentativa, que, como apontou Fiorin (1989), é a função básica da linguagem humana:

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado (...)" (p.52)

Afirma ainda o autor: "(...) na verdade, todos os discursos têm um componente argumentativo, uma vez que todos visam a persuadir".

Dentro da perspectiva retórico-argumentativa, os fatores propostos dizem respeito à função que o período hipotético

desempenha enquanto constituinte do discurso persuasivo.

Dentro da perspectiva discursiva, os mesmos fatores são analisados enquanto elementos de coesão textual.

8.1.1 A perspectiva retórico-argumentativa

Segundo Perelman & Oldrecht-Tyteca (citado por Schiffriin, 1981:395), "o objetivo de toda argumentação (...) é criar ou aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas para o seu assentimento". Para tanto o locutor se serve de diversas estratégias a fim de atingir este objetivo. A que nos interessa aqui diz respeito à organização dos esquemas de argumentação.

A primeira proposta de sistematização teórica do discurso argumentativo remonta a Ars Retorica, de Aristóteles. Aí se descreve o argumento como sendo constituído de quatro partes:

- a) exórdio (introdução);
- b) narração (argumentação propriamente dita);
- c) provas (sustentação através de comprovação);
- d) peroração (conclusão) (cf. Citelli, 1985).

Nos últimos anos, outros esquemas têm surgido em várias áreas como a Lógica, a Jurisprudência, a Inteligência Artificial.

Partindo de uma perspectiva conversacional, Schiffriin define o argumento como sendo "um discurso através do qual o falante sustenta uma posição controvertida" (1981:401). Segundo a autora, as partes da argumentação são: posição e sustentação. A sustentação pode se apresentar como: explanação, justificação, defesa e modo de apresentação.

Ford (1988), analisando as orações condicionais em um corpus de conversas livres, onde a alternância de turnos entre

os participantes é mais freqüente, constata que as condicionais ocorrem nos pontos da conversa em que se apresenta explícita ou implicitamente uma posição contestável (1988:91).

A análise da linha de argumentação que realizamos corrobora o que havíamos percebido por ocasião da identificação dos dados: o período hipotético ocorre em trechos do discurso nos quais se apresenta alguma questão polêmica que impõe ao locutor a escolha e, consequentemente, a sustentação de uma posição ou ponto de vista em princípio discutível.

Com base nas propostas anteriores e na observação dos dados, propomos o seguinte esquema básico da organização textual dos discursos em que encontramos as condicionais do nosso *corpus*:

i - posição ou ponto de vista (asserção geral a ser sustentada pelo locutor);

ii - justificação ou explicação (motivos da posição);

iii - sustentação (defesa da posição ou ponto de vista do locutor com base em evidências):

a- especificação (apresentação de aspectos particulares da posição do locutor);

b- exemplificação (ilustração, através de fatos concretos, da posição do locutor).

iv - conclusão (fecho da argumentação, confirmando, com base em evidências, a posição do locutor).

Segue, como ilustração, um exemplo com a identificação de cada parte:

i - ponto de vista: Saúde é um direito que aqui não existe.

ii- explicação: - Quer dizer (...) ela é uma mercadoria que você compra. Você tem ou não tem pra pagar.

iii-a - especificação: - Se você não TIVER (FS), você tem que se virar:

iii-b - exemplificação: - Fica doente, cura sozinho (...), morre na fila ou (...) vai prum hospital e é maltratado pacas.

iv - conclusão: Eu acho que em termos de saúde a gente não tem nada (70:51:453).

O exemplo acima apresenta todo o esquema preenchido por orações argumentativas. Raramente se encontram todos os constituintes no mesmo trecho do discurso. No entanto, há dois constituintes (aqueles mencionados por Schiffrin) cujas presenças são indispensáveis: a posição (asserção geral a ser defendida, isto é, apresentação da opinião do locutor) e a sustentação (evidências em defesa da posição ou ponto de vista, isto é, a argumentação propriamente dita). Os demais podem ser omitidos ou superpostos.

Observe-se que os constituintes não obedecem a ordem rígida e podem ser ampliados sem que se desfaça a arquitetura básica da argumentação.

Com exceção de i- posição, encontramos o período hipotético em todos os constituintes:

ii - justificação:

(1) Eu acho que [a assistente social] tá lá (...) como um negócio pra melhorar a fachada do Banco. O Banco tem (...), o Banco tem essas coisas todas. Não é pra... Tanto é que ninguém faz parte de movimento reivindicatório nenhum (...). Porque eu acho que se você FOR(FS) falar, você acaba caindo nas mãos de uma delas pra te aconselhar que não, que tem melhores caminhos (...).

(70:27:443)

iii - a) especificação:

(2)P: O que, por exemplo [gostaria de fazer]?

R: Eu gostaria de ser médico (...). Agora estudo Direito(...) também não sei se vou exercer. Se eu ACHAR (FS) que tenho condições, eu vou exercer, se eu não ACHAR também, não vou exercer.

Porque também não dependo disso pra viver.

(67:25:1460)

iii - b) exemplificação:

(3)P: Por que que a mulher tem inveja uma da outra, você sabe? Tem alguma idéia da razão disso acontecer?

R: (...) as mulheres já tem tendência de falar uma da outra(...). Você pode notar. É no trabalho, é...é, por exemplo, se FOR (FS) uma doutora, tiver outra doutora, uma fica com ciúme da outra.

(47:31:2072)

iv - conclusão:

(4) (...) a proibição [de fumar] é feita por uma Instituição, mas quem vai acatar a proibição ou não é sempre um sujeito livre e responsável. Então vai acatar ou não. Se não ACATAR (FS) assume as consequências.

(76:12:1567)

Qualquer que seja a parte da argumentação em que ocorra o enunciado hipotético, ele estará sempre vinculado à posição - clara ou implícita - do locutor. Portanto, deverá ser classificado de acordo com as relações que estabelece com a posição sustentada (cf. adiante).

8.1.2 A perspectiva discursiva

A segunda perspectiva que nos guiou para a linha de argumentação foi a análise do discurso - no caso específico, a análise do papel da condicional na coesão da estrutura discursiva.

A função discursiva das condicionais foi analisada recentemente por Ford & Thompson (1986) em artigo sobre as condicionais do inglês falado e escrito e, posteriormente, por Ford (1988) em tese de doutoramento sobre as adverbiais em conversações.

Partindo de um conceito discursivo de tópico, Ford & Thompson (1986:355) alargam a noção sentencial de tópico.

Segundo as autoras, as condicionais (cf. cap. 12) não só serviriam de quadro de referência ("frame") para o que viesse a seguir, como também exerceiam o papel central (pivô) na organização do discurso.

No primeiro destes trabalhos, Ford & Thompson identificam quatro tipos básicos de condicionais (1986:370), conforme o papel que assumem em relação ao discurso em que se inserem:

- a) reiterar uma pressuposição ("assumption");
- b) fazer um contraste;
- c) explorar uma opção possível a certa altura do discurso;
- d) introduzir um caso particular (isto é, um exemplo concreto).

No segundo (Ford, 1988: 61), os tipos assinalados são:

- a) repetir uma asserção;
- b) contrastar uma asserção;
- c) introduzir uma opção².

8.1.3 A convergência das perspectivas discursiva e argumentativa

As duas perspectivas de análise, discursiva e argumentativa, são claramente convergentes.

Assim, os tipos de estrutura discursiva identificados por Ford & Thompson (pressuposição, contraste e opção) correspondem ponto a ponto aos tipos de estratégias argumentativas - reiteração da posição sustentada, contestação de um eventual contra-argumento e apresentação de alternativas como igualmente válidas. A mesma analogia ocorre no quarto tipo de estrutura / estratégia - a exemplificação.

Porém, como o traço [+/- exemplo] pode combinar-se com as demais estruturas / estratégias, propusemos, para analisá-lo, um grupo de fatores independente: o modo de argumentação (cf. cap. 9).

A classificação dos enunciados segundo a estrutura ou linha de argumentação que se revelou relevante para nosso trabalho apresenta muitos traços comuns aos das propostas anteriores.

Assim, verificamos que, de acordo com as análises anteriores, na maior parte das vezes o membro do período hipotético que se reporta à posição ou ponto de vista sustentado é o que ocorre em primeiro lugar na seqüência (SE) PRO + APO.

(5) (...)eu acho que o fundamental, mesmo, para um casal é a confiança. Se você, por exemplo, tá (PI) noiva dele e vocês pretendem (PI) se casar, o principal mesmo é ter confiança um no outro. Se não TIVER (FS) confiança, não casa(...).

(06:51:681)

No entanto (veja adiante capítulo 11), a apódoze anteposta também funciona como vínculo coesivo, ligando-se ao discurso precedente. Isto ocorre mais freqüentemente quando há inversão da ordem:

(6) (...)Aí ele: ô, você quer falar mais baixo?" Eu ia falar "falo baixo, se eu QUISER (FS), se não quiser (FS) falar baixo, não vou falar baixo droga nemhuma (...)."

(01:34:10)

Outras vezes a apódoze, mesmo posposta, se liga ao discurso precedente.

(7)P: Você acha que televisão ajuda ou prejudica o desenvolvimento da criança?

R: (...) se ela FDR (FS) ver a televisão, depois que ela já fez tudo aquilo que ela teria necessidade de fazer pro seu desenvolvimento(...), eu acho que não ia prejudicar.

(69:59:2491)

Todos essas possibilidades, e não apenas as prótases iniciais, são consideradas em nossa análise da linha de argumentação.

8.2 DESCRIÇÃO DO GRUPO DE FATORES

Foram identificados três fatores, conforme a relação entre enunciado hipotético e enunciado que expressa a posição do locutor. Apresentamos a seguir a descrição de cada fator seguida de exemplos de cada variante.

a) confirmação: o enunciado hipotético corrobora a posição sustentada. É marcado pela reiteração, particularização ou generalização de termos constitutivos da posição:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(8)P: Então quem tem um curso lá fora você acha (...) que tem mais chance [de competir no mercado de trabalho?]

R: Ah! tem. Porque aqui se valoriza muito diploma de fora, né? (...) se você CHEGAR(FS) e DISSE(FS) que estudou na França (...), eles vão te dar o maior valor.

(71:30:2281)

ii - presente do indicativo (PI)

(9) A taxa de lucro deles [bancos], a margem de lucros é intocável(...). Se é (PI) 800%, ele não quer baixar de 800 %. Sacrifício para ele nesse ponto não existe.

(70:30:459)

iii - gerúndio (GER)

(10)P: Por que que a mulher tem inveja uma da outra, você sabe? Tem alguma idéia da razão disso acontecer?

R: (...) as mulheres já têm tendência de falar uma da outra(...), por isso é que a mulher ainda não assumiu o lugar dela direito na política, aí (...). Ela tem que saber a força que ela tem (...). Por exemplo: o Presidente da República tem a mulher dele, não tem? Se ela chegar perto dele e impor a ele, você acha que ele não faz? GOSTANDO (GER) dela? Ele: bom, é, tem que ajudar porque... a mulher faz parte deste sexo, então tem que ajudar e ajuda mesmo. Isso ajuda.

(47:32:2076)

iiii - justaposta (JUST)

(11) (...) o que é importante, sob o ponto de vista político, eu acho o seguinte: é o povo estar bem (...). TOU num regime socialista, casa e comida, tou satisfeito. TOU (JUST) num regime democrático, qualquer tipo de regime (...). Se eu tenho as mínimas condições de vida, então o povo tá satisfeito.

(64:21:1236)

b) contestação: o enunciado hipotético contradiz a posição sustentada pelo locutor. É marcado por mas, agora, ou outras expressões contrastantes, e/ou oposição lexical a algum elemento do enunciado que veicula a posição do locutor:

Seguem os exemplos de cada variante.

i - futuro do subjuntivo (FS)

(12) Eu procurei dar a educação melhor a eles (os filhos) (...). Se mais tarde ela ERRAR, eu ficaria tranqüilo também. Porque eu sei que não entreguei ela nessa ... nessa vida.

(14:63:142)

ii - presente do indicativo (PI)

(13)P: Você acha errado deixar fumar na escola?

R: É. Acho errado sim(...) [se proibir] Pelo menos ali dentro, no período que ele está estudando, ele não tá se prejudicando. Então, se a administração PERMITE (PI) que o aluno, um aluno vamos dizer, até 18 anos, ainda em fase de dependência dos pais...

(44:42:346)

iii - gerúndio (GER)

(14) P: (...) em que situações o senhor não guarda segredos?

R: (...) quando você me pede "olha eu quero fazer uma confidência para você", então você pode ficar tranquilo, que é lógico isso eu vou guardar para sempre, agora não SENDO (GER) isso, não TENDO essas palavras, são coisas que não levam a nada, então pode se conversar e até alertar aquela pessoa, é isso que eu penso.

(67:02:1521)

iiii - justaposta (JUST)

(15) (...) tem coisas que acontecem dentro do nosso regime, que são até engraçadas. Por exemplo, a constituição diz: "Todos são iguais perante a Lei". No entanto, vou dar um exemplo: um cidadão, um advogado COMETE (JUST) um crime, ele seria condenado, ele tem direito a uma prisão especial. Vai ser muito bem tratado e tal (...).

(64:39:433)

c) neutralidade: o enunciado hipotético alterna com outros enunciados hipotéticos ou se refere a duas posições alternativas: o locutor não assume, nem contesta qualquer posição. É marcado pelas expressões depende, não sei, conforme, não importa ou outras análogas. Muitas vezes ocorrem expressões de contraste entre os dois enunciados hipotéticos *. Seguem os exemplos:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(16) P: E acontece de alguém lhe pedir para guardar um segredo e o senhor acha que não deve guardar o segredo?

R: Depende muito, por exemplo: vem um conhecido, meu, diz assim: "Poxa, o meu irmão está doente, está com câncer", é evidente que eu não vou chegar perto daquela pessoa e dizer(...): tem determinadas coisas que não pode se falar, têm que se guardar(...). Se uma pessoa CHEGAR (FS)

perto de mim e falando assim:" Poxa, eu vi a sua esposa com... (...) eu também não vou falar, porque não sou maluco. Agora se FOR (FS) coisa que eu vejo que uma pessoa me conte que vai prejudicar você, mesmo ela pedindo segredo, eu não vou guardar segredo.

(67:03:1438)

ii - presente do indicativo (PI)

- (17) Esse conceito de virgindade (...) tá ultrapassado. Virgem ou não eu acho que a cabeça da pessoa é que é importante, sabe? Se ACEITAM (PI) o...o, se no caso o homem aceita a mulher como ela é, virgem ou não, eu acho que o problema é dos dois. Acho que "necessariamente" virgem... Mesmo porque (...) acho que 99% não casa virgem.

(13:10:789)

iii - gerúndio (GER)

- (18) Não, lá não, lá não. Lá não existe isso não [discriminação sexual]. Existe profissionais, cada um na sua profissão. Se você faz o que eu faço, não importa [o sexo]. (Vo)cê SENDO (GER) homem, SENDO (GER) mulher, o teu salário é o mesmo. (...). Não tem nada a ver. Não existe distinção.

(13:17:799)

iiii - justaposta (JUST)

- (19)P: Pra você seria uma boa botar o exército na rua para diminuir os assaltos?

R: (...) eu não sei, eu não sei se adianta muita coisa não (...). Eles [os assaltantes] não estão ligando, né? Antigamente, onde tinha polícia não acontecia isso(...). Hoje em dia não tem mais respeito, nem nada. Até a gente mesmo, né? TEM (JUST) um policial ali no sinal, a gente vai, passa o sinal, depois vai conversar com o guarda(...).

(60:40:1416)

A seguir, analisaremos estatisticamente a correlação entre a linha de argumentação e o uso das variantes.

8.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A hipótese subjacente ao parâmetro linha de argumentação era a de que as várias formas pelas quais se desenvolve o discurso argumentativo se correlacionam probabilisticamente à escolha da variante de tempo-modo e conexão (FS,PI,GER e JUST) usada na prótase condicional. De fato, o grupo de fatores revelou-se relevante para todas as variantes.

No que se segue (8.3.1), descrevemos e analisamos os resultados referentes ao futuro do subjuntivo (FS). As demais variantes serão analisadas adiante, (8.3.2; 8.3.3 e 8.3.4). Evidentemente, os comentários gerais sobre a natureza e aspectos formais da argumentação são válidos para todas as variantes e, portanto, serão retomados sempre que assim se impuser.

8.3.1 Futuro do subjuntivo (FS)

Tabela (10): correlação entre linha de argumentação e uso do futuro do subjuntivo (FS)

FATORES	APLIC./ TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
confirmação	412 / 1412	29.2	.37
neutralidade	251 / 525	47.8	.54
contestação	481 / 852	56.5	.60

Este grupo de fatores foi selecionado pelo programa

VARBRUL em 3º lugar.

O que se vê na tabela (10) é uma graduação nas taxas de futuro de subjuntivo de acordo com as diversas formas de desenvolvimento da argumentação. Assim, quando o enunciado hipotético corresponde à refutação de uma contestação potencial, a probabilidade de emprego do futuro do subjuntivo (FS) torna-se mais elevada (.60). Inversamente, quando o período hipotético confirma a posição assumida pelo locutor, os índices de futuro do subjuntivo (FS) na prótase reduzem-se a (.36); e, nos casos em que o período hipotético não se apresenta em nenhuma das situações anteriores, a probabilidade de uso de futuro do subjuntivo (FS) (.53) se apresenta neutralizada, em torno de (.50), isto é, sem favorecer nem desfavorecer o uso do futuro do subjuntivo (FS).

Como se explicariam tais resultados?

Para responder a esta questão, voltamo-nos para o artigo de Lavandera sobre "A mudança de modo como estratégia de discurso" (1984) em que, claramente, se associa a variação entre os modos verbais (subjuntivo vs. indicativo) às diferentes formas de argumentação.

Naquele trabalho, extremamente instigante, e ao qual devemos valiosos "insights" para nossa própria pesquisa, a autora analisa o modo verbal em vários textos argumentativos, procurando "relacionar as formas lingüísticas e seus significados, o texto criado pelas emissões que contém estas formas e a inserção do texto na interação social" (p.125).

O foco da atenção são os enunciados causais do tipo "não é que + verbo no subjuntivo" (não é que eu seja) e "não porque + verbo no subjuntivo" (não porque eu queira).

Lavandera afirma que os modos não se limitam a caracterizar os enunciados semanticamente - como [+/- assertivos] -, mas desempenham ainda funções pragmáticas e discursivas:

"as emissões que incluem o significado [-assertivo] do modo subjuntivo não são utilizadas só para se referir às propriedades de fatos sobre cujas existências não se pode afirmar [conteúdo proposicional]. Também se referem a propriedades de fatos que o falante deseja considerar apenas marginalmente em relação à sua linha principal de raciocínio. (...) [estratégia discursiva]. Além disso, as mudanças entre emissões de valor assertivo diverso colaboram na discriminação entre temas que definem a posição do falante [valor argumentativo]" [grifos e adendos nossos] (p.147).

É patente a correlação entre as funções do subjuntivo e do indicativo apontadas por Lavandera e o parâmetro linha de argumentação.

Segundo a autora, a estratégia argumentativa consiste em justificar uma afirmação através de fatos. O papel dos modos verbais, assim como dos elementos lexicais que os acompanham (v.g. não porque ...), tanto pode ser para afirmar estes fatos, quanto simplesmente para assinalá-los e excluí-los rapidamente. No primeiro caso, o indicativo marcaria o argumento como aceitável; no segundo, o subjuntivo o marcaria como irrelevante.

Quanto à posição do falante,

"as emissões no modo indicativo são utilizadas para descrever "fatos" e "condições" que justificam a posição do falante quanto ao que apresenta como temas não controvértidos nos quais afirma basear suas conclusões" (p.143). Já as emissões, no subjuntivo, expressam "razões" [já que se trata de orações causais] que o falante acrescenta, mas "sobre as quais não baseia sua posição." [grifos e adendos nossos] (id.ibid).

A autora não se limita a associar o modo verbal a propósitos argumentativos. Com efeito, encontramos aí especificados os esquemas formais utilizados pelo locutor para alcançá-los: o uso de argumentos confirmadores da posição assumida pelo locutor (prós) vs. argumentos contestadores (contra)⁵. Explicita-se, portanto, a motivação para o uso preferencial de futuro do subjuntivo em contextos refutadores.

Segundo Lavandera, os enunciados introduzidos pelas expressões "não porque + subjuntivo", "não é que + subjuntivo",

(...) são utilizados com fins estratégicos para introduzir comentários feitos por outras pessoas ou adiantados pelo falante com o propósito de negá-los ou fazer que pareçam irrelevantes (p.141).

Ora, a função é semelhante a dos enunciados hipotéticos que contradizem a posição do locutor (e que tendem a ocorrer no futuro do subjuntivo): expressar uma "reação raciocinada diante de uma presumível objeção" (p. 147) de um interlocutor potencial. O uso do subjuntivo teria a função de distinguir entre argumentos que contrariam a posição do locutor (contra) e aqueles que a confirmam (pró).

Tudo indica que o uso preferencial da variante futuro do subjuntivo (FS) nas condicionais contestatórias serve à mesma estratégia.

Com efeito, os índices estatísticos confirmam as hipóteses propostas, corroborando as conclusões dos estudos precedentes. No entanto, fica comprovado, também, que esta correlação entre linha de argumentação e futuro do subjuntivo (FS) não é categórica.

Só é possível dimensionar o efeito deste parâmetro em termos relativos, através do cálculo das probabilidades.

8.3.2 Presente do indicativo (PI)

A análise quantitativa revelou que a variante presente do indicativo (PI) é sensível a dois contextos: os enunciados [- contestadores] (confirmadores ou neutros) favorecem a variante em contraposição aos enunciados [+ contestadores].

Seguem-se os resultados estatísticos:

Tabela (11): correlação entre linha de argumentação e uso do presente do indicativo (PI)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ contestação]	124 / 852	14.5	.44
[- contestação]	488 / 1937	25.2	.56

Este grupo foi selecionado pelo programa VARBRUL em 4º lugar.

Os índices probabilísticos apontados na tabela 11 indicam que nos contextos em que há contestação, isto é, contradição entre o enunciado hipotético e a posição sustentada pelo locutor, o presente do indicativo (PI) é desfavorecido (.44). Os contextos não contraditórios são favoráveis a esta variante (.56).

Estatisticamente este grupo de fatores, selecionado em 4º lugar, mostrou-se menos relevante para a variante presente do indicativo (PI) do que para o futuro do subjuntivo (FS). No entanto, apresenta uma complementariedade - embora parcial e não muito marcada - com o futuro do subjuntivo.

Se voltarmos à explanação que apresentamos para o uso do futuro do subjuntivo (FS), veremos que a distribuição complementar entre aquela variante e o presente do indicativo (PI) não é aleatória.

Com efeito, o indicativo – semanticamente, o modo da assertão, da certeza, etc. – é, por definição, a forma menos adequada para expressar as posições do antagonista, inseridas no discurso do locutor, mas não assumidas por ele.

Por outro lado, a tabela indica que a ausência de contradição – quer pela afirmação de duas alternativas (fator neutralidade), quer pela reiteração de uma única posição (fator confirmação) – favorece o emprego do presente do indicativo.

Esta identificação entre enunciados confirmadores e neutros no favorecimento do presente do indicativo (PI) revela que, neste caso, a linha de argumentação se baseia nas posições propostas pelo locutor (favorecendo o presente do indicativo), isto é, não se baseia nas posições eventualmente propostas pelos antagonistas.

Uma distribuição mais nítida da complementariedade, com o futuro do subjuntivo (FS), será encontrada na variante justaposta (JUST) (cf. 8.3.4), em que a forma verbal analisada é também o presente do indicativo.

8.3.3 Gerúndio (GER)

Como vimos, há três tipos de relação que o enunciado hipotético pode estabelecer no interior do trecho do discurso argumentativo.

A análise quantitativa revelou, no entanto, que a oposição tripartite entre confirmação, contestação e neutralidade se

reduz, no caso das variantes de gerúndio (GER), a uma oposição binária entre neutralidade, isto é, ausência de tomada de posição por parte do locutor vs. não neutralidade, isto é, confirmação ou contestação da posição assumida pelo locutor.

Seguem os resultados estatísticos correspondentes à correlação entre linha de argumentação e gerúndio (GER).

Tabela (12): correlação entre linha de argumentação e uso do gerúndio (GER)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ neutralidade]	43 / 525	8.2	.43
[- neutralidade]	336 / 2264	14.8	.57

Embora este grupo tenha sido escolhido pelo programa VAR-BRUL em 3º lugar, a tabela (12) indica que a oposição entre os dois fatores não é muito marcada (.12). De qualquer forma, porém, o grupo de fatores foi selecionado quando da análise quantitativa, o que indica que este grupo não é irrelevante para o uso da variante gerúndio (GER).

Entretanto, há um aspecto desconcertante nos resultados acima. Quando analisamos as demais variantes, ficou evidente que o fator contestação opõe-se à confirmação. Como explicar que os enunciados confirmadores e contestadores se comportam da mesma maneira, favorecendo o uso de gerúndio (GER)?⁴

Esperava-se que o gerúndio (GER), forma não-marcada quanto a tempo-modo e pessoa-número, fosse privilegiado por elementos não-marcados, como a neutralidade de posição assumida pelo locutor, e que, consequentemente, as posições marcadas - confirmadas ou refutadas - desfavorecessem o seu uso. No entanto,

os índices apontam o inverso. Embora não tenhamos encontrado nenhuma solução conclusiva, levantamos uma hipótese explanatória que talvez nos possa explicar estes resultados.

Sabe-se que o gerúndio (GER), por seu caráter nominal, tende a ser semanticamente impreciso, ambíguo e dependente do contexto em que ocorre para sua interpretação.

Nossa hipótese é a de que esta subordinação ao discurso levaria a empregar mais o gerúndio (GER) em enunciados que se subordinassem a uma "posição", ou "ponto de vista" claramente definidos no discurso. Portanto, haveria uma tendência a usá-lo nos casos em que se retoma a posição ou ponto de vista do locutor, quer para confirmá-la, quer para refutá-la.

Os enunciados neutros, ao contrário, por seu caráter alternativo, seriam mais autônomos em relação ao ponto de vista (ou melhor, à ausência dele) sustentado pelo locutor. Consequentemente, este contexto tenderia levemente a desfavorecer a presença do gerúndio (GER). De qualquer forma, a correlação entre gerúndio (GER) e linha de argumentação, embora frágil, está presente. Se nossa hipótese for correta, o gerúndio também constituirá um elo de ligação da condicional ao discurso.

8.3.4 Justaposta (JUST)

Os resultados da correlação estatística entre linha de argumentação e justaposta são apresentados na tabela abaixo:

Tabela (13): correlação entre linha de argumentação e uso da justaposta (JUST)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
confirmação	428 / 1412	30.3	.59
neutralidade	105 / 525	20.0	.51
contestação	121 / 852	14.2	.41

Este grupo foi selecionado em 4º lugar.

O cálculo das probabilidades revela que, a exemplo das demais variantes, o parâmetro linha de argumentação é relevante para o emprego da justaposta (JUST).

De acordo com as taxas obtidas, a) enunciados hipotéticos que reiteram a posição sustentada pelo locutor (fator confirmação) - seguindo a linha principal da arquitetura do texto - favorecem a variante justaposta (JUST) (.59); b) enunciados hipotéticos que contradizem a posição sustentada pelo locutor (fator contestação) - assumindo provisoriamente a posição de um eventual antagonista - desfavorecem a variante justaposta (JUST) (.41); c) enunciados hipotéticos que não confirmam, nem contradizem a posição do locutor (fator neutralidade) são indiferentes quanto ao emprego da justaposta (JUST) (.51).

Observe-se que a variante justaposta (JUST) aproxima-se da variante presente do indicativo (PI) e opõe-se à variante futuro do subjuntivo (FS), na medida em que é desfavorecida pelos contextos contestadores.

Isto não surpreende, pois ambas as variantes têm verbo no presente do indicativo. No entanto, é interessante destacar que os índices da variante justaposta (JUST) são mais definidos

(constam de três fatores) e mais polarizados (isto é, apresentam taxas mais extremas) do que os do presente do indicativo (PI) - que opõem apenas dois fatores com taxas mais próximas. Como dissemos, a variante justaposta (JUST) se opõe mais nitidamente ao futuro do subjuntivo (FS), quanto aos três fatores da linha de argumentação.

Vimos anteriormente (7.2) que o indicativo é a forma adequada para a asserção de fatos de que se tem convicção. É natural, portanto, que seja usado preferencialmente em argumentos que não contestam a posição do locutor.

Com mais razão podemos explicar os resultados obtidos na análise da justaposta (JUST), afirmando que o indicativo - o modo da asserção - é a forma mais adequada nos casos em que se confirma a posição do locutor.

A contestação se caracteriza por contrariar a posição assumida pelo locutor:

(19) Se mais tarde ela ERRAR (FS), eu ficaria ...
(14:63:142)

A questão que se levanta quando se pretende explicar este fator é: - Por que o locutor opta por contradizer a própria posição, se o seu objetivo é justamente persuadir o interlocutor de que sua posição é acertada?

Se observarmos os exemplos com atenção, verificaremos que, ao usar enunciados contrastantes, o locutor não está se contradizendo. Ao contrário, ele está usando uma estratégia bem conhecida de persuasão, que consiste em assumir, provisoriamente, a posição do antagonista (real ou potencial) para, através

desta demonstração de imparcialidade, obter a confiança do interlocutor. A partir desta posição privilegiada, o locutor pode refutar a posição do antagonista dentro do campo adversário e, assim, mais convincentemente, afirmar sua própria posição.

Segundo Bakhtin, a "antecipação de possíveis objeções permite integrar a presença do interlocutor no interior do discurso aparentemente monológico" (1981:141).

Os enunciados que contrariam a posição sustentada pelo locutor apresentam, portanto, um caráter polifônico, porque "nos limites de uma mesma e única construção, se ouvem ressoar duas 'vozes' diferentes" (cf. Bakhtin, 1981:177).

Através da inserção da "voz" do antagonista, reproduz-se, no interior do discurso, o conflito de vozes, refletindo a contradição prevista pelo locutor entre seu ponto de vista e de um antagonista virtual.

O caráter dialógico do período hipotético tem sido afirmado por vários autores, a partir da proposta de Jespersen, para quem os enunciados do tipo:

(21a) se ele está vindo, eu ficarei.

podem ser parafraseados por:

(21b) Ele está vindo? (Sim) Bem, então ficarei.

Assim, Haiman (1979) as interpreta como uma seqüência dialogal:

(21c) A - Ele vem?

B - (Sim)

A - Bem, então, eu ficarei. (Haiman, 1979:571)

A mesma pressuposição de um diálogo implícito subjaz à definição de Ducrot (1977), mencionada no início deste trabalho. Ducrot caracteriza os enunciados se p, q como a

"(...) realização sucessiva de dois atos ilocucionais:

1. pedir ao ouvinte que imagine 'p';
2. introduzindo o diálogo nesta situação imaginária, afirmar aí 'q' (...)" (p.179).

Esta descrição coincide com a definição dos enunciados q, se p (?).

Perguntar "q, se p" é solicitar ao ouvinte que admita a hipótese "p" e, neste quadro, colocar a questão "q" (p.184).

Neste caso "o ato de pedir para imaginar p", dirige-se ao interlocutor, e o de afirmar q depende da resposta afirmativa (implícita) deste.

É importante ressaltar que, embora o enunciado hipotético suponha necessariamente uma resposta positiva, constitui - ao menos no que se refere às condicionais potenciais - um ato basicamente dialógico.

O fato de a resposta implícita ser necessariamente afirmativa não representa, como se poderia supor, uma imposição ao interlocutor, ou seja, um ato coercitivo e simulado de persuasão, como defende Pereira (1986).

A nosso ver, trata-se, ao contrário, de uma estratégia que visa a persuadir o interlocutor pelo raciocínio, através de argumentos e evidências, deixando-o livre para aderir ou não à posição do locutor. O ato de pedir para o ouvinte imaginar "se ele vem" sugere, no mínimo, uma alternativa possível: "se ele não vem".

O emprego eventual do enunciado hipotético para, "impor" o ponto de vista do locutor, decorre não do conteúdo implícito na condicional potencial, mas do caráter - autoritário ou não - do discurso que o contém.

Fica evidente, à luz da análise da linha de argumentação, que a dimensão dialógica envolvida nos enunciados hipotéticos não é aleatória.

O diálogo estabelecido com o interlocutor - real ou potencial - no interior do enunciado hipotético realiza-se como defesa, refutação ou indiferenciação de posições assumidas (ou não) pelo locutor no debate de temas polêmicos. Serve, portanto, a fins argumentativos.

Mas não se restringe a eles. Na verdade, as posições sustentadas, contrariadas ou neutralizadas não pertencem aos interlocutores como indivíduos, mas têm sua origem no conflito entre valores contraditórios que permeiam a sociedade, mantendo dialeticamente a sua coesão.

É assim que, participando da argumentação, os enunciados hipotéticos constituem ao mesmo tempo instrumento de manutenção e reflexo da interação social.

Inversamente, é natural que se empreguem menos as variantes no indicativo - presente do indicativo (PI) e justapostas (JUST) - em argumentos contestadores, isto é, contra-argumentos tomados provisoriamente de um eventual antagonista para fins de persuasão e, portanto, não assumidos como seus pelo locutor. Aqui também a coesão se faz na ausência do conectivo.

Já nos referimos às diversas interpretações para a preferência pelo indicativo em enunciados confirmadores, ou seu desfavorecimento em argumentos que contestam a posição sustentada pelo locutor em 7.2. Não vamos voltar a elas. Gostaríamos, no entanto, de retomar aqui a questão da função coesiva das condicionais.

É importante ressaltar que, ao contrário do que se

poderia imaginar, a ausência de conectivo nas justas (JUST) não faz desta variante uma forma isolada do discurso. A maior polarização dos índices estatísticos comprova que a associação entre esta variante e o tipo de estrutura discursiva é mais definida no caso das justas (JUST) do que nas conectivas (PI).

Com efeito, não só o tipo de entoação e a pausa que antecedem a presença de elementos lexicais do mesmo campo semântico, mas principalmente a ordem categoricamente icônica das justas (JUST) são recursos suficientes, dispensando o conectivo, para estabelecer a conexão entre os enunciados hipotéticos e os enunciados precedentes e levar à frente a linha principal do discurso sem que se prejudique sua força argumentativa.

Constata-se, assim, que tanto no nível das relações dentro do período hipotético, quanto no nível das relações entre este e demais enunciados do trecho de discurso argumentativo, a ausência de conectores não constitui a propalada "falta de articulação ou falta de lógica", como se costuma afirmar (cf. Bernstein citado por Dittmar, 1976)".

Em síntese, confirma-se novamente a harmonia entre os elementos do discurso.

8.4 CONCLUSÃO

Vimos neste capítulo como a organização do discurso integra-se com o uso das variantes. Descreveremos a seguir uma segunda estratégia argumentativa vinculada consistentemente com a escolha da variante de tempo-modo e conexão.

CAPÍTULO 9
O MODO DE ARGUMENTAÇÃO

9. O MODO DE ARGUMENTAÇÃO

Vimos acima como a linha de argumentação interfere na escolha da variante (cf 8).

Neste capítulo analisaremos uma segunda forma pela qual a arquitetura do discurso argumentativo pode se correlacionar com esta variante.

9.1 DEFINIÇÃO DO MODO DE ARGUMENTAÇÃO

O modo de argumentação é definido pelo papel desempenhado pelo enunciado hipotético enquanto constituinte da estrutura argumentativa. O enunciado hipotético pode servir à argumentação:

a) fornecendo exemplos de validade de posição assumida pelo locutor. Procura-se persuadir o interlocutor por evidências empíricas;

b) fornecendo razões que sustentem a posição assumida pelo locutor. Procura-se persuadir o interlocutor por provas conceptuais (justificativas, especificações ou avaliações) (cf. cap. 7).

Assim, os enunciados "exemplificadores" (mas não os enunciados "não - exemplificadores") funcionam como uma forma específica de coesão discursiva (cf. Ford & Thompson 1986). No entanto, como afirmamos anteriormente (cap. 8), pudemos constatar que o modo de argumentação e a linha de argumentação são parâmetros que atuam de maneira específica e autônoma.

O recurso a evidências empíricas amplamente conhecidas é parte de uma estratégia argumentativa bastante freqüente. O

poder persuasivo da ilustração decorre da sua verificabilidade. Como a fonte dos exemplos é uma situação concreta, de conhecimento comum, elas são vistas como realidade acessível à compreensão e, portanto, não falseável.

Como os exemplos são "modelos" extraídos da experiência vivida no cotidiano, eles dão ao argumento a força e a dinamicidade dos acontecimentos específicos da realidade. Mas, na medida em que exemplificam os casos particulares mencionados no contexto ilustrativo, remetem para uma interpretação geral. Assim, temos, nos enunciados do tipo por exemplo, traços ao mesmo tempo concretos e generalizantes.

Este estilo de argumentação, embora característico de alguns gêneros discursivos (como a parábola, os provérbios, os "slogans" publicitários), é tido como menos elaborado.

No entanto, o simples fato de integrar o esquema argumentativo como elemento facultativo é suficiente para demonstrar que a preferência por discursos figurativos não decorre de um "déficit" cognitivo do locutor, mas, ao contrário, de uma escolha dentre várias estratégias persuasivas.

9.2 DESCRIÇÃO DO GRUPO DE FATORES

O grupo de fatores modo de argumentação apresenta dois contextos:

1) [+ exemplo]: quando o enunciado hipotético constitui uma ilustração de posição do locutor. É identificado por:

a) expressões do tipo por exemplo, vamos supor, imagina,

veja, olha só, digamos, de repente, quer dizer, etc., acompanhadas de entoação e pausa características:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(1)P: Por que que a mulher tem inveja uma da outra, você sabe? Tem alguma idéia da razão disso acontecer?

R: (...) as mulher já tem tendência de falar uma da outra (...). Você pode notar. É no trabalho, é...é, por exemplo, se for uma doutora, TIVER (FS) outra doutora, uma fica com ciúme da outra.

(47:31:2073)

ii - gerúndio (GER)

(2)P: Você acha, (...) se o pessoal do prédio, freqüentasse um ônibus, ia ser melhor para cada um?

R: (...) bom! Seria melhor num sentido. Que economizaria; no caso, porque são, vamos dizer, vinte carros, né? No prédio. Cada um INDO (GER) no seu carro, vai gastar muito mais gasolina, do que o ônibus que vai fazer o trajeto.

(69:29:2508)

iii - justaposta (JUST)

(3)P: E o que você pretende fazer quando for mais velha?

R: Nunca pensei nisso, Maria (...). Eu acho tão distante. Fazer esses planos não dá certo, né? (...) no meu caso, vamos supor que, tipo plano: TIRO (JUST) o mestrado não consigo emprego, vem a calhar filho. Então, não dá pra responder, Maria. Sei lá.

(73:15:2337)

b) entoação e pausa características dos contextos em que ocorrem as expressões acima citadas, sem que estas sejam explicitadas. Nestes casos, o fator [+ exemplo] pode ser assinalado

pela presença de marcas do tipo: enumeração de fatos, emprego de numerais, oposições. Estes enunciados admitem a inserção das mesmas expressões sem que se altere a informação.

i - futuro do subjuntivo (FS)

(4)P: E não conseguiu por quê? [sobre a impossibilidade de realização do trabalho de Paulo Freire no Brasil]

R: Aí, eu volto de novo. Devido a nossas origens, então, se você chegar na França, se CHEGAR (FS) na Europa, na América, (...) você vai lidar com pessoas que têm origem, que têm berço, que têm base cultural (...).

(80:31:2480)

ii - gerúndio (GER)

(5)P: O que que é preciso pra curar doenças tipo resfriado (...)?

R: (...)tem pessoas que praticam muito esporte e que morrem, sei lá, umas doenças esquisitas. Acho que elas podem evitar essas doenças menores, sabe? TENDO (GER) uma vida legal, uma vida equilibrada(...).

(71:28:2274)

iii - justaposta (JUST)

(6)P: (...)a gente vive melhor que antigamente?

R: (...)eu acho que antigamente havia mais sinceridade do que hoje (...). Hoje, você TÁ (JUST) assim lidando com a sua colega de trabalho (...) quando chega daqui a uns dois ou três meses (...) você tá sendo (...) jogada pro alto.

(68:23:2510)

2) [- exemplo]: o enunciado hipotético não é ilustrativo,

isto é, participa do esquema argumentativo com outras funções (justificação, especificação, avaliação) (cf. 8.1). Caracteriza-se pela ausência das marcas de exemplificação:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(7) É carinhoso [o noivo dela]. É onde eu vejo, entre eu e ele mais tarde, se a gente CASAR (FS), vai haver união, entendeu? A gente dentro, dentro de um lar, a gente vai ser feliz. E eu gosto dele "paca".

(29:25:2640)

ii - gerúndio (GER)

(8) P: A senhora acha que o método hoje em dia de ensinar a ler é certo?

R: Acho mais difícil (...). Antigamente era melhor (...). A gente, APRENENDO (GER) soletrar... tem mais facilidade de juntar as letras.

(05:16:662)

iii - justaposta (JUST)

(9) P: Você lembra até hoje aí [um caso] que te, que tivesse te marcado?

R: Foi (...) último lance aí do quartel. (...) foi por causa daquele lance do da briga que eu tive no quartel... um sargento, que eu peguei trinta dias. Comecei a discutir com ele, sabe? Aí ele se ofendeu (...) [ele] veio falar da minha mãe, pô, não tem nada a ver. Ah! mas eu não, não levo [desaforo] pra casa, não. É (JUST) aqui, é aqui mesmo (...).

(19:44:909)

Estes fatores foram relevantes para o uso das variantes futuro do subjuntivo (FS), gerúndio (GER) e justaposta (JUST). Seguem os resultados correspondentes a cada uma delas.

9.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Será analisado o efeito do modo de argumentação sobre três variantes: futuro do subjuntivo (FS), gerúndio (GER) e justaposta (JUST).

9.3.1 Futuro do subjuntivo (FS)

Na tabela abaixo apresentamos os resultados estatísticos correspondentes à probabilidade de ocorrência do futuro do subjuntivo em enunciados hipotéticos de acordo com o modo de argumentação.

Tabela (14): correlação entre modo de argumentação e uso do futuro do subjuntivo (FS)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ exemplo]	221 / 911	24.3	.42
[- exemplo]	923 / 1878	49.1	.58

Este grupo de fatores foi o 5º a ser selecionado pelo programa VARBRUL.

Segundo a tabela acima, os enunciados exemplificadores (fator [+ exemplo]) desfavorecem o uso de futuro do subjuntivo (FS) (.42). Nos casos em que o período hipotético não exerce esta função (fator [- exemplo]), há maior probabilidade de ocorrer o futuro do subjuntivo (FS) (.58).

Estes índices confirmam as nossas expectativas.

De tudo o que foi dito até agora é fácil deduzir a incompatibilidade entre a natureza concreta dos enunciados exemplificadores - cujo conteúdo (conhecido e geral) * serve como

evidência para validar a posição assumida pelo locutor - e o subjuntivo, o modo da não-asserção, do não-comprometimento, dos fatos que são afastados da linha principal do discurso como irrelevantes (cf. cap. 8).

Inversamente, o contexto [- exemplo] tenderá a favorecer o uso desta variante.

Seguem-se os resultados estatísticos correspondentes ao gerúndio (GER).

9.3.2 Gerúndio (GER)

Tabela (15): correlação entre modo de argumentação e uso do gerúndio (GER)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ exemplo]	51 / 911	5.6	.36
[- exemplo]	328 / 1878	17.5	.64

A tabela acima revela que o modo de argumentação é um parâmetro relevante para o uso da variante, apresentando índices bem polarizados. Ela indica que, em enunciados hipotéticos exemplificadores, a probabilidade de ocorrer o gerúndio (GER) (.36) é menor do que nos demais enunciados (.64).

Esta distribuição parece decorrer da incompatibilidade entre o gerúndio (GER) - forma não marcada quanto a tempo, modo, número ou pessoa - e os exemplos - expressões de fatos "reais" e "modelares", os quais são, por definição, facilmente identificáveis. O emprego do gerúndio (GER) é inadequado na medida em que contradiz os objetivos expressos pelo traço [+ exemplo], qual seja apresentar evidências concretas visando a

convencer o interlocutor.

Neste sentido, podemos antecipar que o gerúndio (GER), como em menor escala o futuro do subjuntivo (FS), opõe-se à justaposta (JUST).

Comentaremos a relação entre o modo de argumentação e a justaposta a seguir.

9.3.3 A justaposta (JUST)

O grupo de fatores modo de argumentação é o segundo mais polarizado dentre os contextos variáveis associados ao uso da justaposta (JUST), tendo sido selecionado em segundo lugar.

Tabela (16): correlação entre modo de argumentação e uso da justaposta (JUST)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ exemplo]	421 / 911	46.2	.69
[- exemplo]	233 / 1878	12.4	.31

A tabela acima corrobora a afirmação inicial, desta seção, de que o modo de argumentação é um contexto relevante para o uso da justaposta (JUST). Os índices apresentados para cada fator apontam claramente que a justaposta é usada preferentemente em contextos exemplificadores (.69), sendo desfavorecida (.31) nos demais contextos.

O que significam estes resultados?

Em primeiro lugar, eles indicam que há uma distribuição complementar - evidentemente em termos não-categóricos - entre o emprego da variante justaposta (JUST) e o das variantes vistas anteriormente. Isto é, as situações que levam a reduzir o

uso de gerúndio (GER) ou futuro do subjuntivo (FS) aumentam a probabilidade de ocorrência de justaposta (JUST).

Quando o locutor sustenta sua posição com exemplos - isto é, evidências concretas, verificáveis e generalizáveis -, visando a persuadir o interlocutor, tende a usar a justaposta (JUST) - variante não conectiva no presente do indicativo.

Ora, costuma-se empregar o presente do indicativo (PI) para expressar conteúdos reais e genéricos, dos quais se está convicto, apresentando-os como relevantes para a argumentação.

Ao mesmo tempo, em argumentos conceptuais que não veiculam provas concretas, haverá restrição no uso de justaposta (JUST).

Fica patente, portanto, a compatibilidade entre o modo de argumentação e a variante justaposta (JUST).

Entretanto, cabe perguntar por que a distribuição complementar que apontamos se dá entre, de um lado, o futuro do subjuntivo (FS) e o gerúndio (GER) e, de outro, apenas a justaposta (JUST), mas não o presente do indicativo (PI). À primeira vista, este fato sugere que a ausência de conectivo - que distingue a variante justaposta (JUST) da variante presente do indicativo (PI) - está de alguma forma associada à exemplificação.

O mais provável, no entanto, é que a oposição entre conectivas e justapostas esteja relacionada a oposições de tipos de discurso (formais vs. informais ou indiretos vs. diretos). As justapostas, exemplificadoras ou não, seriam mais informais ou diretas na medida em que, reproduzindo iconicamente, no interior do discurso, a dinâmica das situações reais que lhes servem de modelo, instauram o estilo "direto", que prescinde do

conectivo. Esta é apenas uma hipótese: não foi possível, dentro dos limites deste trabalho, identificar a natureza real da associação.

9.4 CONCLUSÃO

O grupo de fatores que analisamos acima, da mesma forma que o grupo precedente, confirma o vínculo entre as condicionais e o discurso em que elas se inserem.

No capítulo que se segue, veremos que a mesma coerência semântica une os constituintes da prótase condicional.

CAPÍTULO 10
NATUREZA DO SUJEITO

10. A NATUREZA DO SUJEITO

O grupo de fatores natureza do sujeito foi proposto com base na hipótese de que o uso das variantes correlaciona-se à referencialidade do sujeito.

10.1 DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SUJEITO

Caracterizamos o tipo de sujeito de acordo com a presença de certos traços semânticos correlacionados sistematicamente com as variantes em questão. Este parâmetro foi sugerido pela análise (sob uma perspectiva não variacionista) realizada por Lavandera (1984) sobre a alternância entre sujeitos indefinidos (ou genéricos) pessoais e impessoais na seqüência do discurso.

No espanhol de Buenos Aires, os pronomes pessoais genéricos vos/usted e uno, embora mutuamente substituíveis em certos contextos, muitas vezes tendem a se opor dentro do contexto maior. Assim, em enunciados hipotéticos encabeçados por suponha, imagine (os mesmos que caracterizam o contexto denominado [+ exemplo], etc., em nossa análise) ocorre preferentemente vos/usted. Segundo a autora este é um recurso que:

"consiste em um pedido do falante para que o interlocutor aceite um papel hipotético, para que se coloque no lugar do que fala. O interlocutor continua a sê-lo, mas aceita temporariamente um papel hipotético." (p.110)

A autora aponta que os sujeitos genéricos - tanto os pessoais quanto os impessoais - dizem respeito à experiência do falante.

A mesma relação, agora no francês de Québec, foi pesquisada por Laberge (1977). Situa-se esse trabalho dentro da Teoria da Variação e é analisada a alternância da forma on não apenas com tu/vous, mas com todas as formas do sistema de pronomes pessoais sujeito do francês.

Descrevendo os pronomes "indefinidos" vous e tu do francês de Québec, Laberge (1977) afirma, de modo semântico:

(...) o referente de TU ou de VOUS não é o alocutário, mas antes uma pessoa fictícia que poderia ser personificada concretamente por qualquer um; o emprego dos clíticos alocucionários tem por efeito colocar o alocutário como um referente hipotético, procurando assim sua aprovação ou uma aquiescência de sua parte. (...) o alocutário se vê colocado em uma posição interacional em que lhe parece mais adequado aprovar do que manifestar sua discordância (p. 96-7).

Nesse estudo também se assinala a tendência ao emprego de formas "indefinidas" em contexto genérico - procurando caracterizá-lo a partir do discurso. Entre os índices de generalização, Laberge inclui os enunciados hipotéticos e o presente do indicativo.

A partir daí propusemos a correlação entre o uso do presente do indicativo e a presença de sujeito [+ genérico]. Complementarmente esperávamos que os contextos não-genéricos apresentassem menor freqüência de futuro do subjuntivo (FS). Isto, com efeito, ocorreu. No entanto, como mostraremos a seguir, a análise dos dados revelou outros aspectos imprevistos no que concerne ao tipo de referência do sujeito.

Neste trabalho testamos a relevância dos diversos parâmetros semânticos apontados, tanto pela gramática tradicional, quanto pela análise lingüística, como significativos para a

identificação da natureza do sujeito. Entre outros foram testados os parâmetros: [+/- humano], [+/- agente], [+/- animado], [+/- diferenciado], [+/- indefinido]), sem que se obtivesse nenhum resultado significativo.

Obs.: os parâmetros S-V vs. V-S e sujeito agente vs. paciente não foram testados por limitação de ocorrência, respectivamente de sujeito posposto e paciente.

Procuramos, então, com base nos dados do corpus e analisando caso a caso, identificar algum tipo de classificação dos sujeitos que desse conta do comportamento de cada variante. Identificamos, desta forma, duas categorizações. Como veremos, elas puderam confirmar-se dentro do próprio âmbito da pesquisa, na medida em que foram propostas independentemente e apresentaram distribuição complementar entre as probabilidades de ocorrência das variantes. Assim, temos:

1) para futuro do subjuntivo (FS) e justaposta (JUST):

- a) a presença vs. ausência de referente do sujeito no discurso: [+/- referencial];
- b) a generalidade vs. não-generalidade do referente: [+/- genérico];

2) para o presente do indicativo(PI) e gerúndio (GER): a natureza imprecisa do sujeito [+/- impreciso].

Para maior clareza, o grupo de fatores natureza do sujeito será apresentado em dois blocos, cada um deles conforme a pertinência dos fatores com duas variantes, ou seja, de acordo com a especificidade do conjunto de fatores identificados. Analisaremos, pois:

- a) futuro do subjuntivo (FS) e justaposta (JUST); e
- b) presente do indicativo (PI) e gerúndio (GER).

10.2 FUTURO DO SUBJUNTIVO (FS) E JUSTAPOSTA (JUST)

10.2.1 Descrição do grupo de fatores

Foram identificados três tipos de fatores:

a) [- referencial]: este fator inclui aqueles casos em que a predicação verbal incide sobre entidades não determinadas ou sobre entidade 0 (zero). Incluem-se aí os casos de inexisteⁿcia de sujeito, sujeitos contextuais, oracionais, existenciais, presentativos, indeterminados (3^{ma} pessoa singular + se; 0 [zero]; 3^{ma} pessoa do plural, pronomes indefinidos: alguém, ninguém, outro, etc.) e pronomes não-genéricos de 1^{ma} e 2^{ma} pessoa.

Aparentemente este fator deveria ser definido negativamente, uma vez que agrupa todas as ocorrências não definidas pelos demais fatores e para as quais não existe uma categoria abrangente. No entanto, há indícios de que os contextos englobados não são aleatórios: em todos os casos há ausência de um agente identificável objetivamente.

O contexto que parece mais polêmico são os pronomes pessoais. No entanto, como podemos ver em Halliday & Hasan (1976) e em inúmeros outros autores, o "status" das chamadas "pessoas do discurso é muito diverso da 3^{ma} pessoa."

A classificação apresentada por Halliday & Hasan (pag. 44 e segs.) com base no inglês distingue entre dois tipos de pessoas, conforme se refira a algo, especificando ou não uma função ou papel no processo da comunicação. Opõem-se, assim, pronomes de 1^{ma}/2^{ma} pessoas referentes humanos específicos ou genéricos. Os genéricos (como você, a gente) são definidos por

terem uma "referência exofórica generalizada", significando "qualquer ser humano".

Um aspecto interessante na definição de Halliday & Hasan é que, enquanto as 1^{as}/2^{as} pessoas são definidas com base no ato de fala particular (e, em última instância, locutor, que designa o interlocutor), os pronomes genéricos são vistos como "institucionalmente interpretados".

Lyons também aponta à natureza específica da referência dos dêiticos e a seu caráter subjetivo. Retomando Benveniste, ele aproxima a pessoa da modalidade - o que pudemos confirmar no presente estudo:

"a déixis pessoal como certos tipos de modalidade não pode ser analisada de fora dela mesma".

Para ele a déixis introduz uma "irradicável subjetividade na estrutura das línguas naturais" (Lyons 1977:645 apud Benveniste; 1958a).

Embora nossa perspetiva das modalidades seja diversa (cf. cap. 11), concordamos em que a atribuição do "tu" depende, em última instância, de quem antes se atribui o papel de "eu" no ato de falar e que, portanto, ambos são "subjetivos", tal como certas modalidades.

Como vimos (cf. cap. 11), esta subjetividade é um dado objetivamente expresso na língua. Do mesmo modo que a yontade e decisão do sujeito, os sujeitos "subjetivos" também favorecem o futuro do subjuntivo (FS).

A pesquisa de Lira (1986) sobre a ordem sujeito-verbo fornece uma evidência indireta da consistência desta classificação. A autora identifica o parâmetro referência do sujeito, onde, simplificando os termos, há três fatores relevantes:

sujeito 1^{mais}/2^{mais} pessoa, sujeito de 3^{mais} pessoa não genérico e 3^{mais} pessoa genérico. Ao mesmo tempo analisa também a indefinição do sujeito (a partir da presença vs. ausência de artigo indefinido).

Os resultados são reveladores:

- a) os sujeitos indefinidos favorecem a posposição do sujeito, enquanto os definidos ocorrem em posição anteposta;
- b) os sujeitos de 1^{mais}/2^{mais} pessoa favorecem a posposição - portando-se de forma análoga aos indefinidos (!) -, enquanto os genéricos a desfavorecem.

Se for válida esta associação que estabelecemos entre os resultados dos grupos de fatores (referência e indefinição), estarão em cheque, ao mesmo tempo, dois pressupostos quase consensuais: a da "definitude" dos sujeitos déiticos e a "indefinição" dos sujeitos genéricos.

Embora a autora explique cada um dos grupos de fatores separadamente, consideramos a correspondência entre eles interessantes para a explanação de nossos próprios resultados: fica mais claro porque sujeitos de 1^{mais}/2^{mais} pessoa tendem a favorecer o futuro do subjuntivo (FS) e os genéricos, o presente do indicativo (sem conectivo) (JUST).

Seguem os exemplos, encontrados no corpus:

- a) [- referencial]:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(1) (...) eu penso: "se eu tiver dentro de casa e TIVER (FS) que ter um assalto (...) eu sou ameaçada.

(33:36:28)

(2) O temperamento de uma pessoa pra outra [é] completamente diferente. Às vezes, se te FALAREM (FS) assim: "Ah, eu vi seu noivo (...) "você talvez vá ficar super-aborrecida, né? (...) Mas (...) pra mim (...) não vou nem me tocar.

(33:05:206)

ii - justaposta (JUST):

(3)P: Você acha que precisaria ser bem organizado [esse negócio do pessoal do prédio fretar um ônibus]?

R: Lógico! Horário. Porque depende: quem trabalha, tem que pegar às 8 horas em Caxias. Outro TEM (JUST) que pegar 8 horas em Copacabana. Como é que você vai organizar, pra cobrir isso?

(69:29:2512)

(4)P: (...) Você concorda com a greve dos trabalhadores por maiores salários?

R: (...) eles fazem a greve e não resolvem nada. Eles são cada vez mais iludidos, só. Vem um lá, DIZ (JUST) que vai fazer isso, vai fazer aquilo, eles concordam. Voltam a trabalhar e ficam na mesma coisa.

(69:37:2514)

b) [+ referencial] [- genérico]: este fator engloba aqueles enunciados em que a ação verbal é predicada de uma entidade cujo referente é objetivo e não-humano ou objetivo e humano não-coletivo. Incluem-se aí os sujeitos de terceira pessoa que se enquadram na descrição.

Seguem os exemplos:

i- futuro do subjuntivo (FS)

(5)P: Se seus filhos resolvessem sair de casa, o que você faria?

R: Bom, eu procurava impedir deles sairem (...) mas, (...) se eles ACHAREM (FS) que devem ir, eu me conformaria.

(33:02:1789)

ii- justaposta (JUST)

(6) P: Para você, os planos bem pensados dão sempre certo?

R: (...) eu tenho certeza que isso [o que eu quero fazer] não vai sair, exatamente como meus planos ... Por exemplo: eu QUERO (JUST) fazer História, aí eu estudo à beça à noite. (...) Pessoa fala assim: "Ah, você vai conseguir (...), coisa e tal...". Não, não depende de mim. Não tenho essa certeza [de que vou conseguir].

(70:02:489)

(7) E [na escola] tem muito favelado de dia. De noite é mais calmo (...) Tem muito favelado.

P: Que favelado ?

R: "Favelado" é gente que faz bagunça, quebra tudo (...). Professora SAI (JUST) um minuto fica um batendo no outro, xingando. (01:03:20)

(8) (...). O cara TÁ (JUST) preocupado, fica ali sem ter concentração pra ler.. [eu] TÔ (JUST) de bobeira aqui, pô ..., tô de bobeira, pegando um solzinho, ô...ô... ler um troço é até uma boa: tu lê um troço ali, tal... distrai muito, claro!

(48:41:2143/2144)

c) [+ referencial] [+ genérico]: este fator comprehende aquelas ocorrências em que a ação verbal é predicada de uma entidade, cujo referente é objetivo e coletivo, em que os membros - seres humanos - podem ser ou não particularizados. A ação é predicada a cada um dos possíveis membros do grupo. Incluem-se os pronomes genéricos (você, tu, nós, eu) e expressões do tipo: a gente, o cara, a pessoa, o pessoal e análogos. Seguem os exemplos:

i- futuro do subjuntivo (FS)

(9)P: O que deixaria você mais feliz?

R: O que me deixaria bem feliz, em primeiro lugar, é eu ter muita saúde (...). Porque eu acho que se a gente não TER (FS) não consegue ter mais nada na vida, né?

(33:20:205)

ii- justaposta (JUST)

(10) (...) E, realmente de mim ninguém soube (o segredo), porque eu acho que, às vezes, você CONTA (JUST) um segredo a outra pessoa, você tá depositando confiança naquela pessoa, né? Então (...) eu vou ser a primeira a chegar na esquina [e contar]?

(33:12:249)

(11)P: Digamos, se ela [a mulher que teve várias experiências sexuais] parar contigo. Ela realmente se apaixonar por você [casaria com ela]?

R: Ah! Isso aí, pô... dificilmente isso acontece, professor, porque... a pessoa COMEÇA (JUST) assim a andar com uma porção de pessoas... pô, a pessoa não sabe realmente a hora... que ela gosta de uma pessoa ou não.

(39:19:1826)

Na seção seguinte analisaremos a correlação entre estes fatores e o emprego das variantes para as quais mostraram-se relevantes: futuro do subjuntivo (FS) e justaposta (JUST).

10.2.2 Análise dos resultados

10.2.2.1 Futuro do subjuntivo (FS)

Tabela (17): correlação entre natureza do sujeito e uso do futuro do subjuntivo (FS)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[- referencial]	505 / 856	59.0	.62
[+ referencial]			
[- genérico]	351 / 790	44.4	.49
[+ genérico]			
[- referencial]	288 / 1143	25.2	.39

Este grupo de fatores foi selecionado em 4º lugar pelo programa VARBRUL.

A tabela acima revela que os fatores são relevantes para o uso do futuro do subjuntivo (FS), que se distribui segundo os traços propostos.

Aqueles marcados com o traço [- referencial] apresentam a mais alta probabilidade de ocorrência. Dentre os marcados com o traço [+ referencial], os [- genéricos] apresentam índices mais elevados do que aqueles com traço [+ genérico].

Os resultados acima impõem alguns comentários.

À primeira vista, os índices obtidos parecem confirmar a hipótese levantada, isto é, há preferência pelo futuro do subjuntivo (FS) em contextos que poderíamos definir como impersonais (cf. na tabela acima os resultados para o fator [- referencial]) - isto é, aqueles em que não há sujeito, ou, quando há, não é humano, ou, se humano, não é determinado, ou ainda, se determinado, o é apenas quanto ao seu papel (locutor/interlocutor) no processo de enunciação (cf. a noção de

sujetividade de 1^{as} e 2^{as} pessoas, vista acima).

No entanto, como explicar a redução das taxas de subjuntivo - o modo da "dúvida", da "incerteza", do eventual - justamente em contextos descritos tradicionalmente como "impessoais" ou "indefinidos", como são os [+ genéricos]?

Se observarmos os sujeitos deste tipo veremos que são, antes de tudo, referenciais, isto é, a ação verbal incide sobre entidades objetivas e bem conhecidas (os seres humanos). Mais ainda, ela incide sobre mais de uma entidade (os grupos humanos). Assim, o que é tido como fator de não-pessoalização revela-se, na verdade, como uma "omnipessoalização".

É um caso análogo ao que vimos se dar com as formas verbais ditas "atemporais" - as usadas nos "princípios gerais" e nas ditas "verdades eternas" (cf. cap.7) - onde o que é tido como ausência de temporalidade constitui, na verdade, uma "omnitemporalidade", ou seja, uma abrangência de todo e qualquer tempo (cf. Lyons 1976:680).

Assim, a escolha de um ou outro tipo de sujeito parece relacionar-se a diferentes graus de compartilhamento, entre os interlocutores, do conteúdo da oração condicional:

a) com o sujeito [+ referencial] [+ genérico]: a ação verbal é atribuível a cada um dos integrantes do grupo de pessoas, entre os quais incluem-se o locutor e o interlocutor. Portanto, o referente é identificável como "qualquer pessoa". Este contexto está relacionado à experiência (conhecimento) do locutor com relação ao conteúdo do enunciado. É natural, portanto, que iniba a presença do futuro do subjuntivo (FS) - variante relacionada à não-experienciación;

b) com o sujeito [+ referencial] [- genérico]: a ação

verbal incide sobre um sujeito objetivo e individual. Ele constitui, portanto, um ponto neutro entre os sujeitos "não pessoais" (os que denominamos [- referenciais]) (cf. c) abaixo) e os "omnipessoais" (os [+ referenciais] [+ genéricos]);

c) com o sujeito [- referencial]: não se identifica objetivamente o referente do sujeito da ação verbal. A responsabilidade da ação fica muitas vezes obscurecida, o que constitui um valioso recurso ideológico-argumentativo. Neste contexto (como de resto em todos os contextos identificados nos capítulos precedentes como: não-experienciados; não generalizáveis como modelos; em que não se assume um ponto de vista; em que não se avaliam as afirmações com base em critérios objetivos; ou em que há uma restrição na abrangência da afirmação), o futuro do subjuntivo (FS) é, "coerentemente", favorecido.

Vejamos agora o comportamento deste grupo de fatores nas justapostas (JUST), onde os mesmos fatores operam em sentido contrário.

10.2.2.2 Justaposta (JUST)

Vemos na tabela abaixo a distribuição dos usos da variante justaposta (JUST) de acordo com a referência do sujeito:

Tabela (18): correlação entre natureza do sujeito e uso da justaposta (JUST)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
[- referencial]	95 / 856	11.1	.36
[+ referencial]			
[- genérico]	157 / 790	19.9	.50
[+ referencial]			
[+ genérico]	402 / 1143	35.2	.65

Este grupo de fatores foi selecionado pelo programa VARBRUL em 3º lugar.

Observa-se nos índices da tabela uma significativa graduação dos sujeitos com o traço [- referencial], e os sujeitos com os traços [+ referencial] [+ genérico] representam, respectivamente, as probabilidades mais baixa e mais alta. Os sujeitos de traço [+ referencial] [- genérico] ocupam a posição intermediária deste continuum.

A partir destes resultados, constatamos que a variante justaposta (JUST) se apresenta em distribuição complementar com a de futuro do subjuntivo (FS). Confirma-se também a hipótese inovadora proposta em 10.2, ou seja, a distinção entre os sujeitos [- referenciais] (os "impessoais") e os [+ genéricos] (os "omnipessoais").

Fica comprovada, portanto, a partir da análise independente da variante, a oposição não mencionada pelos autores consultados, entre os dois tipos de sujeitos "impessoais" ou "indefinidos" (correspondente, em sentido contrário, à que registramos no futuro do subjuntivo (FS)).

Temos, assim:

a) o sujeito [- referencial] tende a não ocorrer com as formas justapostas (JUST), constituídas pelo modo indicativo (associando-se, preferencialmente por seu caráter subjetivo e não experienciado, ao futuro do subjuntivo (FS)) (cf. 10.3.1.a);

b) o sujeito [+ referencial] [- genérico] é um contexto neutro - nem "impessoal", nem "omnipessoal" - sendo, portanto, indiferente em relação ao emprego da justaposta (JUST) (tanto

quanto ao do futuro do subjuntivo (FS)) (cf. 10.3.1.b);

c) o sujeito [+ referencial] [+ genérico], por envolver o locutor, o interlocutor, e qualquer eventual participante do diálogo, apresenta um caráter de comprometimento, o que parece contribuir para o aumento de justapostas (JUST) (da mesma forma que contribui para reduzir o uso de futuro de subjuntivo (FS)) (cf. 10.3.1.c).

É interessante antecipar que você se correlaciona também com a variante presente do indicativo (PI) (cf. adiante) através de traço [- impreciso] (isto é [+ definido], nos termos de Laberge). Observe-se que precisão e generalidade são diferentes formas de expressar a objetividade. Por outro lado, a expressão genérica a gente, além de favorecer as justapostas (JUST), pelo traço [+ genérico], favorece também o gerúndio (GER), pelo traço [+ impreciso]: dois traços apontados como característicos de pronomes "indefinidos" do tipo on do francês.

Os resultados que nos parecem mais relevantes na análise deste grupo de fatores diz respeito à categorização do sujeito das condicionais. Fica evidente da comparação entre as duas variantes que os sujeitos genéricos não devem ser rotulados de "impessoais" ou "indefinidos", nem tratados como tais. Na medida em que, favorecendo a variante justaposta (JUST) e desfavorecendo o futuro do subjuntivo (FS), se associam aos traços [+ exemplo] (conhecido e geral); [+ experienciado] (concreto, real); [+ confirmação de argumento] (adesão ao ponto de vista defendido), o sujeito [+ genérico] se aproxima dos sujeitos "definidos" e "(omni)pessoais".

10.3 PRESENTE DO INDICATIVO (PI) E GERÚNDIO(GER)

Vimos acima que o emprego das variantes futuro do subjuntivo(FS) e justaposta(JUST) não é indiferente à natureza do sujeito escolhido pelo locutor para fazer incidir a predicação verbal.

Entretanto, os critérios propostos para aquelas variantes não se mostraram adequados para explicar o uso do presente do indicativo(PI) e do gerúndio (GER). Foi preciso, portanto, procurar uma categorização distinta, que desse conta destes casos.

10.3.1 Definição da natureza do sujeito

Da mesma forma que fizemos para identificar os tipos de sujeito relevantes para o uso do futuro de subjuntivo (FS) e da justaposta JUST), procuramos nos próprios dados, em termos de referência do sujeito, os contextos significativos. Verificamos que, diferentemente do caso anterior (em que importam os traços [+ referencial] [+ genérico]), interessa agora o [traço [+/- impreciso]]. Isto é, a delimitação ou não das entidades sobre as quais incide a predicação verbal.

Os rótulos disponíveis [(in)definido, (im)pessoal, ou (in)determinado], além de serem usados de forma vaga, não dão conta das distinções de que tratamos aqui.

Dada a fluidez dos conceitos em questão, optamos por um rótulo "neutro" [+/- impreciso], procurando descrever cada contexto através dos elementos característicos presentes em cada caso.

10.3.2 Descrição do grupo de fatores

Identificamos dois fatores, segundo o critério de precisão:

a) [+ impreciso]: caracterizado pela ausência de qualquer limite quanto ao alcance do conteúdo referido. Incluem-se os seguintes contextos:

- os nomes genéricos (definidos e indefinidos) - a gente, o cara, a pessoa, uma pessoa, um cara (a exclusão do genérico você decorre do caráter "definido" do pronome original). Seguem os exemplos:

i- presente do indicativo (PI)

(12)P: O que que é preciso pra curar doenças tipo resfriado (...) ?

R: Não sei, eu acho que se a pessoa TEM (PI) uma vida saudável (...) se tem uma vida equilibrada (...), então, eu acho é que ela não vai ficar doente.

(71:28:2265)

ii- gerúndio (GER):

(13)P: Agora está em moda tudo natural, né? Surgiu até uma moda de medicina homeopática. Você acredita nessas coisas?

R: Depende. Quando é certas coisinhas, eu prefiro a homeopatia, a tomar remédios alopaticos. Prefiro sim. Alguns eu tenho conhecimento: Beladona e outros. Sempre que preciso, eu tomo. Faz efeito, sim. Se quiser fazer o tratamento a longo prazo, é bom. Fígado, uma dor de cabeça.. A gente TOMANDO (GER) três vezes ao dia, vai.

(68:20:1347)

- os pronomes indeterminados - se ou 0 (zero)

i- presente do indicativo:

(14)P: Você acha que o voto deve ser obrigatório?

R: Deve ser obrigatório. Por que se deixar de ser, se [0 (zero)] COMEÇA (PI) naquela "vota quem quer", muita gente não vai votar (...). Então eu acho que (...) tem que ser obrigado.

(60:37:1396)

ii- gerúndio:

(15)P: Você tem algum plano pra suas filhas?

R: (...) se elas vão ser felizes rodando bolsa na praia, se elas vão ser felizes, uma médica, outra vai casar com um japonês e eu nunca mais vou ver... isso aí... não vou ficar triste por causa disso não. Eu quero que elas sejam felizes. Eu não traço planos para elas. Eu quero que elas tenham sorte, na hora de escolher o seu companheiro, a sua profissão. Porque eu acho que esses são os dois momentos da vida, mais importantes na vida de uma pessoa: é quando ela escolhe o companheiro e a profissão. ESCOLHENDO (GER) [0 (zero)] bem as duas coisas está fadada a ser feliz. (...) errando nas duas, então, é difícil ser feliz.

(64:28:4280)

b) [- impreciso]: as demais ocorrências, isto é, os casos em que há algum limite quanto ao alcance do conteúdo referido. Incluem-se os seguintes contextos:

- os pronomes de 1^{ma} e 2^{ma} pessoas não-genéricos:

i- presente do indicativo (PI)

(16) A educação sexual deve ser feita passo a passo, explicando a situação (...). Claro que se eu YOU(PI) pegar minha filha que tá com cinco anos, certo? Eu vou explicar a ela (...), aí ela não vai entender nada (...) Tem que começar no ovo e na galinha, paulatinamente...

(79:17:2432)

ii- gerúndio

(17) P: Você sabe guardar segredo?

R: Sei sim (...) Eu DANDO (GER) a minha palavra, acabou. A pessoa pode até deixar de se dar (...), mas o segredo fica.

(68:23:1348)

- nomes e pronomes definidos e não-genéricos de 3^a pessoa:

i- presente do indicativo

(18) P: O senhor acha errado deixar fumar na escola?

R: Olha, eu fumei muitos anos (...) fumei em sala de aula (...) Agora, eu acho que esse negócio de fumar em sala de aula incomoda a quem não fuma (...) se o ambiente é (PI) fechado, se não tem ventilação, realmente não se deve fumar. Mas se tem ventilação e a pessoa quer fumar, não sou contra (...) sei lá, eu fumei, mas eu acho que não se deve fumar em sala de aula.

(67:33:1513)

ii- gerúndio

(19) P: Bom, a gente tá aí na expectativa de saber quem vai ser o nosso governador, se Moreira Franco ou Brizola, né? (...) Quem você acha que vai ganhar?

R: (...) Não SENDO (GER) o Miro e nem o' Brizola, preferia o Moreira Franco. Apesar que eu votei na Sandra Cavalcânti.

(47:53:2103)

- sujeitos oracionais e contextuais (ações e eventos):

i presente do indicativo:

(20) Elas [mulheres] mesmo conta: "Ah! prefiro um homem mandando em mim em uma repartição do que uma mulher (...). Não! não vou fazer, não: é (PI) pra fulana, não vou fazer. Não faco, não faço".

(47:29:2068)

ii- gerúndio

(21)P: (...) em que situações o senhor não guarda segredos?

R: (...) quando não há pedido de alguém, não vejo por que guardar (...). Agora quando você me pede "Olha, eu quero fazer uma confidência para você, eu quero contar, eu só confio em você", então você pode ficar tranquilo, que é lógico isso eu vou guardar pra sempre. Agora, não SENDO (GER) isso, não tendo essas palavras, são coisas que não levam a nada, então pode se conversar e até alertar aquela pessoa. É isso que eu penso.

(67:02:1521)

Um aspecto notável a destacar é a inclusão do pronome pessoal você genérico (além dos pronomes tu, eu e nós) entre os sujeitos do tipo [- impreciso]. Seguem os exemplos:

i- presente do indicativo

(22)P: O senhor acha que os planos bem pensados dão sempre certo?

R: É evidente (...). Se você pensa bem (...), você só pode ter sucesso (...). Se você ORGANIZA (PI) o seu plano, se foi bem pensado, é porque você organizou aquilo (...). Então você analisou aquilo por todos os ângulos, você vai resolver a questão certa.

(67:08:1509)

ii- gerúndio

(23)P: Você já foi assaltado?

R: Não. Nunca. Graças a Deus (...).

P: É ... você é um felizardo, coisa rara hoje em dia.

R: (...) às vezes você sente quando a pessoa quer te roubar. E você, às vezes SABENDO (GER), você não vai pra aquele lugar, lógico.

(47:06:2041)

Como pudemos comprovar na análise das variantes futuro do subjuntivo (FS) e justapostas (JUST) vistas anteriormente, o pronome você se comporta indubitavelmente como sujeito genérico (equivalente semânticamente a gente, o cara, a pessoa). Assim, de acordo com as definições correntes, esperar-se-ia que se comportasse como "indefinido", ou seja, como [+ impreciso]. No entanto, os índices estatísticos demonstram o contrário. Você genérico apresenta índices análogos aos de seus correspondentes não-genéricos (i.e. [- imprecisos]). Este resultado nos remete à oposição, identificada por Lavandera, entre dois tipos de indefinidos (isto é, o que denominamos "genéricos") : os pessoais e os impessoais.

Tudo indica que o pronome você (e, em menor escala, pelo menos em nosso corpus, tu, eu e nós), que, basicamente, é específico, passa atualmente por uma mudança, em determinados contextos, em direção à generalização, seguindo os mesmos passos do fenômeno apontado por Lavandera para vos/usted no espanhol, por Laberge para tu/vous no francês de Québec e inúmeras outras línguas (cf. Halliday & Hasan 1976), mas provavelmente, como no espanhol, em estágio menos avançado do que no francês (cf acima).

Conseqüentemente, a forma conserva a ambigüidade. Isto pode ser comprovado pela estranheza do interlocutor diante da forma você, o que exige uma explicação, por parte do locutor, de que não está se referindo a ele, mas a "qualquer pessoa". Segundo Lavandera, o fato de você não ter ainda atingido completamente a fase de "generalização" permite a sua utilização com valor estilístico:

Há exemplos destes usos "indefinidos" que são co-ocorrentes com outras formas com um sentido literal de segunda pessoa do singular que de maneira explícita insistem em apelar ao interlocutor real e conseguir que participe do ato de fala" (Lavandera, 1984:108).

Para a autora a "generalização" do pronome yos/usted não é o efeito de qualquer contexto lingüístico, mas sim do contexto interacional, que descreve em termos da

presença vs. ausência de uma contradição entre o que tanto para o falante quanto para o interlocutor são predicados possíveis deste último e o que realmente se predica do interlocutor na oração yos/usted (p.109).

Esta observação não corresponde ao que encontramos no corpus. Na verdade, na maior parte dos exemplos a ambigüidade entre [+/- genérico] pode se resolver pelo contexto discursivo.

Complementarmente, a variante uno do espanhol, on do francês, e a gente do português parecem percorrer o percurso oposto, isto é, a progressiva "pessoalização" e integração no sistema pronominal (cf. Laberge, 1977 , Lavandera, 1984 e Omena 1986)

Não pudemos comprovar estatisticamente o comportamento "específico" de a gente nas condicionais, pois, dada a natureza de nosso corpus, os contextos de primeira e segunda pessoas não-genéricos são pouco freqüentes.

Uma vez estabelecidos os casos de [+/- imprecisão], passamos ao cálculo estatístico da correlação com a variante presente do indicativo (PI).

10.3.3 Análise dos resultados

10.3.3.1 Presente do indicativo (PI)

Os resultados da análise indicam que, apesar da pouca freqüência de condicionais [+ imprecisas], este é um fator estatisticamente relevante para o emprego o presente do indicativo (PI) (cf. tabela abaixo).

Tabela (19): correlação entre natureza do sujeito e uso do presente do indicativo

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
[+ impreciso]	18 / 594	7.1	.44
[- impreciso]	594 / 2536	23.4	.56

O programa VARBRUL selecionou este grupo de fatores em 3º. lugar.

Vemos, pelos índices da tabela acima, que os contextos [+ imprecisos] inibem o uso de presente do indicativo (PI) (.36). Nos contextos onde não ocorre tal restrição, os índices se elevam sensivelmente (.64).

Estes resultados evidenciam que, embora não codificados nas gramáticas ou estudos lingüísticos precedentes, os critérios propostos correspondem a oposições bem estabelecidas na língua.

A incompatibilidade entre a variante presente de indicativo (PI) e imprecisão refletida na taxa (.36) não é aleatória. Afinal, o uso do indicativo está vinculado à função de expressar conteúdos experienciados (cf. cap. 7), sustentar pontos de vista (cf. cap. 8) e apresentar avaliações de forma convincente

(cf. cap. 9), o que lhe confere o caráter de modo do real, do conhecido, da objetividade.

Portanto, parece coerente que esta variante ocorra preferentemente quando as ações se referem a entidades claramente definidas, ou precisas, restringindo-se o seu uso nos contextos em que há imprecisão.

É interessante ressaltar que, de acordo com os resultados, o caráter da objetividade expressa pelo presente do indicativo (PI), é characteristicamente individualizante (veja-se irrelevância dos fatores [+ exemplo] [+ genérico]) - traços típicos de generalização para o uso do presente do indicativo (PI) em contraste com a relevância para as justapostas (JUST), o que confere a estas últimas um caráter de objetividade generalizante.

Veremos a seguir como os mesmos tipos de sujeito que favorecem o uso do presente do indicativo (PI) apresentam efeito oposto, em relação ao uso do gerúndio (GER).

Dentre os sujeitos genéricos, os que apresentam taxas mais baixas de presente do indicativo (PI) (e, correspondentemente, as mais elevadas de gerúndio (GER)) são: a gente, a cara, a pessoa, o que confirma a sua interpretação como [+ imprecisos]. É interessante notar que a correlação entre a gente e gerúndio já havia sido estabelecida em trabalho independente, em que o gerúndio funciona como variável independente na escala entre nós e a gente (cf. Omena, 1986).

Passamos, a seguir, ao cálculo estatístico das correlações entre este fator e a variante de gerúndio (GER).

10.3.3.2 Gerúndio (GER)

Tabela (20): correlação entre natureza do sujeito e uso do gerúndio (GER)

FATORES	APLIC./ TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
[+ impreciso]	95 / 594	37.6	.65
[- impreciso]	284 / 2536	11.2	.35

O grupo de fatores foi selecionado em 2º. pelo programa VARBRUL.

A tabela acima indica que o critério de imprecisão é relevante para a escolha do gerúndio (GER), apresentando uma grande polarização.

Um dado interessante sobre este grupo de fatores, já antecipado acima, é a distribuição complementar entre as variantes presente do indicativo (PI) e gerúndio (GER). Este fato parece confirmar a validade dos fatores propostos e, consequentemente, a sistematicidade da oposição [+ impreciso] vs. [- impreciso] dentro da língua.

A variante gerúndio (GER) não se contrapõe à variante presente do indicativo (PI) apenas pelo referente [+ impreciso] do sujeito ora em questão, mas também pelos conteúdos [- experienciados] (cf. cap. 7) e pelas argumentações com base em provas de natureza conceptual (isto é, não-exemplo) (cf. cap. 9).

Observação: a indeterminação do sujeito é um campo complexo ainda por desvendar, não cabendo dentro dos objetivos de uma análise da variação de tempo-modo e conexão apontar soluções definitivas para as inúmeras questões que se levantam. Limitamo-nos, aqui, a identificar os aspectos pertinentes ao uso

das variantes, certos de que em princípio têm caráter restrito. Caberá às pesquisas centradas naquele tópico comprovar o seu alcance.

Em síntese podemos afirmar que o gerúndio (GER) - forma não-marcada quanto a pessoa e número e quanto a tempo e modo - pode ser definido como a variante adequada a veicular conteúdos não-marcados quanto à referência do sujeito.

10.4 CONCLUSÃO

Neste capítulo confirmamos a existência de "harmonia discursiva" no interior das prótases condicionais. No capítulo seguinte analisaremos as correlações estabelecidas a nível do período, ou seja, entre as formas verbais da prótase e da apódo-se.

CAPÍTULO 11
O VERBO DA APÓDOSE

11. O VERBO DA APÓDOSE

11.1 PRESSUPOSTOS DA CONSECUTIO TEMPORUM

O grupo de fatores verbo da apódoce se baseia na correspondência entre as formas verbais usadas no interior do período hipotético, denominadas, a partir da norma gramatical latina, por consecutio temporum. No caso das condicionais, trata-se da concordância entre os tempos verbais da prótase e da apódoce (e, eventualmente, também o modo - consecutio temporum et modo-rum).

De acordo com este princípio, o verbo da oração subordinada depende do tempo (e modo) da respectiva principal. No caso das condicionais potenciais de se, ora pesquisadas, temos que:

a) o futuro (do subjuntivo) da prótase correlaciona - se ao futuro (do indicativo) na apódoce; e

Ex: Se eu votar eu vou votar no Ledis Lessa. (39:15:846)

b) o presente (do indicativo) na prótase correlaciona-se ao presente (do indicativo) na apódoce.

Ex: Se você não tem nada que dar você tá ameaçada. (32:41:237)

Apesar de haver consenso sobre a existência de consecutio no interior do período hipotético, os autores costumam divergir quanto à forma de encará-la. Assim, comparando-se, por exemplo, Câmara (1967), Leão (1961) e Perini (1978), constatamos discordâncias quanto a, no mínimo três, aspectos da correlação:

1) abrangência: relevante em todos os casos vs. não relevante em todos os casos.

2) natureza do fenômeno: sintático vs. semântico - pragmático vs. sintático - semântico - pragmático; e, dentro do aspecto semântico - pragmático: temporal vs. modal vs. modo - temporal;

3) direção em que esta correlação se exerce: da prótase para a apódoze vs. da apódoze para a prótase vs. da prótase para apódoze e da apódoze para a prótase.

A grande diversidade de esquemas no interior do período hipotético decorre de alternâncias diacrônicas motivadas por duas pressões antagônicas:

a) a pressão de fatores que operam no sentido da simetria entre os tempos (e modos) da prótase e da apódoze. Por exemplo:

i) a origem do presente do indicativo da prótase, no latim vulgar, por analogia com a forma de presente do indicativo do auxiliar (v.g. habeo) constituinte do futuro perifrástico da apódoze (v.g. cantare + habeo) (si cantare habeo).

ii) a origem do presente do indicativo da apódoze por analogia com o presente do indicativo da prótase (mencionado em i) (v.g. si canto).

b) a pressão de fatores alheios à correlação, que operam no sentido de dissimilação entre os tempos (e modos) da prótase e da apódoze. Por exemplo:

i) fatores morfológicos: a convergência do perfeito do subjuntivo e do futuro perfeito do indicativo latinos dando

origem ao futuro do subjuntivo (FS), a gramaticalização do auxiliar modal dando origem ao futuro sintético do indicativo;

ii) fatores discursivos: emprego de imperativo, optativo, subjuntivo e expressões de modalização.

Diante de tais explicações, e constatando em nosso corpus a mesma riqueza de combinações de expressões verbais observadas diacronicamente¹, questionamos até que ponto é relevante a consecutio temporum, ou seja, o efeito do verbo da apódoce na escolha da forma verbal da prótase.

Mantendo-nos dentro da proposta deste trabalho (cf. capítulo 4), procuramos identificar as possíveis correlações semânticas e pragmáticas, a partir da sua forma concreta (os verbos e expressões verbais).

Como visávamos a analisar especificamente as formas verbais da prótase (variável dependente), pesquisamos a correlação considerando a expressão verbal da apódoce como variável independente. Observe-se que a compreensão global da consecutio temporum impõe também a análise do efeito inverso - ou seja, a variação da apódoce, tendo a prótase como variável independente. No entanto, não a incluímos aqui por considerarmos que o aprofundamento desta questão extrapola os limites deste trabalho.

11.2 DESCRIÇÃO DOS VERBOS DA APÓDOSE

Numa primeira aproximação, definimos os fatores do grupo verbo da apódoce com base na categorização tradicional das formas verbais. Identificamos os seguintes fatores:

- a) futuro do presente simples do indicativo (-rei); *

- b) futuro do presente perifrástico do indicativo (ir + infinitivo);
- c) imperativo;
- d) auxiliar modal e expressões de modalização análogas;
- e) presente do indicativo (não modal);
- f) outras formas verbais (subjuntivo e formas nominais em subordinadas ou regidas por expressões adverbiais; futuro do pretérito, imperfeito e perfeito do indicativo);
- g) apódose zero (isto é, ausência do verbo ou de toda a apódose).

A análise quantitativa revelou que a forma verbal da apódose é relevante para o emprego de duas das quatro variantes estudadas: o futuro do subjuntivo (FS) e o presente do indicativo (PI). No que se segue, analisaremos o efeito deste contexto no uso de cada uma delas.

11.3 FUTURO DO SUBJUNTIVO (FS)

Analizando o uso de futuro do subjuntivo (FS), identificamos, conforme a forma da apódose, três fatores relevantes: a) futuro; b) presente e c) modalizado, que descreveremos a seguir.

11.3.1 Definição dos fatores

a) futuro: apódose com verbo (principal) no futuro do presente do indicativo:

- i) sintético (-rei)

(1) (...) Nada proibido resolve. A pessoa tem que saber conversar (...). Meus filhos, eles não fuma. (...).[Digo]: "O fumo tanto traz prejuízo pra saúde como no bolso: se vocês não FUMAR (FS), pra vocês será uma boa. Porque eu não vou poder andar com vocês a vida toda, tomado conta de vocês".

(15:55:137)

ii) perifrástico (ir + infinitivo):

(2) P: O senhor tem algum plano para os seus filhos?
 R: Eu digo: ó fulano, eu acho que você deve estudar, eu acho que se você for pra Marinha, ou se você for pra Aeronáutica, ou se você for um médico, ou se você for um professor, você tem noventa por cento de condições de sobreviver. Se você não FOR (FS), você vai ter menos noventa por cento de condições(...).

(67:28:1469)

b) presente: apódo-se no presente do indicativo (não modal) ou zero.

i- presente do indicativo:

(3) P: O senhor tem algum plano para os seus filhos?
 R: Eu digo: ó fulano, eu acho que você deve estudar, eu acho que se você for pra Marinha, ou se você for pra Aeronáutica, ou se você for um médico, ou se você FOR (FS) um professor, você tem noventa por cento de condições de sobreviver. Se você não for, você vai ter menos noventa por cento de condições (...).

(67:28:1468)

ii- zero:

(4) (...) Eu não sou contra a virgindade. Eu acho que se a pessoa FOR (FS) virgem, [ausência de verbo] tudo bem: quer casar virgem, tudo bem, casa. Também, se não for, tudo bem: o rapaz gostou, casa. Não tem problema nenhum (...).

(67:37:1497)

c) modalizado: a apódoze apresenta-se tanto com a) verbo auxiliar modal (poder, dever, ter de, etc.) ou expressão adverbial correspondente; b) com verbo no modo imperativo, no subjuntivo ou forma nominal em subordinada regida por verbo ou expressão adverbial ou c) com verbo no futuro do pretérito, imperfeito ou perfeito do indicativo:

(5) (...) Nada proibido resolve. A pessoa tem que saber conversar. (...) Meus filhos, eles não fuma (...). Agora, o fumo tanto traz prejuízo pra saúde, como no bolso: (...) Se vocês QUISE-REM (FS) fumar, vocês podem fumar, mas, se vocês não apanhar o vício de fumar, pra vocês é uma boa.

(15:57:139)

(6) Em termos assim de preconceito sexual, (...) no preconceito, né, ainda é melhor [viver hoje] que antigamente. Agora, de outro lado, se você não FOR (FS) por aí, você talvez vivesse melhor [antigamente], porque (...) as condições de vida seriam outras.

(70:11:438)

Uma vez definidos os fatores, analisemos a correspondência entre cada um deles e o uso do futuro do subjuntivo (FS) nas condicionais potenciais.

11.3.2 Análise dos resultados

Os resultados da análise quantitativa comprovam a relevância dos fatores propostos, ou seja, a correlação estatística entre a escolha do verbo da apódoze e o uso da variante (cf. tabela 21 adiante).

Tabela (21): correlação entre verbo da apódoze e uso do futuro do subjuntivo (FS)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
futuro	271 / 482	56.2	.61
presente	747 / 1894	39.4	.49
modalizado	126 / 413	30.5	.40

Como se pode verificar, os resultados probabilísticos indicam uma certa tendência a consecutio temporum: o futuro do indicativo na apódoze favorece (.61) o uso do futuro do subjuntivo na prótase.

No entanto, ao contrário do que o princípio da consecutio temporum levaria a supor, o fator presente não inibe o uso da variante, permanecendo neutro (.49). Tornaremos às possíveis razões deste resultado adiante. Por ora, relevante acrescentar que, dentro do fator presente (747 dados), o presente do indicativo (562 dados) tem o mesmo efeito da apódoze zero (184 dados)⁴.

O terceiro fator - modal - foi o que, de forma inesperada, se opôs mais marcadamente ao futuro, desfavorecendo (.40) o uso da variante futuro do subjuntivo (FS).

Como explicar estes resultados?

11.3.3 Interpretacão dos resultados

Vimos que a taxa da variante futuro do subjuntivo (FS) no contexto futuro corresponde às expectativas de consecutio temporum, mas que, nos demais, ela parece arbitrária.

Sendo assim, questiona-se:

1º. - Que tipo de conteúdo aproxima o futuro do presente da apódeose ao futuro do subjuntivo (FS) da prótase, favorecendo sua co-ocorrência?

2º. - Como se explica que os índices correspondentes ao fator presente não se oponham aos do futuro, desfavorecendo o emprego do futuro do subjuntivo, e, portanto, correspondendo ao que preconiza o princípio da consecutio temporum?

3º. - Por que o fator modalizado atua contrariamente ao fator futuro, se o verbo auxiliar IR (tanto quanto o auxiliar habere da forma sintética) foi em sua origem - e ainda é, em certos contextos - um auxiliar modal (cf. Câmara, 1967)? O que distinguiria os dois tipos de auxiliares no sentido de a uns (os futuros) inibirem e a outros (os modalizados) favorecerem o uso do futuro do subjuntivo?

Analizando mais detidamente cada um dos fatores, levantamos algumas hipóteses explanatórias que, acreditamos, apontam possíveis respostas para tais questões.

11.3.3.1 O fator futuro

A análise diacrônica das expressões de futuro nas línguas indo-européias revela uma alternância cíclica entre o uso de formas compostas constituídas por auxiliares modais e formas sintéticas, decorrentes do esvaziamento semântico e correspondente gramaticalização do auxiliar (cf. Câmara, 1967:67).

Em épocas distintas, os futuros do indicativo sintético e perifrástico atuais passaram por idêntica evolução: as formas auxiliares HABERE (cf. ser-á) e IR (cf. vão ser) do

futuro (sintético e analítico) perderam, na maioria dos contextos, seu significado modal original, respectivamente, deliberativo (será = há de ser) e intencional (vai ser = tenciona ser), tornando-se marcas temporais.

Os conteúdos do auxiliar original - que, como veremos, mantêm-se em determinados contextos - traduzem motivações subjetivas, pessoais: a realização do conteúdo da apódoze é apresentada ao locutor como dependente apenas da vontade do sujeito, e, portanto, independente de circunstâncias objetivas.

Isto não ocorre nos futuros da apódoze potencial. Neste contexto, a forma de futuro caracteriza-se por expressar conteúdos ainda não-realizados, cuja viabilidade é vista pelo locutor como dependente de circunstâncias eventuais, como a vontade e a deliberação do sujeito da ação verbal (conforme o auxiliar IR), não remetendo à realidade objetiva do locutor, ao contrário do que sucede com o fator modalizado (cf. adiante), em que não há qualquer comprometimento do locutor com a realização do conteúdo expresso na apódoze.

Vejamos um exemplo:

(7)P: O senhor já esteve em situação de um vizinho lhe ajudar?

R: É o tal negócio, todo mundo tem uma história pra contar (...). Se você PERGUNTAR (FS) ao Pele, ele vai dizer que fez isso, fez aquilo (...) se você PERGUNTAR (FS) ao Figueiredo, ele vai dizer também que fez isso, fez aquilo (...). Agora, eu vou ser sincero a você (...) nunca ninguém me ajudou, porque eu também nunca pedi ajuda de ninguém. (...) problema de família, assim, de socorrer, eu já ajudei a vizinhos e vizinhos já me ajudaram (...).

(67:12:1448-9)

Desta forma, parece mais clara a correlação entre o

futuro do indicativo (FI) da apódeose e a variante futuro do subjuntivo (FS): na medida em que a apódeose no futuro tende a correlacionar-se preferentemente com prótases hipotéticas cujo conteúdo é apresentado como descomprometido (circunstâncias não-experienciadas, não ilustrativas e não-assumidas pelo locutor como seu próprio ponto de vista).

11.3.3.2 O fator modalizado

Tendo em vista a origem modal do futuro, poder-se-ia supor que o seu efeito - propiciando o uso de futuro do subjuntivo (FS) na prótase - seria comum a todos os auxiliares modais (e expressões afins). Na verdade, embora o verbo precedido das demais formas modais também veiculem conteúdos não-realizados, os auxiliares modais (poder, ter-de, precisar, dever e análogos) opõem-se aos auxiliares do futuro, na medida em que expressam um julgamento quanto à realização veiculada pelo verbo do conteúdo principal, avaliando-a como obrigatória, necessária, provável, possível, impossível, permitida, etc, de recortes com princípios e regularidades baseados em circunstâncias objetivas². Por exemplo:

(8)P: [a pessoa pode viver sem religião?]

R: Pode, porque se você FOR (FS) católica, você pode ir na igreja, assim, uma vez no mês, uma vez na semana, o importante é você trabalhar.

(04:22:603)

O mesmo ocorre com formas não-auxiliares incluídas no fator modalizado. O imperativo e o subjuntivo expressam obrigações ou proibições impostas ou sugeridas pelo locutor ao sujeito do verbo principal com base em condições objetivas. As

formas menos comuns, como o futuro do pretérito e o pretérito perfeito, também expressam conteúdos avaliativos (respectivamente, improbabilidade e necessidade):

(9)P: (...) se fosse todo mundo pra rua defender os direitos [do trabalhador]...?

R: Não é? (...). Não é dizer que a pessoa vá morrer, não. Levar um tiro e morrer, não. Tá certo, se MORRER (FS), morreu (perf.ind). Você vai morrer um dia mesmo.

(47:35:2085)

Assim, enquanto no contexto futuro, que vimos acima, a realização do conteúdo do verbo (principal) é apresentada pelo locutor como desvinculada da realidade objetiva (sujeito descompromissado), nos modalizados a realização do conteúdo do verbo principal é avaliada pelo locutor segundo princípios, leis ou costumes em geral implícitos que codificam a realidade experienciada e com os quais sujeito está comprometido.

Observe-se que o conjunto das expressões verbais que semanticamente identificamos como modalizadas, pragmaticamente constitui a realização de diferentes atos ilocucionários (cf. Guimarães, 1987). Neste trabalho, como não contávamos com uma classificação prévia dos "atos" passíveis de ocorrer na apódo-se condicional, definimos os fatores do grupo "verbo da apódo-se" com base na forma do verbo ou expressão verbal. A análise dos diferentes "atos de fala", presentes quando da enunciação da apódoze e sua correlação com a forma variável da prótase, é um exigência que cumpre atender no prosseguimento da análise das relações sintático-semântico-pragmáticas envolvidas no período hipotético.

Outro aspecto revelado pela análise acima é que a

distinção semântica entre os diferentes tipos de modalidades (v.g. aléticas, epistêmicas e deônticas), mencionada no capítulo quatro, não se mostrou relevante para a escolha da forma verbal da prótase potencial. Temos, no entanto, em seu lugar a indicação de um outro tipo de oposição: entre modalidades objetivas (modalizados) vs. subjetivas (presentes na origem do futuro). A identificação de aspectos objetivos e subjetivos na análise das modalidades não é nova. No entanto, estes conceitos tendem a ser definidos intuitivamente, o que tem levado os autores a negar qualquer possibilidade de estabelecer um limite operacional entre elas (Lyons, 1977:787-849).

Os resultados aqui obtidos parecem confirmar a dupla natureza da modalidade, ao identificar efeitos distintos a ela associados (modalidade subjetiva = expressão do tempo futuro vs. modalidade objetiva = expressão do modo verbal).

Assim, a redução do índice da variante futuro do subjuntivo (FS) em contexto modalizado se deve à incompatibilidade entre as circunstâncias objetivas a que este remete e o não-comprometimento do locutor com a realidade expressa pelo futuro do subjuntivo (FS). Ao contrário, a preferência por esta variante constitui um recurso à argumentação com base em fatos não-experienciados, não-ilustrativos, específicos e contrários ao ponto de vista assumido pelo locutor.

11.3.3.3 O fator presente

Nesses com verbos não modais no presente do indicativo (quer se refiram a fatos atuais, intemporais ou futuros) ou apódose zero:

(10)- Eu fico mesmo de mau humor se não DORMIR (FS) bem.

(71:09:2276)

(11)- Meus filhos, eles não fuma (...). Eu digo para os meus filhos: "O fumo tanto traz prejuízo pra saúde como no bolso (...). Se vocês não fumar pra vocês será uma boa (...). Se vocês quiserem fumar, vocês podem fumar, mas se vocês não APANHAR (FS) o vício de fumar, pra vocês é uma boa".

(15:57:140)

Por que no contexto presente os índices de futuro do subjuntivo mantêm-se em posição intermediária entre os índices dos contextos futuro e modalizado?

Analisando o presente segundo os mesmos critérios usados para estes fatores, verificamos que, semântica e pragmaticallymente o presente do indicativo não-modal constitui um contexto não-marcado que difere igualmente de cada um dos outros dois contextos:

a) aos modalizados: pela não-referência a condições objetivas;

b) ao futuro: pela não-referência à disposição subjetiva.

A ausência destes traços semântico-pragmáticos é, em geral, expressa formalmente pela ausência de verbo auxiliar. Estes fatos parecem contribuir para que apódeses no presente do indicativo funcionem da mesma forma que a apódeose zero, constituindo ambas um mesmo fator, estatisticamente neutro.

Podemos, agora, concluir a análise da concordância de tempo entre os verbos da prótase e apódeose com respeito à variante

futuro do subjuntivo. (FS).

Vimos que, através das mudanças diacrônicas, as formas verbais dos membros do período hipotético potencial apresentam constante instabilidade, alternando entre duas pressões antagônicas: identificação vs. diferenciação. Os resultados descritos confirmam que no uso atual prefere-se a consecutio temporum, quando o verbo na apódose está no futuro.

Como comentamos anteriormente, é tendência das línguas manter uma mesma forma na seqüência do discurso. É natural, portanto, que em uma estrutura cerrada como é o período hipotético, esta tendência apareça de forma mais sistemática.

É certo que a repetição da expressão verbal de tempo (ou como veremos adiante, de tempo e modo), vinculando prótase e apódose, desempenha uma função coesiva, dentro do período hipotético. No entanto, como já pudemos observar, ela não se esgota aí, servindo, mais amplamente à harmonia semântica do discurso. No interior do período hipotético, esta harmonização se dá por associar um enunciado não comprometido com a realidade (a apódose no futuro do presente do indicativo) a um pano de fundo não-assertivo (a prótase no futuro do subjuntivo), isto é, a ausência de comprometimento com a realidade objetiva é expressa nas duas proposições. Veremos o processo oposto ao analisarmos a variante presente do indicativo (PI).

Antes, porém, de passarmos a esta análise da variante, devemos esclarecer alguns aspectos relacionados com a construção de futuro perifrástico do indicativo.

11.3.4 O futuro perifrástico

Vimos analisando a forma analítica IR + infinitivo na

apóde-se como um correspondente (informal e característico dos discursos falados) do futuro sintético (-rei) (atribuído a registros mais formais e, particularmente, em textos escritos).

No entanto, ao interpretarmos IR + inf como expressão do futuro do indicativo, defrontamo-nos com uma contradição cuja superação é crucial para consistência de nossa análise. Vejamos.

Sabe-se que em português - como em outras línguas românicas - há uma restrição quanto à ocorrência de futuro do indicativo em protases potenciais ⁴.

Utiliza-se, em seu lugar, o futuro do subjuntivo.

Assim, temos na protase potencial:

a) pres.ind.:

- (12) (...) se não (ES)TÃO ofendido, eles não ganha nada.
(34:16:1213)

b) fut.subj.:

- (13) (...) se eles (ES)TIVER (FS) a fim de ganhar,
eles ganha.
(34:16:1212)

mas não temos exemplos do tipo:

c) fut.ind.:

- (14) (...) se eles (ES)TARÃO (FI) a fim de ganhar,
eles ganha.
(exemplo fabricado)

Entretanto, encontramos inúmeros exemplos (40 casos) do

tipo d):

d) IR (pres.ind) + inf.:

(15) Claro que se eu VOU PEGAR (PI + Inf) minha filha que tá com cinco anos e VOU EXPLICAR (PI + Inf) a ela (...), aí ela não vai entender nada (...).

(79:17:2431/2)

- Como explicá-los?

Sabemos que a expressão IR + inf. não pode ser interpretada como futuro do indicativo, a menos que se suprima a restrição sobre o uso de futuro do indicativo em prótases potenciais. Mas, se o fizermos, como explicaremos o fato de que um dos tipos de futuro do indicativo - o sintético - jamais ocorre neste contexto? Parece razoável, portanto, mantermos a afirmação inicial de que IR + inf. não expressaria o futuro do indicativo.

Com efeito, para alguns autores a seqüência IR (no presente do indicativo) + infinitivo não constitui uma forma de futuro (composto) do verbo principal, mas um presente (simples) do verbo IR que, por conseguinte, assumiria um status de auxiliar modal.

Entretanto, esta solução é problemática. Como pudemos verificar através da análise das condicionais potenciais, há evidências que confirmam a intuição dos falantes nativos de que IR + infinitivo é uma alternante do sufixo verbal (-rei) e, portanto, um forma de futuro:

1) a possibilidade de variação entre o futuro perifrástico e o sintético e a substituição efetiva (quase categórica) do futuro sintético pelo perifrástico nas apódoses potenciais do

corpus;

2) o aumento das taxas de futuro do subjuntivo (FS) na prótase quando a apódoze é IR + inf., repetindo uma tendência - identificada desde a origem da língua que permaneceu até a literatura contemporânea - de maior freqüência de futuro do subjuntivo (FS) com apódozes no futuro sintético do indicativo.

Assim, estamos diante de um impasse:

- Se IR + Infinitivo é uma forma do tempo futuro do indicativo, como explicar que ocorra em prótases potenciais, quando neste contexto a ocorrência de futuro do indicativo está bloqueada?

- Se IR + Infinitivo é uma construção de modo, como explicar seu valor de futuro do indicativo, por ex., nas apódozes?

Voltando ao corpus, verificamos que, ao lado dos casos como d) há ainda, um número expressivo (87 casos) de exemplos do tipo e):

- (16) Se a mulher **FOR (FS)** namorar (IR + inf.) do jeito que os homens namora, nã...o homem vai dizer que a mulher é mais assanhada do que um homem.

(01:13:05)

A possibilidade de substituir em (15) e (16) a forma do auxiliar por outras formas temporais (p.ex: IA namorar; FOI namorar, TERÁ IDO namorar, FOSSE namorar, etc.) evidencia que em prótases o auxiliar IR é modal e, portanto, se comporta de forma independente, em relação ao verbo principal sofrendo as mesmas restrições que sofrem os verbos na forma simples nas

prótases potenciais. Assim, registramos:

a) formas simples:

(17) PI = Se (ES)TÃO (PI) ofendido, eles não ganha
nada".

(34:16:1213)

(18) FS = Se eles (ES)TIVER (FS) a fim de ganhar,
eles ganha.

(34:16:1212)

mas não exemplos como:

(19) FI = *Se eles (ES)TARÃO (FI) fim de ganhar.

b) IR + Infinitivo:

(20) PI = se eu VOU (PI) pegar minha filha ...
(79:17:2432)

(21) FS = Se a mulher FOR (FS) namorar que nem homem
namora...
(01:13:05)

mas não exemplos como:

(22) FI = *Se IREI (FI) pegar minha filha ..., ou

(23) FI = *Se a mulher IRÁ (FI) namorar que nem ho-
mem namora.

Fica claro a partir dos exemplos que, na prótase, o auxiliar IR da expressão IR + infinitivo funciona independentemente, ou seja, é um auxiliar modal. Mas, o que ocorre na apódose?

Se compararmos a distribuição das formas verbais simples com a distribuição do verbo auxiliar IR + Inf, constatamos que há um paralelismo entre a distribuição das formas simples e compostas de IR + Infinitivo:

a) formas simples:

(24) PI = (...) mas se vocês não APANHAR (FS) o vício de fumar, pra vocês é uma boa.

(15:57:139)

(25) FI = Se vocês não FUMAR(FS), pra vocês será uma boa.

(15:57:137)

mas não há exemplos de:

(26) FS = *(...) pra vocês for uma boa.

b) formas compostas de IR + Infinitivo:

(27) PI = Se a mulher FOR (FS) namorar do jeito que os homens namora, nã...o homem vai (PI) dizer que a mulher é mais assanhada do que um homem.

(01:13:05)

(28) FI = Se a mulher FOR (FS) namorar do jeito que os homens namora, nã...o homem irá (FI) dizer que a mulher é mais assanhada do quer um homem.

(exemplo fabricado)

mas não há exemplos de:

(29)FS =*(...) o homem for (FS) dizer que a mulher é mais assanhada do que um homem.

Em ambos os casos observa-se que, tanto na prótase, quanto na apódoze, o auxiliar vai apresenta a mesma distribuição formal dos demais auxiliares modais. Aparentemente, portanto, ele apresentaria o mesmo valor (modal) daqueles auxiliares. No entanto, pelas razões já referidas anteriormente, a apódoze vai + dizer não pode ser considerada modal.

Diante do exposto, somos levados a propor uma solução "conciliatória", admitindo duas interpretações para a forma VAI + Inf:

1^o) vai + infinitivo na prótase = valor modal

2^o) vai + infinitivo na apódose = valor temporal

A solução acima encontra respaldo em Câmara (1967:35-6).

Segundo este autor, há dois tipos de seqüência IR + Infinitivo:

a) uma de caráter temporal, onde o auxiliar é meramente gramatical (a exemplo da "gramaticalização" de outros modais em apódose na história da língua) (1967:29);

b) outra em que o auxiliar tem caráter modal, onde não há gramaticalização do auxiliar IR.

Esta análise corrobora as interpretações que demos à construção IR + Infinitivo com base nos exemplos acima arrolados. Na verdade, tudo indica que as condicionais potencias constituem um contexto privilegiado onde se encontram os dois tipos de seqüência IR + Inf:

- na prórase, vai + infinitivo tem valor modal (intenção) e se opõe a for + infinitivo. Deve ser analisada como as demais variantes no presente do indicativo (PI) que alternam com o futuro do subjuntivo (FS):

(30) Você pode notar: se o trabalhador, os trabalhadores vão(PI) fazer..., por exemplo: o metalúrgico [sic] vão fazer greve, aquela mulher do engenheiro que tá ganhando bem: "Não, meu filho, não faz greve não, faz não, senão você vai perder o emprego" (...) E acaba o camarada não... furando, não é verdade isso?

(47:33:2080)

- na apódose, vai + infinitivo tem valor temporal (futuro perifrástico) alternando com o futuro sintético e está em oposição ao futuro irá + infinitivo:

(31) Se o coletivo da sociedade TIVER (FS) com dificuldade, o velho também (es)tará (futuro sintético).

(72:43:2319)

(32) Deveria ter uma pena de morte pra eles [traficantes de drogas]. Porque se não HOUVER (FS) eles, não vai haver (futuro perifrástico) também o viciado.

(11:22:758)

Em síntese temos, teoricamente, as seguintes correspondências:

Na prótase

Na apódose

Se namora (PI) diz (PI)

Se namorar (FS) dirá (FI) / vai dizer (FI)

Se vai (PI) namorar vai (PI) dizer

Se for (FS) namorar ... irá (FI) dizer

Não nos deteremos mais neste ponto: para tanto seria necessária uma análise centrada na variação nas formas de futuro, o que está além do escopo deste trabalho. Ressaltamos, apenas, que a condicional potencial sempre foi um contexto crítico de mudança e criação de formas verbais de futuro, processo que

continua no português atual.

Quanto ao nosso tópico, é suficiente acrescentar que a restrição de ocorrência de futuro do indicativo na prótase e a perda do valor modal do auxiliar na apódose, que historicamente têm propiciado a criação de formas novas, são responsáveis pela sucessiva quebra e recuperação de consecutio temporum et modorum no interior do período hipotético.

Voltemos agora à correlação entre o verbo da apódose e o presente do indicativo.

11.4 PRESENTE DO INDICATIVO

Retomando a hipótese da consecutio, procuramos estabelecer se há concordância entre a forma verbal da apódose e o uso da variante presente do indicativo (PI) na prótase *.

Testamos agora a hipótese de consecutio temporum et modorum, ou seja, a possibilidade de que o presente do indicativo na apódose se correlacione com um aumento nos índices de presente do indicativo na prótase.

11.4.1 Definição dos fatores

Na variante presente do indicativo (PI) o grupo de fatores verbo da apódose apresenta uma divisão entre duas classes de fatores relevantes - [+ modalizado] e [- modalizado] - , simplificando a distribuição tripartite (modalizado, presente e futuro) relativa à variante futuro do subjuntivo (FS).

Revendo as definições destes fatores à luz da análise da variante presente do indicativo (PI), temos:

a) [- modalizado]: é constituído pelas formas verbais do que classificamos anteriormente como fator futuro (isto é, futuro do presente do indicativo não modal - simples ou perifrástico) e como fator presente (presente do indicativo não modal e apódoze zero). Semanticamente, este fator se opõe ao fator [+ modalizado] por expressar o conteúdo (realizado ou não) do verbo, não apresentando qualquer julgamento sobre a sua realização. Seguem-se alguns exemplos:

i- presente de indicativo em verbo principal ou auxiliar não modal:

(33) (...) Se eles [policiais] SOBE (PI) o morro pra bater num marginal, o marginal mete a mão no revólver e troca tiros com eles (...).

(01:48:14)

ii- futuro do presente do indicativo não modal

(34) (...) O que você não deixa fazer, assim, à vista, faz escondido (...). Então, se você QUER (PI) fumar e TEM (PI) repressão em casa, ou na escola não DEIXA (PI), (vo)cê vai fumar na rua escondido. (...) Aí se pega...

(13:20:780)

iii- apódoze zero:

(35) (...) num trabalho de escritório, por exemplo, uma escriturária não pode levar o filho pro escritório. Se é (PI) um trabalho de fábrica ou de comércio, (0) pior ainda.

(54:04:333)

b) [+ modalizado] - é constituído pelas demais ocorrências. Semanticamente as apódozes modalizadas caracterizam-se

por acrescentar uma avaliação do autor sobre a viabilidade do conteúdo expresso pelo verbo com base na situação objetiva. Assim, o locutor está comprometido com as leis, regras ou tendências que regulam as relações (físicas, biológicas ou (psico-)sociais) a que o conteúdo do verbo está submetido.

Formalmente estas avaliações são identificadas pela presença de expressões de modalização, tais como:

i- verbos auxiliares modais, como: poder, dever, ter de, precisar seguidos de infinitivo (obs: não se inclui aí auxiliar ir + infinitivo, que analisamos como sendo um tempo - o futuro do presente perifrástico do indicativo):

- (36) Tem um cara que disse (...) que se você não TEM (PI) conhecimento da realidade você não pode intervir nela (...).

(71:36:2299)

ii- advérbios e expressões adverbiais modalizadoras como: talvez, é possível, é preciso, tem necessidade, provavelmente e análogas:

- (37) (...) normalmente as pessoas planejam mas não executam. (...). Mas se a pessoa TRAÇA (PI) um plano e procura sempre acompanhar o plano (...) tem mais probabilidade de dar certo.

(44:32:71)

iii- certos "modos" verbais marcados pela forma morfológica, pela entonação ou pelo contexto, como: imperativo e optativo; subjuntivo em subordinadas e formas nominais correspondentes.

dentes; futuro do pretérito, pretérito perfeito:

(38)P: A senhora acha que o aborto devia ser legalizado?

R: Não. Acho que não (...) A pessoa não tem condições de ter um filho... evita antes. (...) Porque se a pessoa não... não... SABE (PI) que não pode ter, não tenha.

(05:54:657)

Apresentamos na tabela 22 (abaixo) os resultados estatísticos correspondentes à presença de cada fator.

11.4.2 Análise dos resultados

Tabela (22): correlação entre o verbo da apódoze e o uso do presente do indicativo (PI)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB
[+ modalizado]	133 / 413	32.2	.56
[- modalizado]	479 / 2376	20.2	.44

O primeiro fato a observar sobre a tabela acima é que, embora os fatores selecionados apresentem diferença bem marcadna nas taxas de freqüência, os índices de probabilidade não são muito polarizados (apenas 12 pontos). Isto significa que devemos interpretar estes resultados com cautela. No entanto, as tendências sugeridas merecem consideração.

Assim, o (ligeiro) favorecimento da variante presente do indicativo (PI) no contexto [+ modalizado] (e não no contexto [- modalizado]), embora este englobe apódeses no presente do indicativo), é suficiente para indicar a inoperância do

princípio da consecutio temporum⁹.

A proximidade das taxas de presente e de futuro comentada acima pode ser atribuída ao caráter [- passado] comum aos dois tempos verbais (isto é, podemos referir a fatos "futuros" através de formas do presente, desde que se explice no contexto que o momento da realização é posterior ao da enunciação).

Mas, se isso é verdade, por que a diferença entre os índices dos fatores [- modalizado] (que inclui futuro e presente) e [+ modalizado] são tão pouco polarizados? O fato talvez se deva ao valor modal de necessidade, inerente às apódeses correlacionadas a prótases [+ experienciadas], que correspondem à maioria das prótases no presente do indicativo (PI)¹⁰:

- (39) Do jeito que a gente vive, a violência é muito maior. Quer dizer, se [+ sempre que] você não TEM(PI) renda, [necessariamente] você é criado de uma forma diferente(...).

(70:18:45?)

Outra explicação diz respeito à possível divergência entre os tipos de atos ilocucionais envolvidos neste contexto. São hipóteses que deverão ser testadas em trabalhos futuros.

11.5 CONCLUSÕES

A esta altura podemos sintetizar algumas observações sobre a relação entre os tempos (e modos) verbais da prótase e os da apódeose.

Como vimos, embora nem sempre a correlação entre as formas verbais da prótase e as da apódeose se dêem pela pressão da

consecutio temporum. Assim, os índices da variante futuro do subjuntivo (FS) são mais altos no contexto futuro do presente do indicativo (FI), o que parece indicar que a interdependência entre as orações do período hipotético na seqüência FS + FI é mais estreita. Observe-se, a propósito, que o subjuntivo é o modo típico das orações subordinadas.

No entanto, do ponto de vista sintático-discursivo a correlação entre futuro do subjuntivo da prótase e futuro do indicativo da apódose configura a coesão do discurso em nível do período hipotético. Inversamente o índice reduzido da variante presente do indicativo (PI) - quando a apódose está no presente do indicativo (seqüência PI + PI) - parece refletir a maior autonomia entre as orações em questão. Não por acaso, o indicativo é o modo típico das orações coordenadas.

Do ponto de vista semântico-discursivo verificamos que, embora não haja uma complementariedade absoluta entre as variantes futuro do subjuntivo (FS) e presente do indicativo (PI) em termos de consecutio temporum, ocorre em distribuição complementar entre contextos futuro e modalizado: o fator [-, modalizado] favorece o futuro do subjuntivo (FS), enquanto o fator [+ futuro] o inibe; complementarmente, o fator [+ modalizado] favorece o presente do indicativo (PI), enquanto o fator [- futuro] o inibe ¹¹.

Diante destes resultados fica claro que a tendência à consecutio é apenas um aspecto parcial de um fenômeno mais amplo a que já nos referimos como harmonia do discurso. Por este parâmetro se explicariam as correlações positivas, não apenas entre as formas de futuro (da prótase) e da (apódose) - FS + FI -, mas ainda entre o presente do indicativo (PI) e o

fator [+ modalizado]; por outro lado, a ausência de harmonia discursiva explicaria também as correlações negativas, como entre o futuro do subjuntivo (FS) da prótase e o verbo [+ modalizado] da apódose ou entre o presente do indicativo (PI) da prótase e o futuro do indicativo da apódose - PI + FI.

Do ponto de vista pragmático-discursivo, a escolha entre contextos [+/- modalizados] representa uma opção entre duas formas do locutor posicionar-se, envolvendo-se ou não, com a realidade do conteúdo verbal da apódose.

Nas apódoses [+ modalizadas], avalia-se a viabilidade dos fatos e ações em relação a condições objetivas do sujeito. Ao apresentar o conteúdo da apódose como sendo, por exemplo, necessário, provável, possível, obrigatório, permitido ou interdito, o locutor remete a uma situação real, verificável, fazendo do uso da modalidade um instrumento a mais de argumentação.

Vimos como outros grupos de fatores, como a referência à realidade, constitui um recurso de persuasão. A experiência, a confirmação de pontos de vista assumidos, a precisão na definição do sujeito, a ilustração referem-se, em última instância, a algo que é conhecido e, portanto, é real e merece crédito como evidência na argumentação do locutor. Estes conteúdos se revelaram fatores que favorecem o uso do presente do indicativo (PI). É natural que os contextos [+modalizados], que expressam o julgamento da realidade do enunciado da apódose feito pelo locutor com base na objetividade das situações, também favoreçam o uso desta variante.

A função pragmático-argumentativa destes fatores é confirmada pela constatação de que os contextos [+ modalizados] inibem o emprego do futuro do subjuntivo (FS) - variante

associada à não-experienciação, à ausência de ilustração, à argumentação com base em pontos de vistas não assumidos, dos sujeitos não-referenciais, em suma, ao modo da não-afirmação e do não-comprometimento.

11.5 CONCLUSÃO

Em síntese, os resultados obtidos apontam que as afirmações sobre as relações entre os verbos da prótase e os da apódose potencial devem ser reformuladas:

1º.) devem ser colocadas não em termos de regras categóricas, mas como tendências probabilísticas;

2º.) devem ser definidas não em termos de oposição temporal entre futuro vs. presente, mas em termos de oposição ausência vs. presença de modalidades (e em termos de modalidade objetiva vs. subjetiva).

3º.) devem ser colocadas não em termos de concordância formal (gramatical) de consecutio temporum, mas em termos de harmonia semântica e pragmática do discurso.

Neste capítulo tratamos das relações entre as formas verbais da prótase e da apódose. A seguir analisaremos um outro aspecto das relações entre as proposições constituintes do período hipotético: a ordenação das proposições.

CAPÍTULO 12
A ORDEM DAS PROPOSIÇÕES

12. A ORDEM DAS PROPOSICOES

12.1 DEFINIÇÃO DE ORDEM DAS PROPOSICOES

No inicio deste trabalho afirmamos que a estrutura hipotética em que ocorrem as orações condicionais potenciais pode apresentar-se sob esquemas diversos. Nesta seção analisaremos várias ordenações possíveis ¹ na seqüência das orações constitutivas do período hipotético.

12.1.1 Os esquemas analisados

Conforme a ordem linear das orações, há dois esquemas principais:

a) prótase anteposta seguida de apódoze - (SE)PRO + APO:

(1) Se você não QUISER (FS), ele não vai.

PRÓTASE + APÓDOSE

b) prótase posposta à apódoze - APO + (SE) PRO:

(2) Ele não vai, se você não QUISER(FS).

APÓDOSE² + PRÓTASE

Além de a) e b), devemos considerar um terceiro esquema decorrente da possibilidade de omitir-se a apódoze:

c) prótase não seguida de apódoze - (SE) PRO + ZERO

(3) Se você não QUISER (FS)

PRÓTASE + ZERO ³

Costuma-se considerar como período hipotético típico a seqüência (SE) + PRO + APO. Com efeito a estrutura PRO + APO

ocorre em 84% dos casos (2348/2789). No entanto, se considerarmos, além dos dois constituintes (PRO) e (APO), a presença do conectivo se (SE PRO + APO), a taxa reduz-se a apenas 53% (1468 / 2789).

12.1.2 A entoação

Um aspecto indissociável das várias posições da condicional é a entoação particular que acompanha cada um dos esquemas.

A observação dos dados revelou que, paralelamente à unidade sintática, as orações do período hipotético apresentam uma unidade entoacional característica, constituída pela sequência "curva ascendente + curva descendente"⁴.

Esta estrutura se mantém qualquer que seja a ordem linear dos membros do período independentemente da presença dos conectivos. Temos, portanto, três fatores conforme a ordem das proposições e a distribuição entoacional.

12.2 DESCRIÇÃO DOS FATORES

Passaremos à definição de cada fator seguido dos respectivos exemplos. São êles:

a)prótase anteposta:

esquema (SE) PRO + APO: prótase em curva ascendente + apódoze em curva descendente:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(4)Se vocês QUISEREM (FS) (prótase ascendente) + vocês podem fumar (apódoze descendente).

(15:57:139)

ii - justaposta (JUST)

(5) Realmente, eu tenho vontade de exercer minha profissão, quando possível, né? Porque, infelizmente, você precisa de dinheiro para viver, se você quer comprar um livro, é isso aí, você precisa, você PRECISA (JUST) comprar um livro (PRO), você precisa de dinheiro pra comprar o livro (APO).

(63:20:2245)

b) ausência de apódoce:

esquema (SE) PRO: prítase em curva ascendente

i - futuro do subjuntivo (FS)

(6)P: Tem medo de fantasmas, alma do outro mundo, nada disso? (...)

R: Não (...) eu acredito que haja uma outra vida (...).

P: E seria uma vida melhor?

R: Seria. Também, se não FOR (FS) (prótase ascendente), minha filha ...

(69:08:2485)

ii - justaposta (JUST)

(7)P: E como você define mais ou menos o mercado de trabalho, na área de Direito?

R: (...) Hoje em dia o mercado de trabalho pra quem sai da Faculdade de Direito é praticamente vinculado a esse departamento jurídico dessas empresas. (...) E ainda assim é um mercado muito restrito, na própria empresa, não é? Porque essas empresas ... pra você ter uma idéia: você SAI (JUST) da Faculdade de Direito (PRO)... Porque o ensino ainda é precaríssimo em qualquer parte, né, sob qualquer aspecto. Principalmente hoje em dia (...) os cursos de Direito não preparam os advogados de uma forma atualizada. (...) Hoje em dia o mercado de trabalho é extremamente voltado àquela questão tributária, fiscal e tal.

(72:02:2309)

c) prótase posposta (SE) PRO: apódose em curva ascendente + prótase em curva descendente:

i - futuro do subjuntivo (FS)

(8)P: Você acredita em disco-voador?

R: (...) Eu só acredito (apódose ascendente) se ele CHEGAR (FS) (prótase descendente) e POUSAR (FS) (prótase descendente) aqui perto de mim.
(47:45:2100)

ii - justaposta (JUST): não ocorreu no corpus.

Conseqüentemente, a prótase condicional poderá ser enunciada tanto com a entoação ascendente (quando anteposta à apódose), quanto com entoação descendente (quando posposta à apódose).

O fato de o padrão entoacional da prótase ser previsível, a partir do tipo de seqüência em que esta ocorre, constituindo, portanto, um parâmetro dependente, não significa que seja menos relevante. As características entoacionais assinalam significados e funções específicas que podem eventualmente se correlacionar com o emprego das variantes.

12.2.1 Ordem marcada e ordem não-marcada

Consideramos que o caminho metodologicamente mais produtivo para nossos fins consistiria em identificar qual o esquema geral (ou não-marcado) e, a partir daí, chegar aos esquemas específicos (ou marcados). Como os contextos marcados são também os menos freqüentes, seria viável analisá-los caso a caso e,

assim, identificar seus traços distintivos.

Vejamos o que dizem alguns autores.

O problema de se estabelecer qual a posição não-marcada das condicionais foi apontado claramente por Haiman:

Parece que as cláusulas de *se* são semelhantes a outras cláusulas subordinadas em permitir a mudança [de posição], embora seja ao menos questionável se a operação envolvida é de "anteposição" ou "a posposição" (Haiman, 1985:41)

É certo que a maioria dos autores aceita, implícita ou explicitamente, que (SE) PRO + APO é a ordem "natural", ou não-marcada dos períodos hipotéticos (cf. Leão, 1961:74). Baseiam-se em geral na idéia de que, da mesma forma que a condição precede logicamente a consequência, a expressão formal da condicionante (prótase) precederia a expressão da condicionada (apódoze).

Com efeito, os fatos parecem confirmar esta hipótese intuitiva, já que a anteposição constitui a posição mais freqüente (2348 em 2789 / 84 % dos dados).

Uma forma de explicar este fenômeno em bases mais sólidas é recorrendo ao princípio da iconicidade ⁵.

Esta é a posição defendida por Haiman, quando, adotando a proposta de Greenberg (1983), inclui a ordem PRO + APO entre os universais lingüísticos. Para Haiman trata-se de um "universal iconicamente motivado" (1985:55).

Entretanto há autores para quem a seqüência não-marcada é o esquema APO + (SE) PRO.

Ford (1988), constatando que as adverbiais causais e temporais ocorrem preferentemente após as principais, conclui que,

apesar de as condicionais ocorrerem 75% das vezes em posição anteposta, a ordem marcada é a anteposição.

Argumenta a autora que, embora as condicionais pospostas sejam menos freqüentes, apresentam-se em contextos mais complexos, sendo, portanto, mais difíceis de reduzir-se a uma definição geral do que as antepostas: não haveria um critério abrangente que as caracterizasse como posição especial em relação às condicionais antepostas, definidas como contexto das demais ocorrências.

Esta hipótese nos parece no mínimo discutível.

Em primeiro lugar porque a análise das ocorrências de condicionais pospostas no futuro do subjuntivo revela que os contextos de uso destas orações são mais gerais do que se tem afirmado, podendo provavelmente ser reduzidos a uma única classe de expressões modificadoras

Em segundo lugar porque a restrição de ocorrência de posição em condicionais justapostas representa por si só uma evidência de que esta não é a ordem marcada.

Aliás, Ford & Thompson (1986) defendem a posição oposta. Naquele trabalho propõem deixar, como ordem não-marcada, as sequências com condicionais em posição inicial. Embora não apresentem uma análise conjunta para todos os casos de condicionais em posição final, limitando-se a listar exemplos em que a posição é mais freqüente, as autoras apontam a necessidade de aprofundar esta questão.

De fato, como veremos, a "complexidade" dos contextos pode representar apenas o desconhecimento atual do(s) critério(s) que permite(m) agrupá-los.

Uma vez aceito o esquema (SE)PRO + APO como ordem

não-marcada, voltemos ao significado e/ou função da posição marcada.

12.2.2 Significado e função dos esquemas propostos

Ao propormos o grupo de fatores ordem das proposições, assumimos a-prioristicamente que as diferenças na sequência linear no interior do período hipotético expressariam diferenças semânticas e/ou pragmáticas específicas. A hipótese subjacente é a de que cada um dos esquemas formais se correlacionaria por seu significado e/ou função ao significado e/ou função da variante analisada.

Na verdade, este não é um ponto pacífico e, se pretendemos estabelecer as diferenças entre condicionais antepostas - com ou sem apódose explícita - e as condicionais pospostas devemos rever as diversas soluções propostas para a questão.

Os estudiosos não distinguem em geral as duas posições assumidas pelas condicionais: ora mencionam apenas a anteposição (cf. Câmara, 1964:82-3), ora se referem a antepostas e pospostas tratando-as, porém, como semanticamente equivalentes (cf. Ali, 1964:136-9).

Isto ocorre mesmo em trabalhos mais recentes, inclusive nos que analisam especificamente as condicionais.

Assim, Ducrot (1977) caracteriza os enunciados SE P, q "como:

- (...) realização sucessiva de dois atos ilocucionais:
- a) pedir ao ouvinte que imagine 'p';
- b) introduzindo o diálogo nesta situação imaginária, afirmar aí 'q' (...)" (p. 179),

descrição que coincide com a definição dos enunciados *q*, se *p*(?)

Perguntar *q*, se *p*? é solicitar ao ouvinte que admita a hipótese "p" e, neste quadro, colocar a questão "q?" (Ducrot, 1977:184) ⁷.

Entretanto, diversos autores procuram estabelecer a diferença entre os dois esquemas formais.

Assim, já em 1961, Vaz Leão sugeria que, enquanto a anteposição é usada quando há

precedência lógica e cronológica da hipótese à sua consequência, isto é, quando concebemos o fato, já o vemos submetido a certas condições(...)(p.74);

a posposição ocorreria quando desejássemos .

enunciar a oração principal, verdadeira declaração categórica, para só depois nos lembarmos de atenuar o rigor da asserção, fazendo-a depender da realização de uma hipótese. Iremos todos ao circo, se a noite estiver bonita [grifo nosso] (id.ibid).

A autora aponta ainda o emprego da condicional com função de "ressalva", listando vários exemplos com a prótase posposta (p. 82-3).

Como veremos, estas explicações antecipam, em termos informais, as interpretações mais recentes segundo as quais as pospostas ocorreriam como restrição e "afterthoughts", isto é, apêndice que se acrescenta depois de concluído o pensamento (cf. Ford 1988).

Com o desenvolvimento da análise do discurso, alguns

autores passaram a indagar mais sistematicamente sobre o que levaria à seleção de uma determinada ordem linear.

Mateus et alii (1983), baseadas em Dijk (1977), explicam a variação na posição das condicionais com base na distribuição da informação, ou, mais especificamente, no conceito de "conhecimento compartilhado" pelos interlocutores.

A ordem linear da oração antecedente [= prótase] e da oração conseqüente [= apódoce] numa construção condicional depende fundamentalmente da estrutura temática e do padrão de distribuição de informação exibidos pelo texto de que os enunciados fazem parte (p. 464) (adendos nossos).

Segundo estas autoras, quando uma das proposições (prótese ou apódoce) é conhecida e a outra é nova, a oração conhecida ocupará a posição inicial, seguindo-se de pausa; quando a relação (sic) entre as proposições (prótese e apódoce) não é conhecida, a apódoce ocupará a posição inicial (sem pausa).

Testada empiricamente, a hipótese não se confirmou. Com efeito, pudemos constatar que os dados reais não só se comportam em desacordo com a descrição acima como muitas vezes extrapolam as situações previstas⁶.

Quanto ao tópico (cf. Haiman, 1979), tema (Dijk, 1984) ou quadro de referência ("frame"), aspectos cruciais na análise da ordem das condicionais (cf. Ford, 1988), verificamos que só indiretamente se relacionam à escolha das variantes analisadas⁷.

O primeiro trabalho em que encontramos sistematizada a oposição sintático-semântica entre (SE)PRO + APO (para os autores Rp,q) ⁸ e APO + (SE)PRO (ou q,Rp) foi o de Dostie & Léard (s.d.) sobre a expressão do condicional no francês de Québec,

menção acima.

Para estes autores as condicionais pospostas se oporiam às antepostas por lhe acrescentarem um valor restritivo:

No esquema frásico da condicional restritiva tem-se primeiro a asserção de q, depois a enunciação de hipótese de p, o que tem por consequência restringir o alcance de q (...). Passa-se, então, da forma Rp, q, uma condição necessária à realização de q, a q, Rp (p. 124-5).

Traduzindo-se livremente para o português os exemplos do quebequense, teremos:

(9)P: Se você me devolver ainda hoje, eu te empresto minhas chaves.

(10)R: Eu te empresto minhas chaves, se (= desde que, contanto que) você devolvê-las ainda hoje.

Ford (1988) identifica os diversos esquemas condicionais, considerando não apenas a posição, mas as diversas entoações a ela relacionadas. A autora aponta as funções discursivas e conversacionais associadas a cada caso.

Assim:

a) a condicional anteposta em curva ascendente, se relaciona a fatores discursivos (topicalização com encadeamento do discurso anterior e quadro de referência para a apódoce subsequente), servindo de "fundo" (ground) para o enunciado que se segue. Os contextos em que ocorre seriam em número limitados;

b) a condicional posposta em curva descendente se relaciona a fatores semânticos (restrição do alcance da principal). Os contextos em que ocorre constituiriam uma lista aberta¹⁰.

Apesar da diferença entre o corpus conversacional

analisado por Ford e o da nossa pesquisa, pudemos confirmar a maior parte das suas conclusões.

De fato, constatamos que em geral o comportamento das condicionais potenciais corrobora as conclusões das análises precedentes¹¹.

Por outro lado, quanto à ordenação das proposições do período hipotético, foi possível identificar alguns aspectos imprevistos.

Assim, a afirmação de que as condicionais expressam um pedido ao interlocutor, embora em princípio seja correta¹², deve ter o seu alcance restrito às condicionais antepostas, isto porque, ao contrário da interpretação de Ducrot (1977), para quem o ato de pedir é realizado pelo conectivo se, tudo indica que esta função é desempenhada pela entoação ascendente da prótase anteposta.

Há várias evidências em favor desta hipótese:

a) a possibilidade de substituir as condicionais antepostas introduzidas por se em todos os contextos por condicionais não-conectivas, mantendo-se o ato de pedir. Na verdade, nas justapostas (JUST) este ato tende a ser explicitado mais frequentemente do que nas conectivas;

b) a presença do se em estruturas não relacionadas a pedidos (por exemplo: ainda não sei se vou ou se fico); e

c) o emprego de entoação ascendente para expressar atos da mesma classe que os pedidos (como, por exemplo, nas perguntas) em estruturas não condicionais.

Se esta hipótese for verdadeira, as condicionais pospostas, que se apresentam em curva descendente, não expressariam o ato de pedido, o que seria função da posição anteposta. À

entoação descendente, própria das asserções, caberia a função de afirmar o conteúdo semântico da prótase¹².

12.2.3 Significado e/ou função da apódose

12.2.3.1 Marcas formais

Procurando estabelecer as marcas formais e, através delas, identificar os significados e/ou funções da ordem marcada, analisamos caso a caso os enunciados em que ocorre a posposição.

Pudemos comprovar que as condicionais pospostas funcionam como especificação de uma expressão modificadora, a maior parte das vezes presente na apódose precedente.

Estas marcas caracterizam-se por traduzir uma avaliação subjetiva do locutor. Elas se apresentam numa escala que vai desde os graus mais elevados de adesão (mais, melhor, provável é fácil, é claro, etc.) passando por graus intermediários (possível, pode ser, talvez), graus de adesão mínima (só, basta, improvável, é difícil, um pouco) até o grau zero da escala, ou seja, restrição total (não, nunca, nada).

Seguem-se alguns exemplos:

(11)P: Você acredita em disco-voador?

R: (...) Eu só acredito se ele CHEGAR (FS) e POUSAR (FS) aqui perto de mim.

(47:45:2100)

(12)P: A senhora é a favor [da greve]?

R: Eu acho que se não houver greve, como que o trabalhador vai ser ouvido? Eu acho que só (...) fazendo greve (...). Como é que vão dar a ele um salário melhor, se ele não FIZER (FS) a greve?

(46:21:2759)

(13) (...) eu acho que a pessoa pobre nunca deve pensar em plástica. Só se TRABALHAR(FS) muito. Mas eu acho que mesmo isso o dinheiro não dá, porque a plástica está um absurdo.

(04:07:602)

(14) P: Você acha que a creche funciona melhor pro desenvolvimento da criança do que uma babá, por exemplo?

R: (...) se você me coloca a opção entre uma creche e uma babá, eu prefiro uma babá, né? Porque eu tenho mais controle. Eu tenho muito mais controle da situação do que se eu TÁ (= ESTIVER)(FS) afastado.

(70:49:452)

(15) P: Como é que você fica quando não dorme bem?

R: (...) eu acho que eu fico mesmo de mau humor, se eu não DORMIR (FS) bem.

(71:29:2276)

(16) P: Você acredita que uma pessoa pode se curar sem usar remédio de farmácia?

R: Poxa... ainda não conheci... ainda não tive o prazer de conhecer uma pessoa assim, sabe? (...)

P: Chazinho...

R: Ah! acho que isso não resolve nada, resolve?

P: Pra mim resolve.

R: Chazinho... tá... pode ser, né? Se esse chá FOR (FS) milagroso, né? Depois tu me dá a receita do chá, tudo bem...

(48:28:2129)

(17) P: O que que você imagina do futuro da humanidade?

R: (...) Eu acho que talvez as pessoas evoluam pra uma consciência de uma sociedade mais coletivista, sabe? (...). Mas (...) antes vai ter que haver essa consciência da necessidade da sociedade evoluir nesse sentido, né? Então, você não basta (...) transformar a sociedade capitalista em socialista apenas no nível econômico e no nível político do Estado se a cabeca não TIVER (FS) yoltada para o socialismo e pra (...) nenhuma necessidade da idéia coletiva.

(71:34:2297)

É interessante notar que o contexto restrito, em sua forma mais usual (só...se), corresponde ao que a Lógica define como condição necessária. Esta correspondência decorre do fato de que ela deriva da seleção de uma das possíveis interpretações das condicionais lingüísticas. Isto confirma a necessidade de fazer preceder o estudo da(s) língua(s) à análise das relações lógicas sob o risco de circularidade (cf. 4.1.1).

As expressões sublinhadas (só, mais, mesmo, pode ser, não basta) restringem o conteúdo da apódoze e, ao mesmo tempo, anunciam que se segue uma condicional. Esta condicional, por sua vez, explicita a circunstância específica na qual se realiza o conteúdo afirmado na apódoze.

Parece natural, portanto, que a oração posposta apresente também uma caráter restritivo ¹⁴.

Fica evidente, a partir da análise, que as marcas contextuais presentes nas prótases pospostas podem ser agrupadas em uma única classe de contextos [+ restrição].

Embora não caiba nos limites deste trabalho propor uma solução definitiva, consideramos haver suficientes indícios para afirmar que este é o traço generalizador.

Nos exemplos vistos até aqui, há sempre um modificador explícito na apódoze precedente. Na verdade isto nem sempre ocorre. Quando os traços que identificam a restrição não estão presentes na apódoze, eles podem ser encontrados no contexto precedente mais distante.

(18)P: Do que o senhor tem mais medo?

R: (...) eu acho que nós temos um pouquinho de medo de tudo, tá entendendo? (...) é claro que você tem medo de, de repente, acontecer alguma coisa(...), se PERDER (FS) um amigo mais chegado, se PERDER (FS) um parente da família. Então o medo existe em todo lugar.

(67:20:1458)

Na maioria das condicionais pospostas, cujas marcas de restrição não vêm explicitadas na apódoze, podemos inserir aí, sem que haja maior alteração semântica, as formas só ou somente, recuperáveis pela entoação.

(19) Eu procuro falar com meu filho pra ele entrar na carreira militar. Porque pelo menos ele entrando (...) ele vai ter os honorários dele, tranquilo. Não é que eu goste. Então... Agora, isso [Só] se ele GOSTAR (FS).

67:30:1479)

Uma das dificuldades na aplicação do critério [+/- restrição] está em que, qualquer que seja sua posição, a protase expressa sempre uma condição específica relacionada à realização do conteúdo da apódoze.

É preciso, portanto, distinguir entre duas formas de especificação:

a) em (SE)PRO + APO (condicional anteposta): o locutor primeiro seleciona, entre vários cenários possíveis, um cenário específico - o que tem sido definido como "quadro" ("frame") ou "fundo" ("ground") - expresso pela protase anteposta e, dentro dele, insere a ação (situação, evento ou ato de fala) -expressa na apódoze posposta:

(20) Se eu não DORMIR (FS) bem (PRO) + eu fico de mau humor (APO).
 (exemplo fabricado)

(21) Se um disco-voador CHEGAR (FS) (PRO) e POUSAR (FS) aqui perto de mim (PRO) + eu admito acreditar em disco-voador.
 (exemplo fabricado)

b) em APO + (SE)PRO (condicional posposta): o locutor afirma primeiro a ação (situação, evento ou ato de fala) - expressa pela apódoze anteposta - para, em seguida, localizar entre várias perspectivas possíveis a perspectiva específica que limita o âmbito dentro do qual se dará a ação focalizada - expressa pela prótase posposta:

(22) Eu fico mesmo de mau humor(APO) + se não DORMIR (FS) bem (PRO).
 (71:29:2276)

(23) Eu só acredito [em disco-voador] (APO)+ se ele CHEGAR (FS) (PRO) e POUSAR (FS) aqui perto de mim (PRO).
 (47:45:2101)

Embora em ambos os casos a prótase condicional expresse uma qualificação ou especificação, apenas quando posposta, a condicional restringe o alcance da apódoze.

Podemos agora voltar à análise quantitativa do efeito destes fatores.

12.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisarmos a correspondência entre as diferentes posições da prótase e as quatro variantes analisadas verificamos que este grupo de fatores é relevante para o emprego de apenas

duas variantes: futuro do subjuntivo (FS) e justaposta (JUST).

12.3.1 Futuro do subjuntivo (FS)

Apresentamos nesta seção os resultados correspondentes ao emprego da variante futuro do subjuntivo (FS).

Seguem-se os resultados estatísticos.

Tabela (23): correlação entre ordem das proposições e o uso do futuro do subjuntivo (FS).

FATORES	APLIC./ TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
prótase posposta	107 / 183	58.5	.62
prótase anteposta	936 / 2351	30.9	.47
ausência de apódoze	101 / 258	39.6	.42

Este grupo de fatores foi o último (entre 7 grupos) selecionados pelo programa VARBRUL.

A tabela acima indica que a seqüência (SE) PRO + APO (prótase anteposta é a mais utilizada (935 ocorrências em 1144 casos de futuro de subjuntivo). No entanto, é no esquema APO + (SE)PRO (prótase posposta) que o futuro do subjuntivo tem maiores chances de ocorrer (.62).

Os números também revelam que o comportamento do fator prótase na ausência da apódoze (.42) é semelhante ao do fator prótase anteposta a apódoze explícita (.47).

Antes de interpretarmos estes resultados, porém, é necessário voltar às funções conteúdos associados às diferentes posições em que ocorrem as prótases condicionais. A partir das definições obtidas, tentaremos explicar a sua correlação com o emprego do subjuntivo.

Assim, a questão - Por que o futuro do subjuntivo (FS) é usado preferentemente na posição posposta?

De fato, a associação entre restritivas e subjuntivo (em oposição à associação entre não-restritivas e indicativo) não é original. Ela tem sido apontada tanto em orações adverbiais - condicionais ou não -, quanto em orações adjetivas.

Em Rivero (1977), por exemplo, analisa-se o emprego do subjuntivo nas orações adjetivas restritivas, associando-o à marca de negação. Segundo esta autora, o subjuntivo seria usado em contextos negativos, porque "não se pode pressupor a existência de um referente e negá-la ao mesmo tempo" (p.55), como no exemplo:

(24a) Nenhum trabalhador que se considere capaz o fará.

(24b) Nenhum trabalhador que se considera capaz o fará.

Vimos, porém, que não apenas a negação, mas ainda outras marcas de condicionalidade precedem condicionais pospostas e, portanto, tendem a ocorrer no subjuntivo ¹⁵.

Nas linhas precedentes vimos como o conteúdo da condicional posposta "restringe" o âmbito das afirmações da apódose e como o caráter contingente da condicional posposta aproxima-a do modo não-assertivo (subjuntivo).

As condicionais pospostas desempenham também uma função pragmática. Na medida em que especificam expressões que traduzem a avaliação do locutor, a posposição funciona como um recurso argumentativo (Ducrot, 1983: 14 e sgs). Esta atitude de adesão (total ou parcial) do locutor ao conteúdo da anteposição veiculada pelas condicionais pospostas (cf. cap. 4) também se

harmoniza com a função pragmática do futuro do subjuntivo (ou seja, a de enunciar a proposição "sem comprometer-se" com o seu conteúdo).

Não cabe aqui analisar exaustivamente todos aspectos semânticos e/ou pragmático-discursivos do uso das condicionais¹⁵. Procuramos assinalar apenas aqueles mais relevantes para a escolha das variantes de tempo-modo e conexão.

Analisaremos a seguir os resultados estatísticos correspondentes ao efeito da variante justaposta (JUST).

12.3.2 Justaposta (JUST)

Segue-se a tabela com os resultados numéricos correspondentes aos dois fatores descritos acima:

Tabela (24): correlação entre ordem das proposições e uso da justaposta (JUST)

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
prótase posposta	0 / 183	0.0	--
demais	647 / 2606	100.0	--

Em 183 casos de posposição registrados não há nenhum que possa ser classificado como de justaposta (JUST).

Portanto, na variante justaposta (JUST), o grupo de fatores ordem das proposições reduz-se a duas categorias:

- a) prótase anteposta à apódoze;
- b) prótase não seguida de apódoze.

Entretanto, ao calcularmos as freqüências de justapostas

(JUST) em correlação aos fatores restantes, verificamos que a diferença entre os índices de prótase anteposta e de ausência de apódose são estatisticamente irrelevantes:

a) prótase anteposta: $573 / 2348 = 24.4\%$;

b) ausência de apódose: $81 / 258 = 30.2\%$.

Estes resultados indicam que os esquemas a) e b) constituem um único fator correlacionado a todas as prótases justapostas - e em posição inicial.

Na verdade, trata-se de uma classe natural: em ambos os casos, as prótases justapostas ocorrem em posição inicial e são emitidas caracteristicamente com entoação ascendente:

a) esquema PRO + APO: prótase ascendente + apódose descendente;

b) esquema PRO + ZERO : prótase ascendente.

Este fator, que passaremos a denominar prótase inicial, opõe-se categoricamente ao fator prótase posposta visto anteriormente e que denominaremos, por oposição, prótase final.

Em síntese, o grupo de fatores ordem das proposições é constituído de dois fatores categóricos e, portanto, não pode ser calculado em termos probabilísticos.

Embora a Teoria da Variação não inclua a análise de fatores categóricos, consideramos relevante analisar o resultado do cálculo das freqüências, uma vez que envolvem aspectos cruciais para a escolha das variantes e da própria natureza da condicional.

Voltando à tabela (24), o primeiro ponto que se pode concluir dos índices numéricos diz respeito ao impasse: - Qual a

ordem "natural", ou não marcada das proposições no interior do período hipotético?

Com efeito, a ausência de posposição em justaposta (JUST), comprovada estatisticamente, constitui um argumento que nos parece definitivo em favor da seqüência PRO + APO.

O primeiro ponto que se pode concluir dos índices numéricos é a resposta ao impasse: - Qual a ordem "natural" ou não-marcada das proposições no interior do período hipotético?

A ausência de posposição em justaposta (JUST), comprovada estatisticamente, constitui um argumento que nos parece definitivo em favor da seqüência PRO + APO.

O segundo ponto decorrente da observação dos resultados não é uma resposta, mas uma indagação: - Se três das quatro variantes podem ocorrer em posição final (i. e., após a apódoze), por que o mesmo não sucede com as justapostas (JUST)? Embora sabendo-se que a ausência do conectivo é um fator de peso na manutenção da ordem icônica, o fato do gerúndio admitir a proposição complica a explanação¹⁷.

A análise de dados em busca da resposta a esta questão levou-nos a sugerir novas perspectivas para a compreensão dos diversos esquemas e, portanto, para a interpretação da correlação entre eles e o uso das variantes.

Passemos a elas.

Foi apontado acima que a entoação ascendente desempenha um papel relevante na conexão entre prótase anteposta e apódoze, anunciando que "mais material será acrescentado" (cf. Ford, 1988:41), no sentido de completar a unidade sintático-semântica PRO + APO.

Se observarmos as demais variantes em posição posposta,

constataremos que, apesar da mudança na ordem alterar algumas características semânticas e pragmático - discursivas (cf. 12.2.2.), a conexão sintático-semântica entre APO e APO é mantida em APO + PRO tanto pelo conectivo se -em (FS) e (PI)-, quanto pelo sufixo flexional - em (FS) e (GER).

Como a prótase justaposta (JUST) não contém nenhum destes recursos - conectivo ou marca flexional - precisa manter a entoação ascendente - e, portanto, a anteposição da condicional, sob risco de perder seu caráter hipotético-condicional. A inversão da ordem - e da entoação - levaria à perda da unidade semântico-pragmática dos membros do período (APO + PRO).

Observe-se que esta característica associa as seqüências condicionais justapostas (JUST) às orações coordenadas ¹⁴.

Além disso, como as prótases iniciais funcionam como tópicos, tendem a ligar-se ao discurso precedente. Conseqüentemente, são mais autônomas em relação à apódose, podendo ocorrer mesmo na sua ausência.

As prótases pospostas, ao contrário, na medida em que especificam um modificador da apódose, passam a subordinar-se (como restritivas) a ela.

(25)(...) Acho que [os pobres e a pequena burguesia] estão vivendo mal, sim.

(26)P: Você acha que é possível acharem uma solução?

R: A solução pro Brasil? Só [é possível] (APO) se MUDAR (FS) tudo aqui (PRO). Só se mudar a estrutura do governo (Pode falar tudo isso, né?) Agora é tempo de abertura, né?), só se mudar a estrutura do governo todo, se o governo realmente se preocupar com as pessoas que precisam da preocupação dele, né?

(71:37:454)

Uma prova desta dependência é o emprego usual dos modificadores negação e somente se como teste para identificação de subordinação entre as duas orações constituintes do período hipotético (cf. Geraldí, 1978).

12.4 CONCLUSÃO

Do que foi visto, podemos concluir que as diferentes sequências constituem duas formas distintas de conexão entre prótase e apódose, associadas respectivamente à presença ou ausência da variante. Assim:

- a) o esquema APO + PRO expressaria a dependência semântico-pragmática da prótase à apódose através da subordinação sintática - o que inibiria a ocorrência da justaposta (JUST);
- b) o esquema PRO + APO expressaria a autonomia semântico-pragmática entre prótase e apódose através da coordenação sintática - o que imporia a ocorrência de justaposta (JUST).

Se esta afirmação for correta, poderemos explicar unificadamente os empregos complementares das variantes futuro do subjuntivo (FS) e justaposta (JUST).

Um mesmo princípio daria conta de ambas as correlações:

- a) POSPOSIÇÃO(subordinação):

subjuntivo / [+conectivo] (FS) e

- b) ANTEPOSIÇÃO(coordenação):

indicativo / [-conectivo] (JUST).

Os grupos de fatores que vimos analisando até aqui (cap. 6 a 12) dizem respeito aos contextos lingüísticos. Veremos, a seguir, como as variantes se correlacionam ao contexto social.

CAPÍTULO 13
A ESCOLARIDADE

13. A ESCOLARIDADE

13.1 DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE GRUPO SOCIAL

A análise dos fatores lingüísticos correlacionados à variação de tempo-modo e conexão (cf. cap. 6-12) deixou patente que o uso das variantes (FS), (PI), (GER) E (JUST) constitui um fenômeno de natureza sintático-semântico-pragmática.

Neste capítulo analisaremos a relação entre o emprego das variantes e a realidade social.

Defendemos anteriormente (cf. cap.2) que as realidades lingüística e social não deveriam ser encaradas como uma mera associação causal entre elementos que tivessem existência autônoma. Afirmávamos que qualquer correlação estatística identificada entre contextos sociais e o emprego das variantes deveria ser interpretada dentro de um referencial teórico mais abrangente, que explicasse conjuntamente as relações sociais e os usos lingüísticos que as refletem.

Por outro lado, como vimos, o debate suscitado pelo desenvolvimento do campo da análise às variantes portadoras de significado apontou a necessidade de reformular os pressupostos da teoria da variação de, modo a dar conta tanto dos aspectos semântico-pragmáticos, quanto dos aspectos sociais envolvidos (cf. Dittmar 1983, Lavandera 1979).

Neste trabalho há dois modos de identificar a intersecção entre o lingüístico e o social:

- a) através dos próprios contextos lingüísticos;
- b) através dos contextos sociais.

13.1.1 Os contextos linguísticos

Vejamos alguns casos em que o aspecto social se reflete de forma mais ou menos explícita nos contextos linguísticos associados às variantes. Seguem os exemplos:

(1) "Favelado" é gente que faz bagunça, quebra tudo (...): Professora SAI (JUST) um minuto, fica batendo um no outro, xingando.

(01:03:20)

(2) Se você tá com um problema que chá vai melhorar você, tudo bem, você toma o chá. Mas você tem que ter um médico acompanhando. Se você FOR (FS) ao médico e ele PASSA (PI) um remédio pra você, você tem que comprar o remédio.

(39:28:1318-20)

(3) Tem um cara que disse (...) que se você não TEM (PI) conhecimento da realidade, você não pode intervir nela (...).

(71:36:2299)

(4) Eu procurei dar a educação melhor a eles (...). Se mais tarde ela ERRAR, eu ficaria tranquilo também. Porque eu sei que não entreguei ela nessa... nessa vida.

(14:63:142)

A seguir descrevemos, de maneira apenas sugestiva, como as relações sociais podem ser expressas através da escolha dos contextos e, consequentemente, das variantes por eles favorecidas:

a) nos contextos experienciados - através das generalizações (princípios gerais, as ditas "verdades eternas", regras de comportamento). Mesmo quando dizem respeito a um único indivíduo, as generalizações remetem a experiências que, em última instância, são convencionalmente instituídas e/ou avaliadas pelo grupo social:

Ex.: "favelado" é gente que faz bagunça (...).

b) nos sujeitos genéricos (= toda e qualquer pessoa) - através do envolvimento não apenas dos interlocutores, mas de todo um grupo de pessoas vistas como compartilhando a mesma experiência da situação:

Ex.: Se você não tem conhecimento da realidade (...).

c) no verbo modalizado da apódeose - através da referência à situação objetiva regulada por leis, princípios reconhecidos socialmente e a partir dos quais a (in)viabilidade da realização do conteúdo da condicional é avaliada:

Ex.: Você não pode intervir nela (= é objetivamente impossível intervir).

d) na contestação - através da integração, no interior do discurso do locutor, de argumentos contrários expressos por um antagonista hipotético. Da mesma forma que o sujeito genérico só pode ser "imaginado" com base na experiência socializada, a estratégia de "imaginar" um antagonista só funciona na medida em que pontos de vista contraditórios (as diferentes "vozes" segundo Bakhtin) têm existência real e compartilhada na sociedade:

Ex.: Eu procuro a educação melhor a eles [logo, ela não deverá errar]. Se mais tarde ela errar (...).

e) na exemplificação - através da referência a situações concretas, reconhecidas consensualmente, portanto, passíveis de figurar como ilustração do ponto de vista que se quer defender:

Ex.: (é gente que faz bagunça. Por exemplo:) Professora sai um minuto, fica batendo um no outro.

Como se pode depreender dos exemplos (1)-(4), o vínculo entre os três aspectos - a expressão lingüística, a prática social e o conhecimento (nela refletido) - é indissolúvel.

Como bem demonstrou Lavandera (1984), a correlação linguagem - sociedade se dá em ambas as direções, e o próprio uso da forma lingüística pode veicular um significado social.

13.1.2 Os contextos sociais

As considerações acima vêm ao encontro das críticas que se tem feito nos últimos anos ao co-variacionismo na sociolinguística. Cobra-se da Teoria da Variação Sociolinguística os fundamentos teóricos da relação entre os "fatores sociais" e as variantes lingüísticas (cf. Robin, 19.. e Pécheux, 19..).

No entanto, ao contrário dos autores acima mencionados, acreditamos que a crítica à forma de interpretação dos resultados não implica a negação do instrumento de pesquisa. A nosso ver, se a Teoria da Variação deu passos importantes no tratamento do uso da língua no contexto social foi justamente por dispor dos métodos objetivos para o tratamento de dados empíricos (cf. Encrevé 1976).

Como veremos adiante, a análise estatística pode revelar-se indispensável não só para testagem das hipóteses, mas, principalmente, para a identificação de correlações não previstas a priori.

Foram analisados os parâmetros tradicionalmente encorporados neste tipo de trabalho (cf. cap. 3): idade, sexo e escolaridade. O único a apresentar resultados positivos foi a escolaridade.

Este resultado não causa nenhuma estranheza. Em um conjunto de estudos sobre o português carioca (cf. Naro et alii, 1986), ficou comprovado no conjunto de uma série de fenômenos que a escolaridade é o fator mais atuante: se um único contexto

social é correlacionado com o uso de uma variante, este é a escolaridade. No caso específico dos fenômenos discursivos, a escolaridade é o único fator a apresentar alguma - discreta - correlação. Por outro lado também se constatou que a interferência da escolaridade varia de caso a caso, conforme se exerce diretamente, por prescrição expressa, ou indiretamente, pela omissão/substituição da forma na prática escolar. (cf. Giselle M. Oliveira, informação pessoal).

Em nosso trabalho a escolaridade revelou-se relevante para duas variantes: o presente do indicativo (PI) e a justaposta (JUST)

13.2 DESCRIÇÃO DO GRUPO DE FATORES

Vimos anteriormente (cf. cap. 3) que os informantes estão distribuídos em quatro níveis de escolaridade: primário (0 a 4 anos de escolaridade), ginásio (5 a 8 anos), colegial (9 a 11 anos) e universitário (12 anos ou mais). Cada um desses níveis é dividido em duas faixas: incompleto e completo. Veremos adiante que esta divisão não é relevante para todos os informantes e que os informantes para quem a escolaridade é relevante estão divididos em apenas dois níveis de escolaridade.

Passemos, portanto, à análise dos resultados quantitativos.

13.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

13.3.1 Presente do indicativo (PI)

Analizando o conjunto da amostra, obtivemos os seguintes resultados (cf. tabela (25)):

Tabela (25): correlação entre escolaridade e uso do presente do indicativo:

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
primário	95 / 558	17.0	.46
ginásio	123 / 559	22.0	.49
colegial	176 / 872	20.2	.48
universitário	218 / 800	27.3	.57

Embora este grupo de fatores tenha sido selecionado pelo programa VARBRUL (5º lugar), pode-se observar uma convergência das taxas em direção ao ponto neutro (.50). Isto aparentemente indicaria que este fator é irrelevante para o uso do presente do indicativo (PI).

No entanto, examinando a freqüência da variante presente do indicativo (PI), para cada indivíduo, pudemos constatar a presença de um grupo de falantes que, ao contrário dos demais, mostrava-se sensível ao fator escolaridade.

Socialmente, estes informante se caracterizam por estarem vinculados a instituições regulares de ensino (estudantes de todos os níveis, professores de cursos regulares - mas não os aposentados ou os de disciplinas informais, como economia doméstica). A estes denominamos informantes institucionalizados.

Analizando separadamente a amostra constituída pelos informantes institucionalizados, obtivemos resultados muito mais interessantes (cf. tabela 26).

Tabela (26): correlação entre escolaridade e uso do presente do indicativo (PI) - institucionalizados.

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ. (%)	PROBAB.
Prim. incompl.	8 / 139	5.8	.26
Prim. compl.	--- / ---	---	---
Gin. incompl.	---	---	---
Gin. compl.	---	---	---
Col. incompl.	46 / 210	21.9	.51
Col. compl.	5 / 28	17.9	.49
Univ. incompl.	123 / 456	27.0	.60
Univ. compl.	48 / 131	36.6	.66

O programa VARBRUL selecionou este grupo de fatores em 3º lugar. Os índices de probabilidade evidenciam que, para estes informantes o emprego do indicativo aumenta proporcionalmente com o aumento dos anos de escolaridade.

Sabe-se que as instituições a que se refere a definição deste sub-grupo de informantes se caracterizam principalmente pela valorização da língua padrão. Isto nos remete imediatamente à hipótese de Bourdieu & Boltansky (1975), isto é, ao conceito de "valor" do informante no "mercado lingüístico".

O mercado lingüístico é um parâmetro definido com base na importância relativa atribuída à língua padrão para a vida socio-econômica do informante. Avalia-se o prestígio de determinadas funções da sociedade com base nas exigências lingüísticas que acarretam, independentemente de outros critérios sociais ou econômicos.

A influência do mercado lingüístico foi proposta por Sankoff & Laberge (1978) visando a superar o "determinismo" socio-lógico subjacente às categorizações usualmente utilizadas nas análises variacionais e, portanto, aproximar-se da dinamicidade das relações sociais. O parâmetro foi testado pela primeira vez

na análise de diversos fenômenos do francês de Québec, a partir do corpus de Sankoff & Laberge. Mais recentemente, seu efeito foi analisado em estudos variacionais no português do Rio de Janeiro (cf. Naro et alii, 1986), tendo-se revelado menos relevante que a escolaridade.

Não discutiremos aqui o alcance do paralelo entre produção simbólica (e, portanto, lingüística) e produção material. Lembramos apenas que há uma rica tradição de aproximação entre as duas áreas, tanto de uma perspectiva lingüística (v.g. o conceito saussureano de "valor"), quanto de uma perspectiva social (v.g. análises das relações entre linguagem, consciência e sociedade, linguagem e trabalho, linguagem e ideologia), cada uma delas filiada a uma concepção filosófico-ideológica particular (cf. Rossi-Landi, 1969; Robin, 1973; Pêcheux, 1988). A proposta de uma "economia de trocas simbólicas" e de um "mercado lingüístico" tem o mérito de dar prosseguimento a esta linha de interpretação mais abrangente. Entretanto, não nos parece que uma visão mercantilista da linguagem possa dar conta do complexo de relações estabelecidas dentro da sociedade e expressas lingüisticamente.

Não nos deteremos aqui nos aspectos filosóficos subjacentes a tal posição - embora consideremos a explicitação dos fundamentos da interpretação um ponto crucial. No entanto, como é evidente, isto conduziria a uma discussão que ultrapassa os objetivos deste trabalho.

O que importa para a nossa explanação é que, ao se atribuir o aumento das taxas de indicativo a um preço do mercado lingüístico, está-se atribuindo a esta forma um valor de troca simbólico (paralelo ao da moeda) no mercado lingüístico

(paralelo ao mercado de bens materiais). O prestígio da forma favoreceria o seu emprego por aqueles que desejam entrar/mantiver-se no mercado.

No entanto, à primeira vista, não há nenhum indício de que a variante presente do indicativo (PI) tenha qualquer "valor" ou prestígio sociolingüístico. Ao contrário, em certos contextos (vg. quero que faca vs. quero que faz), o uso do presente do indicativo (PI) - no lugar do subjuntivo - é expressamente desprestigiado.

Sendo assim, procuramos a explicação para o fato de advogados, professores e estudantes (com nível de formação acima do 1º. grau) empregarem mais o presente do indicativo a partir das próprias formas lingüísticas, de acordo com a hipótese de Lavandera (1984). Para tanto retomamos os contextos lingüísticos pertinentes a esta variante, descritos nos capítulos precedentes:

(...) são as próprias formas que introduzem diferença de significado, e as diferenças de freqüência nos distintos contextos são um resultado epifenomênico do fato de que uma variante informal é mais apropriada para contextos informais do que para contextos formais (pag. 41)

Constatamos que a forma de argumentação que utiliza o presente do indicativo visa a persuadir com base na experiência e na confirmação dos pontos de vista assumidos. No caso da variante presente do indicativo (PI), o argumento faz referência a restrições objetivas, isto é, dependentes de princípios, leis ou regulamentos codificados objetivamente.

Para que esta estratégia seja bem sucedida, no entanto, é necessário que experiências, pontos de vista e convicções

tenham algum tipo de respaldo social. Numa sociedade como a nossa, em que os profundos desníveis socio-econômicos e a distribuição desigual do poder e do saber fazem do acesso à informação e à justiça um privilégio ao alcance de poucos; o conhecimento das regras regidas pelas instituições que as controlam é uma referência de grande peso.

Conseqüentemente, é de se esperar que, enquanto participante do processo de educação formal, o aluno vá adquirindo, juntamente com outros valores, os conhecimentos codificados institucionalmente - já dominados por professores e advogados - e, com eles, a forma de argumentação associada ao presente do indicativo (PI).

13.3.2 Justaposta (JUST)

Na análise quantitativa do uso da justaposta (JUST) com os dados de todos os informantes, não foi selecionado nenhum fator social. Portanto, segundo esta primeira aproximação, a escolaridade seria irrelevante para o emprego de justapostas (JUST), ou seja, presente do indicativo em condicionais não conectivas.

No entanto, ao identificarmos a especificidade dos informantes institucionais que se haviam revelado sensíveis à escolaridade no uso da variante presente do indicativo (PI), levantamos a hipótese de que o mesmo poderia ocorrer com as outras variantes.

Para testá-la analisamos separadamente a sub-amostra composta destes informantes. Obtivemos os seguintes resultados (cf. tabela (27), adiante):

Tabela(27): correlação entre escolaridade e uso de justaposta (JUST) - institucionalizados

FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Prim./gin.	47 / 163	28.8	.60
Col./Univ.	173 / 825	21.0	.40

Este grupo de fatores foi selecionado em 6º lugar pelo programa VARBRUL. Os índices acima apontam uma nítida preferência (.60) pela justaposição entre os estudantes do 1º grau (prim/gin) em contraste com os mais escolarizados (col/univ) (.40).

Procurando comparar os resultados da variante justaposta (JUST) (cf. tabela acima) com os do presente do indicativo (PI), amalgamamos os oito fatores constantes da tabela (26), de modo a obter os resultados correspondentes a apenas dois (cf. tabela 28), a seguir:

Tabela (28): correlação entre escolaridade e uso de presente do indicativo (PI) - institucionalizados:

FATORES	TOTAL/APLIC	FREQ.(%)	PROBAB.
Prim./gin.	8 / 163	4.9	.31
Col./Univ.	222 / 825	26.9	.69

A partir dos resultados acima, ficou estatisticamente comprovada a distribuição complementar entre as variantes presente do indicativo (PI) e justaposta (JUST). Ao mesmo tempo, obtivemos uma evidência independente da pertinência dos grupos de informantes postulados ([+/- institucionalizados]).

A complementariedade entre as variantes conectivas e não conectivas com o verbo no presente do indicativo revelou um aspecto imprevisto: que a interferência da escolaridade no aumento dos usos da variante está relacionada ao emprego do conectivo.

Mas como explicar os resultados da tabela 28?

Os mesmos argumentos arrolados acima, sobre o papel no mercado linguístico, podem ser usados no caso da justaposição, à exceção de que, nas justapostas (JUST), o efeito se daria em sentido inverso. Assim, a justaposta (JUST) seria uma variante de pouco valor na economia de trocas simbólicas e, como tal, seria evitada por aqueles que estão inseridos no mercado.

Se observamos os contextos em que ocorrem as justapostas (JUST) verificamos que, da mesma forma que a variante presente do indicativo (PI), ela ocorre em argumentações fundamentadas na experiência e confirmação dos pontos de vista assumidos. Isto é, em ambos os casos a argumentação se baseia no conhecimento da realidade objetiva.

No entanto, estamos diante de dois modos distintos de argumentar, de acordo com distintas formas de conhecer (experienciar) a realidade:

a) com o presente do indicativo (PI), argumenta-se com base no conhecimento das leis, princípios e regulamentos convencionais institucionalmente (cf. modalidade da apódeose - capítulo 11), referindo-os a agentes específicos (cf. sujeito não-impreciso - capítulo 10). Isto é, o conteúdo veiculado pela proposição é apreendido através de códigos formais objetivos e contextos especificados. O emprego do conectivo, por sua vez, está associado à linguagem "elaborada" (cf. cap. 10),

particularmente à escrita. Esses traços são característicos dos discursos formais através dos quais são transmitidos os conhecimentos acadêmicos;

b) com a justaposta (JUST) argumenta-se com base no conhecimento da realidade imediata (cf. ordem icônica das proposições - capítulo 12), conhecida por todos (cf. exemplificação - capítulo 09), referido-a a "qualquer pessoa" (cf. sujeito genérico - capítulo 10). Trata-se, portanto, da realidade apreendida através da prática social informal e em situações compartilhadas. A ausência do conectivo é característica da modalidade falada, particularmente da linguagem coloquial. Estes traços são atributos dos discursos informais, associados à transmissão de conhecimentos não codificados institucionalmente. As estruturas justapostas, como vimos (cf. cap. 10), costumam ser consideradas, paradoxalmente, sinal de incapacidade de generalização (!) (e consequentemente, de abstração). São associadas à linguagem "primitiva" ou infantil - conceitos empregados com conotação notoriamente negativa.

Qual seria a motivação de tais preconceitos?

Se retomarmos o paralelo de Bourdieu & Boltanski entre produção lingüística e produção econômica, veremos que o "preço" dos bens materiais no mercado é estabelecido, em última instância, pelas classes que detêm o poder. Paralelamente, os chamados "bens simbólicos" são avaliados segundo as ideologias dominantes, reproduzidas no interior das instituições.

Assim, são apontados (cf. Freire: 1987, Nidelcoff: 1980) como valores veiculados pela escola tradicional: a língua escrita padronizada em detrimento das variedades faladas; o ensino livresco em detrimento da experimentação prática; o aprendi-

zado passivo de fórmulas institucionalizadas em detrimento do debate ativo de idéias correntes fora do âmbito oficial ; o trabalho individual em detrimento da cooperação entre os participantes dos grupos.

Comparando-se as características semântico-pragmáticas das variantes aos valores prestigiados (vs. recusados) pela escola, fica evidente que o desprestígio das justapostas (JUST) tem raízes ideológicas. E só a análise dos significados lingüísticos e sociais vinculados às formas variáveis permite identificar os princípios ideológicos subjacentes aos "valores" a elas atribuídos dentro da economia do mercado lingüístico.

Esclarecida a motivação do preconceito, torna-se claro também porque, à medida que aumentam os anos de escolaridade, os falantes institucionalizados diminuem o uso de estratégias argumentativas baseadas nos conhecimentos compartilhados pelo grupo. E porque, sintomaticamente, isto ocorre justamente com aqueles que estão, por assim dizer, "submersos" nos códigos institucionalizados.

13.4 CONCLUSÃO

Se a análise acima for correta, pode-se concluir não apenas que os significados lingüísticos são portadores de significado social, mas, ainda, que os próprios "fatores" sociais, tidos como "externos" à língua, lhe são indissociáveis.

É preciso ressaltar, no entanto, que embora constituindo um lugar "ideal" para a reprodução das fórmulas convencionais, os sistemas escolar e jurídico não são instâncias monolíticas.

A própria existência da variação entre discursos distintos e a sua distribuição por diferentes grupos sociais refletem, dentro das instituições, as contradições encontradas na sociedade. Contradições às quais as instituições não são impermeáveis:

classe social e comunidade semiotica não se confundem (...). Assim classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico [e, portanto, no lingüístico] confrontam índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes (cf. Bakhtin, 1981: 46).

O reflexo da realidade externa no pensamento-linguagem não é mero reflexo passivo, uma reprodução da realidade, mas o resultado de uma relação ativa-passiva, de uma relação de interação entre o homem e a realidade natural e social (Ponzio, 1973 p.234).

Observe-se que, dentro desta perspectiva, a questão sobre se é a instituição que interfere no discurso de seus integrantes ou se são estes que conformam o discurso da instituição revela-se uma falsa questão, uma vez que a relação que se estabelece entre as partes e o todo é dialética.

Acrescente-se, ainda, que o fato de que os falantes não-institucionalizados, mesmo quando tenham passado muitos anos na escola, possam desvincular-se da pressão dos códigos do sistema (como se depreende da irrelevância do fator escolaridade para estes falantes), indica que a imposição do discurso institucional só se exerce na medida em que encontra repercussão na prática social dos sujeitos envolvidos. Como afirma Karl Marx (1972):

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência (p. 04).

C A P I T U L O 1 4
C O N C L U S Ã O

14. CONCLUSÃO

Após a análise dos contextos em que ocorrem as variantes de tempo-modo e conexão, podemos intetizar as conclusões a que chegamos no decorrer da pesquisa.

Apontaremos três aspectos que nos paracem mais significativos em que o estudo que realizamos pode contribuir para o conhecimento dos fatos linguísticos:

a) a definição sistemática das variantes de tempo-modo e conexão.

Confirmado a hipótese central deste trabalho, foi possível definir as variantes ocorrentes no interior da prótase potencial - futuro do subjuntivo (FS), presente do indicativo (PI), gerúndio (GER) e justaposta (JUST), ocorrentes no interior das prótases potenciais - através da identificação dos contextos em que essas formas são regularmente utilizadas.

A partir das correlações estatísticas, pudemos estabelecer também um sistema de oposições não categóricas constituído por relações:

i - paradigmáticas - entre variantes que se alternam nos mesmos contextos e entre contextos que se alternam como fatores (estatisticamente mais ou menos relevantes) correlacionados a determinada variante;

ii- sintagmáticas - entre variantes e contextos discursivos que se correlacionam na seqüência do discurso, através de traços semântica e pragmaticamente (in)compatíveis.

Adiante (cf.14.1) voltaremos a estas questões, definindo cada uma das variantes e, ao mesmo tempo, as relações sistemáticas que se estabelecem entre elas.

b) a superação dialética de oposições determinadas por enfoques teórico-metodológicos unilaterais.

Através das regularidades das correlações entre variantes e contextos, comprovamos que a descrição dos usos variáveis, mesmo aqueles ditos "subjetivos", como os de natureza semântico - pragmática, podem ser submetidos a um tratamento objetivo e sistemático. Mais ainda, a análise dos dados empíricos permitiu explicitar a interação entre os diversos níveis e componentes do sistema lingüístico, entre o sistema e o discurso, entre os usos da língua e a organização da sociedade.

A evidência de intersecção desses aspectos, tidos muitas vezes como autônomos ou mesmo antagônicos, confirma a adequação do quadro teórico proposto! a convergência das perspectivas funcional, variacional e semântico-discursiva com o materialismo dialético, ainda que embrionária, demonstrou ser produtiva. Através dela foi possível superar a mera descrição das formas no contexto e explicar o seu uso enquanto reflexo das relações sociais, atingindo, assim, o nível explanatório. Voltaremos a este ponto em 14.2.

c) a aplicabilidade dos resultados à resolução de problemas práticos as situações de uso concreto da língua.

De pouco valeria basearmos a análise nos produtos lingüísticos (relacionados dialeticamente ao consciênciia e à prática social), se os resultados não pudessem retornar de alguma forma através de conhecimentos objetivos e sistematizados àqueles que o produzem. Assim, os resultados obtidos não contribuem apenas através de novas informações, científicamente comprovadas, sobre a variação lingüística (mais especificamente, sobre o uso variável em português), descrevendo formas

gramaticais e, ao mesmo tempo, seu emprego nas situações concretas de uso. Os resultados obtidos também podem ser relevantes para os que utilizam a língua como meio de comunicação e/ou instrumento de trabalho: estudantes e professores, tradutores e pesquisadores de áreas afins. Explicitaremos alguns aspectos desta questão mais adiante (cf. 14.3)

14.1 O SISTEMA VARIÁVEL DE TEMPO-MODO E CONEXÃO

Ao analisarmos os grupos de fatores (capítulos 6 a 13), verificamos que, ressalvada a perspectiva homogeneizante, muitas das afirmações correntes na literatura sobre o assunto parecem confirmadas pelos resultados da análise empírica. Outras vezes, porém, elas foram cabalmente refutadas. No entanto, além de confirmar ou refutar a pertinência de contextos propostos em trabalhos anteriores, pudemos identificar o envolvimento de novos contextos não associados ao uso das condicionais, ou quando o foram, não referidos à variação de tempo-modo e conexão.

A contribuição central deste trabalho está precisamente na identificação dos contextos relevantes para uma definição mais objetiva e consequente dessas variantes.

No que se segue, retomamos os três pontos acima mencionados, especificando-os a partir dos resultados obtidos. Comecemos pela redefinição das quatro formas alternativas de expressar a condição potencial.

4.1.1 Futuro do subjuntivo

A variante futuro do subjuntivo(FS) é a que mais se destaca do ponto de vista da interferência dos contextos lingüísti-

ticos e sociais.

Tanto quanto as demais, ela é usada como estratégia argumentativa. Caracteriza-se por expressar o não-comprometimento do locutor com o que está sendo dito, o que pode ser comprovado pelos traços que constituem os contextos a ela relacionados.

É natural, portanto, que o uso do futuro do subjuntivo (FS) seja definido negativamente: ele tende a retratar conteúdos não vivenciados pessoalmente pelo locutor: (- experienciados). Os argumentos veiculados por esses fatos baseiam-se, preferencialmente, no ponto de vista antagônico (- confirmação) com o qual, portanto, o locutor não se sente envolvido. A persuasão, em geral, se dá não pela referência a fatos concretos e conhecidos por todos, mas utilizando evidências indiretas (- exemplo), fatos ou considerações não associadas a sujeitos objetivos (- referencial). Paralelamente, a realização dos fatos supostos nas prótases do futuro do subjuntivo (FS) tende a ser vinculada à disposição subjetiva (vontade, deliberação) dos sujeitos da apódose.

Assim, através de uma definição objetiva de futuro do subjuntivo (FS)

(isto é, baseada nos traços semântico-pragmáticos encontrados nos contextos), pudemos determinar o que nas gramáticas é descrito imprecisamente como o modo da "dúvida", da "incerteza", dos fatos "possíveis" ou "hipotéticos".

14.1.2 Presente do indicativo

A variante presente do indicativo (PI) tende a ocorrer em argumentações em que há maior envolvimento do locutor. Geral-

mente as evidências apresentadas são extraídas da sua vivência concreta ([+ experiência]) e constituem uma confirmação direta do ponto de vista defendido por ele ([- contestação]). Characteriza-se por ser preferentemente objetiva, incompatibilizando-se com fatos atribuídos a sujeitos não especificados ([- imprecisos]). A realização dos fatos supostos na prótase de presente do indicativo (PI) é avaliada como dependente de condições objetivas (possibilidades, obrigações e proibições), i. e., decorrentes de regras, leis e princípios codificados socialmente.

Por veicular conteúdos experienciados, específicos, conhecidos e que concordam com o ponto de vista do locutor, o presente do indicativo (PI) se presta à expressão da convicção. Ao que tudo indica, esta parece associada à familiaridade com os códigos metalingüísticos e, em última instância, na natureza das relações sociais estabelecidas no interior das instituições.

Os traços contextuais relacionados ao presente do indicativo (PI) definem claramente o que a gramática denomina o modo do "real", da "certeza", dos fatos "concretos" e "conhecidos". Por extensão, este modo se aplica a conteúdos "quase reais", ou "bem conhecidos", e, portanto, "mais prováveis".

14.1.3 Gerúndio

O gerúndio (GER) é a forma não-marcada usada em argumentos semânticos e pragmaticamente também não marcados.

Isto significa que, enquanto o futuro do subjuntivo (FS) marca o distanciamento do locutor e o presente do indicativo

(PI) e a justaposta (JUST) marcam o seu envolvimento, as protases no gerúndio (GER) caracterizam-se por serem indefinidas quanto a "atitude" do locutor em relação ao conteúdo enunciado.

Assim, os enunciados que apresentam esta variante não se baseiam em fatos compartilhados socialmente ([- exemplo]) ou vivenciado pelo locutor ([- experienciado]). Ao mesmo tempo associam-se fatos referidos a sujeitos não especificados ([+ impreciso]). Quanto à linha de argumentação, as condicionais no gerúndio (GER) retoma indiferentemente quer os pontos de vista do locutor, quer os pontos de vista de um refutador hipotético.

A afirmação da gramática tradicional - de que esta é uma forma alternativa ("reduzida") de valor simplesmente estilístico - parece relacionar-se ao fato de que formas não-marcadas podem, de certa forma substituir suas correspondentes marcadas sem acréscimo (embora haja perdas) de traços significativos.

14.1.4 Justaposta

A inclusão das condicionais justapostas (JUST) no sistema de variantes - ao lado do futuro do subjuntivo (FS), do presente do indicativo (PI) e do gerúndio (GER), constituem, até onde estamos informados, uma contribuição inovadora à análise das condicionais (Obs.: a análise que está sendo desenvolvida atualmente por Paiva(1988) aponta igualmente a presença de justapostas no âmbito da variação de estruturas adverbiais causais).

A variante justaposta (JUST) caracteriza-se por opor-se totalmente a de futuro do subjuntivo (FS), o que é expresso

formalmente pela ausência do conectivo e de marcas modo-temporais.

Tal como a variante presente do indicativo (PI), a justaposta (JUST), é constituída por verbo no presente do indicativo (embora não conectiva), também expressando, portanto, o comprometimento do locutor com o conteúdo da proposição.

Assim, da mesma forma que a variante presente do indicativo (PI), ela participa da argumentação ocorrendo em condicionais que veiculam evidências extraídas da vivência do locutor [+ experienciado], as quais se prestam à sustentação de pontos de vista assumidos como próprios

([- contestação]). A justaposta (JUST) se associa igualmente aos conteúdos "reais", "certos", "concretos" e "conhecidos". Por conseguinte, também se aplicará, por extensão, aos conteúdos "quase certos" e "bem conhecidos", e, portanto, "mais prováveis".

No entanto, esta variante se distingue daquela no presente do indicativo (PI) por alguns aspectos relevantes. Assim, os conteúdos veiculados são extraídos da experiência de todo o grupo e, portanto, podem ser usados como modelo geral explicativo [+ exemplo], válidos para toda e qualquer pessoa (+ genérico), o que confirma sua natureza generalizante.

No sentido de refletir a realidade objetiva, as justapostas (JUST) apresentam sempre, iconicamente, o quadro de referência em que se dão as asserções (isto é, a prótase), em primeiro lugar, precedendo, portanto, as próprias asserções (apódose).

Os significados e funções da justaposta (JUST), acima mencionados, são considerados mais próprios dos discursos informais (associados à língua oral e aos registros ditos "menos

"elaborado"). Estes mesmos aspectos são associados à omissão formal do conectivo.

Uma conclusão importante dos resultados lingüísticos é a compatibilidade entre os parâmetros generalidade e exemplo. Embora seja natural a utilização argumentativa de exemplos genéricos com base na experiência concreta de um grupo de pessoas, a desvalorização dos conhecimentos adquiridos empiricamente tem levado a interpretar as formas concretas, associadas aos enunciados justapostos, a uma incapacidade de abstração. Não se trata, como já se propôs (Lavandera, 1984), de defender a "validade" de um pensamento "concreto". Os resultados desta pesquisa demonstram que o que se tem interpretado como discurso menos elaborado ou ausência de abstração é, na verdade, um modo distinto de apropriar-se da realidade, uma forma específica de conhecimento relacionado à prática social, em que a generalização (e, portanto, a abstração) desempenha um papel primordial.

A diferença na distribuição entre presente do indicativo (PI) - variante conectiva - e justaposta (JUST) - variante sem conectivo - entre grupos ligados ou não a instituições que prestigiam a língua formal, confirma o que dissemos acima. Não importa qual o grau de escolaridade atingido: aqueles que se vêem pressionados socialmente a manterem a formalidade lingüística (e, ao mesmo tempo, as formas mais indiretas de aquisição de conhecimento, como livros, aulas, conferências), abandonaram a estrutura justaposta (JUST) em favor do presente do indicativo (PI).

14.1.5 A escala epistemológica

Mencionamos, anteriormente (cf. cap. 4), a tendência a explicar o uso dos modos verbais referindo-os a uma graduação na atitude cognitiva do locutor em relação ao conteúdo expresso na proposição, ou seja, através das escalas epistemológicas postuladas a partir de critérios lógico-semânticos. Após a definição das variantes, podemos estabelecer o status de cada uma delas em relação a uma escala (não meramente cognitiva), proposta com base no significado e função das formas lingüísticas.

Assim, de acordo com a presença de indicativo ou subjuntivo (variável ou categórico), é possível afirmar a existência de cinco graus de "adesão" do locutor ao conteúdo do enunciado condicional:

1) o presente do indicativo (PI) associado a contextos categóricos caracteriza as condicionais fatuais;

2) o presente do indicativo (em conectivas ou justapostas) preferencial em contextos (variáveis) que admitem também o futuro do subjuntivo caracteriza o que denominamos condicionais potenciais prováveis (isto é, associadas a contextos [+ experienciado], [+ exemplo], [- contestação], [+ genérico]);

3) o futuro do subjuntivo preferencial em contextos variáveis que admitem também o presente do indicativo caracteriza o que denominamos condicionais potenciais possíveis (isto é, associadas a contextos [- experienciado], [- exemplo], [- confirmação], [- genérico]);

4) o imperfeito do subjuntivo em contextos contrafactivos de futuro quase categóricos caracteriza o que denominamos condicionais contrafatuais improváveis;

5) o imperfeito do subjuntivo em contextos contrafactivos de não-futuro quase categóricos caracteriza o que denominamos condicionais contrafatuais impossíveis.

Obs.: neste paradigma, o gerúndio constitui a forma não marcada, isto é, não determinada quanto à probabilidade ou possibilidade, de afirmar a não fatualidade.

14.2 REVISÃO DOS POSTULADOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

No capítulo dois, postulamos a necessidade de um esquema abrangente para a análise do tempo-modo e conexão. Estabelecemos partir dos dados concretos do uso coloquial para chegar a sistematização do fenômeno.

Como instrumento de pesquisa, propusemos a utilização do cálculo das probabilidades de ocorrência das variantes de acordo com contextos lingüísticos e sociais, conforme proposto pela Teoria da Variação.

Ao cabo da análise, podemos afirmar que este enfoque metodológico revelou-se não apenas possível mas necessário para a compreensão dos significados e dos usos das flexões modo-temporais e das estruturas de conexão envolvidas.

A consistência dos resultados acima obtidos foi confirmada tanto pela compatibilidade entre os contextos significativos para cada variante, quanto pela mútua complementariedade entre as variantes (cf. 14.1, acima).

Postulamos, também, uma análise que levasse em consideração nível mais altos do que a frase (ou seja, o discurso) e que desse conta dos aspectos semântico-pragmáticos.

Os contextos identificados como relevantes para a escolha

ferentes níveis de análise: oração, período ou trecho do discurso. Na verdade, como vimos, o próprio gênero da entrevista interfere na produção das formas potenciais. Quanto aos componentes lingüísticos envolvidos, constatamos que todos os contextos lingüísticos, embora apresentem-se sintaticamente relacionados à variante, são definidos por critérios predominantemente semântico-pragmáticos.

Propusemos, ainda, uma análise conjunta dos aspectos sociais e lingüísticos envolvidos.

A perspectiva adotada mostrou-se produtiva também a esse respeito, na medida em que permitiu comprovar, concretamente, que os elementos lingüísticos portadores de significado usados na interação social são indissociáveis das próprias situações sociais em que se inserem. Pudemos confirmá-lo ao constatar que a explicação dos resultados lingüísticos (isto é, os aspectos semânticos e pragmáticos decorrentes dos diferentes modos de realizar a função argumentativa das condicionais) esclarecem e corroboram os resultados correspondentes aos fatores propriamente sociais (o grau de institucionalização e escolaridade dos informantes).

14.3 IMPORTÂNCIA SOCIAL E APLICABILIDADE

Acreditamos que a maior contribuição de uma pesquisa de base empírica como a presente está em aproximar a ciência da realidade concreta. Ao confirmarmos que os produtos lingüísticos analisados estão relacionados a formas de conhecimento e à prática social eliminamos, de certa forma, a barreira entre estas realidades.

Além disso, segundo nos parece, a realização desta pesquisa em si mesma acrescenta valor (pedagógico?) adicional: demonstrar a possibilidade de tratarmos fenômenos semânticos - tidos como subjetivos e particulares - de forma objetiva e sistemática.

Um aspecto decorrente deste fato, e que também nos parece relevante, é a possibilidade de definir a natureza social das interferências lógica ou psicológica e nas implicações no uso das formas lingüísticas. Através das categorias resultantes da análise, atingimos diretamente um ponto central nas discussões etnológicas e pedagógicas cujas premissas nunca é demais se trazermos a discussão: a questão dos chamados "código elaborado" e "código restrito".

Os resultados são claros ao apontar que formas diferentes, usadas em contextos diferentes podem equivaler-se no que respeita a capacidade de usar a língua. Tanto nos limites da escola quanto fora deles, parece-nos de grande alcance a comprovação de que as formas de conhecimento adquiridas através da experiência compartilhada, não são menos abstratas do que as aprendidas formal e indiretamente.

As definições e categorias aqui descritas podem fornecer subsídios não apenas para a análise das condicionais em português e outras línguas (por exemplo, as línguas dos sinais), como o estudo das condicionais potenciais na prática de ensino/aprendizagem do português como primeira e segunda língua.

Afinal, o emprego do futuro do sujuntivo e suas co-variantes é um fenômeno bastante peculiar que tem resistido às diversas tentativas de interpretação.

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

1. AKATSUKA, Noriko. Conditional and the epistemic scale.
Language, s.1., 61(3):635-9, 1985.
2. ALI, Said. Dificuldades de língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1964.
3. -----. Gramática histórica da língua portuguesa. 5 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964a.
4. -----. Gramática secundária da língua portuguesa. São Paulo, Melhoramentos, 1964b.
5. ALMEIDA, João de. Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo. São Paulo, ILHPA - HUCITEC, 1978.
6. AMARAL, Amadeu. O dialeto caipira. São Paulo, Casa Editora O Livro, 1929.
7. ANDRADE, Mário de. Cartas a Manuel Bandeira. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1958.
8. APRESIAN, Iuri D. Ideas y métodos de la lingüística estructural contemporánea. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1985.
9. AUSTIN, J.L. How to do things with words. Cambridge, Harvard University Press, 1962.
10. AZEVEDO, Milton. O subjuntivo em português. Petrópolis, Vozes, 1976.
11. BACH, Emmon & HARRIS, Roberts, ed. Universals in linguistic theory. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
12. BAKHTIN, Mikhail Voloshinov. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na

- ciência da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1979.
13. BALLY, Charles. Traité de stylistique française. 3. ed. Paris, Klincksieck, 1951. V.1.
14. -----. Le langage et la vie. 3. ed. Genve, Broz, 1952.
15. -----. Trois formes caractéristiques d'énonciation:
phrase coordenée, phrase segmentée, phrase liée. In:
---. Linguistique générale et linguistique française.
4. ed. Bern, Édition Francke Berme, 1965.
16. BARBOSA, Jeronymo Soares. As duas línguas ou grammatica philosophica da língua portugueza comparada com a latina. Coimbra, Real Impressão da Universidade, 1804.
17. -----. Grammatica philosophica da língua portugueza. 5. ed. Lisboa, Academia Real da Ciências, 1971.
18. BAUCHE, Henri. Le langage populaire. Paris, Payot, 1928.
19. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa 13. ed.
São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
20. -----. Licões de português pela análise sintática. 13.
ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1985.
21. BELL, Roger T. Sociolinguistics - goals, approaches and problems. London, B.T. Badsford, 1976.
22. BELLO, Andrés & CUERVO, Rufino. Gramática de la lengua castellana. Comentários de Niceto Alcalá - Zamora y Torres. 5. ed. Argentina, Sopena, 1958.
23. BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
24. BERNSTEIN, Basil. Estrutura social, linguagem e aprendizagem. In: PATTO, Maria Helena Souza, org. Introdução à psicologia escolar. São Paulo, Queiroz, 1982.
25. BOLEO, M. Paiva. Tempos e modos em português. Boletim de

- Filologia, Lisboa, 3, 1934-5.
26. -----. Introdução ao estudo da filologia portuguesa. Suplemento da Revista de Portugal, s.1., 1946. v. 7-8.
27. BOLINGER, Dwight. Meaning and form. London, Longman, 1978.
28. BORBA, Francisco da Silva. Introdução aos estudos lingüísticos. São Paulo, Nacional, 1967.
29. BOURCIEZ, Edouard. Eléments de linguistique romaine. 4. ed. Paris, Hachette, 1946.
30. BOURDIEU, Pierre & BOLTANSKI, Luc. Le fétichisme de la langue. Actes de la recherche en sciences sociales, s.1., 4:2-32, 1975.
31. BRAGA, Maria Luiza. A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro. Rio de Janeiro, PUC, 1977. Dissertação de Mestrado.
32. -----. Construção de tópico e coesão. In: Estudos Lingüísticos. XIII Anais de Seminários de GEL. Araraquara, UNESP - ILCSE, 1986.
33. ----- & OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline. Novas considerações a respeito de um velho tópico: a taxonomia novo/velho. Lingüística: questões e controvérsias, Uberaba, 10:24-40, 1984.
34. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, org. Pesquisa participante. 2. ed. São Paulo, Braziliense, 1982.
35. BRANDÃO, Claudio. Sintaxe clássica portuguesa. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
36. BRIGHT, William. Introduction: the dimension of sociolinguistics. In: FONSECA, Maria Stella & NEVES,

- Moema F., orgs. Sociolíngüística, Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1974.
37. ----- & RAMANUJAN, A.K. Sociolinguistic variation and language change. In: PRIDE, J.B. & HOLMES, J. Sociolinguistics. London, Penguin Books, 1972.
38. BRITO, Paulo Henriques. Conjunção e disjunção lingüística no português. Linguagens - Lingüística/Estudos, Rio de Janeiro, 1(1):59-76 s.d.
39. BRÜNOT, Ferdinand & BRUNEAU, Charles. Précis de grammaire historique de la langue française. Paris, Masson et Cie. Éditeurs, 1949.
40. BUENO, Francisco da Silveira. A formação histórica da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.
41. -----. Gramática normativa da língua portuguesa. 7. ed. São Paulo, Saraiva, 1968.
42. BURTON - ROBERTS, Noel. The generic indefinite article. Language, Baltimore, 52(2):427-48, s.d.
43. CÂMARA, Jr., Joaquim Mattoso. Dicionário de filologia e gramática. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Ozon, 1964.
44. -----. A forma verbal portuguesa em -ria. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1967.
45. -----. Estrutura da língua portuguesa. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1970.
46. -----. Princípios de lingüística geral. 2. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1974.
47. -----. Contribuição à estilística portuguesa. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1977.
48. -----. História e estrutura da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1979.

49. CARRETER, Fernando Lázaro. Diccionário de términos filológicos. 3. ed. rev. Madrid, Gredos, 1968.
50. CEDERGREN, Henrietta. The interplay of social and linguistic factors in Panama. s.l., Cornell University, 1973. PhD Thesis.
51. -----. On the nature of variable constraints. In: BAILEY, Charles-James N. & SHUY, Rogers. W, eds. New ways of analyzing variation in English. Washington D.C., Georgetown University Press, 1974.
52. ----- & SANKOFF, David. Variable rules: performance as a statistical reflection of competence. Language, Baltimore, 50(2):333-55, 1974.
53. CHOMSKY, Noam. Syntactic structures. The Hague, Mouton, 1957.
54. -----. Aspects of the theory of syntax. Cambridge, Mass. MIT Press, 1965.
55. CHUNG, Sandra & TIMBERLAKE, Alan. Tense, aspect and mood. In: SHOPEN, Thimothy, ed. Language typology and syntactic description: grammatical categories and the lexicon. Cambridge, Gr. Brit: the University Press, 1985. V. 3.
56. CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo, Ática, 1985.
57. COELHO, Adolpho. A língua portuguesa. Porto, Universal Magalhães & Muniz, 1881.
58. COHEN, Marcel. Le subjonctif en français contemporain. 2. ed. Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1965.
59. COMRIE, Bernard and HOLMBACK, Heather. The future

- subjunctive in Semantic Theory. s.l., MAX-PLANCK / Institut für Psycholinguistik, 1984.
60. CONNORS, Kathleen. The meaning of the French subjunctive. Linguistics, Haia, 211:45-56, 1978.
61. COSERIU, Eugenio. Logicismo e antilogicismo em gramática. Revista Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1956. V. 2, T.2.
62. -----. Sobre el futuro romance. Revista Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957. V.3, T.1.
63. -----. Teoria del lenguaje y lingüística general. Madrid, Gredos, 1962.
64. -----. Estudios de lingüística românica. Madrid, Gredos, 1977.
65. COSTA, Janet Steinberg. Subjunctive and indicative in Brazilian Portuguese. s.l., Cornell University, 1980.
66. COUTINHO, Ismael de Lima. Pontos de gramática histórica. 7. ed. rev. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1979.
67. CUNHA, Celso. Gramática da língua portuguesa. 7. ed. Brasília, FENAME, 1980.
68. DASCAL, Marcelo, org. Fundamentos metodológicos da linguística. São Paulo, Global, 1978. V. 1.
69. -----, org. Fundamentos metodológicos da linguística. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, 1982. V. 4.
70. DIAS, Epiphanio. Sintaxe histórica portuguêsa. 3. ed. Lisboa, Livraria Clássica, 1954.
71. DINES, Elizabeth. Variation in discourse - "and stuff like that". Language in society, s.l., 9:13-31, 1980.
72. -----. Variational analyses of a discourse pattern: and

stuff like that. s.n.t. mimeo

73. DITTMAR, Norbert. Sociolinguistics: a critical survey of theory and application. London, Edward Arnold, 1976.
74. -----. Descriptive and explanatory power of rules in sociolinguistics. In: Sociogenesis of language and human conduct. s.l., Plenum Publishing Corporation, 1983. mimeo
75. DOSTIE, Gaétane & LÉARD, Marcel. Particularités sémantiques et syntaxiques des "conditionnelles" en québécois. Revue québécoise de linguistique, Montréal, 15(1): 119-52, s.d.
76. DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, John. Iconicity in syntax. Amsterdam, John Benjamins, 1984.
77. DUCROT, OSVALD . Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer. São Paulo, Cultrix, 1977.
78. -----. Provar e dizer: linguagem e lógica. São Paulo, Global, 1981.
79. -----. Opérateurs argumentatifs et usée argumentative. Paris, Unité Linguistique Français, 1983. mimeo.
80. -----. Connecteurs pragmatiques et structure du discours. Cahiers de Linguistique Française - 5. Genève, Université de Genve, 1983a.
81. -----. O Dizer e o dito. São Paulo, Pontes, 1987.
82. ----- & TODOROV, Tzvetan. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. 2. ed. Lisboa, Dom Quixote, 1977.
83. EMMERICH, Charlotte. Um traço propulsor numa língua de contato. In: Encontro Nacional de Línguística, 2. Anais... Rio de Janeiro, PUC, 1977.

84. ----- . Contato lingüístico e variação. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 53/54, 1978.
85. ----- . A língua de contato no Alto Xingu - origem, forma e função. Rio de Janeiro, UFRJ, 1984. Tese de Doutorado.
86. ENCREVÉ, Pierre. Présentation. In: LABOV, William. Sociolinguistique. Paris, Les Éditions de Minuit, 1976.
87. ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. Sintaxe latine. 2. ed. Paris, Livr. Klinck, 1953.
88. ESTEVA, Max Figueroa. La dimensión lingüística del hombre. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1983. .
89. FARIA, Ernesto de. Gramática superior da língua latina. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.
90. FERREIRA-BRITO, Lucinda. Epistemic, alethic and deontic modalities in a Brazilian sign language. Rio de Janeiro, UFRJ, 1986. mimeo
91. FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo, Contexto, 1989. Coleção Repensando a Língua Portuguesa.
92. FORD, Cecilia E. Grammar in ordinary interaction: the pragmatics of adverbial clauses in Conversational English. Los Angeles, University of Califórnia, 1988. Dissertation for the degree Doctor of Philosophy in Applied Linguistics.
93. ----- & THOMPSON, Sandra. Conditionals in discourse: a text-based study from english. In: TRAUGOTT, E. et alii. On conditionals. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

94. FOX, Anthony. Subordinating and coordinating intonation structures in the articulation of discourse. In: GIBBON, Daffy & RICHTER, Helmut, eds. Intonation, accent and rhythm studies in phonology. Berlim, Walter de Gruyter, 1984.
95. FRANCHETTO, Bruna. Recenti teorie linguistiche sulle presupposizioni. Roma, Università deglè studi de Roma, 1973-4. These de Doutorado.
96. FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um que-fazer neutro? Revista Educação e Sociedade, s.1., 1, 1987
97. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo, Cortez, 1983.
98. GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 13. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986.
99. GERALDI, João Wanderley. Se a semântica fosse também pragmática... ou para uma análise semântica dos enunciados condicionais. Campinas, UNICAMP, 1978. Dissertação de Mestrado.
100. -----. Tópico, comentário e orientação argumentativa. In: ORLANDI, Eni P. et alii. Sobre a estruturação do discurso. Campinas, UNICAMP, 1981.
101. -----. Notas para uma tipologia lingüística dos períodos hipotéticos. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, 2: 72-85, 1980.
102. GILY GAYA, Samuel. Curso superior de sintaxis española. 7. ed. Barcelona, Spes, 1960.
103. GIVON, Talmy. On understanding grammar. New York, Academic Press, 1979.

104. -----. Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies. Amsterdam, John Benjamins, 1983.
105. GRANDGENT, C. H. Introducción al latin vulgar. 3.ed. Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1963.
106. GRYNER, Helena. A variação da concordância com verbos im-pessoais na cidade de Petrópolis. Rio de Janeiro, UFRJ, 1977. Dissertação de Mestrado.
107. -----. Influências sociais sobre a variação na linguagem: a variação lingüística como práxis social e como reflexo da realidade. In: Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ, Anais ... Rio de Janeiro, 1987.
108. ----- & MONSERRAT, Ruth. Reformulação de currículos: alfabetização. Rio de Janeiro, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
109. ----- & MACEDO, Alzira V. T. A pronúncia do "S" pós-vocalico: dois processos de mudança lingüística. Rio de Janeiro, PUC, 1979. Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Lingüística.
110. GUIMARÃES, Eduardo. Texto e argumentação: um estudo de conjuncões do português. Campinas, Pontes, 1987.
111. GUMPERZ, John Joseph. Language in social groups. Stanford, Stanford University, 1971.
112. GUY, Gregory R. Language and social classe. In: Newmeyer, F., ed. Linguistics. s.l., The Cambridge Survey, Cornell University, 1986.
113. HAIMAN, John. Conditional are topics. In: Language,

- Baltimore, 54(3): 564-89, 1979.
114. -----. Natural syntax: iconicity and erosion.
Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
115. HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e funções da linguagem. In:
LYONS, John, org. Novos horizontes em lingüística. São
Paulo, Cultrix, 1976.
116. -----. Explorations in the functions of language.
London, Edward Arnold, 1973.
117. ----- & HASAN, R. Cohesion in English. London, Longman,
1976.
118. HYMES, Dell. Foundations in sociolinguistics: an
ethnographic approach. Philadelphia, University of
Pennsylvania Press, 1974.
119. -----. The ethnography of speaking. In: GLADWIN, T. &
STURTEVANT, W., eds. Anthropology society of
Washington. s.n.t. 1962.
120. -----, ed. Language in culture and society: a reader in
linguistics and anthropology. New York, Harper & Row,
1964.
121. IKEDA, Sumiko Nishitani. A função do SE. Lingüística/Ca-
dernos PUC, São Paulo, 5:111-47, 1980.
122. ILARI, Rodolfo & GERALDI João Wanderley. Semântica. São
Paulo, Ática, 1985.
123. IMBS, Paul. L'emploi des temps en français. La classe de
français, Paris, s.n., 1956-9.
124. KIPARSKY, Paul. Linguistic universals and linguistic chan-
ge. In: BACH, Emmon & HARMS, Roberts, eds. Universals
in linguistic theory. New York, Holt, Rinehart and
Winston, Inc, 1968.

125. -----. Tense and mood in Indo-european syntax.
Foundation of language, Dordrecht, 4: 30-57, 1968a.
126. ----- & KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG & JACOBOVITS,
eds. Semantics. London, Cambridge University Press,
1971.
127. KLEIMAN, Angela Bustos. A syntactic correlate of semantic
and pragmatic relations: the subjunctive mood in
Spanish. Urbana Illinois, 1969. mimeo.
128. KLOEPFER, Rolk. Poética e lingüística. Coimbra, Almedina,
1984.
129. KOCH, Ingéodore G.V. A coesão textual. São Paulo, Contex-
to, 1989. Coleção Repensando a Língua Portuguesa.
130. -----. Ingéodore G.V. Argumentação e linguagem. São Pau-
lo, Cortez, 1987.
131. KUNO, Susumu & KABURAKI, Etzuko. Empathy and syntax.
Philadelphia, University of Pennsylvania, 1975.
132. LABERGE, Suzanne. Étude de la variation des pronoms su-
jets définis et indéfinis dans le français parlé à
Montréal. Université de Montreal, 1977. Thse de Doc-
torat.
133. -----. The changing distribution of indeterminated
pronouns in discourse. In: SHUY, R. W. & SCHNUKAL,
eds. Language use and the uses of language. Washington,
D. C., Georgetown University Press, 1978.
134. LABOV, William. The Social stratification of English in
New York City. Washington D.C., Center for Applied
Linguistics, 1966.
135. -----. Contraction, deletion and inherent variability
of the English copula. Language, Baltimore, 45(4):

715-62, 1969.

136. -----. The study of language in its social context.
Studium General, s.1., 23(1): 30-87, 1970.
137. -----. The logic of Non-Standard English. In: ---.
Language in the Inner City: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
138. -----. Language in the Inner City: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972a.
139. -----. Sociolinguistic patterns. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972b.
140. -----. The transformation of experience in narrative syntax. In: ---. Language in the Inner City: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972c.
141. -----. The quantitative study of linguistic structure.
Pennsylvania Working Papers on Linguistics Change and Variation, Philadelphia, 1:3, 1975.
142. -----. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1977.
143. -----. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, René & FRIED, Vilém, eds. Functionalism in linguistics. Amsterdam, John Benjamins, 1987.
144. ----- & WALETZKY, Joshua. Narrative analyses: oral versions of personal experiences. In: HELM, June, ed. Essays on the verbal and visual arts. Seattle, University of Washington Press, 1967.

145. LAKOFF, Robin T. Abstract syntax and latin complementation. Massachusetts, Cambridge, 1968.
146. -----. If's, and's, and but's about conjunction. s.n.t.
mimeo.
147. LALANDE, André. Vocabulaire technique et critique de la philosophie. Paris, Presses Universitaires de France, 1956.
148. LAPA, M. Rodrigues. Estilística da língua portuguêsa. 3. ed. Rio, Acadêmica, 1959.
149. LAUSBERG, Heinrich. Lingüística românica. 2. ed. rev. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1974.
150. LAVANDERA, Beatriz R. Buenos Aires Spanish: tense variation in si-clauses. Pennsylvania Working Papers on Linguistic Change and Variation, Philadelphia, 1: 7-81, 1974.
151. -----. Linguistic structure and sociolinguistic conditioning in the use of verbal endings in si-clauses. (Buenos Aires Spanish). Philadelphia, University of Pennsylvania, 1975. PhD dissertation.
152. -----. Linguistic structure in sociolinguistic analyses. Working Papers in Sociolinguistics, s.1., 31, 1976.
153. -----. Where does the sociolinguistic variable stop? Language in Society, London, 7: 171-82, 1978.
154. -----. Methodology for analyses of semantic variation: the Spanish moods. Presented at NWAVE VII. s.1. Georgetown University. November, 1978.
155. -----. Le principe de réinterprétation dans la théorie de la variation. Stanford, USA, 1979. mimeo.
156. -----. Análisis lingüístico del discurso. Buenos Aires,

- s.e., 1983. mimeo.
157. -----. Shifting moods in Spanish discourse. In: Discourse perspectives on syntax. s.l., Academic Press Inc., 1983a. mimeo.
158. -----. Variación y significado. 1. ed. Buenos Aires, Hachette, 1984.
159. -----. Creative variation, shifting between personal and impersonal in Spanish discourse. s.l., s.e., 1982a. mimeo
160. -----. Curso de lingüística para el análisis del discurso. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985.
161. LEÃO, Angela Vaz. O período hipotético iniciado por Se. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1961.
162. LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 53/54: 60-94, 1978.
163. ----- & NARO, Anthony Julius. Competências básicas do português. Rio de Janeiro, MOBRAL, SETEP/SEDOC, 1978a.
164. LENIN, V. I. Estatística y sociología. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978.
165. LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra A. The gulf between spoken and written language: a case study on Chinese. In: TANNEN, Deborah, ed. Spoken and written language: exploring orality and literality. New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1982. V. 9.
166. LIBERATO, Yara Goulart e PERINI, Mário A., orgs. Ensaios de lingüística. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da

- Universidade Federal de Minas Gerais, 1978.
167. LIMA, Carlos Henrique da Rocha.. Gramática normativa da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1958.
168. LIRA, Solange Azambuja. O sujeito pronominal no português falado e escrito. Rio de Janeiro, PUC, 1984. Comunicação apresentada no IX Encontro Nacional de Lingüística.
169. -----. Subject postposition in Portuguese. DELTA, São Paulo, 2(1):17-36, 1986.
170. LLORACH, Emilio Alarcos. Fonología española. Madrid, Gredos, 1976. mimeo.
171. LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira. 6. ed. Porto Alegre, Globo, 1985.
172. -----. Estudios de gramática funcional del español. 2. ed. Madrid, Gredos, 1978.
173. LYONS, John. Structural semantics. Oxford, Blackwel, 1963.
174. -----. Introduction to theoretical linguistics. London, Cambridge University Press, 1968.
175. -----. Semântica estrutural. Portugal, Editorial Presença/ Brasil, Martins Fontes, 1974.
176. -----, org. Novos horizontes em lingüística. São Paulo, Cultrix, 1976.
177. -----. Semantics II. London, Cambridge University Press, 1977.
178. -----. Semântica I. Porto, Editorial, Presença/Martins Fontes, 1980.
179. -----. Language, meaning and context. London, Fontana

- Paperbacks, 1981.
180. MACEDO, Alzira V. Tavares de. O uso do futuro do subjuntivo em português: regularização de uma forma verbal. Rio de Janeiro, UFRJ, 1981. Tese de doutorado.
181. MAGNE, Augusto. A demanda do Santo Graal. Ed. crítica. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. V. 1.
182. MARCELLESI, J. B. & GARVIN, O. Introduction à la socio-linguistique. Paris, Larousse, 1974.
183. MARROQUIM, Mário. A língua do Nordeste. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945.
184. MARTIN, John. Tense, mood and the inflected infinitive in Portuguese. In: SCHMIDT, J. & RADEFELDT, eds. Readings in Portuguese linguistics. Amsterdam, North Holland Publishing Company, 1976.
185. MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa, Estampa, 1977.
186. -----. O questionário de 1880. In: THIOLLENT, Michel, org. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Pólis, 1980.
187. ----- & ENGELS, Friedrich. La ideología alemana: crítica de la novísima filosofía alemana en las personas de sus representantes Fuerbach, B. Bauer e Stirner y del socialismo alemán en las de sus diferentes profetas. 4. ed. Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1972.
188. MATEUS, Maria Helena Mira et alii. Gramática da língua portuguesa. Coimbra, Almedina, 1983.
189. MILROY, Lesley. Language and social networks. Oxford, Basil Blackwell, 1980.
190. MOLLICA, Maria Cecília. Estudo da cópia nas construções

- relativas em português. Rio de Janeiro, PUC, 1977.
Dissertação de Mestrado.
191. -----. Queísmo e dequeísmo no português do Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989. Tese de Doutorado.
192. -----. Os supra-segmentos na fronteira SN1/SV: principais causas e funções. In: NARO, Anthony. Relatório final do projeto Subsídios Sociolingüísticos à Educação, Rio de Janeiro, UFRJ/FINEP, 1986.
193. -----. Influências de fatores de processamento na variação em português. In: TARALLO, Fernando, org. Fotografias sociolingüísticas. São Paulo, Pontes, 1989.
194. MONSERRAT, Ruth & GRYNER, Helena. Língua, cultura e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Braulio, 1974.
195. NARO, Anthony Julius. A mudança sintática como fenômeno superficial. Littera, s.l., 16: 125-31, 1966.
196. -----. The SWAMINC 4 Program. Rio de Janeiro, Departamento de Letras/PUC, 1978. mimeo.
197. -----. Review of D. Sankoff, ed. Linguistic variation: models and methods. New York, Academic Press, 1980.
198. -----. The social and structural dimensions of syntactic change. Language, Baltimore, 57(1): 62-99, 1981.
199. ----- et alii. Relatório final do projeto Subsídios Sociolingüísticos à Educação. Rio de Janeiro, UFRJ/FINEP, 1986. V.2.
200. ----- & LEMLE, Miriam. Syntactic diffusion. Ciência e Cultura, São Paulo, 29(3):259-68, 1977.
201. ----- & VOTRE, Sebastião. SWAVA: Sistema SWAMINC/VARBRUL. Manual do usuário. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980. mimeo.

202. ----- & VOTRE, J. Sebastião. Discurso e ordem vocabular. s.l. 1986. mimeo.
203. NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. 2. ed. Rio de Janeiro, Simões, 1953.
204. -----. O idioma nacional. 3. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960.
205. NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. Annual Revue of Anthropology, s.l., 13:97-117, 1984.
206. NIDELCOFF, Maria Tereza. A escola e a compreensão da realidade. São Paulo, Brasiliense, 1980.
207. NOVELLA, Paolo. Grupamento operário: do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento étnico - político num estudo sobre cinco metalúrgicos de São Paulo. São Paulo, PUC, 1981. Tese de Doutorado.
208. NUNES, José Joaquim. Compendio de grammatica histórica portugueza. 2. ed. Coimbra, Clássica, 1930.
209. OCAMPO, Francisco. Condicionales con Si y construcciones alternativas en español. California, University of Southern California, s.d. mimeo.
210. OITICCICA, José. Teoria da correlação. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952.
211. -----. Manual de análise: léxica e sintática. 11 ed. ref. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1955.
212. OLIVEIRA, Bento José de. Nova gramática portugueza. 7. ed. Coimbra, A. Orcell, 1872.
213. OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline. Estudo da regularidade na variação do possessivo no português do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 1982. Tese de Doutorado.

214. OMENA, Nelize Pires de. Pronome pessoal da terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa. Rio de Janeiro, PUC, 1978. Dissertação de Mestrado.
215. -----. A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: NARO, Anthony J. et alii. Relatório final do projeto Subsídios do Projeto Censo à Educação. Rio de Janeiro, UFRJ/FINEP, 1986. V. 2.
216. ORLANDI, Eni Pulcinelli et alii. Sobre a estruturação do discurso. Campinas, UNICAMP, 1981.
217. PAIVA, M. Conceição Auxiliadora. Codificação da relação causa-conseqüênciaca. Texto submetido à Banca Examinadora para efeito de Exame de Qualificação em Doutorado em Lingüística. UFRJ, Faculdade de Letras, mimeo, 1989.
218. PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988. Tese de Doutorado.
219. PARRET, Herman. Enunciação e pragmática. Campinas, UNICAMP, 1988.
220. PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, UNICAMP, 1988.
221. PEREIRA, Eduardo Carlos. Gramática expositiva: curso eletrônico. 172. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
222. PEREIRA, M. A. Botelho. Aspectos da oposição modal indicativo - subjuntivo em português contemporâneo. Rio de Janeiro, UFRJ, 1974. Dissertação de mestrado.
223. PEREIRA, M. das Graças Dias. Interferência da enunciação em orações adverbiais: estudo de um caso - as condições.

- cionais. Rio de Janeiro, PUC, 1986. Tese de Doutorado.
224. PERINI, Mário Alberto. Gramática do infinitivo português.
Petrópolis, Vozes, 1977.
225. -----. Sintaxe e semântica do futuro do subjuntivo. In:
saios de Lingüística, Belo Horizonte, 1:20-43, 1978.
226. PINHEIRO, Maria Elizabeth de Sá Cunha. Os períodos hipo-
téticos: uma análise pressuposicional. Rio de Janeiro,
PUC, 1980. Tese de Doutorado.
227. PIQUETTE, E. Variation in tense agreement in si-clauses.
s.n.t. mimeo.
228. PONTES, Eunice. O conceito de sujeito entre os falantes.
Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura, Belo
Horizonte, 6(11): 48-81, 1984.
229. PONZIO, Augusto. Producción lingüística e ideología so-
cial. Madrid, Corazón, 1974.
230. PRIDE, J. B. & HOLMES, Janet, eds. Sociolinguistics:
selected readings. Harmondsworth, Gt Brit., Penguin
Books, 1972.
231. PRINCE, Ellen F. On the given / new distinction. To
appear in Chicago Linguistic Society, 15, 1979. mimeo
232. RIBEIRO, João. História do Brasil. Rio de Janeiro, Li-
vraria São José, 1957.
233. RIVERO, María Luisa. Estudios de gramática generativa del
español. Madrid, Ediciones Cátedra, 1977.
234. -----. Mood and presupposition in Spanish. In:
Foundations of Language, Dordrecht, Z: 305-66, 1970
235. ROBIN, Régine. História e lingüística. São Paulo, Cul-
trix, 1977.
236. RODRIGUES, José Maria. O imperfeito do conjuntivo e o in-

- finitivo pessoal no português. Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 8: 72-93, 1913.
237. ROHRER, Christian. Lingüística funcional y gramática transformativa. Madrid, Gredos, 1978.
238. ROMAINE, Suzanne. Socio-historical linguistics - status and methodology. Cambridge, University Press, 1982.
239. ROSSI-LANDI, Ferrucio. El lenguaje como trabajo y como mercado. Caracas, Monte Ávila, 1970.
240. SALOMÃO, Margarida. A expressão de implicação material em português: sobre o lugar da pragmática na teoria lingüística. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 1976. Dissertação de Mestrado.
241. -----. Implicação lógica e condicional lingüístico: um estudo semântico. Revista Brasileira de Lingüística, s.n.t., 1978.
242. SANKOFF, David. VARBRUL 2. University de Montreal, Institut de Recherches Mathématiques, 1975.
243. -----, ed. Linguistic variation: models and methods. New York, Academic Press, 1978.
244. ----- & THIBAULT, Pierrette. Weak complementarity: tense and aspect in Montreal French. Montréal, University de Montréal, 1978.
245. ----- & LABERGE, Suzanne. Statistical dependence among successive occurrences of a variable in discourse. In: SANKOFF, David, ed. Linguistic variation: models and methods. New York, Academic Press, 1978.
246. SANKOFF, Gillian. Above and beyond phonology in variable rules. In: BAILEY, Charles-James & SHUY, Roger, eds.

- New ways of analysing variation in English.
Washington, D. C., Georgetown University Press, 1974.
247. ----- & THIBAULT, Pierrette. The alternative between the auxiliaries "avoir" and "être" in Montreal French. In: ---, org. The social life of language. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1980.
248. SANTOS, Emmanoel M. T. Mobilidade social e atitudes lingüísticas. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, Tese de Doutorado, 1976.
249. SCHAFF, Adam. Introdução à semântica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
250. ----- El marxismo y la problemática de la sociología del conocimiento y del análisis del lenguaje. s.n.t. mimeo.
251. SCHERRE, Maria Marta Pereira. Reanálise da concordância nominal em português. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 1988. 2 V. Tese de Doutorado.
252. SCHIFFRIN, Deborah. Tense variation in narrative. Language, Baltimore, 54(1):45-61, 1981.
253. ----- An empirical basis for discourse pragmatics. s.l., Stanford University, 1985. mimeo.
254. SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. Iniciación a la sociolingüística. Madrid, Gredos, 1977.
255. ----- Pragmática lingüística. Madrid, Gredos, 1987.
256. SCHMIDT, Siegfried J. Teoría del texto. Madrid, Cátedra, 1977.
257. SEARLE, John R. Speech acts: an essay in the philosophy of language. London, Cambridge University Press, 1969.
258. SÉCHEHAYE, Albert. Essai sur la structure logique de la

- phrase. Paris, Edouard Champion, 1950.
259. SILVA-CORVALÁN, Carmem. On the problem of meaning in sociolinguistic studies of syntactic variation. s.n.t. mimeo.
260. -----. Tense and aspect in Oral Spanish Narrative: context and meaning. Language, Baltimore 54(4):760-79, 1983.
261. SILVA NETO, Serafim da. História da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1970.
262. TANNEN, Deborah. Repetition in conversation as spontaneous formulaicity. Text, Amsterdam, 7(3):215-43, 1987.
263. TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolíngüística. São Paulo, Ática, 1985.
264. THAO, Trân Duc. Estudos sobre a origem da consciência e da linguagem. Lisboa, Estampa, 1974.
265. THIBAULT, Pierrette. Style, sens, function. In: [DITTMAR, Norbert & SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte, eds.]. Die Soziolinguistik in romanischsprachigen/, [], Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1982.
266. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1986.
267. THOMPSON, Sandra A. & MATTHIESSEN, Christian. The structure of discourse and "subordination". In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra A. Clause combining in discourse and grammar. s.n.t. mimeo.
268. TRUBETZKOY, N.S. Principes de phonologie. Paris, C. Klincksieck, 1970.
269. TRUDGILL, Peter. Introduction: sociolinguistics and

- sociolinguistics. In: ---, ed. Sociolinguistic patterns in British English. London, Edward Arnold, 1978.
270. ----- Sociolinguistic pattern in British English. London, Edward Arnold, 1978a.
271. VACHEK, Josef. A teoria lingüística da Escola de Praga. In: TOLEDO, Dionísio, org. Círculo lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre, Globo, 1978.
272. VAN DIJK, Teun A. Texto y contexto: semántica y pragmática del discurso. 2. ed. Madrid, Cátedra, 1984.
273. VOGT, Carlos. Indicações para uma análise semântica das conjunções "porque", "pois" e "já que". Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, 1:35-50, 1978.
274. WAGNER, R. L. Les phrases hypothétiques commençant par "Si" dans la langue française, des origines à la fin du XVI^e siècle. Paris, Livr. & Droz, 1939.
275. WEINER, Judith E. & LABOV, William. Constraints on the agentless passive. Journal of Linguistics, Great Britain, 19:29-58, 1983.
276. WEINRICH, Harold. Estructura y función de los tiempos en el lenguaje. Madrid, Gredos, 1968.
277. WHERRIT, Irene. The subjunctive in Brazilian Portuguese. Albuquerque, University of New Mexico, 1977. Doctoral Dissertation.
278. WIERZBICKA, Anna. Boys will be boys: "radical semantics" vs. "radical pragmatics". Language, Baltimore, 67(1): 95-114, 1987.
279. WILLIAMS, Edwin. Do latim ao português. Rio de Janeiro,

Tempo Brasileiro, 1975.

280. WOLFRAM, W. & FASOLD, R. The study of social dialects in American English. New Jersey, Prentice Hall, 1972.
281. YVON, H. Supposition, subjonctif et conditionnel. Le Français Moderne, s.l., 1955.
282. ZUBER, Ryszard. Conditionnelle: sémantique de pragmatique? In: DAVID, Jean & MARTIN, Robert, eds. Modèle logique et miraux d'analyse linguistique. Paris, Librairie Klincksieck, 1976.

N O T A S

NOTAS DO CAPÍTULO I

- 1 - Estas palavras são registradas na primeira fala do trono à Assembléia Constituinte em 3 de maio de 1823. (cf. Ribeiro, 1957:350).
- 2 - Neste exemplo (3), no qual o contexto é crucial para distinguir a condicional fatual da potencial, a descrição da situação histórica identifica a condicional como fatual, caracterizada pela incorporação de uma "informação recente". O conceito de "informação recente" foi aplicado por Akatsuka (1985) à análise das prótases condicionais do japonês:

O antecedente de uma condicional pode expressar uma informação que o falante acabou de receber de seu interlocutor (p.628).

Observação: Nesta citação, como as que lhe seguem no decorrer do trabalho, a tradução do texto original é nossa.

- 3 - Os termos "factual, contrafactual e não-factual" são empregados com base nas noções de "factividade" (introduzida por Kiparsky & Kiparsky, 1971) e "contrafactividade" e "não-factividade" (propostas por Lyons, 1977).

Segundo Lyons (1977:794-6):

- a) o uso de um predicador factivo como "saber" compromete o falante com a verdade da proposição expressa

pela(s) cláusula(s) que o completa(m) (verbo, adjetivo, etc). Em

Ele sabe que Edimburgo é a capital da Escócia.
para o falante, Edimburgo é a capital da Escócia;

b) O uso de um predicador não-factivo, como "achar", "acreditar" não compromete o falante nem com a verdade nem com a falsidade da(s) proposição(ões) expressa(s) pela(s) oração(ões) complemento(s). Em:

Ele acha / acredita que Edimburgo é a capital da Escócia,
para o falante, Edimburgo pode ser ou não ser a capital da Escócia.

c) o uso de um predicador contra-factivo, como nas condicionais irreais (ou contra-fatuais com referência passada) compromete o falante com a falsidade da(s) proposição(ões) expressa(s) pelas cláusulas em questão. Em:

Se ele tivesse estado em Paris, teria visitado Montmartre,

para o falante ele não esteve em Paris.

Observemos ainda que Lyons utiliza o termo "real" em oposição à "irreal", isto é, como sinônimo de não-factivo, emprego distinto daquele por nós adotado.

4 - Outro aspecto não captado pela fórmula e particularmente relevante quando não há conectivo é a curva entoacional ascendente característica das condicionais não-fatuais (potenciais e contrafatuais) antepostas.

Através desse traço é possível muitas vezes distinguir enunciados condicionais entre duas seqüências segmentalmente idênticas.

- 5 - Para a descrição das diversas formas de condicionais de se em todas as fases da língua portuguesa, veja-se Leão (1961) (cf. 4.3.2).
- 6 - Embora se trate, na verdade, de morfemas modo-tempo-aspectuais, a natureza aspectual do morfema mostrou-se irrelevante para a análise das condicionais estudadas. É provável, porém, que este venha a se revelar um traço significativo no uso de outras formas, como as de perfeito do indicativo e particípio - excluídas do corpus da presente pesquisa devido à baixa freqüência.
- 7 - A numeração dos exemplos obedece ao seguinte esquema:
 - a) número da entrevista (62);
 - b) número da página onde se encontra o dado (06); e
 - c) número do dado (2574-5).

NOTAS DO CAPÍTULO 2

- 1 - A mesma lacuna é sentida tanto pela Sociolinguística como pela Pragmática.
- 2 - Curiosamente apesar, de paradoxal, a denominação "Teoria da Variação" permaneceu.
- 3 - Além das explanações funcionais, de natureza "comunicativa", há ainda as explanações chamadas também

funcionais, de natureza psicológica (relativas ao processamento e armazenamento informacional). Estas não devem ser confundidas com "funções" no sentido que viemos tratando. Com efeito, na medida em que se baseiam em "mecanismos" mentais inatos, as interpretações "psicológicas" contrariam as premissas do funcionalismo como é aqui compreendido.

- 4 - Voltaremos adiante à diferença entre significação e significado em Beatriz Lavandera, ver também nota 10 a seguir.
- 5 - A análise da variação na seqüência do discurso (perspectiva sintagmática) não se restringe às formas que se opõem quanto ao significado estilístico. Lavandera admite mesmo a possibilidade de variação sintagmática entre formas portadoras de significados referenciais distintos.
- 6 - Observe-se que a proposta de uma análise sintagmática, em si, não contradiz a Teoria da Variação: a identificação de fatores relacionados à seqüência discursiva (como o paralelismo e a ordenação de elementos sintáticos) vem sendo realizada dentro dos parâmetros originais de Labov (cf. Weiner & Labov, 1983 entre outros a que nos referiremos adiante). O que Lavandera propõe é, antes, mudar o foco da análise dos elementos contextuais autonômios (estáticos) para a alternância (ou repetição) de formas e significados no desenvolvimento do discurso.

- 7 - Embora a Teoria da Variação venha sendo aplicada por inúmeros pesquisadores à análise de fenômenos portadores de significado (cf. proposta de Gillian Sankoff, 1974), Labov considera as variantes sintáticas como independentes dos fatores pragmáticos (cf. 1987, p.313).
- 8 - Lavandera (1984) assinala que os três exemplos apresentados por Sankoff (1974) para apoiar sua "convocação" ao estudo quantitativo da variação sintática são casos em que a variação não parece comunicar significação social e estilística [grifo nosso] (p.39), isto é, "não se faz nenhuma tentativa para interpretar semanticamente as restrições sintáticas observáveis" (p.38).
- 9 - É neste sentido que Lavandera admite que formas dotadas de significados referenciais possam ocorrer como "variações" (cf. nota 5).
- 10 - Na terminologia adotada por Lavandera, significação estilística não se confunde com significado estilístico: o significado estilístico está associado à escolha ativa das formas lingüísticas (ex: os graus de "certeza"); a significação estilística é imposta por fatores institucionais (ex: ser "homem" corresponde a ser mais assertivo).
- 11 - Expresso por variantes morfo-sintáticas aparentemente bem definidas (a variação entre formas verbais - futuro

do subjuntivo, presente do indicativo e gerúndio - e construções sintáticas - conectivas e não-conectivas), o fenômeno se insere entre os de variação semântico-pragmática, envolvendo aspectos complexos do significado e do uso na interação comunicativa.

12 - Observamos que as mesmas formas contrastivas de futuro do subjuntivo e presente do indicativo (ex: se (=já que) sabe falar inglês, não precisa fazer o curso vs. se (por acaso) souber falar inglês, não precisa fazer o curso) podem, em certos contextos, apresentar-se em variação (ex: "se (por acaso) ele souber falar inglês, será chamado" / "se (por acaso) ele sabe falar inglês, será chamado").

13 - Essa hipótese parece ser confirmada pelo fato, geralmente aceito, de que os significados lingüísticos (gramaticais e lexicais) se definem no contexto (cf. Schaff, 1968:132).

14 - Observe-se que, ao considerar os fins e os contextos em que se dá o processo verbal, a Pragmalingüística também se intersecciona com o funcionalismo.

15 - Podemos acrescentar que a Teoria da Variação sociolinguística fornece um instrumental valioso para uma teoria dialético-materialista da linguagem, na medida em que apresenta evidências empíricas (ou seja, dados materiais quantitativamente significativos e qualitativamente controláveis) das relações dialéticas entre

linguagem, pensamento e sociedade. Sobre a necessidade da estatística como base para a análise sociológica, veja-se Lenin (1978).

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1 - Trata-se da "Mobilization for Youth" (cf. Labov, 1966: 200, notas 2 e 3).

2 - Em seu trabalho sobre as relações entre língua e classe social, Guy (1986) distingue as duas perspectivas pelas quais se pode encarar o conceito de "classe social": a que focaliza o conflito de classes (própria do materialismo dialético) e a classe como "status" social (própria da sociologia tradicional). Segundo Guy, ao definir a organização social (super-estrutura) como reflexo das relações econômicas, a perspectiva marxista fornece muitas vezes uma explanação mais coerente dos fenômenos lingüísticos associados à divisão social (1986:7).

3- Há inúmeras provas em contrário, uma vez que a condicional ocorre freqüentemente em situações informais, como:

- a) na linguagem infantil (ex: [se tomar] Coca-Cola, janta?);
- b) em expressões fixas e provérbios de uso coloquial (ex.: Se Deus quiser... Querendo Deus...; se não me engano; se correr o bicho pega; não tem tu, vai tu mesmo);

c) em textos de propaganda e de música popular (ex:
Sabendo economizar, não vai faltar; E se Deus não dá, ó nega?).

NOTAS DO CAPÍTULO 4

1 - No original:

- a) Amne ton parapluie, au cas qu'i pleuve (p.12).
- b) Supposons par exemple des fois je vas être en char,
pis là je commence à être inquiet (p.139).
- c) Si tu mes rends mes clefs avant demain je tes passe
(p.125).
- d) Si y'avait eu des élections provinciales en juin, le
P.Q. aurait perdu (p.123).

Obs.: Visando a manter a uniformidade na apresentação gráfica deste trabalho, mencionamos os exemplos entre aspas.

2 - A mais antiga definição do conectivo se, conectivo condicional típico, remonta ao filósofo Philo de Megara (cf. Haiman, 1979:577).

3 - Wierzbicka (1987:95) apontou relação análoga na análise das estruturas tautológicas.

4 - O efeito cômico ocorre porque se contraria a expectativa criada pela inferência reversa, que seria: se não correr, o bicho não pega. O feito trágico ocorre porque, ao se contrariar a expectativa, elimina-se a alternativa salvadora, uma vez que, mesmo se não correr, o bicho pega - e come.

5 - A ausência de elo causal entre as proposições permite atribuir valor de logicamente verdadeiro tanto à implicação "se $2 + 3 = 5$, então o Rio de Janeiro é a capital do Estado do Rio", quanto "se $2 + 3 = 5$, então o Rio de Janeiro não é capital do Estado do Rio". Segundo alguns autores, nestes casos a condicional das línguas naturais não é nem verdadeira, nem falsa, isto é, não tem valor de verdade (cf. Dopp apud Rohrer, 1978:133).

6 - É possível que inferência conversa esteja relacionada ao uso do conectivo se. Com efeito, pode-se observar que, em empregos não condicionais, o se tem um valor alternativo (ex. não sei se vou (ou se fico); se (por um lado) pode financiar a campanha, (por outro) não tem nenhuma chance de vencer, etc.). Esta alternância poderia estar implícita na inferência conversa das condicionais de se (ex: se corre o bicho pega, portanto, se não corre o bicho não come). No entanto, a comprovação desta hipótese extrapola os limites deste trabalho.

7 - Rohrer, por exemplo, partindo de um enfoque transformacionalista, procura aproximar a estrutura profunda de orações a relações lógicas. Eis o que afirma das condicionais e sua representação:

As orações condicionais não nos causam nenhuma dificuldade, pois nossa estrutura profunda (sic) já contém o conectivo "se... então" que

basta para a sua simbolização (Rohrer, 1978: 245).

8 - Para Lyons (1981), no entanto, as relações aléticas, correspondentes à função-verdade, dizem respeito às noções de necessidade e modalidade da lógica modal, e dificilmente as línguas naturais vinculariam funções puramente veritativas. Seu campo seria, portanto, as modalidades epistêmicas e deônticas.

As modalidades epistêmicas e deônticas, por sua vez, seriam interpretáveis objetivamente (isto é, como expressão da existência de estados de coisas, externa ao locutor, que permanece "neutro") ou subjetivamente (como expressão das crenças e atitudes do locutor). Esta última interpretação é mais comum (p.236-8).

A subjetividade é uma noção básica para a Teoria de Significado (e uso) das modalidades das línguas naturais proposta por Lyons. Ele considera as crenças, atitudes e emoções como produto do papel social e interpessoal decorrente do contexto situacional: a base social da autoridade epistêmica (e deôntica), central da teoria dos atos da fala, seria "investida pela sociedade no indivíduo" (p.241-2).

Há relação entre modalidade alética (lógica) e modo gramatical no sentido de que asserções no subjuntivo - como as imperativas, as no futuro e as interrogativas - referem-se a eventos contingentes, e, portanto, expressariam indeterminação quanto ao valor verdade, isto é, não são verdadeiras nem falsas. (Esta questão filosó-

fica é, no entanto, controversa).

Quanto às atitudes conjuntivas, o emprego do modo representa a gramaticalização de atitude do locutor em relação à fatualidade do conteúdo enunciado (cf. Lyons, 1977:800).

Quanto aos atos que interferem na atitude do interlocutor, relacionam-se à função argumentativa dos modos verbais (cf. Koch, 1984:67).

9 - Ato ilocucional é um conceito proposto inicialmente por J.L.Austin no âmbito da Teoria dos Atos de Fala (1962). Em sua versão mais avançada, Austin classifica os atos de fala em locucionário, ilocucionário e perlocucionário:

- a) O ato locucionário - é um ato de dizer, de produzir determinadas palavras em determinadas construções, e a enunciação delas com um determinado "significado";
- b) O ato ilocucionário - é um ato realizado ao dizer algo, isto é, o uso do enunciado com uma determinado "valor" ou "forças" ilocucionárias. A própria enunciação da frase constitui a realização do ato: afirmar, perguntar, ordenar, pedir, prometer, batizar, desculpar.
- c) O ato perlocucionário - é um ato realizado através do dizer algo: convencer alguém de algo, persuadir alguém a fazer algo, consolar alguém.

Para Searle (1969), ao enunciar uma oração, o locutor realiza ao menos três atos distintos:

- a) ato de enunciação - ao usar palavras;
- b) ato ilocucionário - ao dizer sobre a relação entre os interlocutores (ação transformadora);
- c) ato proposicional - ao referir e pregar.

Segundo Ducrot (1977) o enunciado condicional expressa dois atos ilocucionais específicos:

- 1º) um pedido para o interlocutor supor "p";
- 2º) dentro do quadro "suposto", a afirmação de "q".

Esses dois atos, estruturados no período hipotético, realizam um novo ato ("perlocucionário" nos termos de Austin) à argumentação.

10 - O ato de argumentação é um ato perlocucionário (nos termos de Austin) uma vez que produz um efeito sobre o interlocutor.

Koch (1984), citando Perelman, afirma que o ato de argumentação visa a persuadir, isto é, a provocar a adesão do interlocutor através de argumentos (plausíveis ou verossímeis).

O ato de argumentação constitui o ato lingüístico fundamental. A interação social realizada pela linguagem caracteriza-se pela argumentatividade: o discurso é uma ação verbal dotada de intencionalidade - através da qual se tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinada opinião.

Portanto, a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia (...); a neutralidade do discurso é apenas um mito (cf. 1984:19-20).

As relações discursivas (argumentativas ou pragmáticas) estruturam os enunciados em texto através do encadeamento sucessivo, feito geralmente através de operadores argumentativos (como o se nos períodos hipotéticos). Assim, o uso do período composto equivale a:

- 1º) realização de duas enunciações, dois atos da fala sucessivos;
 - 2º) afirmação de cada um dos enunciados, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro (e não a afirmação da relação entre os conteúdos de cada um deles): o que explica a separação entre eles por dois pontos ou ponto final (Koch, 1984:132-3).
- 11 - Lyons (1977) observa que a modalidade epistêmica objetiva pode ser quantificada numa escala (gradação de compromisso com a fatualidade) que vai do epistemicamente necessário (grau 1) ao impossível (grau 0) passando pelo provável (grau maior que 0.5) e pelo possível (grau menor que 0.5) (p.800).
- Os graus podem ser gramaticalizados diferentemente nas diversas línguas.

Ferreira Brito (1986), registrou a mesma escala de modalidade em uma língua de sinais usada no Brasil. Vários autores identificam gradações desse tipo em

orações condicionais: Gili y Gaya (1960), Lavandera (1975), Akatsuka (1985), Leão (1961).

Com base nos conteúdos expressos nas orações condicionais de se (e os modos verbais correspondentes) relacioná-la ao quadrado epistêmico:

necessário		
	certo (PI)	impossível (IS)
não contrafatual		
	provável (PI FS)	
		improvável
	possível (FS PI)	(IS)
contrafatual		
contingente		

Ou, ainda, representando a escala de fatualidade:

- certo	- presente do indicativo
.5 - provável	- presente do indicativo / futuro do subjuntivo
.5 - possível	- futuro do subjuntivo / presente do indicativo
<.5 - improvável	- imperfeito do subjuntivo
0 - impossível	- imperfeito do subjuntivo

12 - É interessante assinalar que, nessa gramática, o uso do indicativo vem associado não apenas à certeza, mas ainda à probabilidade:

O presente do indicativo pode (...) ser selecionado pelo LOC (locutor) quando este avalia a ocorrência de estados de coisas futuras como altamente prováveis" (p.121).

Teremos ocasião de testar esta hipótese no decorrer deste trabalho.

13 - Coerentemente, Said Ali prefere denominar o subjuntivo "modo conjuntivo" ao arrolar os seus diversos usos, incluindo os emprego variáveis.

14 - Nem sempre é apenas o conectivo subordinativo que assinala a subordinação. Há, às vezes, ainda a marca do modo subjuntivo na oração subordinada (Câmara, 1979:243).

15 - Acompanha a descrição dos diferentes enfoques um quadro sinótico (cf. quadro 4).

16 - Para uma revisão bibliográfica mais completa sobre a evolução do período hipotético desde a origem e as diversas formas das condicionais no latim e nas línguas românicas, veja-se Leão (1961).

17 - Observe-se, porém, que admite hipóteses eventuais no imperfeito do indicativo.

18 - Essa distinção não é confirmada pelos dados empíricos.

19 - Esta exclusão não corresponde à realidade da língua, que, como pudemos constatar, expressa potenciais intemporais e as demais pelas mesmas formas: futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio ou juxtaposta.

- 20 - Não há referência a potenciais intemporais.
- 21 - Como veremos adiante, os resultados de nossa pesquisa indicam que é preciso distinguir entre conteúdos "possivelmente" realizáveis, expressos preferencialmente pelo futuro do subjuntivo, dos conteúdos "provavelmente" realizáveis veiculados preferencialmente pelo presente do indicativo.
- 22 - Brandão menciona, em capítulo sobre pontuação, as "cláusulas gerundiais de condição" (p.753).
- 23 - Câmara (1979) menciona, como forma de substituição ao futuro do subjuntivo, além do presente simples, o presente perifrástico do indicativo (p.244), tempo que não ocorre no português atual do Rio de Janeiro (ex.: Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral (M.Assis) (apud Câmara 1979:245).
- 24 - Do ponto de vista formal, omite alguns esquemas, como a juxtaposta (JUST) e conectivas, com protase no presente do indicativo (PI).
- 25 - Assim, as orações condicionais são definidas pela conjunção condicional. De acordo com a conjunção subordinativa ou oração conjuntiva que as inicie, as orações subordinadas adverbiais classificam-se em(...): "Condicionais: se a conjunção é subordinada condicional (p.564)(...)"

E, virtualmente, as conjunções condicionais são definidas pela oração subordinada adverbial:

"Condicionais iniciam uma oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição necessária (sic) para que seja realizada ou não o fato principal (sic): se, caso, quando (...)" (p.540)".

Observe-se que a cláusula condicional é caracterizada como parte da definição do conectivo.

26 - Observe-se que há obras de uso escolar em que simplesmente não se mencionam as condicionais potenciais: é o caso da gramática de Bechara (1968). Segundo este autor, as subordinadas hipotéticas/condicionais (que funcionam como advérbio da principal) são de dois tipos conforme se refiram a:

- a) hipóteses (que exemplifica, usando o imperfeito do subjuntivo)
- b) realidade, com exemplos nos quais geralmente, aparece o indicativo (p.342) "Se queres a paz, prepara-te para a guerra."

As formas verbais da prótase, incluem, além do futuro do subjuntivo (não mencionado, mas depreensível do contexto (p.397)), o presente do indicativo (p.337) e o gerúndio (p.296). Não há exemplo de justaposta em condicionais potenciais. As formas da apódose não são mencionadas.

27 - Além dessa, acrescentam uma segunda lista de "outras formas" consideradas também hipotéticas; corresponden-

tes às de imperfeito do subjuntivo (ex. Concretizando-se esta hipótese, eu preferia/preferiria a reunião).

28 - Como o interesse desse trabalho reside especificamente na variação de modo no uso das orações potenciais, isto é, nas formas que alternam com o futuro do subjuntivo, limitamo-nos à revisão dos estudos que se relacionam a estas estruturas.

29 - Embora a pesquisa de Câmara sobre as formas verbais em -ria (1967) incida parcialmente sobre as frases condicionais e tenha fornecido subsídios para a discussão de inúmeras questões levantadas (conforme se pode comprovar pelas referências constantes neste trabalho), elas não foram incluídas entre as obras analisadas, por apresentarem um foco de interesse diverso do nosso, ou seja, formas verbais da apódoze (futuro do indicativo) em estruturas não necessariamente hipotéticas.

30 - Evitando o problema da variação, Pereira limita seu estudo a um "sistema do qual ele é parte integrante normal" (p.65), restringindo-se aos usos presumidos e aos testes de aceitabilidade referentes a falantes com um nível médio ou superior de escolaridade ou que com eles convivem mais ou menos constantemente, excluindo, ao mesmo tempo, os fatores de estilo e formalidade (p.58).

31 - A título de especulação, podemos levantar a hipótese de

que o equívoco generalizado decorra da idéia de que a possibilidade seja uma modalidade menos marcada que a probabilidade, e que, portanto, deva ser expressa pelo modo menos marcado, ou seja, o indicativo (na verdade é o possível, e não o provável, que figura como uma das modalidades básicas do quadrado lógico). Paralelamente, como modalidade mais marcada, a probabilidade seria expressa pelo subjuntivo.

32 - Câmara menciona o mesmo processo no sânscrito, em que o conectivo ced - deriva de ca e id, um demonstrativo de alcance modal; e no grego, onde a partícula de modo ei torna-se conectivo da prótase (podendo ainda haver um conectivo modal na apódose).

33 - A hipótese sobre a origem justaposta das frases complexas do português e outras línguas pode ser levada às últimas consequências, isto é, ao aparecimento da expressão das relações causadas na linguagem humana (cf. Thao, 1974). Mas esta já é outra questão, que ultrapassa os limites deste trabalho.

34 - Na verdade esta opinião é bastante difundida. Vamos encontrá-la em Gili y Gaya (1960) para quem a justaposição (assim como a coordenação) é substituída nas "línguas de cultura" pelas subordinações conectivas. Segundo o autor, naquelas línguas o emprego de justapostas é restrito à linguagem emotiva, comum às crianças e aos poetas, não se prestando à transmissão de relações mais precisas, próprias da linguagem intelectual (p.270).

Mais recentemente, Bernstein também identifica o emprego de subordinação com um "código elaborado" em oposição a um "código restrito" em que prevaleceriam as coordenadas.

A posição de Câmara é diametralmente oposta. Ao afirmar que:

os instrumentos gramaticais propriamente ditos, para indicar relações lingüísticas, como a preposição e a conjunção não são elementos de emprego universal e necessário (Câmara, 1979:203).

afasta qualquer atitude discriminativa em relação às estruturas justapostas.

35 - Além da negação, é testada ainda a interrogação e o encadeamento.

36 - Preferimos empregar o termo "potencial", por nos parecer menos ambíguo. Consideramos "não-fatual" um rótulo mais próprio para definir o conjunto de enunciados (potenciais e contrafatuais) que se opõem aos fatuais.

37 - Compreende-se, assim, porque as respostas a um teste de julgamento, realizado por Pinheiro, sobre o conteúdo destas formas, resultaram em índices elevados de interpretações contrafatuais: os contextos idealizados pelos respondentes eram eles próprios contrafatuais.

38 - Como veremos adiante, de acordo com os nossos dados, o emprego do futuro sintético está restrito às apódeses condicionais da língua escrita. São raríssimos os casos

de futuro do presente, em sua forma sintética (menos de 0,5% dos dados), sendo substituídos, na maior parte das vezes, pelo presente do indicativo, quer em formas simples do verbo, quer no auxiliar "ir" na estrutura perifrástica IR + infinitivo".

39 - A alternância entre subjuntivo e indicativo nestes casos já existia no latim. De acordo com Ernout & Thomas (1953):

A ação repetida se exprime correntemente no latim arcaico e na época clássica pelo indicativo (...) após si (...), no sentido de "toda vez que" (p.399-400).

No período republicano e, sobretudo, na época imperial, desenvolveu-se um subjuntivo de repetição, no lugar do indicativo (p.400). Mais adiante acrescentam:

Na expressão de verdades gerais ou de experiência, o subjuntivo perfeito (que deu origem ao atual futuro do subjuntivo) tendeu a substituir o uso do indicativo correspondente, após se (...), para um fato usual, anterior a um outro (p.402) [grifos nossos].

40 - Parece-nos que uma possível explicação seria a coexistência, nas orações de se, de dois níveis de interpretação. Assim, em :

Se saio de casa, encontro-o à esquina
haveria uma pressuposição relativa à experiência passada do locutor - eu já saí de casa pelo menos uma vez (a "verdade de experiência" mencionada acima), e ausência de pressuposição quanto ao futuro - "posso sair ou não sair".

41 - Podemos considerar que, ao lado da idealização e da assistematicidade das descrições, a descontextualização é um dos entraves maiores ao aprendizado dos fatos da língua.

42 - O conceito de ato ilocucionário é tomado da teoria dos atos de fala (Searle, 1969), que o contrasta com os aspectos locucionário e perlocucionário e se define como sendo o aspecto pelo qual

se instituem certas relações sistemáticas entre falante e sua audiência, relações que condicionam ulteriores atitudes (lingüísticas ou não) dessa audiência e do próprio falante (Salomão, 1978:3).

43 - Salomão explica como se dá o uso argumentativo das condicionais de forma sucinta:

dada uma certa situação (de cuja fatualidade nada se afirma), sua viabilidade favorece a viabilidade da situação expressa pela enumeração subsequente (Salomão, 1978:19).

44 - Neste trabalho preferimos o rótulo potencial por considerarmos não-fatural um termo mais apropriado para definir o conjunto das condicionais não-fatuais (isto é, potenciais e contrafatuais), como, por exemplo, as expressas pelo imperfeito do subjuntivo no espanhol. Escolhemos o termo potencial (e não possível como fazem alguns autores) por apresentar-se neutro, abrangendo tanto enunciados possíveis quanto prováveis.

45 - Assinalamos com [+] os casos em que se menciona o futuro de indicativo na apódose (coluna 10), independentemente da forma em questão ser sintética (-rei) ou

analítica (vou + infinitivo). Embora a maioria dos autores não se refira ao futuro analítico, ou o faça apenas ligeiramente, esta é praticamente a única forma de futuro do indicativo registrada em nosso corpus. A diferença de significados em questão corresponde à distinção proposta por Lyons (1981) entre :

- a) significado descritivo (proposicional, referencial ou cognitivo), que diz respeito ao valor de verdade de proposição; e
- b) significado não descritivo (não proposicional), que inclui um componente expressivo (atitudinal, afetivo) através do qual o falante expressa suas "crenças, atitudes e sentimentos".

Lyons afirma que, embora sejam freqüentemente considerados como pertinentes ao escopo da estilística ou da pragmática, "os significados expressivos pertencem, pelo menos em parte, à Semântica" (p.33-4).

NOTAS DO CAPÍTULO 6

- 1 - Durante a fase de revisão tipográfica deste trabalho tivemos notícia de uma série de pesquisas em andamento na área da análise do discurso em que se confirmam as funções pragmático-discursivas das repetições.
- 2 - Haiman, analisando a redundância e iconicidade, assinala o emprego da duplicidade dos movimentos das mãos como forma de assegurar a compreensão na linguagem dos sinais americana (ASL).

Por outro lado, Wierzbicka (1987), estudando as expressões tautológicas dentro de uma perspectiva semântica ampliada, refuta as explicações fundadas em princípios universais e defende que esse tipo de refutação veicula significados específicos de acordo com os diferentes casos:

As construções tautológicas são parcialmente convencionais e específicas da língua e que cada uma dessas construções tem um significado específico que não pode ser, inteiramente, previsto em termos de qualquer máxima pragmática universal.

Obs: Agradeço a Marcuschi a informação sobre os dois artigos referidos.

3 - Cf. Emmerich (1977 e 1978), Gryner (1977), Weiner & Labov (1977), Omena (1978), Sankoff & Laberge (1978), Macedo (1981), Poplack (1980, 1980b e 1981), Guy (1986), Lefebvre (1981), Naro (1981b), Schiffarin (1981), Braga (1982 e 1986), Lira (1982), Mollica (1986), Omena (1986) e Lage (1987) apud Scherre (1988:381-415).

4 - A noção de coerência tem sido intensamente discutida pela teoria do texto. Entre os fatores arrolados como condicionantes da coerência textual por Schmidt (1977:157 e sgs), contam-se: a substituição pronominal (anáfora ou catáfora), a estrutura de tempo, modo e aspecto, a ordem das palavras, o uso de determinadas conjunções e advérbios e a "repetição de morfemas" (p.157 - 8)[grifo nosso].

- 5 - Não nos deteremos aqui em todos os trabalhos analisados por Scherre. Para maiores referências confira Scherre (1988).
- 6 - Nesse artigo (1989) Mollica distingue dois grupos de trabalhos:
- a) aqueles em que o gatilho ocorre como "processamento de ponto de vista interacional" (os de Emmerich, 1977; Macedo, 1981; Mollica, 1984; Braga, 1986 e Braga & Mollica, 1986; e
- b) aqueles em que o gatilho é interpretado de maneira mais ampla, como a tendência à repetição de formas similares na cadeia do discurso (os de Macedo, 1981; Oména, 1978 e 1986 e Paredes e Silva, 1988).
Estes últimos seriam os casos associados ao "parallelismo formal" (p.10).
- 7 - Entre as obras mencionadas se encontram, além dos trabalhos realizados até 1987, acima citados, vários outros não revistos por nós e que se encontram ai resenhados com clareza e acuidade.
- 8 - Por outro lado, como veremos, Scherre não afasta as interferências de fatores discursivos, isto é, o caráter não meramente formal de certos casos de parallelismo (cf. p.283 e 301).
- 9 - Como vemos no anexo 8 tabela (31), a análise dos contextos revela o contrário, ou seja, que nos casos em

que há paralelismo, continuam operando os mesmos fatores pragmático-discursivos (e, portanto, não mecânicos) que operam nos casos de mudança.

10 - Novamente aqui é assumida a associação entre fatores mecânicos e discursivos no interior de um mesmo grupo de fatores. Como vimos, interpretações de natureza antagonica impedem uma visão sistemática do problema e devem ser revistas em cada caso.

11 - Teremos ocasião de demonstrar que tanto a manutenção da forma quanto a sua mudança decorrem de uma "pressão" semântico - pragmática.

12 - No entanto, apesar de pouco freqüentes, pudemos confirmar a tendência à repetição da variante empregada pelo entrevistado, como nesses exemplos de imperfeito do subjuntivo.

Ex.: - Você consegue imaginar que reação você teria se fosse assaltado? Já pensou nisso? (ver nota 14)

- Ah! Se eu fosse assaltado...

13 - Na verdade existem aqui dois níveis de paralelismo. Um, representado pela repetição de estruturas condicionais, e outro, pela repetição das formas variantes. O efeito dos contextos paralelos no presente estudo diz respeito apenas ao segundo caso.

14- Empregamos colchetes para indicar formas não expressas mas recuperáveis pelo contexto.

- 15 - Neste caso, embora haja um paralelismo de construções, não há recorrência das variantes, motivo pelo qual preferimos denominá-las não-paralelas.
- 16 - Scherre analisa também a interdependência entre variante e contexto, confirmando a interferência da forma da variante sobre a forma do contexto. (cf. adiante)
- 17 - Embora a taxa de iniciais seja inferior ao ponto neutro (.50), mantém-se a oposição entre iniciais (.35) e não-paralelas (.19).
- 18 - Principalmente no caso de justaposta (JUST) após presente do indicativo (PI), o número de exemplos obtidos é estatisticamente irrelevante. Além disso, os raros casos registrados nem sempre são inequivocamente classificáveis como exemplos de justaposta: muitas vezes apresentam um status ambíguo, já que não se distingue a ausência de conectivo (JUST) da mera elipse do conectivo usado na oração precedente (PI).
- 19 - Esta análise tem sido criticada tanto pela imprecisão na definição dos conceitos, quanto pelos próprios critérios de análise estatística. No entanto, embora tenha sido criticada, e mesmo que a classificação proposta por Weinrich não faça distinção entre as formas variáveis que ora analisamos, pudemos constatar empiricamente o acerto de suas posições: primeiro, quanto à classificação das nossas variantes como tempos

do comentário e diálogo (cf. cap.3); segundo, quanto à caracterização dos tempos verbais em termos de uma oposição entre planos discursivos.

20 - O termo "coerência" é usado aqui no sentido de "não-contradição" do texto, e não o de recurso sintático ou meramente formal.

21 - Mesmo no caso de fenômenos aparentemente automáticos, como o da concordância, a interferência de fatores semânticos pode ser relevante. Assim, a repetição de § pós-vocálico no espanhol tende a ocorrer em marcas de plural (cf. Poplack apud Scherre, 1988).

22 - É justamente nesses níveis mais altos que, segundo nos nos parece, fica mais explícita o papel interacional da repetição relacionado à manutenção do grupo social. Lembramos aqui a importância da repetição no processo evolutivo da espécie humana (Thao, 1974).

23 - A interpretação do paralelismo no interior do discurso de um mesmo locutor acrescenta pouco mais ao conceito de "ênfase": a forma repetida expressaria algo da experiência prévia que, por ser marcante, foi "invocarizado" numa fórmula e destacado explicitamente pela sua repetição.

24 - Definimos como objetivo discursivo, o resultado visado pelo locutor e/ou "provocado" pela situação de comunicação, ao escolher determinadas formas e contextos

(semânticos e pragmáticos) que constituem a seqüência do discurso.

25 - Embora não tenhamos analisado quantitativamente a influência inversa, pudemos confirmá-la em pelo menos um caso: a correlação entre o fator sujeito a gente e a variante gerúndio (GER), por nós estudada, que encontra sua contraparte na influência do fator "gerúndio" no emprego da variante "a gente" pesquisada por Omêra (1986). A definição de uma forma como contexto ou como variável seria, portanto, uma escolha arbitrária dependente daquilo que escolhemos como variável.

NOTAS DO CAPÍTULO 7

1 - É fato conhecido que tanto o futuro, como expressão do não realizado, quanto o subjuntivo, como expressão da não afirmação, se prestam a veicular conteúdos não fatuais.

A existência, na língua portuguesa, de uma forma duplamente marcada - futuro do subjuntivo - nas orações condicionais de se e algumas outras adverbiais ou adjetivas, como expressão do potencial é fato excepcional.

2 - O termo proposição é utilizado aqui no sentido adotado por Van Dijk (1984), isto é, como "conceito de fatos" (ver p. 132, referência indireta).

3 - As autoras distinguem os dois tipos de condicionais com

base na semântica dos "mundos possíveis", proposto por Van Dijk (1984). Nas fatuais, o locutor "assume que os conteúdos das duas proposições se verificaram no mundo real, no intervalo de tempo relevante" (p.458).

Nas potenciais (que denominam hipotéticas):

o "conteúdo proposicional de A especifica o(s) mundo(s) real(is) epistemicamente não accessível(eis) (...) no intervalo de tempo da enunciação, em que se verifica o conteúdo proposicional de B" (p.461).

- 4 - Embora partindo de uma perspectiva teórica distinta e divergindo em mais de um aspecto das interpretações que ora mostramos, Van Dijk (1984) apresenta explicação análoga. Para ele as generalizações - ou seja, as "assertões sobre mundos NÃO ESPECIFICADOS ou sobre CONJUNTOS de mundos especificados" - são uma das funções com que se empregam as condicionais hipotéticas (isto é, as potenciais) (p.30).
- 5 - Van Dijk aponta que a generalização "aparece mais claramente no uso possível de quando (= quando quiera que), na tradução espanhola)". A conjunção quando, neste contexto, deve corresponder semanticamente às expressões todas as vezes que e sempre que.
- 6 - Cf. Ernout & Thomas (1953) propõem um "modo repetitivo" independente para o latim.
- 7 - Ernout & Thomas referem-se à "experiência" em duas ocasiões:
 - a) ao tratar do modo repetitivo: "Na expressão de

verdades gerais ou de experiência [grifo nosso], o subjuntivo perfeito tende a substituir o uso do indicativo correspondente" (p. 402); e

b) ao tratar do presente do indicativo: "O presente tem (...) um valor "atemporal" nos provérbios, máximas, verdades de experiência [grifo nosso]" (p. 200).

8 - Ao contrário do que afirmam certos autores, a "experiência" do conteúdo da condicional não decorre necessariamente do caráter "repetitivo" ou "habitual" da sua ocorrência, uma vez que nem sempre traduzem situações que se reproduzem intermitentemente. Por exemplo:

O que me deixaria bem feliz em primeiro lugar é eu ter muita saúde (...) porque eu acho que se a gente não TER (FS) saúde, não consegue realizar mais nada na vida. (33:01:205)

Neste exemplo o conteúdo [+ experienciado] - não ter saúde - tem caráter durativo, não podendo ser definido por conceitos como "repetitivo" e "habitual", que representam ações freqüentativas.

9 - O mesmo caráter [+ experienciado] ocorre nas condicionais fatuais, mas como traço não - distintivo. A oposição entre fatuais e potenciais generalizadas mantém-se pelo traço [+/- fatual]: nas proposições fatuais, o locutor assume conhecer uma realidade que é

afirmada (quer para um tempo específico, quer para qualquer tempo); nas potenciais generalizadas, o locutor assume conhecer uma realidade que não é afirmada nem negada (para qualquer tempo).

10 - Como poderemos comprovar adiante (7.3.2, 7.3.3 e 7.3.4) esta preferência é peculiar ao futuro do subjuntivo:

as demais variantes tendem a ocorrer nas potenciais [+ experienciadas].

11 - Muitas vezes os autores confundem as condicionais potenciais experienciadas (que também ocorrem no futuro do subjuntivo) com as condicionais fatuais (que ocorrem exclusivamente no presente do indicativo (cf. cap. 4)).

12 - O mesmo ocorre com o grupo de fatores linha de argumentação.

NOTAS DO CAPÍTULO 8

1 - Observe-se que, na linguagem coloquial, ou quando se quer reproduzi-la, é comum o emprego de condicionais em fórmulas padronizadas que funcionam como instrumento de interferência na posição do interlocutor:

ameaça - (v.g.: se você não entregar a sandália, você vai ver);

desafio - (v.g.: repete se for capaz);

atenuação - (v.g.: Traga o disco domingo, se você tiver tempo);

sugestão - (v.g. se você usar ABCD, levará mais vantagem).

Estes casos são pouco freqüentes em situação de entrevista.

- 2 - Não existem, até onde temos conhecimento, estudos sobre o padrão de inserção do período hipotético nos esquemas argumentativos. Assim, embora não caiba nos limites deste trabalho aprofundar a questão, procuramos descrever alguns assuntos que, de alguma forma, relacionam-se aos fins desta pesquisa.
- 3 - Um quarto tipo - dadas ou compartilhadas - diz respeito às condicionais fatuais (incluídas, no trabalho anterior, entre as que reiteram uma pressuposição).
- 4 - Embora Ford (1988) classifique o segundo enunciado hipotético de uma alternativa como contrário ao primeiro (isto é, como contestação) esta interpretação não encontra respaldo nos índices estatísticos.
- 5 - "A estratégia geral do discurso que examino aqui consiste precisamente nisso: em tratar um problema, enumerando uma série aparentemente completa de fatores pertinentes, ir e vir entre prós e contras (...), ao mesmo tempo em que se avalia a relevância ou irrelevância de cada assunto considerado. Representa o que eu definiria como uma das formas do estilo argumentativo, e as mudanças entre os modos que parece servir para construi-lo. [grifos nossos] (p.138)"
- 6 - Conforme a tabela (37) do anexo 8.
- 7 - Torna-se patente a necessidade de rever a função do conectivo se. Se o conectivo é dispensável para expressão do "ato de pedir para imaginar algo" ou para "co-

nectar o enunciado hipotético ao discurso em que este se insere", qual seria sua real função? Não cabe neste trabalho dar resposta à questão. Mencionamos o problema apenas para situá-lo como um dos desafios que as futuras análises das condicionais terão certamente que enfrentar.

NOTAS DO CAPÍTULO 9

- 1 - O fator [+ exemplar] reforçaria, portanto, o fator [+ experienciado] no sentido de desfavorecer o emprego do futuro do subjuntivo (FS).

NOTAS DO CAPÍTULO 11

- 1 - Segundo Leão os esquemas mais freqüentes mantêm-se praticamente inalteráveis através de 8 séculos de língua literária portuguesa. No caso das condicionais potenciais, pudemos confirmar que, apesar das mudanças morfológicas, os mesmos esquemas permanecem na língua falada atual: a) PI + PI; b) FS + FI; c) PI + FI; d) FS + PI; e) PI + imperativo, optativo (pres. subj.); f) FS + imperativo, optativo (pres. subj.).
- 2 - O baixo índice de futuro do presente simples ou sintético do indicativo (menos de 2% dos casos), levou-nos a agrupá-los com as formas de futuro de presente analítico ou perifrástico.
- 3 - Embora não tenhamos analisado separadamente este tipo de futuro, apresentamos um dos raros exemplos do es-

quema FS + FI (com futuro simples do indicativo) como ilustração de caso típico de consecutio temporum.

- 4 - Quando se analisam estes contextos separadamente: ambos apresentam a probabilidade em torno do ponto neutro (.50), isto é, a forma verbal da apódose não favorece nem inibe a presença da variante.

NOTAS DO CAPÍTULO 12

- 1 - As orações condicionais são em geral classificadas como advérbios de oração, isto é, como elementos que apresentam ampla mobilidade dentro da frase em que se inserem. Assim, haveria uma correspondência entre (A) e (B):

- (A-1) Provavelmente, o povo brasileiro votará este ano.
 (A-2) O povo brasileiro votará este ano, provavelmente.
 (B-1) Se não HOUVER (FS) surpresas, o povo brasileiro votará este ano.
 (B-2) O povo brasileiro votará este ano, se não HOUVER (FS) surpresas.

- 2 - Sintetizamos nas duas fórmulas - (SE) PRO + APO e APO + (SE) PRO - todos os esquemas que apresentam prótase e apódose explícitas. As condicionais intercaladas na apódose, do tipo:

- (B-3) O povo brasileiro, se não HOUVER (FS) surpresas, votará este ano.

foram classificadas conforme a posição que ocupam em relação ao verbo da apódose. A oração (B-3), por exem-

plo, seria interpretada como anteposta.

- 3 - Segundo Câmara (1967:58), em todas as ocorrências de futuro existe, de forma mais ou menos explícita no contexto, uma prótase condicionante. Assim, poder-se-ia propor como quarto esquema um enunciado (hipotético) constante de uma única oração no futuro, isto é:

d) apódoze não precedida de prótase explícita - ZERO + APO:

EX: ZERO (= se FOR (FS) para o bem de todos) + ficarei (APO).

Como o presente trabalho se restringe à análise das prótases do período hipotético, este esquema não será examinado.

- 4 - Observe-se que a curva descendente, característica das assserções, pode ser substituída por uma curva ascendente nos casos de interrogação.

P: Por que tantos pivetes, tantos adultos assaltando hoje em dia? A senhora acha que prender, matar, resolve?
 R: (...). Não sei... tem que prender, né? Que, se DEIXAR (FS) solto (prótase ascendente), como é que vai ser (apódoze ascendente)? (38:09:276)

- 5 - "A iconicidade da estrutura lingüística mais evidente e freqüentemente notada é a linearidade do signo lingüístico, que reflete a linearidade do tempo e da causalidade" (Haiman, 1985:20).

- 6 - A fórmula Rp, q se lê: relação entre p e q.

- 7 - O fato de o autor referir-se a interrogativa não prejudica o ponto que queremos ressaltar, ou seja, a ausên-

cia de diferenciação semântico-pragmática entre próteses antepostas e pospostas.

8 - Assim, a explicação proposta não dá conta das seguintes situações:

1º) casos em que há ausência de apódose explícita e, portanto, ausência de qualquer "relação" conhecida, fazendo com que a posição inicial seja ocupada necessariamente pela prótase;

2º) casos em que tanto a prótase quanto a apódose são conhecidas.

Até onde pudemos investigar, a pausa não tem papel decisivo na caracterização dos diferentes esquemas (ao contrário da entoação, não mencionada pelas autoras).

9 - Embora o critério de dado vs. novo não seja relevante, para a ordenação das proposições é importante lembrar que as noções de tema vs. rema, fundo vs. forma, tópico e quadro de referência, apontadas por inúmeros autores (Ramsay, 1931, citado por Haiman, 1979:33); Ducrot (1977); Haiman (1979); Ford & Thompson (1986) e Ford (1988)) estão relacionadas indiretamente aos grupos de fatores linha de argumentação (cf. cap. 8) e modo de argumentação (cf. cap. 9).

10 - A autora distingue ainda com base no seu papel interacional duas classes que não distinguimos em nossa análise:

a) a condicional final após entoação descendente: esquema característico dos contextos onde há alternação freqüente de turnos entre os interlocutores ("turn-taking"), desempenhando função eminentemente conversacional.

(...) eu acho que a pessoa pobre nunca deve pensar em plástica. Só se IRABALHAR (FS)muito. Mas eu acho que mesmo isso o dinheiro não dá, porque a plástica está um absurdo. (04:07:602)

b) condicional após apódoce enunciada anteriormente pelo entrevistador.

P: Você [acha] que é possível acharem uma solução [pra melhoria das condições de vida da população]?

R: (...) Só se mudar tudo aqui.(...). Se HOUVER (FS) uma desconcentração de renda. (71:37:2306)

c) condicional após curva descendente: relacionada a fatores conversacionais (afterthoughts, ou seja, pensamento acrescentado depois que o enunciado foi emitido).

Eu acho que fantasma não vem pra perseguir ninguém. Se existir fantasma.

(Exemplo fabricado)

Dada a natureza de nossas entrevistas, onde se previa um trecho "monologal" mais extenso, tais condicionais não ocorreram ou tornaram-se muito raras no corpus. De acordo com a entoação, foram incluídas ora como posturas (curva descendente), ora como anteposturas (curva ascendente).

- 11 - Vimos que os grupos de fatores linha de argumentação (cf. cap. 8) e modo de argumentação (cf. cap 9) confirmam a função de encadeador de discurso de tema ou tópico desempenhado pelas condicionais antepostas - apontada por vários autores (cf. Ford, 1988).
- 12 - Isto é comprovado pelas marcas discursivas encontradas na análise do grupo de fatores modo de argumentação (cf. cap. 9), por exemplo: vamos supor, imagine, você vê, olha, e outros.
- 13 - Observa-se que a mesma associação entre posposição e entoação descendente foi apontada para distinguir adjetivos antepostos e pospostos (p. ex.: homem bom vs. bom homem) (Gili y Gaya, 1960).
- 14 - A existência de modificadores restritivos foi apontada recentemente por Ford e Thompson (1986) e Ford (1988). Foram arrolados, entre outros contextos, o imperativo, os modais e a interrogação (Ford, 1988).
- 15 - Na verdade, todas essas marcas são elementos de uma mesma classe, já que os modificadores podem ser interpretados como formas mais ou menos fortes de negação (cf. Ducrot, 1983).
- 16 - Haiman (1985), apresenta uma relação extensa de línguas não relacionadas - entre as quais o vietnamita, o ucraniano, o hausa, o inglês e as línguas latinas - que apresentam condicionais justapostas (ou "paratáticas")

relacionadas morfologicamente com a coordenação (p. 44 e sgs).

17 - Um terceiro ponto de contato entre as opções subjuntivo vs. indicativo e a posposição vs anteposição da prótese, que não será aprofundado neste trabalho, diz respeito ao processo de desenvolvimento do discurso.

A N E X O S

ANEXO 1

Quadro (5) - caracterização dos informantes por sexo, idade, grau de escolaridade, atividade profissional e procedência.

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA	REGIÃO ADM.
1) Sônia	F	15	Prim.inc.(+)	Estudante	Pavuna	XXV
2) Laerte	M	16	Prim.inc.(+)	Boy do DISCO	Madureira	XV
3) Lívia	F	29	Prim.inc.(-)	manicure	Copacabana	V
4) Rosana	F	25	Prim.inc.(-)	do lar	Nova Iguaçu	-
5) Celina	F	49	Prim.inc.(-)	empregada doméstica	Pavuna	XXV
6) Rubem	M	46	Prim.inc.(-)	motorista	Jacarepaguá	XVI
7) Nilson	M	62	Prim.inc.(-)	carregador	Nova Iguaçu	-
8) Ermelita	F	81	Prim.inc.(-)	empregada doméstica	Bangu	XVII
9) Jésus	M	22	Prim.inc.(+)	porteiro	Botafogo	IV
10) Nilde	F	23	Prim.inc.(+)	empregada doméstica	Penha	XI
11) Vânia	F	25	Prim.compl(-)	faxineira	Nova Iguaçu	-
12) Gomes	M	25	Col.inc.(+)	bancário	Copacabana	V
13) Suzana	F	32	Prim.compl(-)	metalúrgica	Jacarepaguá	XVI
14) Eliana	F	46	Prim.inc.(-)	do lar	Pavuna	XXV
15) Jairo	M	46	Prim.inc.(-)	impressor	Anchieta	XXII
16) Mário	M	57	Prim.compl(-)	motorista	Anchieta	XXII
17) Josefa	F	63	Prim.compl(-)	micro- empresária	Botafogo	IV
18) Elda	F	60	Prim.compl(-)	do lar	Copacabana	V
19) Antônio M	M	19	Gin.inc.(-)	discote- cário	Sta.Tereza	XXIII

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA	REGIÃO ADM.
20) Dina	F	15	Gin.inc.(+)	estudante	Méier	XIII
21) Osvaldo	M	25	Gin.inc.(-)	livreiro	Ramos	X
22) Isa	F	24	Gin.inc.(-)	vendedora	Jacarepaguá	XVI
23) Neiton	M	30	Gin.inc.(-)	despachante	Vila Isabel	IX
24) Lisa	F	49	Gin.inc.(-)	do lar	Madureira	XV
25) Janete	F	37	Gin.inc.(-)	empregada doméstica	Jacarepaguá	XVI
26) Aldo	M	30	Gin.compl(-)	despachante	Botafogo	IV
27) Soraia	F	21	Gin.compl(-)	faxineira	Duque de Caxias	-
28) Lauro	M	31	Gin.compl(-)	operário	Nova Iguaçu	-
29) Elisa	F	26	Col.compl(-)	do lar	Botafogo	IV
30) Gilson	M	44	Gin.compl(-)	porteiro	Botafogo	IV
31) Cássio	M	45	Gin.compl(-)	fiscal de ICM	Botafogo	IV
32) Dulce	F	36	Gin.compl(-)	passadeira	Nova Iguaçu	-
33) Alice	F	70	Gin.compl(-)	funcionária público	Pavuna	XXV
34) Neuma	F	50	Gin.compl(-)	do lar	Méier	XIII
35) Dimas	M	16	Col.inc.(+)	estudante	Jacarepaguá	XVI
36) Valério	M	23	Col.inc.(+)	programador de compu- tação	Jacarepaguá	XVI
37) Paulo	M	17	Col.inc.(+)	estudante	Jacarepaguá	XVI
38) Luci	F	20	Col.inc.(+)	estudante	Jacarepaguá	XVI
39) Clóvis	M	32	Col.inc.(-)	eletrotéc- nico	Madureira	XV
40) Josélia	F	31	Col.inc.(-)	vendedora	Jacarepaguá	XVI

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA	REGIÃO ADM.
41) Altino	M	46	Col.inc.(-)	aerooviário	Ilha do Governador	XX
42) Marita	F	43	Col.inc.(+)	professora primária	Jacarepaguá	XVI
43) Jonas	M	60	Col.inc.(-)	bancário	Botafogo	IV
44) Célio	M	22	Col.compl(-)	não tem.	Méier	XIII
45) Elaine	F	18	Col.compl(+)	estudante	Botafogo	IV
46) Fátima	F	16	Col.compl(+)	estudante	Sta.Tereza	XXIII
47) Paulino	M	27	Col.compl(-)	conserta máquinas eletrônicas	Botafogo	IV
48) Ivanise	F	34	Col.compl(-)	auxiliar de Madureira escritório		XV
49) Verena	F	30	Col.compl(-)	enfermeira	Méier	XIII
50) Carlito	M	35	Col.compl(-)	funcionário público	Jacarepaguá	XVI
51) Rosalva	F	49	Col.compl(-)	do lar	Botafogo	IV
52) Alberto	M	64	Col.compl(-)	aposentado	Méier	XIII
53) Magda	F	70	Col.compl(-)	do lar	Botafogo	IV
54) Nora	F	70	Col.compl(-)	do lar	Botafogo	IV
55) Mauro	M	22	Univ.inc.(+)	preparador de dados	Jacarepaguá	XVI
56) Sheila	F	23	Univ.compl(+)	professora	Méier	XIII
57) Rejane	F	21	Univ.inc.(+)	técnico de contabil.	Méier	XIII
58) Sílvio	M	20	Univ.inc.(+)	estudante	Inhaúma	XII
59) Malu	F	25	Univ.inc.(+)	comerciário	Inhaúma	XII
60) Eduardo	M	47	Univ.inc.(+)	auxiliar de Lagoa advogado		VI

NOME	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA	REGIÃO ADM.
61) Talita	F	39	Univ.inc.(-)	auxiliar de Copacabana enfermagem		V
62) Júnior	M	82	Univ.inc.(-)	funcionário Méier público		XIII
63) Almino	M	46	Univ.inc.(+)	supervisor Sta.Tereza de vendas		XXIII
64) Jurema	F	57	Univ.inc.(-)	funcionária Vila Isabel pública		IX
65) Amanda	F	60	Univ.inc.(+)	professora Ramos		X
66) Galeno	M	26	Univ.inc.(+)	bancário	Sta.Tereza	XXIII
67) Cleide	F	22	Univ.compl(-)	do lar	Tijuca	VIII
68) Lula	M	30	Univ.compl(+)	advogado	Botafogo	IV
69) Betina	F	27	Univ. compl(+)	estudante	Botafogo	IV
70) Vasco	M	29	Univ.compl(-)	farmacêutico	Jacarepaguá	XVI
71) Luciana	F	45	Univ.compl(+)	professora primária	S.Cristóvão	VII
72) Marilu	F	45	Univ.comp.(+)	professor	Botafogo	IV
73) Técio	M	22	Univ.comp.(+)	professor	Sta.Tereza	XXIII
74) Edite	F	55	Univ.comp.(-)	professor	Méier	XIII
75) Lucas	M	36	Col.comp.(-)	policial	Pavuna	XXV
76) Heitor	M	50	Col.comp.(-)	Forças Armadas	Pavuna	XXV

(+) = informantes institucionalizados

(-) = informantes não - institucionalizados

ANEXO 2

Tabela (29): Distribuição da amostra por idade, sexo e escolaridade.

IDADE	15		25		35		50		TOTAL		TOTAL GERAL	
	a	24	a	34	a	49	ou	+	M	F		
GRAU ESCOLARIDADE	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
PRIMARIO	INCOMPL.	2	2	0	2	2	2	1	1	5	7	12
	COMP.	0	0	0	2	0	0	1	2	1	4	5
GINASIAL	INCOMPL.	1	2	2	0	0	2	0	0	3	4	7
	COMP.	0	1	2	0	2	1	0	2	4	4	8
COLEGIAL	INCOMPL.	3	1	2	1	1	1	1	0	7	3	10
	COMP.	1	2	1	3	2	1	2	2	6	8	14
UNIVERSIT.	INCOMPL.	2	2	1	1	2	1	1	2	6	6	12
	COMP.	1	1	2	1	0	2	0	1	3	5	8
TOTAL		10	11	10	10	9	10	6	10	35	41	76
TOTAL GERAL		21		20		19		16			76	

ANEXO 3

Tabela (30): Distribuição da amostra dos informantes que têm a linguagem como instrumento de trabalho.

IDADE	15		25		35		50		TOTAL	TOTAL GERAL
	a	a	a	a	ou	+				
	24		34		49		+*			
GRAU ESCOLARIDADE	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
PRIMARIO										
	FREQ.	2	1	0	0	0	0	0	2	1
	NÃO FREQ.	0	1	0	4	2	2	2	3	10
										14
GINASIAL										
	FREQ.	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	NÃO FREQ.	1	2	4	0	2	3	0	2	7
										14
COLEGIAL										
	FREQ.	3	1	3	0	0	1	0	0	6
	NÃO FREQ.	1	0	2	4	3	1	3	2	7
										16
UNIVERSIT.										
	FREQ.	3	2	3	1	2	2	0	1	8
	NÃO FREQ.	0	1	0	1	0	1	1	2	6
										14
TOTAL		10	9	12	10	9	10	6	10	37
										39
										76
TOTAL GERAL		19		22		19		16		76

ANEXO 4 .

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1ª Parte: formas de reagir diante da realidade: temperamento, personalidade, crenças e esperanças do informante:

1. O que deixaria você assim bem feliz? (Uma coisa, assim, que caisse, assim, do céu...?).
2. Tem alguma coisa que te deixa muito aborrecido? (Alguma vez aconteceu alguma coisa muito chata que te aborreceu muito?).
3. Você sabe guardar segredo? Imagine uma situação assim, por exemplo.
4. Você já foi assaltado? Como foi? Foi ameaçado? Pôde reagir? Você teria coragem de revidar? Em que situação?
5. Para você, os planos bem pensados dão sempre certo? (Já aconteceu de não dar? Acha que pode acontecer de novo?).
6. Você já esteve em situação de um vizinho, por exemplo, te ajudar? Como foi?
7. E você, já esteve em situação de ajudar um vizinho?
8. Já te aconteceu de um desconhecido te ajudar na rua?
9. E você, já esteve na situação de ajudar um desconhecido na rua? Você acha importante esse tipo de aproximação?

10. Que tipo de pessoa você é? Você é, por exemplo, muito ciumento? Em que situação? Você admite mentir?
11. De que você tem mais medo?
12. Você tem medo de morrer? (De fantasma, alma do outro mundo, disco voador, etc?). Por quê?
13. Qual a sua religião? Uma pessoa pode viver sem religião?
Por quê?

2ª Parte: atividades e valores sócio-culturais: vida em família, na vizinhança, no ambiente de trabalho; educação informal e formas de relacionamento interpessoal:

1. Você trabalha em quê? Gostaria de trabalhar em outra coisa? (Ou você estuda o quê? Gostaria, ou, vai estudar outra coisa?)
2. Você acha que as coisas estariam melhores para você?
O que seria preciso?
3. O que você gostaria que seus filhos fossem quando crescessem? (Ou o que você gostaria de ser quando crescer?
Ou o que você pretende fazer quando for mais velho?).
4. Se seu filho ou sua filha dissesse que queria sair de casa, o que você faria? (Ou você gostaria de morar sozinha? Quando você pretende fazer isso?).

5. Você acha errado deixar fumar na escola? Mesmo menores de idade? E bebida? A partir de que ponto passa a ser vício?
6. Você acha perigoso fumar maconha? Por quê? Que que você faria com um amigo viciado?
7. Que que você acha da educação sexual hoje? (Quando ela deve ser dada: em casa, na escola, nos meios de comunicação?).
8. Para muitos o casamento é coisa de antigamente. Que que você acha? A pessoa deve casar?
9. Na sua opinião as moças devem casar virgens?
10. (Se fosse homem), você casaria com uma moça que não fosse virgem?
11. Que que você acha do aborto? (E se tiver condições de criar o filho?).
12. Pra você, como a mulher deve resolver este problema?

3ª Parte: aspectos sócio-econômicos da vida urbana atual (em contraste com o passado e com a vida rural atual): violência, dificuldade de transporte e poluição urbana; condições de saúde e ensino, desemprego, infância abandonada; movimentos sociais, política partidária e economia nacional:

1. Hoje a gente vive melhor do que antigamente? Por quê?
2. Você gosta de morar na cidade? O que a cidade tem de bom? Pra você, quais os piores problemas da cidade? O que você acha da vida no campo? Você gostaria de mudar?
3. Muita gente acha que a Associação de Bairro ajudaria. Você concorda? Como poderia ser?
4. Reforçando os pequenos grupos de bairro, você acha que os vários bairros iam se juntar?
5. Isso resolveria os problemas da cidade? Como?
6. Você acha que, por exemplo, se o pessoal do prédio fretasse um ônibus, ia ser melhor para cada um? Como se poderia resolver o problema de transporte?
7. Pra você as bombas, os assassinatos que têm aí, tem alguma causa? Como se poderia acabar com isso?
8. Seria possível acabar com a violência pela raiz, eliminando a fome, por exemplo? Por quê?
9. Por que tem tantos pivetes e tantos adultos assaltando hoje em dia?
10. Você acha que prender, matar, resolve? Por quê?
11. Que tipo de mudança seria preciso para resolver essa situação? (Abaixar os preços? Criar empregos? Aumentar salários?).

12. Você acredita que a inflação possa ser controlada nos próximos anos?
13. Por que você acha que as coisas estão caras? Você acha que as pessoas estão ganhando o suficiente para viver bem?
14. Você concorda com a greve dos trabalhadores por maiores salários? Por quê?
15. Você participaria de uma greve de sua classe profissional?
16. Você acha voto importante? Em que situação? As eleições vão ser honestas?
17. Você vê algum jeito das coisas mudarem?
18. Você acha que seria uma boa pôr o Exército na rua para diminuir os assaltos? Adiantaria?
19. Pra você, deveria haver emprego para todos? (Inclusive para mulheres, velhos e crianças?) Por quê?
20. Por que as mulheres ganham menos pelo mesmo serviço?
21. Como as mulheres fariam com os filhos menores? Creche? Tem tanta creche assim?
22. Você deixaria seu filho numa creche?
23. A alimentação do índio é natural. Pra você, a nossa alimentação é melhor que a do indígena? Por quê?

24. E remédio, como é que você vê o problema de saúde hoje em dia?
25. Você acredita que uma pessoa pode se curar sem usar remédios de farmácia? Como? (Ervas, homeopatia).
26. Grande número de indústrias são estrangeiras. Pra você, isso acontece por quê?
27. O que você acha do ensino atual? O que você acha da escola que você cursa? (Você estuda? Onde? Você gosta de lá? O que lá tem de bom? Você pretende sair de lá algum dia? Você mudaria a sua escola? Fazendo o quê?).
28. Como se poderia resolver o problema de escolas no Brasil?

4ª parte: atividades de lazer: carnaval, futebol, praia, televisão, cinema, atividades artísticas, viagens:

1. Você vê televisão? Quando? Você acha que TV é um vício que as pessoas não conseguem vencer? Você acha que é um bom divertimento?
2. Pra você, como as pessoas se sentem diante da ostentação de fartura nas propagandas e nas telenovelas?
3. A Tevê ajuda ou prejudica o desenvolvimento das crianças?

4. Você gosta de futebol? Qual o seu time? Você acha que o Brasil pode perder essa copa?
5. Você acha que os jogadores estão bem selecionados? Você faria alguma alteração? Você imagina como os torcedores vão ficar no fim da copa?
6. Você gosta de viajar? Que lugares você gostaria de conhecer? Você acha que vai conseguir algum dia?
7. Você acha importante ouvir rádio? Ler jornal? Por quê? Você acha que rádio, jornal poderiam ser mais úteis? O que seria bom mudar?

ANEXO 5

Ficha com Dados Sociais

Verso:

Entrevista nº _____

(nome ou pseudônimo)

Informante: _____

Naturalidade: _____ Onde viveu até os 5 anos: _____

Sexo: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Naturalidade do pai: _____

Profissão que exerce: _____ Naturalidade da mãe: _____

Salário aproximado: CR\$ _____

Renda familiar: _____ N° de componentes: _____

Domicílio: _____ Sempre? _____

Escola: _____

Profissão do pai: _____ da mãe: _____

Escolaridade do pai: _____ da mãe: _____

Reverso:

Entrevistador: _____

Duração: _____

Grau de intimidade/poder entre entrevistador e entrevistado:

Grau de formalidade da situação: _____

Local da entrevista: _____

Personalidade do entrevistado: _____

Observações: _____

ANEXO 6

ENTREVISTA 47

ENTREVISTADO: Jonas

ENTREVISTADORA: Maria Helena

P: Jonas, o que deixaria você bem feliz, agora, uma coisa que caísse do céu?

R: Agora, se caísse do céu?

P: É... hoje em dia?

R: Hoje em dia, você fala no momento agora?

P: É...

R: Deixaria bem feliz? Bom, que eu tivesse bastante saúde, pudesse realizar tudo aquilo que eu quero. Por exemplo: ter um... uma vida mais segura em referência de meu trabalho, aquilo que eu quero na vida. Quer dizer, viver em paz com minha senhora como eu vivo até hoje e... gastar o que eu puder gastar, daquilo que eu ganhar do meu trabalho. Então uma coisa que eu gostaria de ter agora, por exemplo: nesse momento agora, se eu pudesse é... deixe ver, tá passeando, me divertindo, entendeu? No divertimento que eu digo, passeando, viajando, entendeu? Isso pra mim seria... se agora, mas no futuro, não sei, só daqui pra frente a gente pode saber, principal é a saúde, sem saúde não consegue nada.

P: Tem alguma coisa que te deixa muito aborrecido?

R: Que me deixa aborrecido? Não... primeiro é o seguinte, eu pra mim, tudo pra mim tá bom, porque eu sempre tive aquilo que quis, nunca fui impedido de fazer nada, meu

pai e minha mãe, meu pai e minha mãe, quer dizer, me deram a liberdade que eu quis, quer dizer, não tem nada. Tá tudo bem pra mim.

P: Assim em termos de... de... vamos imaginar que por exemplo: você vai levar seu carro agora pouco pra consertar o freio, né? Então vamos supor que não conserte, como é que você reage?

R: Ah... se não consertar... aquilo que eu, por exemplo: se você me pede, eu chego lá com meu carro você diz é tanto fulano, tá bom. aí quando eu vou pago a você, daqui a pouquinho,.aquele teu serviço não é aquele valor que você me pediu, lógico que eu fico aborrecido, é... aí eu acho que a pessoa faltou com o respeito a você e com a dignidade de fazer o serviço certo. Então não tem mais confiança naquela pessoa, jamais será o meu mecânico, a pessoa que eu vou ter confiança naquele momento, né? Porque ele agiu de má fé comigo, não é?

P: É. E se no caso de seu carro não consertar, você vai ficar muito aborrecido?

R: Lógico que eu vou né? Porque eu tô precisando dele, certo? Seria é... a gente fica aborrecido, mas isso passa, isso é coisa de momento, eu acho que... não sei... eu acho que pra mim eu não me aborreço mais, não me aborreço, que eu acho que... sei lá, sou uma pessoa muito amiga dos outros, os outros é que me aborrece, que não faz aquilo que as vezes que eu peço, mas eu com os outros eu sou muito bom, não me aborreço não.

P: Você sabe guardar segredo?

R: Segredo? Mas qual tipo de segredo?

P: Qualquer tipo, quer dizer, você me diz os que você sabe guardar, os que você não guarda.

R: Segredo... eu acho que segredo, não existe segredo, não é? Por que a pessoa diz que guarda, daqui a pouquinho, sem saber fala as coisas, não é isso? Não sei qual o tipo de segredo que você tá falando, segredo de família, segredo de rua.

P: Por exemplo: segredo de família, vamos supor.

R: Ah! aí a gente guarda, não, realmente se é uma coisa que não possa falar, uma doença da pessoa, se a pessoa tá muito doente há muito tempo, então a gente não deve falar mesmo, deve deixar a pessoa sempre viver aquilo que quer, né?

P: Você escolhe o que você deve falar, o que você não de...

R: Ah escolho! que eu tive meu cunhado, meu cunhado morreu, mas não falamos a doença que ele tinha, e nós sabíamos o que ele tinha, morreu até novo.

P: Por exemplo: se eu te contar um segredo, ou se outra pessoa qualquer, seu amigo te contar uma coisa e você acha que... e pedirem assim: Jonas não conta pra ninguém que é segredo, mas você acha que você deve contar pra outra pessoa você... você faz esse tipo de escolha?

R: Ah não... mas aí não, se for uma coisa que você chega pra mim fala: "O fulano, você não fala nada porque vai prejudicar fulano", mas se eu souber que aquilo que ele me pediu realmente eu devo falar pra pessoa, eu falo, mesmo sendo, prejudicando a ele. Lógico, porque se ele tá

agindo de má fé com outra pessoa, eu chego e falo, "não fulano foi eu que falei", eu assumo a responsabilidade, certo? A mesma coisa é no trabalho. Você tá num trabalho, às vezes acontece um problema dum roubo dentro da sua empresa, se é todo mundo vai ser castigado por causa dum? Não, lógico você, não é.. tem que chegar e falar: "não fulano você não assumiu a responsabilidade mas foi você", pronto. Aí, lógico um fica preso mas os outros nove ficam limpos. Porque hoje em dia não adianta você guardar, você ser prejudicado pra beneficiar uma porção de gente certo? E você só ficar no prejuízo não. Se é verdade, é verdade então tem que falar a verdade, não, eu assumo a responsabilidade, eu sempre fui assim, é por isso que eu não tenho nada, porque eu nunca... não passo a mão na cabeça de ninguém, se tiver errado, tá errado, entendeu? Porque eu tiro isso porque eu aprendi quando servi o exército, entendeu? Eu fiquei preso por causa dos outros, já fiquei preso, mas eu depois digo não, agora não fico mais não, fiquei uma vez mas não fico mais. A mesma coisa que eu tava falando da política agora, muita gente não sabe mas a pessoa sabendo bem o que que a pessoa fez, eles acham que tem que ser assim... então cada um trata de si, né? Como diz aquele ditado: lei do murici.

P: Então você acha que o segredo é uma coisa, relativa?

R: É... isso depende do momento. Eu acho, depende do momento.

P: Você já foi assaltado?

R: Não. Nunca. Graças a Deus.

P: Eu te cortei aí, você ia falar alguma coisa de segredo.

R: Não, não, não tem problema não. Mas nunca fui assaltado não. Nunca na minha vida. E ando na rua, hein? E trabalho na rua, com o dinheiro todo, pra cima e pra baixo.

P: É... você é um felizardo, coisa rara hoje em dia.

R: Não! Olha a pessoa... vou dizer uma coisa pra você, isso tudo vai da pessoa, porque você às vezes tá sabendo que você vai no meio da rua, às vezes você sente quando a pessoa quer te roubar. E você às vezes, sabendo, você não vai pra aquele lugar, lógico. Se eu vou no meio da rua, eu tô vendo que essa rua daqui é perigosa, pô! Todo dia tem assalto aqui nesse trecho, não vou passar por ali. Mas não passo mesmo. Por exemplo: olha, eu vou pra Icaraí, vou pra São Gonçalo, Rio Bonito, Tribobó, vou pra Realengo, Padre Miguel, mas eu sei onde é que eu vou. Por que eu fui criado... eu quase... uma infinidade de trabalho de rua, ando na rua, vendo aqui, vendo ali, então eu sei onde é que tem ladrão. As vezes eu passo perto deles, eles estão perto de mim, pede pra pagar um negócio, eu pago. Mas nunca vou puxar meu dinheiro todo, meu dinheiro todo eu não puxo, eu puxo aquele... se eles me roubarem, vai roubar quinhentos cruzeiros, duzentos cruzeiros, e eles não querem, mais não quer mesmo.

P: Você consegue imaginar que reação você teria se fosse assaltado? Já pensou nisso?

R: Ah, se eu fosse assa... por exemplo: se eu tô com uma importância no meu bolso, se eu for assaltado, primeira coisa que eu digo: carrega mesmo... isso não é meu,

entrego, lógico! Primeiro a minha vida, depois a dele. Agora se eu for assim... por exemplo: se eu tivesse no meio da rua com uma pessoa que eu... é... por exemplo: se fosse a Nilva que tivesse junto comigo, o cara fosse assaltar nós dois, lógico, eu ia defender ela, aí tem que morrer, nós brigar pra ver quem seria o vencedor, certo? Nesse caso, a minha mãe, meu pai é lógico que eu vou defender eles, agora se eu tô com uma pessoa que não é meu parente, pô! Como é que eu vou defender aquela pessoa? Não posso defender, então assalta logo nós dois, pronto, né? Não vamos reagir, não vamos reagir. Assaltou, acabou. Agora se der tempo da gente pegar tá tudo bem, né? Mas é difícil. Pra mim assaltarem é difícil.

P: Um trauma, né? Todo mundo...

R: É, mas tem pouco assalto.

P: Você acha?

R: Tem muito assalto por causa... sabe porque que tem assalto? É o que eu digo muito, e às vezes as pessoas diz: Ah tem assalto é por causa de... dessa política errada que tem no governo, que a pessoa de uma classe baixa, uma pessoa de cor, ninguém dá apoio. Você vê, você... os programas de televisão de... de propaganda, eles não bota uma pessoa de cor fazendo a propaganda, não bota um garoto de cor, por exemplo: se tem mulato, preto, louro e... quatro cores, que eles dizem, porque que não bota uma criança de cada cor? Né isso? Mas não põe. Põe mais "bonitinho", então aquelas crianças que vêm aquilo na televisão, já vão crescendo com aquela diferença, então

quando chega uma certa idade, vai procurar um trabalho, o cara de cor vai, "ah não tem vaga, não sei o que", ele já sai ne? Você já sai meio revoltado, mas eu estudei a beça, pô só por causa da minha cor tem, eu sei que tem vaga. Você não vê um gerente do Banco do Brasil preto, você não vê um general preto, você não vê um ministro preto, você vê um... por exemplo: um diretor de um hospital preto, você não vê... é outra coisa, você não ve aí de jeito nenhum, você não vê um prefeito preto, você não vê um governador preto, você vê? Eu nunca vi. Eu até hoje aqui nunca vi, não vê um almirante, então quer dizer, eles mesmo põe, depois diz que não tem preconceito de cor, tem sim, tem até demais, então vai perguntar: porque que o pessoal rouba, você vê 90% do pessoal rouba, é revoltado, não que o cara quer roubar não, lógico que você é um homem, tá no meio da rua, um rapaz 19 anos, 20 anos, pô! Vê você de uma cor clara, gastando dinheiro, motocicleta pra cima e pra baixo, gasolina pr'ali, pr'ali, come aqui na Bob's, vai ali pega bota roupa bonita, ele não consegue fazer aquilo, o que que tem que fazer, roubar. Não é? Não eu também vou, não eu quero aquilo, eu vejo todo mundo fazer aquilo, por que eu não consigo? Então tá esse trauma aí, é essa revolta que eu tô dizendo, da eleição aí ô. Você vê, o pessoal tá votando mas estão votando num tão sabendo o que vai acontecer, você vê, é todo mundo revoltado, se vê é... motorista de ônibus, motorista de taxi, é médico, é professores, todo mundo com revolta. Porque vê um bem bom, outras... é taí. Eu acho que é por isso que tem

assalto aí, uma porção de assalto. Eu penso assim.

P: Você tava falando é... que... que as pessoas que não podem ter as coisas, e vê os outros comprando, vê os outros... você acha por exemplo: a televisão, que a televisão é um pouco responsável por isso também? Na medida que ela mostra anúncio, novelas?

R: Lógico, lógico. A televisão é pra mim, é um meio de comunicação que ela agride a você dentro da sua casa, ela entra com certas coisas dentro da sua casa que você fica agredido. Então você fica revoltado, por exemplo: eu tô aqui no barraco, eu tenho uma televisão por exemplo e... cores preto e branco, então ali começa passar uma coisa, a pessoa vai aprendendo, você vê que as crianças de hoje em dia não é como era antigamente, eu antigamente eu respeitava os outros, quando era... eu com 19 anos, 10 horas vinha embora pra casa, 9 horas. Hoje você não vê, é o contrário, 10 horas eles saí pra passear, ao inverso das coisas, então vê, você vê na televisão, hoje mesmo você pode vê eu não sou nenhuma pessoa, eu sou a favor de tudo, eu gosto de tudo. Eu gosto de passear, gosto de pescar, gosto de fazer tudo que eu quero, então você vê o seguinte: você vê pelas moças de hoje em dia, a facilidade que elas tem, não é isso? De se vestir, de gastar dinheiro, elas tem carro, elas vão daqui, tem iate, não é isso? A televisão, a televisão ensina roubar, ensina você a matar, treina você a fazer plano para assaltar bancos, você vê filmes ali que você diz: pô! como é que eles quer que acabe o roubo, o assalto, se a te-

levisão é a primeira que entra dentro de sua casa? Não é isso? Eles mostra imagem de... por exemplo: de novela a família se destruindo na família, a própria família se destruindo. Você não vê nas novelas do canal 4? Só põe o que? Se eles pudesse, botasse no canal, por exemplo: canal 2 que diz que é canal educativo, não é um canal educativo, ele... eu não vejo ele educar nada, eu vejo ele fazer troço tudo errado, já fazem até novela, já vi, se eles chegassem fazer por exemplo: fizessem um programa de... é de cultura, bom, hoje, toda as terça-feira nós vamos passar 3 horas ensinando matemática, quarta-feira vamos ensinar português, 5 horas ensinando português pro povo, 6 horas vamos ensinar a profissão, né? Umas seis horas ensinando profissão, uma quinta-feira, num sábado vamos fazer uma parte de tudo que nós ensinamos, é no domingo vamos fazer um programa educativo para a família, pronto, não, mas eles não fazem isso. Cê vê que eles chegam até brigarem, pra ser um diretor de programação, bota aquele pessoal, você vê as at... porque que você não consegue, você não vê a... o artista de teatro na televisão de cor, um diretor, você não vê. Eles põe sempre o papel mais baixo, isso dá uma revolta, isso aqui é uma casa que nós temos, um é preto, outro é branco, outro é de outra cor, mas você não vê isso, certo? Isso... isso tudo que aparece na televisão é que revolta, que ela, a televisão tudo mundo tem televisão agora. Você vê que até no interior do Brasil lá longe, lá bem lá no finalzinho, no Amazonas, né? O cara já sabe o que é uma televisão, já

sabe que ele tá sendo roubado. É verdade ou não é? Não, não vou mais plantar porque, planto, vou pra lá pra roça, bota cem quilos de tomate lá, quando chega na capital o cara vende aquela cem... cem vezes de lucro. Não vou plantar pra ele. Não é o que tá acontecendo aí?

P: E o que você acha disso de... por exemplo: passa muita novela, as novelas basicamente se passam no Rio ou em São Paulo, né? As situações das novelas. Mas no caso, lá no meio do mato, lá no interior da Bahia, digamos qualquer interior, tá, eu digo da Bahia porque já é uma cultura um pouco diferente da nossa né? Cidades aqui do Rio.

R: Certo.

P: Um cara lá vendo uma novela dessa daqui, uma cultura completamente diferente da dele, tem coisas que ele nunca viu, que não tão perto dele possivelmente ele nunca vai tá perto mesmo, o que que você acha que acontece com a cabeça de uma pessoa dessa?

R: Oh! mais lógico! Ele mesmo muda, muda o sistema dele. Ele fala assim: né, vem cá, aquilo que está passando ali é aqui no Brasil mesmo é? Então fica olhando, não, eu quero ir pra lá. Ele abandona, ele fica revoltado porque fica trabalhando preso na terra dele, não, eu também sou ser humano, que a televisão ensina, o que eu tô dizendo você, a comunicação é a pior coisa... é uma das coisas mais avançada do mundo, mas também ela se torna perigosa, ela vai... você qualquer parte do mundo você tem comunicação, certo? Então aquele cara no interior fala assim: bom, a- quele lá a lá, ele tem carro, ele tem iate, ele vive bem,

eu vivo aqui nesse barraco, não tenho médico, não tenho dentista, não tem nada aqui, minha roupa é assim, por que que eu sou assim? Então é a revolta do povo. Você vê que agora nas eleições, no interior, todo mundo tá votando certo, entendeu? Não... o pessoal fala assim: não é voto de cabresto. Não é não. Não é mais não, cabou. Esse negócio de dizer que o pessoal do interior é bobo, porque eu e a Nilma, nos fomos pra Muriaé, fomos 5 horas e meia aqui de ônibus, mas nós vamos lá pra dentro do interior de Minas, lá que nós fomos, o pessoal tudo esperto. Não tem mais bobo não. De dizer: ah, não é não, eles conhece tudinho por meio da televisão, que tem canal entendeu? Tem rádio, cê vê, agora mesmo nós tivemos no interior lá de Minas, tivemos lá em Muriaé numa feira lá, o pessoal todo lança a moda primeiro do que aqui. Essa moda que tem de mini-saia, vestido colorido da primavera, lá já tinha, mês de... de, mês de setembro, agora que chegou aqui, não foi? Até eu falei pra Nilma, porque muita gente não sabe, muita gente ah, a moda é no Rio de Janeiro. Não é não. Ela vem até do interior, pessoal daqui vai lá, vê, lança aqui, aí diz não é moda daqui. Não é não, porque maior parte do ... das indústrias... é texteis são tudo do interior. Não é daqui da capital. Não é verdade? O que que você quer mais?

P: Você, você acha que tem algum meio de acabar com essa violência? Você tava falando que que gera, dai veio o papo da televisão, que a televisão gera a revolta, por aí eles assaltam, isso tudo. Você imagina um meio?

R: Olha, você quer ver uma coisa aí, eu sou um camarada meio leigo. Mas eu vou dizer pra você: eu, o que eu estudei, eu vou dizer uma coisa pra você: você quer ver a revolta, cê vê no Banco do Brasil abre um concurso aí faz até 35 anos. Então você já eliminou, uma porção de gente que estudou tá revoltado, abre um concurso na Caixa Econômica, até 29 anos, então já revoltou aquela, aquele pessoal que estudou ali meio atrasado. Então eles só ficam dando chance... aquilo que eu te falei, pessoal da classe alta, não é? Não digo classe... classe que eu digo, pessoal que tem condições de pagar e não pagam os estudos. Eles estudam de graça; você vai ver. Então você trabalha numa empresa, então você tá ganhando um bocadinho, o patrão vem te manda embora, seis meses, então você trabalhava... agora você só trabalha 6 meses, aí eles bota dois que ganham menos, então você já vai ficando revoltado, você já não vai conseguir se empregar com uma certa idade, então você já começa pegar um emprego com salário baixo, você... quando você ganhava cento e vinte mil, passa pra oitenta mil, então... eu, eu se eu fosse Presidente da República, eu acabava com o desemprego todinho no Brasil, sinceramente, o cara diz assim: esse cara é burro, é maluco, mas não sou não. Vê, olha só: não é um país de jovem? Não tem 90% de jovens no Brasil? Assim eles dizem, oitenta por cento? Oitenta por cento, vamos botar oitenta por cento, então você quer ver olha só: aposentadoria não é com 35 anos de idade, então a pessoa...

P: trinta e cinco anos de serviço.

R: trinta e cinco anos de serviço. É de serviço. Não é de idade, então a pessoa com sessenta anos é aposentada. Então não é que acaba num instante? eu achava assim, não precisava mais se aposentar com trinta e cinco anos de serviço, com quarenta anos de idade se aposenta. Então você eliminaria, o que? Ficava uma porção de gente jovem trabalhando pros mais velhos, é! A continuação da vida, não é isso? Você quando vai ficando velho você não vai perdendo tuas forças? Não é lógico todo mundo perde, que todo mundo perde, isso que a pessoa disser, isso é mentira, porque até o carro você usa ele, você que tem que trocar as peças todinha dele. Não tem? Lógico, trocar pelo mais novo, você não quer sempre trocar pelo mais novo? Não é verdade? Então acho que acabaria com o desemprego. Pô! Dava emprego pra todo mundo. Então com quarenta anos vai ficar na sua casa, ganhava aposentadoria, podia fazer uns negocinhos, tal, pescar, passear, e a juventude ia trabalhando. Não é verdade? Eles não dizem que tem... que o... Presidente da República tem que ser velho, não tem que ser velho, ele tem que ser velho o Presidente da República, mas os trabalhadores não querem trabalhar pra velho não. Duvido! Você yai numa indústria, se tiver cem vagas, eles botam 90% tudo jovem. E aqueles dez por cento eles, ah não tem vaga, não tem vaga, é aonde você vê uma porção de chefe de família tudo desempregado aí. Então os filhos ficam revoltados porque você não consegue nem viver, nem deixa os outros viver,

você pode ver, vê só os concursos que abre aí, concurso de oficial da polícia, do exército, todo concurso que abre aí tem tudo limite de idade, então o próprio governo é gerador de desemprego, ele acha que tem que desempregar todo mundo. E não dá força. Você vê, ele mesmo, o governo agora dá uma declaração no Jornal do Brasil dizendo que vai fazer um corte nas estatais. Nas empresas do governo, lógico, se ele cortar o orçamento daquelas empresas o que vai acontecer? Vai desempregar os empregados que ganha mais, os funcionários que tem um salário alto vão passar com salário baixo, então eles estão desempregados. Você acha que por exemplo: um engenheiro é... por exemplo, da Telerj ganhando quinhentos e cinquenta mil cruzeiros, ele é desempregado, ele vai conseguir arrumar um emprego de quinhentos e cinquenta mil aí fora? De jeito nenhum. Esse camarada vai ficar o quê? Vai ficar com trauma na família, a esposa já vai ficar com outra... a coleguinha da esposa vai falar: fulano ficou desempregado, ela já não pode mais ir nas reuniões, entendeu? Ela já passa para o segundo plano, passa mesmo. Não, fulana não dá mais pra sair com a gente porque o marido dela isso... os filhos já vai ter que tirar do colégio, botar num colégio mais baixo, quer dizer, prejudica a família, o próprio governo prejudica a família. Eu penso assim. Então eu acho que devia ser tudo igual. Não é dizer ser igual o... como é que se diz? Você dá a casa pra mim. Não. Não quero sua casa. Eu ganhar um salário que eu posso viver tranquilamente com saúde, com tudo direitinho... você

ganha cem mil, pô, você ganha cem mil porque você merece, eu ganho cinqüenta mas tá bem, eu tô ganhando o meu, eu sei porque eu estou ganhando; agora você desempregar pra botar duas pessoas, três ganhando trinta mil? Esse país nunca vai pra frente. Desde que eu me entendo gente que eu vejo falar que vai melhorar, nunca vi melhorar nada; Sempre piorando. Sinceramente eu vejo sempre piorando. Eu ainda peguei um bocadinho das coisa boa, eu peguei. Depois da guerra eu peguei. Peguei tudo fresquinho, carne fresquinha, os legumes sem... sem produtos químico, vivi numa boa. Depois, de cinqüenta pra cá ficou ruim. Tá ruim até agora, não vi melhorar nada. eu acho que é essa revolta que o povo tem aí. E não é só aqui não, hein! É no mundo inteiro. A revolta é no mundo inteiro. Provocado por quem? Pelo capital, né? O dinheiro, o dinheiro é que provoca tudo.

P: A falta dele, né? Você acha que botando o exército na rua... a polícia do exército na rua era é... acabaria ou diminuiria a violência? Cê se lembra que andou um projeto de botar o exército na rua, a cavalo... você acha que resolve?

R: Primeiro, primeiro, é o seguinte: eu acho o seguinte, primeiro que o exército brasileiro, tão cheio de camarada que não fazem nada, não produzem nada, não produzem não, não precisa botar o exército todo na rua não. Pegaria uma parte do exército transformaria em polícia. Por exemplo: o cara não vai servir o exército você vai dá serviço na rua. Sem... com a farda do exército, mas nada de arma,

seu... tira a arma, desarma o corpo, o povo não precisa andar armado, não precisa andar armado, não. Você por exemplo: vai entra na classe de... de 75, né? 76 que vai entrar, então vocês vão fazer esse serviço, vão fiscalizar, pronto. Fulano você, o que você tá fazendo na rua, ah eu tô... tô desempregado. Tá desempregado? Então tá bom, fazer um serviço de... é recursos humanos, selecionar o pessoal, fulano tá desempregado. Quantos anos você...? Ah tô com 17, 18, então você vai aqui no exército você vai trabalhar assim assim um ano, vai aprender uma profissão, depois você sai, o próprio exército empregaria um rapaz em cada... esses escritórios de... de como é que se diz? De agência de emprego que não resolve nada, cabava com isso tudinho aí, eu se fosse o governo cabava com isso tudinho, botava eles pra fiscalizar, fiscalização em cima das indústrias, você que tá no meio da rua? Tá a fim de roubar? Aí, tá aqui um emprego pra você. Se você não quiser trabalhar aí prendia o camarada: não, "você não quer trabalhar tem que ficar preso". Aí botava na prisão agrícola, vai produzir, ele mesmo... botava um lá pra fazer prisão agrícola, ele produzir bastante, ele ia sentir que não é bom ficar preso. Eles não fazem as coisas porque eles não querem. Eles tem tudo na mão aí, eles querem mesmo é... tem grupo interessado em ganhar dinheiro nas costas dos outros. Tem! Tem grupo aí interessadíssimo. Lógico que eles não acab... você acha que se eles quisesse não cabava com a maconha? Duma hora pra outra? Prendia todo

mundo na mesma hora. Ah é?

P: Cê acha que prender...

R: O trabalhador quando faz greve o que eles fazem? Vão buscar o trabalhador em casa. Não vão buscar? Não prendem, não diz que é subversivo? Mete o camarada em cana lá, o cara fica preso. Não é isso? na mesma hora. Você vai fazer uma reivindicação no sindicato, e o camarada é agitador, e ô o agitador aí. Todo mundo em cima de você, querendo informação secreta, quando você vai embora pra casa, eles pum! na tua casa, porque eles não vão pegar os grandes traficantes? Eles não querem. Tem gente grande comendo dinheiro aí. entendeu? Tem gente com dinheiro aí. "...não esse aí não acaba não, é... se acabar como é que eu vou viver?" Aí acontece isso aí. Eu acho assim. Então, eu acho que o governo devia ter... de olhar muito mais... o exército pode resolver muitos problemas... as forças armadas... pode ajudar o povo. Se o exército é pra ajudar o povo, tem que ajudar o povo. Né isso? É porque tem gente grande dentro dele que não quer.

P: Tem muito trabalhador é... profissional liberal tipo advogado, economista, não sei quê... quê trabalham em empresa, quer dizer já não é... trabalham, mas não trabalham, entendeu? Tem um emprego mas não trabalham. Chega tarde...

R: O exército acusando essa parte?

P: É, até exército, mas podia... é se esforçar muito mais e não se esforça. Tá cheio de gente assim, ne? Diz que...

R: Não, não é só isso não, negócio seguinte. Tem muito,

muito militar aí, muito militar que você mesmo deve saber que eles tem quatro, cinco emprego, entendeu? Coronel, General, por exemplo: você vai nas Furnas lá, parece até um quartel-general, ali em Botafogo, eles ficam de cima do terraço vendo quem não trabalha, eles não tão fazendo nada e ficam fiscalizando os outros, às vezes você trabalha no sistema de... um quartel, que eu acho que o camarada que se dedicou a ser um oficial, da zona lá, ele tem que ficar lá dentro do quartel dele. Se ele quis ser oficial, problema dele. Ninguém é obrigado a servir exército. Você vai lá, serve e sai. Pergunta: você quer dar baixa ou quer ficar? Não, quero ir embora. então porque que ele vai ser um oficial e depois ele fica aposentado, eles tem o... o, a aposentadoria deles é vitalícia, não acaba nunca, passa de família pra família, tudo bem, agora o trabalhador, a dele acaba. Cê acha que a pessoa vai ficar satisfeito com um negócio destes? Você vai numa repartição... se forma, por exemplo, em economista, na hora de você exercer sua profissão ali de economista, tem um coronel ali do teu lado, que é teu chefe, entendeu? Como tem nas Furnas, tem na Vale Sul, tem a a... Petrobrás, tem no Banco do Brasil, tem no Banco do Estado.Todo lugar, todas empresas multinacionais, tem militar tomado conta, pensado que o trabalhador vai incendiar aquilo, vai tocar fogo naquilo, cê não pode nem... o regime deles é militar, te mandam embora sem direito, você não sabe nem porque foi embora. Então eles mesmo que são culpados.

P: O que você acha que tinha que fazer com isso?

R: Eu acho o seguinte: o camarada quando... o trabalhador quando se aposenta, ele não vai exercer a função de chefia. Então se o militar, por exemplo: se o general e... cabou... a... o período dele é foi pra reserva, reserva, o camarada que fica jogando atrás não é isso? Então tá na reserva, tá no banco, então não tem nada de ir pra outro lugar, tomar o lugar do outro que tá precisando. Você vê, se eles tirasse esse pessoal todinho, tem pessoal que tem quatro, cinco emprego, se o governo quisesse cabasse com isso. "Não, cada um vai ter um emprego só, cabou". Não dava pra todo mundo viver. Por que você pode viver com cinco emprego e eu só posso... e eu vivo com um? Você não consegue viver com cinco? Não é verdade? Eu vivo com um, por que você quer viver com cinco? Então esses cinco gera mais cinco pessoas que não ficava desempregada. Não é mesmo? Bom, você vê dentro do exército e aeronáutica, você vê, botaram até mulher pra servir. Polícia, pra ficar sentado dentro daquelas casinholas, não sei o que elas fazem lá. Elas não fazem nada. Não sou contra as mulher não, mas não é verdade? Elas não querem ser feministas, elas não querem ter o mesmo cargos dos homens? Mas elas mesmas não procuram.

P: É, mas esse cargo da polícia feminina, tem a questão da droga, da maconha. Antigamente muito... acontecia do guarda pegava, digamos, por exemplo: um casal. Ele podia revistar o homem, ele não ia revistar a mulher, sabe? Se ele encostasse a mão na mulher pra revistar, pra ver o

que ela estava escondendo... então botaram polícia feminina...

R: A polícia, sempre teve, a polícia sempre teve polícia feminina...

P: Mas agora que tem na rua ai...

R: Tem detetive, na DOPS sempre teve, na hora quando elas eram presas, ia, chamava aquela pessoa da polícia pra revistar.

P: Mas não tinha na rua que nem tem agora.

R: Mas na rua mulher não vai revistar a outra, não vai levantar a saia dela pra... maconha... ela é conduzida ao distrito, realmente lá, quando antigamente vinha uma pessoa, ia lá uma, uma mulher revistava ela, sempre teve.

P: E você acha isso certo? O que você acha disso? Acha que tem que ser assim mesmo? Tem que mudar, você tem alguma idéia?

R: Eu acho, eu acho que a polícia feminina, ela tinha que trabalhar igual aos homens sim. E a mulher quer ter os mesmos direitos que os homens, se ela entrou pra uma corporação, ela tem que fazer a mesma coisa que os outros faz. Ela não quer se valorizar? Ela não quer ter o mesmo direito dos homem? Então, se você quer ter o mesmo direito meu, você tem que fazer a mesma coisa que faço. Olha, tem muita coisa pra mulher fazer. Tem. Tem hospital, tem maternidade, tem é... é serviço de... de por exemplo: de social pra elas fazerem, tem na indústria também muita, muito lugar pra mulher trabalhar na indústria, mas a mulher quer ser... ela quer ser igual o ho-

mem. Tão, tá bem, eu não sou contra que ela seja igual o homem, mas você vê a eleição agora, não se candidatou uma mulher? Só porque disse que a mulher é sapatão, eu sei lá se é sapatão. Agnaldo Timóteo também não dizem que ele é bicha? Só que eu não sei, dizem. Qual é a chance? As mulheres não tiveram a chance agora na eleição? Por que se candidatou uma mulher Pref... é Vereadora, Deputado Federal, aqui no Rio de Janeiro, uma porção delas? Não é verdade? Em outros partidos. Elas não quiseram, tiveram... você vê na televisão passou ontem, lá no Estado de São Paulo oito mulheres prefeitas, oito duma vez, aqui como é um estado, um estado que tem mais cultura as mulheres se encolhem a hora que é chamada pra responsabilidade elas não vão. Quer dizer, mesmo que a outra fosse mulher sapatão como elas disse, o que que elas tinham que fazer agora? Não, negócio o seguinte "nós vamos tirar mesmo os homens". "Vamos botar pra quebrar". "Nós vamos"... a força, se a mulher souber a força que ela tem, se a mulher souber a força que ela tem, ela domina o mundo de ponta a ponta. Mas elas ficam parada; não é verdade? Cê chega aí, eu mesmo tava fazendo propaganda pra Sandra Cavalcante, eu vi na rua, Ih! votar em mulher? mulher tem ciúme da outra.

P: (Risada) Você acha é?

R: Tem. Tem. Tem, eu acho toda elas tem, porque uma passa perto da outra, olha... i você viu o sapato daquela e pê pê pê, a jóia, o homem não faz isso.

P: Mas você acha que por exemplo: algumas mulheres, deixaria

de votar na Sandra Cavalcante só porque ela é mulher? Assim, você acha que uma mulher por ciúme, não vota pra governador, por que acha que uma não pode mandar em outra, né? Não é que acha que o homem pode mandar?

R: Não, o homem, você pode notar uma coisa, não é porque eu seja homem não. O homem quando tá numa chefia, que ele manda nos outros homens, quer dizer que o homem respeita o outro como chefe. A mulher, já acha que como tem duas mulheres, a outra pode falar assim: "Tá vendo, essa daí ô só porque tá na chefia tá mandando em mim, que não sei o que... não sei o que... não vou fazer, não é isso que elas falam?"

P: Não, tá. Isso eu entendi, a relação do homem com o homem chefe e tal. Da mulher com a mulher chefe tem problema. Agora se a mulher é... fica com raiva porque tem uma mulher mandando nela...

R: Sempre ficam

P: ... ela tinha raiva também de ter um homem mandando nela, né?

R: Mas não tem.

P: Pois é.

R: Você vê que é o contrário. Não é verdade? Elas mesmo conta. "Ah! prefiro um homem mandando em mim em uma repartição do que uma mulher. Que ela acha que a outra, não vai dá serviço pra ela, não vai dá promoção, e realmente não dão mesmo. Isso eu trabalhei, já trabalhei no banco 18 anos eu vi. As mulheres, elas ficam fazendo fofoca uma da outra, na hora do trabalho, ah tá vendo

a lá, fulana tá saindo, tá saindo com o chefe, fulana tá... não é verdade? Não, não vou fazer não, é pra fulana, não vou fazer. Não faco, não faco.

P: O senhor sabe a pergunta...

R: Ué? Tá gravando, o que que tem? Não é entrevista?

P: É (risada)

R: Ué?

P: Depois vai dizer assim: Não Nilma...

R: Ué? Mas não é entrevista?

P: Mas ninguém sabe que banco que é...

R: Eu disse qual é o banco?

P: Não.

P: Nem disse o que é. Então não tem problema.

R: Eu disse o local que estou fazendo a entrevista?

P: Não.

R: Também não disse. Se o cara botar na Polícia Federal, fica por lá mesmo.

P: (Risos da Maria Helena). Ai, ai.

P: É você... você tá comentando da mulher, né? Esse negócio aí é interessante... Você acha, na sua cabeça tem uma idéia de por que que acontece isso? Por que que a mulher tem inveja uma da outra, você sabe? Tem alguma idéia da razão disso acontecer? Por que ela não tem com o homem e tem com a mulher?

R: Não, eu vou te dizer... olha sabe porquê? A mulher é feminina, né? Então você vê, elas tem, já isso é tendência mesmo da mulher, já é delas mesmo, não adianta você querer mudar, que não vai mudar. As mulher já tem

tendência de falar uma da outra, você vê, a mulher quando passa no meio da rua, uma olha pra outra e se tiver duas mulheres, passa uma ali, a outra, aquelas duas que estão juntas: "Tá vendo? Olha lá o vestido dela. O vestido dela tá meio torto, não sei o quê. Tá vendo a pintura? Hi... que coisa horrível!" Não é assim que elas fazem? E elas mexem uma com a outra, elas mesmo. Olha, né? Você não vê um homem olhar pra outro e dizer que o terno dele tá ruim, que um falar, vai, ele vai logo brigar com o outro, vai logo falar, ou então olhar e falar: você gosta de homem? Não é verdade? Não é verdade? Na mesma hora. A mulher não, elas falam mas não brigam, elas não brigam. Elas falam por elas falarem mesmo. É delas mesmo. É da mulher mesmo. Porque a mulher pra ser feminina ela tem que ser assim, fala uma da outra mesmo. Você pode notar. É no trabalho, e... é, por exemplo, se for uma doutora, tiver outra doutora, uma fica com ciúme da outra tá conversando com o médico, tá dando mais atenção aquela. Ela não, fulana já tá saindo com aquele doutor, não sei o quê... etc... Não é verdade que elas falam? É mesmo, você pode notar. É na rua, é um qualquer lugar. Já é delas mesmo, de fazer... de falar de uma delas. Uma da outra. Aquilo elas falam, acho que sem maldade. Eu penso assim, sem maldade. É da pessoa mesmo, é do... não é da pessoa, é da humanidade da mulher, entendeu? Não é isso? É do sexo delas mesmo. Você não vê um homem chegar, olhar um e outro, ficar olhando de cima em baixo e saí logo uma confusão. Não é verdade?

P: É.

R: Você não vê o homem fazer assim. Duvido. Mas eu duvido.

Já a mulher não, ela olha, olha, elas não reclama, elas vão embora. Não é verdade? elas pensa que vai sair briga, então elas vão embora. Eu penso que é isso... por isso é que a mulher ainda não assumiu o lugar dela direito na política, aí. E ainda não tomou conta da... da... do lugar dela, ela tem que saber a força que ela tem. O dia que ela descobrir a força que ela... a mulher... manda minha filha, por exemplo: o Presidente da República tem a mulher dele, não tem? Se ela chegar perto dele e impor a ele você acha que ele não faz? Gostando dela? Ele: bom é, tem que ajudar porque... a mulher faz parte deste sexo, então tem que ajudar e ajuda mesmo. Isso ajuda.

P: O que você acha que as mulheres precisariam fazer para conseguir assim... esse lugar?

R: Eu acho que as mulheres devia se unir. Entendeu? Cabar com esse negócio de eles dizerem que tem... que mulher tem que ficar na cozinha, mulher que tem que ficar só lavando roupa, mulher tem só que tomado conta... não. Assumir a responsabilidade delas. Elas sentir a força que elas tem dentro de uma casa. É a mulher que pega o dinheiro e faz a compra. É a mulher que paga a luz, que leva o dinheiro pra pagar a luz. Ela sabe quanta luz que ela gasta, ela sabe quanto ela vai gastar de roupa, certo? De comida, de gás, telefone, entendeu? Então se ela é uma administradora, dá uma administradora perfeita dentro do... governo... não precisa, se quer aprender

administração pode ser com a mulher, ela faz tudo.

P: É. Se ela fosse ganhar o que ganha um administrador, um economista...

R: Não é verdade? O dinheiro tem que dá pra pagar tudo. Não tem? Então essa hora que elas sentir essa força, é o que eu digo pra você. A hora que elas sentirem: "não, nós estamos com a força na mão e não sabemos colocá-la em prática. é... não, negócio é esse aqui ô? Aí, vamos lutar agora, está tudo de mão... mão atada pelo meio da rua. Não vamos comprar mais carne. Que se dane. Se meu marido quiser comer carne, ele que vai comprar, ele que vai fazer bife. Não vamos comprar". Não, mas quando chega essa união, aí chega uma outra: "Ah, eu vou comprar, não sei o quê..." A mulher que deixa sempre furo, ela que fura tudinho. Você pode notar. Se o tabalhador, os trabalhadores vão fazer, por exemplo: o metalúrgico vão fazer greve, aquela mulher do engenheiro que tá ganhando bem... "não meu filho, não faz greve não, faz não senão você vai perder o emprego". Aí ela tem força em cima do marido, entendeu? E acaba o camarada não... furando, não é verdade isso?

P: Você é a favor da greve? Quando os trabalhadores têm que reivindicar melhores salários?

R: Lógico. Lógico. Eu sou a favor de todos os direitos, de todas as reivindicações dentro daquele... da... daquela hora que a pessoa tem que fazer. Não é ficar querendo e vendo, não. Nós temos que lutar pelo... Por exemplo: eu sou lixeiro, nós temos que lutar pelo nosso direito.

Então é o seguinte: eu não vou mais pegar aquela caçamba, porque aquela caçamba não é pra mim pegar. E não vou pegar mesmo. Então todo mundo diz: "não, não vamos pegar. Deixa aquela caçamba ali. O governo tem que aumentar a gente pra pegar mais aquele peso. Que eles botaram mais lixo ali e nós tamos ganhando pouco, então nós tem que ganhar. Se aquela caçamba tem cem quilos, era de cinqüenta eles botaram cem, então a gente tem que ganhar mais cinqüenta por cento sobre aquela caçamba. Cinqüenta por cento vai ser o ordenado, e isso que a pessoa fazer o movimento reivindicatório, saber o que tá... tá... ele tá cobrando do... do patrão em cima do serviço dele que ele está fazendo. Certo? Se você trabalha seis horas e o patrão começa mandar você trabalhar oito horas, lógico. "Não, eu trabalho duas horas vou cobrar".

Mas chega sempre um furão.

P: É.

R: "A gente tem que ajudar ele porque..."

P: Fica com medo.

R: "Senão ele vai mandar a gente embora, vai mandar a gente embora", o negócio é mandar embora. Então manda embora, o cara, acontece o que tá acontecendo aí, fica todo mundo no ora veja, deixam aumentar o aluguel, deixam aumentar a gasolina, deixam aumentar tudo. Todo mundo ninguém... ninguém se une, não é dizer que a pessoa seja comunista, ninguém é comunista, o brasileiro não é comunista não. É acomodado, o brasileiro é acomodado.

P: Se fosse todo mundo pra rua defender os direitos...

R: Não é? Você tá vendo o que tá acontecendo por você aqui, mas ninguém toma uma providência. Ninguém... não é dizer que a pessoa vá morrer, não, levar um tiro e morrer, não. Tá certo, se morrer, morreu. Você vai morrer um dia mesmo.

P: É.

R: Mas morre com um ideal, né? Eu acho assim, A pessoa não deve agitar nada, chegar perto do patrão: "Ô seu fulano, nós somos 10 trabalhadores, nós tamos lhe dando um lucro x, nós temos que receber um lucro x também. Não tá certo. Esse negócio não tá certo". "Não mas se vocês vieram aqui você é agitador". Não, não sou um agitador, ninguém aqui é agitador. Todo mundo aqui é trabalhador. Precisamos viver e trabalhar. O senhor não precisa de nós? Nós também precisamos do senhor.

P: É, os empregados...

R: Em troca do meu trabalho o senhor paga.

P: É, os empregados trabalha e quem fica rico é o patrão, né?

R: Não é? Mas é porque aquilo que eu estou dizendo a você, o próprio governo é o gerador de desemprego, ele... ele é que faz a política errada. Mas se tivesse uma política certa. Ele não tá vendo que essa política de salário de 6 em seis meses tá errada? Quem que não tá vendo que tá errado? Você acha que uma indústria vai aguentar todo mês... se ela não tá conseguindo vender, o que que ela acaba? Acaba ela fechando as portas.

P: Mas o custo de vida sobe também, né?

R: Mas sobe. Sobe por causa disso. É aquilo que eu digo pra você, o governo não bota fiscalização. Eles mesmo roubam. Se eles não roubasse, chegasse: "não, não vai aumentar isso, isso, nós vamos ter que produzir pra poder ter lucro. Não vai aumentar". Então se você tiver uma mudança na produção do enorme, o que que ele faz? Ele faz o quê? "Bom já que tem uma produção muito grande de arroz agora, vamos vender esse arroz tudo barato, pra todo mundo". Mas eles fazem o contrário, joga o arroz fora pra botar mais caro ainda. Pode uma coisa dessa?

P: E você acha que a inflação pode ser controlada nos próximos anos? Ou acha que não?

R: A inflação é, a inflação é... é... quem... quem já... é inflação é o próprio governo. O próprio governo. É o próprio empresário, eles... é interesse deles, é interesse. Se eu tenho mil cruzeiro, eu aplicando pra ganhar dois mil, você acha que eu não vou aplicar? Já tô inflacionando. Tô ou não tô? "Pô eu tenho mil, não, eu tenho que ganhar cem". Então eu vou ali, o governo me dá chance, eu vou lá e aplico ele. Não é verdade? Eu vou lá e aplico. Cada vez vou ganhar mais. Lógico. Qual... o ser humano a tendência dele é sempre ganhar mais. Isso não adianta, você tem por exemplo: se você tem um automóvel e ganha melhorzinho, sua tendência é o que? É trocar, trocar... por um novo, certo? Não é verdade?

P: Exato.

R: Então você... você já foi inflacionar a rua, já vai ter que gastar mais gasolina, você tinha um, tem dois. Então

você tem...

P: Mas a turma querem sempre melhorar, né? Querem sempre ter mais um carro.

R: Mas então? Aí você não vai ter que produzir mais cem litros de gasolina? Mas você não produz. O governo não dá incentivo pra você produzir. O que que acontece? Aumenta isso aqui e abaixa isso aqui. Lógico, a inflação vai sempre aumentando, a produção não aumenta, daqui um tempo

estoura todo mundo. Não tem ninguém... ninguém segura mais. Não é verdade?

P: A inflação diminui...

R: O governo começa a aumentar seu salário, tá pensando que aumentar o salário todo mês, de seis em seis meses, que vai acabar com a inflação? Não acaba, não. Mas não acaba mesmo. Ele tem que freiar e produzir mais. Aumentando salário todo mês, todo... de 6 em 6 meses, que vai acabar com a inflação. Não acaba não. Mas não acaba mesmo. Ele tem que freiar e produzir mais. "Não, ninguém vai aumentar nada, não tem nada de aumento, vão todo mundo unir, vão produzir. Vamos produzir. Vai exportar, tá qui, seu fulano quanto sapato o senhor produz na sua fábrica? Eu produzo mil. Então tem aqui um ano para o senhor produzir cinco mil. E é desse preço aqui. Não adianta aumentar mais". E o governo quando exportar, exportar mais caro. Mas, aí sim, você tem divisa, não é? Você botou mil, recebeu quatro mil, pô seu bolso encheu né? Não encheu? Só que não quer saber, é igual a contabilidade só

que tem duas coisas em contabilidade: déficit e crédito. Entra e sai, cabou. É a mesma coisa com o dinheiro, se pagou você recebe, não é? Quem não paga não recebe. Não tem um ditado aí, não tem um ditado que diz assim: é... só tem crédito quem... quem... como é? Todo devedor tem crédito. Lógico que o cara devedor já teve seu crédito, não já teve? Pra ele ficar devendo ele teve que pedir alguém. Então ele teve um crédito. É o que tá acontecendo, é o que acontece aí, viu? Penso assim, né: todos... ô... isso é da natureza mesmo, isso é da natureza. Isso já vem milhares de ano. Já vi isso aí. Não adianta que não acaba. Não acaba não. A tendência é essa mesmo. Quem se acaba somos nós mesmo, mais isso fica tudo aí. Ficam, os números ficam aí.

P: Mas o problema fica, ou tem solução?

R: Ué, é só você produzir mais, você dar incentivo, o governo chegar, dar incentivo. Não, aquela fazenda aqui tá precisando de tratores, tá precisando de maquinaria, tá precisando de... de silo pra guardar mercadoria. Eles não fazem nada disso. O próprio fazendeiro, quando ele ganha dinheiro demais, ele vem pra cidade pra comprar apartamento. Na beira das praias, pra alugar não é isso que eles fazem? Você vai em Copacabana lá agora, em Ipanema lá, você vê. Quem mora na beira da praia? É tudo pessoal do interior, a maior parte. Estrangeiro e pessoal do interior, não é? Daqui mesmo não consegue morar. Como é que você vai comprar um apartamento de trinta milhões?

P: São os atravessador que estraga. Que aumenta muito o

preço?

R: Lógico, mas nesse ponto de de preço, de preço, de preço! Mas o governo é culpado, o governo .. os fiscais do governo é que levam dinheiro. Deixa o cara aumentar. Hoje ninguém controla mais nada.

P: O sujeito trabalha, né? Um ano, só... só... é, por exemplo: uma roça de repolho, planta, nasce e gasta tudo, no fim daquela... daquela produção os repolhos tá a um cruzeiro. O sujeito vai lá compra uma caixa de repolho a um cruzeiro e chega aqui vende por muito mais dinheiro e ganha quatro vezes.

R: Então? Não é ele que tá gerando inflação? Não é ele que tá ganhando demais?

P: O próprio produtor que devia vender.

R: Não.

P: Mas pra ele é difícil não é?

R: É, não o governo, difícil não é não. Difícil não é não. Sabe porquê? Que quando eu trabalhava, eu era mais novo, o Getúlio Vargas e o Juscelino, o Dutra esses governo todinho eles fizeram, eles fizeram restaurante popular pros trabalhadores. Tinha na Cinelândia, tinha no Castelo, tinha em Copacabana, tinha em Madureira, tinha em todo lugar, a gente almoçava, não tinha esses restaurante de luxo não. Ninguém morreu, até hoje eu não morri. É. É, comia lá e ninguém morria. Tinha noite de sambista, comida tudo de primeira. Então o que que aconteceu, o governo, os seus sabidões, o povo sabido, pra mim tem uma porção de sabido, todo mundo é sabido. Ih! sabidão aqui

tem demais. Eles sabem de tudo, o que que eles fizeram? Olho grande o olho cresceu demais, o que que eles acabaram, dando... dando oportunidade de quem? Os atravessadores roubarem. O que que aconteceu? Acabaram com os restaurantes tudo popular. Não, popular não pode ter, pra pobre não pode ter. Meteram esse monte de restaurante caro na cidade. Acabaram com os sacos, eram os sacos, tinha restaurante pra todo mundo, pra todo mundo comer. Tinha na Central, tinha nos Correios, tinha Light, tudo isso tinha, era barato, a gente chegava lá comia. Todo mundo comia.

P: Você acha que devia ter isso agora?

R: Eu acho que devia de ter não? Deve de ter. Tinha olha aqui, tinha Cofap, vendia carne pra todo mundo mais barato, não tinha esse monte de açougue, butique de açougue, agora você vê. Butique. O que que tem? Será que o boi agora tem de andar de roupa? É butique, tem que andar todo perfumado. É. Butique de carne. Agora você vê. Olha só a idéia desse camarada. Se vai ali a carne é a mesma coisa, antigamente não. O caminhão vinha com a carne de tarde, fresquinha, todo mundo comprava. Dava pra todo mundo. Dutra fez, o Getúlio fez, o Jucelino fez. Começaram a roubar, roubar, metendo a mão, metendo a mão, tanto meteram a mão acabaram com a Cofap. Roubaram tanto que acabaram com o negócio. Aquilo faz... você vê, fizeram o tal de Cobal, né? Não é cobal que tem no Humaitá? Cobal era o quê? Cooperativa não sei o quê, não sei o nome lá... o nome dos agricultores, não é isso?

P: É.

R: Só agricultura, é hortigranjeiro. Cê vai lá agora tem: tem roupa, tem bebida, tem sapato, tem bolsa, tem boate, tem... tem de tudo. Por que que é hortigranjeiro? Nêgo botô o negócio pra roubar, menina. Tem Coronel burro, Coronel... nêgo quer chegar e roubar tudo. Coronel... ô todas empresas que eu já trabalhei que tem Coronel e General foram a falência. Não tem nem uma em pé. Não tem não.

P: Por quê. Não sabe, não?

R: Olha aqui: se você é um Coronel, você fica 30 anos no exército lá, vinte e cinco anos, você só vê o quê? Farda, papel verde, aqueles negócios lá. Você não vê produção, você não vê... não sabe como é que é feito uma extração de minério, não sabe. Eles não estão lá não, não sabe. Não sabe fazer uma liga de ferro, eles não sabe. Lá eles não estão lá. Então quando eles vão pra uma empresa grande, por exemplo: é... uma empresa de produção com... que nem tinha na Klabin aqui, a Klabin aqui, caiu a produção todinha de azulejo. Por quê? Não sabe. Eles fica prendendo os outro, bota um General ali do lado, o outro já tá com raiva que ele tá ali do lado, cabam enfiando é mais. Pensa que tá produzindo, tá produzindo nada. Não é verdade? Então eles acabaram com os mercados todinho aí. Que tinha pros pobres não tem mais. Agora tem um caminhão aí que vende não sei o quê... vende é... como é que se diz? É o... esse caminhão grande que tem aí que vende arroz, vende feijão, nos lugares mais pobres. Tem aí no

subúrbio, tem aí na Praia Vermelha, eles teve um nome... é tem um negócio aí que, eles vende. Então você vê, em vez deles fazer esses caminhão porque eles não abre a... é frigoríficos né? Por exemplo: o frigorífico bem o que aqui no Largo do Machado, bem pra atender Cosme Velho, bem grande. Um frigorífico em Botafogo, outro frigorífico lá no Humaitá, né? Um na Lagoa, outro em Realengo, outro em Padre Miguel. Mas frigorífico que tenha tudo. Tudo de animal, de animais. Então acabar com esses açougue todinho. Mas não, nada de roubar, nada de roubar, não precisa roubar. Rouba pouco mas dá lucro, que nem o Juscelino fazia, roubava um pouco mas dava lucro pra todo mundo. Todo mundo viveu bem. Então você vê, eles não fazem isso. Você vê o Disco, tem Casa da Banha, vê Peg Pag, tá na mão de quem? Na mão de tudo estrangeiro. Agora nossa comida tá na mão de estrangeiro, nosso dinheiro tá na mão de estrangeiro, a nossa moradia está na mão de estrangeiro, nós não temos mais nada, nós só temos só que andar aqui mesmo, só o chão, pra gente andar por cima, né? Porque o debaixo já são deles.

R: No dia de domingo... esse mercadinho, só tem uma portinha. Você entra ali. Uma lata de óleo que você compra aqui no Disco, cento e setenta. Nós compramos ontem, setenta, lá é por cento e noventa.

P: É... mais caro. É tudo assim é esses armazém, esses pequenininhos. Isso tudo Brizola vai acabar.

R: Não Brizola não vai acabar, ele não acaba com nada não. Qual a outra parte que você tem? Se não fica só num

negócio.

P: É. Você tem medo de morrer?

R: Lógico! (risos) Eu nunca vi ninguém dizer que não tem medo de morrer.

P: Ah, eu já. Já perguntei um montão de gente que não tem medo, não.

R: Mas falam isso, mas tem sim. Toda pessoa tem. Fala na hora que não tem medo de morrer. Na hora, quando ela chega perto, você fica sentindo. Cê dá um corte em você, você vê seu sangue correndo e ninguém te socorrer. O que que tu faz? Tu pede socorro. Então você tem medo de morrer. Se você não tivesse medo de morrer deixava teu sangue correr todinho. Pronto. Não tem medo de morrer então pronto. Pô! É uma coisa que você vai e não volta. (risos) É... eu prefiro ficar aqui mesmo (risadas). Ruim, por muito ruim prefiro ficar aqui em cima.

P: Tem alguma coisa que você tem medo, a não ser de morrer?

R: Tem. Uma coisa que eu tenho muito medo tremendo é quando tá trovejando. O raio cair em cima de mim. Que o raio não tem direção.

P: É... Morrer esturricado...

R: Uma carga elétrica em cima de você. Você pode ver: não tem uma porção de pára-raio espalhado por aí? Mas de vez em quando um passa direto e vai em cima de uma casa, não vai? (ruídos).

P: Você tem medo assim de fantasma, assombração, essas coisas?

R: Não. Isso eu não tenho não. Mas isso eu não tenho não.

P: Não acredita?

R: Não, eu nunca vi pô! Que eu nunca vi, acho que não existe isso. Isso deve ser algum sonho que a pessoa tem, acorda aquela hora e vê? Eu acho que não tem não. Eu nunca vi não.

P: Você acredita em Disco-voador?

R: Olha, eu vou dizer uma coisa pra você: sinceramente você vai acabar até ri. Eu só acredito se ele chegar e pousar aqui perto de mim. Por que nunca vi, eu não sei porque ele não apousa no Rio de Janeiro. Eu nunca vi eu gostaria de ver um disco voador pousar assim num jogo Flamengo e Vasco, bem no Maracanã. "Aí ô! Pousou aqui mesmo. O cara tá aqui ô. Agora... agora tá confirmado. Pousou mesmo aqui, ô".

P: Pois é, e as pessoas que disseram que viu disco voador apareceu assim na estação, só a pessoa viu, mas ninguém, vê?

R: Não, ele tem que vir pousar aqui, pra ver... como diz aquele ditado: é... como é nome daquele ditado mesmo?

P: São Tomé. "Tem que ver pra crê"

R: É. Sou igual São Tomé, tem que ver pra crer.

P: Você já teve em situação de ajudar algum vizinho?

R: De ajudar? Já. Já ajudei. Eu, minha mãe, já. Quando era solteiro.

P: Como é que foi?

R: Ajudamos negócio de moradia mesmo. Porque quando nós morávamos em Realengo, aí, do lado até da minha casa, a... a moça teve lá um problema que caiu lá... a chuva,

foi até a chuva, destelhou tudinho, então eles ficaram morando lá na nossa casa. Entendeu? Ficou morando mais ou menos uns quinze dias. Antigamente não tinha essa ajuda de a defesa civil, como tem agora. Antigamente o camarada perdia as coisas, ele mesmo tinha que construir, entendeu? E foi até uma chuva de janeiro que caiu. Eu era garoto, eu tinha quatorze anos. Eu me lembro disso até hoje. Vizinho que foi lá. E até hoje essa pessoa, os filhos moram lá, do lado. Na mesma casa. Onde meu pai tinha uma casa lá, lá em Realengo, uma casa enorme lá. Mas os filhos estão lá.

P: E você alguma vez, algum vizinho já te ajudou? Uma coisa que você lembre.

R: Me ajudou? Um vizinho?

P: Qualquer coisa.

R: Ah já. Já, pedindo favor já. Isso já! O vizinho mesmo é... é me ajudou no dia quando eu... quando eu passei mal de... foi até machuquei a perna, meu... eu fui pro hospital, o vizinho que me socorreu e tudo. Me levou de carro e tudo. Eu morava no Humaitá. E um outro também quando eu morava no Realengo, eu cortei o pé, levei 8 pontos. Ele me levou no carro dele.

P: Você acha importante esse tipo de...

R: Eu acho importante. Eu acho que os vizinhos deve ser amigos um do outro. Agora você vai escutar. Você... aonde você mora, você tem relacionamento com todos os seus vizinhos?

P: Não.

R: Então é aquilo que eu digo. Na Zona Sul, é aonde que acontece o povo... o povo... se no mundo inteiro, onde tem prédio, que a gente chama, né? Depois...

P: O problema que eu acho é o prédio.

R: Eu posso te falar como eles chamam? Os prédios ele chamam de... é isso é conhecido... como é que é? Gaiola, não. É... como é que eles dão o nome? Uma casa em cima da outra. Porque no... o pobre quando mora numa casa é uma casa coletiva, onde mora uma porção de gente, não é isso? O rico quando mora em apartamento eles dão o nome de... de... tem um nome, uma gíria aí que eles chamam aí. Como é mesmo, Nilma, aquela gíria? Não é pra te ofender não, minha irmã, meu pai mora em apartamento. Eles chamam de... de... eu ia falar agora, cabeça de porco melhorada. Tem elevador, tem o porteiro, então eles chamam melhor. Melhorada. Então é aonde que a pessoa não tem relacionamento uma com a outra. Fica... fica separada, e por isso que tá...

P: É, mas quando eu morava em casa, conhecia a vizinhança toda, porque a gente conversa de muro...

R: De muro.

P: Não é?

R: Pois é, você vê essa rua aqui, Cardoso Júnior, é uma rua que todo mundo conhece, porque todo vizinho se conhece. Conversa ali, conversa aqui... é umas casas antigas que ninguém quer se mudar, eu também...

P: Em casa é muito melhor.

R: Não é verdade?

P: Uma moleza dessa, não é?

R: É por isso que nós tamos melhorando ela aos poucos. Você vê, tem uma infiltração que nós tamos tirando, isso aqui não tinha, aquele muro não tinha, eu que fiz, tô acabando de fazer. Então você é... todo mundo é amigo. você vê; você faz uma festinha todo mundo quer vir, todo mundo participa. Já no prédio não pode, né? Tem alguns prédios que você faz uma festa, mas referente a só sua família. Então agora que tá parecendo esses condomínios aqui da Barra que a pessoa fica tudo mais unido, mas ali, você vê, já é uma classe mais privilegiada, né?

P: É.

R: É nos conjuntos residenciais agora já estão fazendo é... área de lazer pra todo mundo. É lógico que a pessoa tem que ser um amigo do outro, porque tem algum momento você passa mal, às vezes a pessoa morre em casa porque não conhece o vizinho? Não é verdade? As vezes mora um médico do lado da casa da pessoa e num chama porque não se dá com com aquela pessoa. As vezes a pessoa morre por causa dum... dum socorro, o cara de carro tá ali mas não socorre por que não se dão né? Eu... eu já socorri uma pessoa muito... muito famosa aqui do Rio de Janeiro, eu e meu irmão. Entendeu?

P: É? E quem foi?

R: É um filho dele até morreu. Suicidou-se. O filho dele suicidou-se. O Desembargador B. E. Eu e o filho dele, esse filho dele que morreu, um amigo nosso bateu com o carro no muro da casa dele. Lá no Jardim Botânico..

esse... esse artista da Tevê Globo chamado Valter Branco, é o que faz os arranjos das novelas todinho, esse rapaz ficou até... médico queria cortar a perna dele no Miguel Couto. Eram duas horas da manhã, ele bateu com o carro ai na rua Maria Angélica. Ai nós saímos correndo eu e meu irmão tiramos ele do carro, o filho do Juiz B. E., esse que se suicidou, tem um presídio com o nome dele em ... E. R., não sei se você já viu. Ai nós socorremos ele, salvamos a vida dele. Ele hoje é até amigo nosso. É amigo meu, esse Val... Valter Branco é que faz arranjo na Globo todinho na novela. Socorreremos ele. Éramos vizinhos, porque era uma avenida assim todo mundo se conhecia, ali na Lagoa, quando eu morei ali, tudo ali era casa, agora é tudo esses prédios, então todo mundo tinha relacionamento. Um Desembargador, Juiz, o outro era médico o pessoal todinho entendeu?

P. Nilma: Quer biscoito?

R: Não. Quer dizer agora já não é. Encheram aquilo ali de prédio que você não conhece mais niguém. Eu ainda peguei um bocadinho ali, nós pegamos. Tem até um colega meu que é médico. Que é o filho desse... desse cientista César Later foi criado comigo o filho dele na rua..

P: É mesmo?

R: É, na rua ali, estudou, a filha dele estudou no Colégio Sion. É um médico, esse médico já ficou preso também com o meu cunhado, na Quinta. Ficaram 2 anos presos lá. Dr. Roberto, ele é do Miguel Couto, chefe do centro cirúrgico. E a filha dele estuda aqui no Colégio São

Vicente de Paulo, todo mundo conhece a filha dele no São Vicente de Paulo. Um cara legal à beça. Ela e uma turminha ali do Jardim Botânico.

P: E você gosta de viver assim na cidade, cidade que eu digo, a cidade com o pessoal culto né?

R: Ah! Eu gosto de viver na cidade... no interior tanto na capital. Pra mim... eu prefiro até viver no interior que eu gosto. Sabe por quê? Que eu gosto de plantar, você pode ver aqui no meu quintal, no meu quintal tem... tem é... pimentão, tem... tomate, tem morango aí, tem couve, tem chuchu, tudo a gente planta aqui. Tem ali codorna que a gente pega o ovos.

P: Ah que barato!

R: Tem, ali tem. Aqui tem as coisas. Nós temos ali... nós tínhamos pato, mas que agora... eu gosto, sou muito de plantação, entendeu? Gosto muito de animal.

P: Você acha que, por exemplo: você tendo tudo isso plantado na sua casa, você não precisa de botar veneno, né?

R: Não. Não ponho remédio não.

P: Então você acha isso na alimentação, a alimentação mais sadia?

R: Muito mais sadia. Eu tenho salsa, cebolinha, a gente não precisa comprar, é diferente, você sente o sabor é diferente, a couve é diferente. A alface nós plantamos aí também, é diferente, entendeu? Tudo é fresquinho. Tanto é que o pé de chuchu tem uma porção de chuchu que nós pegamos aí. Ele não cresce igual os outros que você põe veneno, põe adubo...

P: É.

R: Tem chuchu de cinco quilos. Mas o meu não. É um chuchu normal. É o próprio da natureza, entendeu?

P: Bom, a gente tá aí na expectativa de saber quem vai ser o nosso governador, se Moreira Franco ou Brizola, né? Que tão concorrendo, os outros praticamente já estão fora. Quem você acha que vai ganhar?

R: Eu pra mim, eu, como eu disse pra você, o Brizola pra mim não serve. Primeiro que eu sou carioca, não quero ser mandado pelos outros. Não, não quero. Primeiro que ele é um... o Brizola é um tipo agressivo, ele não é um camarada calmo, ele não é igual um carioca que é calmo, que leva tudo na esportiva, sabe conversar, não é dizer que ele não sabe conversar, mas você vê quando ele tá falando, tá falando com uma arrogância, parece que ele tá querendo impôr as pessoas, eu sou carioca, vou dizer uma coisa: sou carioca e não suporto ele. eu acho que... eu defino o Brizola pela seguinte maneira: eu moro aqui na minha casa, eu e minha senhora, então não admito um cara vir lá de fora querer mandar na minha casa. Mandar na minha senhora. A mesma coisa é ele. Ele vem de fora e quer mandar aqui. Então bobo foi aquele que votou nele, que vai ver o que ele vai ser. Porque ele não vai... pra mim, pra mim, pra mim, por exemplo: não sendo o Miro e nem o Brizola, preferia o Moreira Franco. Apesar que eu votei na Sandra Cavalcante.

P: Você acha que ela faria um bom Governo?

R: Faria. É uma mulher inteligente. Porque eles fala, a

pessoa fala, isso é que é política suja, tem muitas num xingar, roupa suja se lava em casa. Ninguém precisa saber. Então não é dizer que você... que seu Brizola tem um passado, o passado dele também, tem um passado horrível, o que ele fez, ele também roubou, meteu a mão gastou o dinheiro. A pessoa que fica no exterior 18 anos é vagabundo, se ele não trabalhou, ele é vagabundo. Como é que ele ficou esse tempo todo lá? Alguém deu dinheiro pra ele. Então ele levou dinheiro dos outros e deve ter gasto lá. Alguma coisa deve ter feito lá. Por exemplo: Moreira Franco, ele também não é santo, não é flor que se cheire. Ele também fez as trapalhadas dele lá em Niterói. A Sandra Cavalcante também não é flor que se cheire, também já fez as trapalhadinhas dela, meteu a mão no bauzinho também. É eles metem a mão no baú. Mas o Miro Teixeira então nem se fala, esse aí é carioca mas é vagabundo.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTA PELA ENTREVISTADORA:

A entrevista se caracterizou pela descontração em virtude da natureza simpática de Jonas.

Nas três primeiras partes a entrevista assume um caráter descontraído, propiciando, inclusive, monólogos relativamente extensos por parte de Jonas. A marca dessa entrevista, principalmente nestas partes, é a alta produtividade de enunciados condicionais potenciais (75 dados).

Toda a entrevista se caracteriza pela segurança do

locutor (ausência de marcas de hesitação ou contrangimento: pausas, hesitações, etc.) e pelo uso acentuado de exemplificação por parte do informante para expor seus pontos de vista. É nessas circunstâncias que as orações condicionais aparecem mais freqüentemente.

O último quarto da entrevista se caracteriza pelo emprego do Presente do Indicativo (PI) e da Justaposta (JUST). Nesta parte a entrevista assume um tom mais pessoal, rememorativo. Talvez por este motivo aí ocorra menor número de dados (observações feitas pela própria entrevistadora, por ocasião da entrevista).

Observe-se que nesta entrevista a relação de poder entre os interlocutores tende a neutralizar-se a favor do entrevistado, talvez devido à diferença de idade entre este (50) e a entrevistadora (25) e por se conhecerem de longa data.

Total: 75 ocorrências de condicionais potenciais

futuro do subjuntivo	- 26 dados
presente do indicativo	- 37 dados
gerúndio	- 07 dados
justaposta	- 15 dados

ANEXO 7

ENTREVISTA 76

ENTREVISTADA: Marilu

ENTREVISTADORA: Maria Helena

P: Marilu, o que deixaria você bem feliz?

R: Você quer saber o que ia me deixar feliz? Acho muito gozado. De repente, você vem aqui e me pergunta o que que vai me deixar muito feliz.

P: O quê?

R: Não sei. Agora, não trabalhar não é mesmo? Não ter que dar aula.

P: Era tanta coisa que veio na tua cabeça?

R: De repente, uma situação tão surrealista, oito horas da manhã, você entra no meu quarto, estou eu deitada, nem li ainda os jornais direito, vem você e me pergunta o que me deixa muito feliz?

P: E o que te deixa muito aborrecida?

R: Quem sabe se não é o fato de você estar aqui (risos). Agora vem cá. Essas perguntas, pra quê? São umas perguntas assim, de repente, soltas. O objetivo delas? As perguntas? Desses perguntas? Porque em último caso, não te interessa se eu estou feliz, o que me deixa feliz, pelo que você me falou. Ou o que me deixa aborrecida.

P: Interessa sim!

R: Não, porque eu acho, que em último caso, vai interessar nada a você não, a essa Dona Helena aí, um jeito de

falar. Não é uma pesquisa que ela tá fazendo?

P: É.

R: Então por que, uma pergunta dirigida, uma... entrevista dirigida por perguntas pré-estabelecidas, e não um papo?

P: Ok. Que é que você acha do bebê de proveta?

R: Não. Aí você já está me perguntando coisa Maria Helena. Porque são perguntas soltas, no ar. Então ai, se você está fazendo perguntas pra mim, você tem que dizer o objetivo. Te interessa, pra quê? Pra curtir a felicidade comigo? Ou melhor o meu aborrecimento? Ou... Qual é a finalidade? O objetivo?

P: É pra saber, o que você pensa da vida.

R: Não, não é. Porque não é isso que você me contou. Saber o que eu penso da vida, vai te levar a quê?

P: Quem sabe a ver, o que te leva a falar, do jeito que você fala.

R: E será que está ligada a linguagem...

P: Está, porque isso é uma pesquisa de sociolinguística.

R: Então você acha que a linguagem está ligada do modo da pessoa se expressar? Tá ligada a tipo de visão de mundo da pessoa?

P: Está?

R: Por quê?

P: Eu vou te responder essa pergunta quando a tese ficar pronta tá bem?

R: Ah não! Eu queria saber agora.

P: Não. Agora não sei. Não posso te responder agora. Quando a tese ficar pronta eu te digo.

R: Será? Porque a minha tese também é linguagem e historicidade, né? E aí eu tentei mostrar mas não em sociolingüística, não. Dentro do órgão filosófico, um certo condicionamento, mas não, talvez, na linguagem também. Mas eu procurei mostrar, mais no modo de interpretação. Quer dizer, o modo de interpretação tá ligado à linguagem. Mas, aí tem atrás de uma linguagem, todo o sentido que se dá a palavra. Tá entendendo? Aí eu vejo até, um condicionamento histórico no sentido que a gente dá às coisas. A vida, etc... Mas não o uso na linguagem. O uso da palavra.

P: Não, não seria o uso da palavra que ia influenciar na vida, mas o contrário, o jeito de ser da pessoa, ela vai tentar provar, porque isso.

R: Mas isso é mais um tipo de visão de mundo né? Da interpretação, da compreensão, aí a gente entra é numa hermenêutica e não... E aí? E agora? Vamos entrar na pergunta próxima.

P: É, eu vou te fazer uma pergunta.

R: De quê? Se eu estou feliz, o que me faz feliz? Quer dizer, se eu estou feliz, pra você eu falo de uma determinada maneira? Dependendo daquilo que me faz feliz, eu vou me expressar de determinada maneira? É isso?

P: Mais ou menos. Não necessariamente. Mas, influi.

R: Não sei...

P: Então tá. Então esquece essa história.

R: É que eu tou aborrecida, tou achando muito gozado. Agora, da metodologia da pesquisa, eu estou ensinando aluninho a

fazer questionário também, já pré-determinado. Incluindo projeto de pesquisa, questionário, querer saber objetivamente, que informações a gente pode obter ou não. Que tipo de questão propõe. Não sei que. Agora, eu contesto a validade desse negócio.

P: Tudo bem. Mas o fato de você contestar, te impede de responder às minhas perguntas?

R: Oh não! Maria Helena. Não impede, mas que eu acho uma situação surrealista, acho gozado. De repente você vem, eu nem sei o que dizer, oh gente. Que que eu vou dizer que me faz feliz? As vezes eu também posso te dizer o que me faz feliz, pô!

P: Você tem todo o direito de não responder. Você sabe guardar segredo?

R: Olha, outra pergunta, completamente boba, Maria Helena. E daí? Se eu sei ou não? Sei, pronto. Ponto final.

P: Pra você, os planos bem pensados dão sempre certo?

R: Depende.

P: Alguma vez aconteceu de dar certo, ou de não dar certo com você?

R: Não sei. Não sei. Acabei de te dizer aqui atrás que eu contesto essas validades. Não sei. Eu acho que não existe modelo, não existe. Então na medida, que, as coisas vão acontecendo, a gente vai planejando, projetando, de acordo. Aí, chega lá, ou não. Então esse negócio, se você fala também, um plano muito bem pensado, pressupõe uma porção de coisas, né? Pressupõe pelo menos: "eu fiz um projeto todinho, eu sei que o caminho é este, que eu

seguindo por aqui o negócio vai dar certo"; será isso, que você está querendo falar? Com plano bem pensado?

P: É. Você planejar as coisas que você vai fazer na vida...

R: E isso é possível, Maria Helena? Pensa um pouco.

P: É. Tem gente que acha. É isso que eu quero saber. Se você acha que dá certo, fazer isso?

R: Não, claro que não. Não existe... estou te dizendo que não existe um modelo. As coisas vão se encaminhando, vão se articulando, não é? De acordo com a situação histórica, com uma situação, com o contexto, as coisas vão se articulando do mesmo modo que elas podem ir se desarticulando também. Quer dizer, tudo são essas articulações, no fim, o que que é, uma coisa dar certo? Você chegar a um estado de harmonia, chegar a um estado, vamos dizer, de articulação, né? Então esse negócio de planejar e chegar a ser exatamente o que eu quero, sei aonde eu vou chegar...

P: Você já teve em alguma situação de ajudar um vizinho?

R: Sei lá. Ajudar como?

P: Ajudar um vizinho, né?

R: Ah não sei. Nem lembro. Abrir porta de elevador, carregar um embrulho? Ou emprestar um açuquinha, um feijãozinho, não sei, Maria Helena!

P: E alguma vez, algum vizinho, te ajudou? Alguma coisa, que você se lembre?

R: (pausa) Eu acho que sim. Muitas vezes, deve ter, nesse sentido, que há o sentido de ajuda também. Vem aí o problema: se é emprestar o açuquinha, o feijãozinho, se é

ajuda no sentido de dar uma palavra, de conversar, ou até de você tá num momento querendo uma companhia; ele faz a companhia, que te ajuda. Você faz as perguntas completamente soltas. Possivelmente sim. De repente cê me pergunta ali... aliás veio o "de repente" bonitinho, da linguagem hoje, né?

P: Acho que você está muito preocupada com a linguagem.

R: Não. Porque você quer saber modo de linguagem.

P: Não. Eu só queria que você respondesse.

R: Tou respondendo as perguntas. Agora, sei lá. Devo ter ajudado. Ajudo claro. Mas, agora você quer fato concreto, em que sentido?

P: No sentido de uma ajuda. Assim, vamos dizer, mas no lado material, no lado assim, no lado mais intelectual.

R: Quem sabe, um me emprestou um livro, né? Sei lá...

P: Que tipo de pessoa, você é?

R: Acabei de te dizer que a existência vai se fazendo através de articulações, e aí eu te disse já, que não tem um modelo pré-determinado. Que é difícil a gente, vamos dizer, imaginar uma coisa pra dar certo. Quer dizer, o próprio projeto... A gente faz um projeto de trabalho. Enquanto você vai trabalhando, o projeto vai se modificando, dentro de uma dinâmica, dentro de uma dialética, então como é que você quer saber, que tipo de pessoa eu sou?

P: Você não sabe?

R: Eu acho muito difícil, te dizer que tipo de pessoa, eu sou.

P: Do que você tem mais medo?

R: De que que eu tenho medo? De cachorro eu tinha muito medo. Agora, não tenho mais não. Depois de andar pelo Bo-rei, com aquela cachorrada solta. Poxa, sei lá, o que eu tenho medo. Não tenho muito medo não, Maria Helena.

P: Tem medo de morrer?

R: Morte é uma coisa, que a gente não pensa muito não, e não sei... eu não gostaria de morrer, é claro. Mas, dai a ter medo, não sei...

P: Qual a sua religião?

R: É uma religião que, vamos dizer assim, não aceita, pode ser até um cristianismo, mas é um tipo de cristianismo que contesta toda uma institucionalização da igreja, tá. E é um cristianismo que vê a própria igreja como uma concretização do homem. Então eu vou muito, através da história, tem muito que errar ainda, tem todas as limitações do homem. Agora, é um cristianismo, mas que como cristianismo, só pode se manifestar, concretamente, numa situação e sujeito de manifestação é sempre o homem, então a manifestação vai ter toda a limitação. Vai ser carregada, vamos falar em termos filosóficos, carregada de historicidade. Tá bonito?

P: Você acha que uma pessoa pode viver sem religião?

R: Olha, aí já vem, depende o que a gente entende por religião. Você sabe que religião, vamos dizer, atitude religiosa, é uma das características do homem né? Até o primitivo tinha determinadas manifestações. O índio tem, todos tem. Então isso é uma característica do homem.

Agora, é claro que, como aqui, mundo ocidental, vamos dizer com uma dessacralização, que teve, que existiu, por outro lado, o progresso da ciência, da tecnologia, que de certo modo, institui uma religiosidade da ciência e da técnica, não é? Religião para alguns, passou a ser visto, como uma manifestação de inferioridade, e por isso mesmo, contestada e negada. Mas você vê que, mesmo as pessoas que se dizem, sem religião, cultuam determinadas coisas, não necessariamente um Deus, mas sempre vão cultuar a máquina, uma inteligência ordenadora, uma inteligência cósmica. Então é por isso que eu vou dizer: "é difícil viver sem religião?" Depende do que a gente entende por religião. Eu tenho impressão que, pelo menos, pelo que eu li, é, vamos dizer, a manifestação religiosa é natural do homem. Você vê, o primitivo, o homem, vamos dizer, as civilizações mais primitivas, tinham um tipo de celebração de manifestação religiosa, que parece que se traduzir que as primeiras manifestações conhecidas são o rito funeral. Todos tinham o rito do funeral. Vamos ver o que é religião? Porque também aqui, brasileiro é católico. Mas brasileiro acha que religião católica é um conjunto de prescrições, de normas, de obrigações de pecados, etc. Tem que ir a missa, tem que não sei o quê, tem que não sei o quê. Então é claro, nesse sentido, eu acho que todos podem viver sem religião.

... /// ...

P: Você acha que é importante o papel das associações de bairro?

R: Acho. Acho importante, mas aí já vem uma resposta completamente teórica, porque apesar de achar que elas tem um papel bastante importante, no sentido até de congregar as pessoas, de reunir, de formar uma comunidade, eu não participei dessas associações. Quer dizer, ou seja, não participei da nossa associação, aqui. Porque eu fui participar de uma outra. E também, não diretamente. Não um participação ativa. Mas, uma certa participação naquela associação.

P: E você acha que elas podem funcionar bem, com o propósito que elas tem de ajudar aos bairros? De se reunirem as associações?

R: Olha, eu, talvez, não sei te dizer não. Mas eu acho que o objetivo é esse. Reunir e formar uma comunidade, pra que essa comunidade resolva, ou então reivindique soluções pros seus problemas. Porque eu acho que a comunidade em si, resolver, não tem condições. Mas ela pode reivindicar soluções. Acho isso muito válido. Agora você fala, numa reunião das associações. Aí eu te pergunto: "será que todas comunidades tem os mesmos problemas?" Agora, no sentido de uma congregação de força talvez, de uma força maior pra chegar a propor soluções, para aqueles problemas bem específicos de cada uma delas. Talvez! Sei lá. Você está perguntando como se eu tivesse respostas e soluções para todos os problemas, pôxa!

P: Não, estou apenas sondando o que você pensa a respeito

disso. A gente sempre é capaz de abstrair um pouco e imaginar.

R: Mas de solucionar, não. Então se abstrair você vê que realmente o negócio é muito complexo pra você propor as soluções. Você saber exatamente as coisas. As coisas não estão certinhas na cabeça não.

P: Você acha, que prender, matar, os assaltantes, os pivetes, resolve?

R: Não, claro que não. Não resolve. Porque o problema do assalto do pivete, é muito mais amplo. Ai vou cair no lugar comum. Porque vou te falar que é um problema social. E essa historinha já foi muito contada. É isso. O problema é da condição de vida, condição de trabalho né, condição de sobrevivência. Ou será que isso não vai diminuir o índice, né, da marginalidade, dos crimes. Então aí, é bater uma tecla já muito batida.

P: E que tipo de mudança seria preciso pra resolver isso?

R: Aí, já vem você querendo solução completa. Eu não sou candidato a governador do Estado, Maria Helena.

P: Mas, eu tenho certeza que você seria capaz de falar alguma coisa a esse respeito...

R: Não, não sei. É um problema muito amplo, complexo. Você quer que eu dê soluções para acabar com esse tipo de violência.

P: Não, o que você acha que seria possível fazer?

R: Eu estou dizendo que é um problema social. Seria interessante... eleger os candidatos do P.T., quem sabe... é a proposta do partido justamente, buscar

soluções, mas buscar essas soluções na base, no todo. Quem sabe se aí vem alguma inovação. Sei lá, como é que você vai resolver um problema social? Você não pode. Eu não posso nem pensar. Porque não depende nem de mim. Resolver condição de moradia, salário, habitação, alimentação. Não depende de mim. Eu não tenho solução.

P: Você acha que é uma coisa a ser resolvida a longo prazo?

R: Não sei nem se é resolvida a longo prazo. Eu acho que é uma coisa, que vai ser resolvida, na medida em que houver um interesse maior, em que elas sejam resolvidas. E esse interesse só vai ser demonstrado, na medida em que o próprio povo, o próprio povo que está sofrendo tudo isso, mostrar que ele tem interesse. Porque é claro, esse interesse não vem de cima. Quem tá em cima, tá muito satisfeitinho com a sua situação. Por isso que eu te falei na proposta nova do PT. Quem sabe? Acreditar nela...

P: Você concorda com a greve dos trabalhadores?

R: Claro. A greve é uma maneira de reivindicar. Uma maneira que o trabalhador tem de mostrar que não está satisfeito, com a situação e de reivindicar uma melhora. É a única maneira.

P: Nesse caso, então você podia aderir a uma greve. A uma greve da sua classe?

R: Claro.

P: Você acha importante a greve?

R: A greve é importante como reivindicação de uma classe. Mas também, é preciso que haja uma mobilização da classe,

uma conscientização da classe. Antes de greve é preciso, vamos dizer, que haja a conscientização, das pessoas que pertencem à classe. Porque, greve por greve, vamos aderir à greve só pra não trabalhar. Não é isso. "Arranja um feriadinho"... (Tá acabando, vê aí, porque...).

P: Você acha o voto importante?

R: É né. Mas esse voto assim, meio diferente, nosso. Até que ponto vai significar alguma coisa. Você vê, a nossa eleição, com todos os pacotes, pacotinhos e pacotões. Mas é um passo. O que vai acontecer nela, ou depois dela, a gente não sabe.

P: Você acha, que daria algum resultado bom, colocar o exército na rua para policiar?

R: Não sei. Por que o exército?

P: Porque, há uma história de que iam colocar o exército na rua, né, com seus soldados e mais os guardas comuns que a gente tem.

R: Que que adianta colocar exército, colocar polícia, colocar na rua, pra policiar. Não era melhor educar. Tentar resolver o problema social.

P: A educação, você acha que seria um passo. Primeiro?

R: Acho. Que que adianta prender um marginal, que que adianta matar. Não sei. Eu acho que é fundamentalmente um problema social. E não é só a educação em si. É uma educação que leve a uma melhor situação às pessoas né? Leve a uma profissão, a um trabalho, numa remuneração justa. E permita que eles tenham uma casinha pra morar, nas condições mínimas que fosse, condições que eles

possam comprar comida no fim do mês. Pra se vestir, etc... Mas também a gente tem que vê, né, vamos dizer que a criminalidade não decorre só disso, tem outros fatores também. Mas será que isso não ia diminuir, em si, o índice. Então que que adianta, de repente, (outra vez o de repente) botar o exército na rua. O povo tá na mesma situação. Que que vai acontecer. O povo vai apanhar mais, vai ser mais preso. Sabe lá se vai aparecer mais mendigo, no Rio da Guarda. Ou então acontece o que aconteceu ontem no Jornal do Brasil. Que aliás, eu não li o jornal ontem, fui ler hoje. Diz que amarraram pelo pescoço, entraram numa favela aí, a P.M. Isso no jornal de hoje, e não quis saber quem. Pegou lá, todos amarradinhos pelo pescoço e levou pra delegacia. Isso é solução? Aí tá lá o retratinho no Jornal do Brasil. Você já leu o jornal hoje?

CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTA PELA ENTREVISTADORA

A entrevista 76, acima, não está transcrita integralmente, constando apenas duas passagens do texto, escolhidas aleatoriamente.

Apesar do clima de evidente familiaridade, a entrevista foi pouco produtiva (23 dados). Isto se deve à relação desigual estabelecida entre Marilu e Maria Helena. Com efeito, tudo indica que o fato da entrevistada ter mais de 35 anos, ser professora de Metodologia de Pesquisa a nível de Mestrado e, além disso, assumir uma postura autoritária diante da entrevistadora (estudante universitária com

menos de 25 anos) interferiu no sentido de reduzir o número de enunciados condicionais.

Total: 23 ocorrências de condicionais potenciais

futuro do subjuntivo - 06 dados

presente do indicativo - 14 dados

gerúndio - 01 dado

justaposta - 02 dados

ANEXO 8

TABELAS ESPECÍFICAS

Tabela (31): correlação entre fatores lingüísticos e futuro do subjuntivo (FS)

	FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Paralelismo	inicial	756 / 1805	41.9	.44
	paralela	282 / 341	82.7	.81
	não-paralela	106 / 643	16.5	.22
Experienciação	[+ experienciado]	479 / 1814	26.4	.35
	[- experienciado]	665 / 975	68.2	.65
Linha de argumentação	confirmação	412 / 1412	29.2	.37
	neutralidade	251 / 525	47.8	.54
	contestação	481 / 852	56.5	.60
Modo de argumentação	[+ exemplo]	221 / 911	24.3	.42
	[- exemplo]	923 / 1878	49.1	.58
Natureza do sujeito	[- referencial]	505 / 856	59.0	.62
	[+ referencial]			
	[- genérico]	351 / 790	44.4	.49
	[+ referencial]			
	[+ genérico]	288 / 1143	25.2	.39
Verbo da apódeose	futuro	271 / 482	56.2	.61
	presente	747 / 1894	39.4	.49
	modalizado	126 / 413	30.5	.40
Ordem das proposições	prótase posposta	107 / 183	58.5	.62
	prótase anteposta	936 / 2348	30.9	.47
	ausência de apódeose	101 / 258	39.6	.42

Input = 0.576 Sign. = 0.001

Tabela (32 - A): correlação entre fatores lingüísticos e sociais
e presente do indicativo (PI)

	I FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Paralelismo	inicial	397 / 1805	22.0	.49
	paralela	168 / 282	59.6	.81
	não-paralela	47 / 702	6.7	.20
Experienciação	[+ experienciado]	520 / 1814	28.7	.65
	[- experienciado]	92 / 975	9.4	.35
linha de argumentação	[+ contestação]	124 / 852	14.6	.44
	[- contestação]	488 / 1937	25.2	.56
natureza do sujeito	[+ impreciso]	18 / 253	7.1	.44
	[- impreciso]	594 / 2536	23.4	.56
verbo da apódose	[+ modalizado]	133 / 413	32.2	.56
	[- modalizado]	479 / 2376	20.2	.44
Escolaridade	Primário	95 / 558	17.0	.46
	Ginásio	123 / 559	22.0	.49
	Colegial	176 / 872	20.2	.48
	Universitário	218 / 800	27.3	.57
Input = 0.112 Sign. = 0.009				

Tabela (32 - b) : correlação entre fatores lingüísticos e sociais e presente do indicativo (PI) - institucionalizados

	FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Paralelismo	inicial	161 / 649	24.8	.55
	paralela	56 / 92	60.9	.81
	não-paralela	13 / 247	5.3	.17
Experiência	[+ experienciado]	198 / 627	31.6	.67
	[- experienciado]	32 / 361	8.9	.33
linha de argumentação	[+ contestação]	48 / 294	16.3	.43
	[- contestação]	182 / 694	26.2	.57
natureza do sujeito	[+ impreciso]	9 / 84	10.7	.39
	[- impreciso]	221 / 904	24.5	.61
verbo da apódose	[+ modalizado]	49 / 130	37.7	.58
	[- modalizado]	181 / 858	21.1.	.42
Escolaridade	Primário/	8 / 163	4.9	.31
	Ginásio			
	Colegial/	222 / 825	26.9	.69
	Universitário			
	Input = 0.076	Sign. = 0.015		

Tabela (33): correlação entre fatores lingüísticos e gerúndio (GER)

	I FATORES	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Paralelismo	inicial	260 / 1805	14.4	.35
	paralela	72 / 97	74.2	.89
	não-paralela	47 / 887	5.3	.19
Experiência	[+ experienciado]	267 / 1814	14.7	.55
	[- experienciado]	112 / 975	11.5	.45
Linha de argumentação	[+ neutralidade]	43 / 525	8.2	.43
	[- neutralidade]	336 / 2264	14.8	.57
Modo de argumentação	[+ exemplo]	51 / 911	5.6	.36
	[- exemplo]	328 / 1878	17.5	.64
Natureza do sujeito	[+ impreciso]	95 / 253	37.6	.65
	[- impreciso]	284 / 2536	11.2	.35
Input = 0.205 Sign. = 0.004				

Tabela (34- A): correlação entre fatores lingüísticos e sociais
e justaposta (JUST)

	I F A T O R E S	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Paralelismo	inicial	392 / 1805	21.7	.43
	paralela	218 / 264	82.6	.90
	não-paralela	44 / 720	6.1	.13
Experienciança	[+ experienciado]	548 / 1814	30.2	.58
	[- experienciado]	106 / 975	10.9	.42
Linha de argumentação	confirmação	428 / 1412	30.3	.59
	neutralidade	105 / 525	20.0	.51
	contestação	121 / 852	14.2	.41
Modo de argumentação	[+ exemplo]	421 / 911	46.2	.69
	[- exemplo]	233 / 1878	12.4	.31
Natureza do sujeito	[- referencial]	95 / 856	11.1	.36
	[+ referencial]			
	[- genérico]	157 / 790	19.9	.50
	[+ genérico]	402 / 1143	35.2	.65
Escolaridade	primário	130 / 558	23.3	.54
	ginásio	133 / 559	23.8	.57
	colegial	229 / 872	26.3	.43
	universitário	162 / 800	20.3	.46

Input = 0.245 Sign. = 0.002

Tabela (34-B): correlação entre fatores lingüísticos e sociais
e justapostas (JUST) - institucionalizados

	I F A T O R E S	APLIC./TOTAL	FREQ.(%)	PROBAB.
Paralelismo	inicial	124 / 649	19.1	.37
	paralela	80 / 91	87.9	.92
	não-paralela	16 / 248	6.5	.13
Experienciação	[+ experienciado]	184 / 627	29.4	.62
	[- experienciado]	36 / 361	10.0	.38
Modo de argumentação	[+ exemplo]	147 / 315	46.7	.70
	[- exemplo]	73 / 673	10.9	.30
Natureza do sujeito	[- referencial]	36 / 327	11.0	.37
	[+ referencial]			
	[- genérico]	65 / 275	23.6	.55
	[+ referencial]			
	[+ genérico]	119 / 386	30.8	.58
Ordem das proposições	prótase posposta	16 / 178	9.0	.39
	demais	204 / 810	25.2	.61
Escolaridade	primário/	47 / 163	28.8	.60
	ginásio			
	colegial/	173 / 825	21.0	.40
		Input = 0.259	Sign. = 0.004	

TABELAS GERAIS

Tabela (35) : distribuição de dados segundo os fatores
 (selecionados ou não) do grupo PARALELISMO
 para cada variante

FATORES		I	INICIAL	I	PRECEDIDA	I	PRECEDIDA	I	PRECEDIDA	I	PRECEDIDA
		IDE	FS	IDE	PI	IDE	GER	IDE	JUST		
VARIANTES	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº.	(%)	
FS	756	41.9	282	82.7	70	24.8	15	15.5	21	7.9	
PI	1.397	22.0	27	7.9	168	59.6	01	1.0	19	7.2	
GER	260	14.4	24	7.0	17	6.0	72	74.2	06	2.3	
JUST	392	21.7	08	2.4	27	9.6	09	9.3	218	82.6	
SUBTOTAL	11805	100.0	341	100.0	282	100.0	97	100.0	264	100.0	
TOTAL			2789								

Tabela (36) : distribuição dos dados segundo os
 fatores(selecionados ou não) do grupo
EXPERIENCIACÃO para cada variante

FATORES		I	[+ EXPERIENCIADO]	I	[- EXPERIENCIADO]	I
VARIANTES	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
FS	479	26.4	665	68.2		
PI	520	28.7	92	9.4		
GER	267	14.7	112	11.5		
JUST	548	30.2	106	10.9		
SUBTOTAL	1814	100.0	975	100.0		
TOTAL			2789			

Tabela (37) : distribuição dos dados segundo os fatores
 (selecionados ou não) do grupo LINHA DE ARGUMENTAÇÃO para cada variante

	FATORES	CONTESTAÇÃO	CONFIRMAÇÃO	NEUTRALIDADE		
VARIANTES	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
FS	481	56.5	412	29.2	251	47.8
PI	124	14.5	362	25.6	126	24.0
GER	126	14.8	210	14.9	43	8.2
JUST	121	14.2	428	30.3	105	20.0
SUBTOTAL	852	100.0	1412	100.0	525	100.0
TOTAL			2789			

Tabela (38) : distribuição dos dados segundo os fatores
 (selecionados ou não) do grupo MODO DE ARGUMENTAÇÃO para cada variante

	FATORES	[+ EXEMPLO]	[− EXEMPLO]	
VARIANTES	Nº	(%)	Nº	(%)
FS	221	24.3	923	49.1
PI	218	23.9	394	21.0
GER	51	5.6	328	17.5
JUST	421	46.2	233	12.4
SUBTOTAL	911	100.0	1878	100.0
TOTAL			2789	

Tabela (39) : distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo NATUREZA DO SUJEITO - I para cada variante

FATORES	[- REF]	[+ REF/-GEN]	[+ REF/+GEN]			
VARIANTES	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
FS	505	52.0	351	44.4	288	25.2
PI	151	17.6	187	23.7	274	23.9
GER	105	12.3	95	12.0	179	15.7
JUST	95	11.1	157	19.9	402	35.2
SUBTOTAL	856	100.0	790	100.0	1143	100.0
TOTAL			2789			

Tabela (40) : distribuição dos dados segundo os fatores selecionados ou não) do grupo NATUREZA DO SUJEITO - II para cada variante

FATORES	[+ IMPRECISO]	[- IMPRECISO]		
VARIANTES	Nº	(%)	Nº	(%)
FS	78	30.8	1066	42.0
PI	183	7.1	594	23.4
GER	95	37.6	284	11.1
JUST	62	24.5	592	23.3
SUBTOTAL	253	100.0	2536	100.0
TOTAL			2789	

Tabela (41) : distribuição dos dados segundo os fatores
 (selecionados ou não) do grupo VERBO DA
APÓDOSE para cada variante

FATORES	MODALIZADO	FUTURO	PRESENTES
VARIANTES	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)
FS	126 30.5	271 56.2	747 39.4
PI	133 32.2	85 17.6	394 20.8
GER	72 17.4	51 10.6	256 13.5
JUST	82 19.9	75 15.6	497 26.2
	413	482	1894
SUBTOTAL	100.0	100.0	100.0
TOTAL		2789	

Tabela (42) : distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo ORDEM DAS PROPOSIÇÕES para cada variante

FATORES	PRÓTASE POSPOSTA	AUSÊNCIA-APÓDOSE	PRÓTASE ANTEPOSTA
VARIANTES	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)
FS	107 55.2	101 41.0	935 39.9
PI	34 17.5	45 18.2	533 22.7
GER	42 21.7	31 12.5	306 13.0
JUST	0 0.0	81 30.2	573 24.4
SUBTOTAL	183 100.0	258 100.0	2348 100.0
TOTAL		2789	

Tabela (43): distribuição dos dados segundo os fatores (selecionados ou não) do grupo ESCOLARIDADE para cada variante

IVARIANTES		FS	PI	GER	JUST	II	
						II	SUBT.
IFATORES	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	
I PRIM. I	205	57	45	10.91	104	25.31	411 100.0
I PRIM. C	44	38	39	26.51	26	17.71	147 100.0
IGIN. I	114	66	29	10.11	77	26.91	286 100.0
IGIN. C	111	57	49	17.91	56	20.51	273 100.0
ICOL. I	159	105	47	12.11	77	19.81	388 100.0
ICOL. C	196	71	65	13.41	152	31.41	484 100.0
IUNIV. I	228	147	66	12.01	109	19.81	550 100.0
IUNIV. C	87	71	39	15.61	53	21.21	250 100.0
ISUBTOTAL	1144	612	379	654	II 2789		

GRYNER, Helena

A Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português. Rio de Janeiro, UFRJ. Faculdade de Letras, 1990.
550 fls mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística

RESUMO

Nesta tese investiga-se a variação nas formas de tempo-modo e conexão nas orações condicionais potenciais do português falado no Rio de Janeiro. São examinadas quatro variantes - futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e justaposta. Inicialmente, caracteriza-se o fenômeno em análise e se explicitam os fundamentos teóricos da pesquisa, basicamente os da Teoria da Variação Lingüística. Define-se a amostra e descrevem-se os aspectos metodológicos relativos à obtenção e tratamento dos dados. Revisa-se a literatura concernente às condicionais e à modalidade verbal na lógica, nas gramáticas tradicionais e na lingüística contemporânea. Na parte central do trabalho, descrevem-se os grupos de fatores que se mostraram relevantes para a definição das variantes mencionadas. Identificam-se fatores lingüísticos, propriamente ditos, e fatores sociais. Através dos primeiros especificam-se os contextos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos correlacionados à emergência das variantes, estabelecendo-se as mútuas complementariedades. Quanto aos fatores sociais, apenas a escolaridade, vinculada à influência de instituições que valorizam a linguagem formal, mostra-se relevante. Constatata-se que a análise quantitativa dos contextos é fundamental para a definição das variantes portadoras de significado. Postula-se a necessidade de um quadro de referência abrangente que, integrando os aspectos sistemáticos ao discursivo; lingüístico ao social, permita explanações que alarguem o campo teórico e, ao mesmo tempo, o conhecimento da prática social da língua.

GRYNER, Helena

A Variacão de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português. Rio de Janeiro, UFRJ. Faculdade de Letras, 1990. 550 fls mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística.

ABSTRACT

This dissertation investigates the variation in tense-mood forms of hypothetical conditional clauses of Portuguese spoken in Rio de Janeiro and in the way these clauses are connected in actual discourse. Four variables are examined: future subjunctive, present indicative, gerund and juxtaposition. It starts with the description of the phenomenon at issue and the presentation of the theoretical foundation of the research, basically the principles of the theory of linguistic variation. Sampling procedures are then defined, followed by a description of methodological aspects concerning the gathering and treatment of the data. Next, a review of the literature on conditionals and verbal modality is presented, as treated by logic, traditional grammar and contemporary linguistics. In the main part of the dissertation, there is a description of the sets of factors which proved relevant for determining the variables above mentioned. Social factors and linguistic ones, syntactic, semantic, pragmatic - discursive contexts related to the emergence of the variables are specified, and their mutual complementarities are established. As for social factors, it is shown that level of education is relevant to informants who have to function within institutions that value formal language. It is argued that a quantitative analysis of the contexts must be carried out for determining the variables that carry meaning. Thus, this dissertation proposes the need for a comprehensive framework which may provide explanation that will enlarge both the theoretical field and the knowledge of social practice of language, as it integrates the systematic and the discursive, the linguistic and the social aspects of language.

GRYNER, Helena

A Variacão de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português. Rio de Janeiro, UFRJ. Faculdade de Letras, 1990.
550 fls mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística.

RÉSUMÉ

Dans cette these nous cherchons la variation du temps-mode et de la connexion dans les propositions conditionnelles potentielles du portugais parlé à Rio. Quatre variantes ont été étudiées - le futur du subjonctif, le présent de l'indicatif, le gérondif et la juxtaposition. Nous caractérisons d'abord le phénomne analysé. Nous mettons en évidence aussi les fondements théoriques sur lesquels la recherche est basée: essentiellement la perspective de la Théorie de la Variation Linguistique. Les aspects méthodologiques concernant l'obtention et le traitement des propositions conditionnelles et la modalité verbale dans la logique, dans la grammaire traditionnelle et dans la Linguistique contemporaine sont revisités. La partie central de la recherche concerne la description des facteurs qui se sont révélés les plus importants pour la définition des variantes mentionnées. Les facteurs linguistiques proprement dits et les facteurs sociaux y sont identifiés. Les groupes ci-dessus identifient les contextes syntaxiques, sémantiques et pragmatique-discursifs qui se rallient à l'émergence des variantes et établissent des rapports de complémentarité entre eux. En ce qui concerne les facteurs sociaux, la scolarité ne se montre importante que pour les informateurs liés aux institutions qui valorisent la langue formelle. Nous constatons en même temps que l'analyse quantitative des contextes est fondamentale pour la définition des variantes porteuses de significations. Nous postulons la nécessité d'un ensemble de référence qui, incluant d'une part le systématique et le discursif et d'autre part les faits de la langue et les faits sociaux, permette des explications qui élargissent le champ théorique et la connaissance de la pratique sociale de la langue.